

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Área de Concentração: Projeto de Arquitetura

LETICIA TAKEDA LODI

O Concurso Público no Projeto Urbanístico

São Paulo, 1998 – 2004

Dissertação Apresentada no
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador:
Prof. Dr. BRUNO ROBERTO PADOVANO

São Paulo, 2008.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dedico essa dissertação
à minha família: Luiz, Alice, Fernando, Priscila e ao Ricardo

Agradeço à todos aqueles que participaram do processo:
Ao orientador Bruno,
Aos grandes amigos e arquitetos: Celso Martins e Patrícia Bertachini e
A tantos outros amigos que não participaram diretamente do processo,
mas que sempre estiveram do meu lado dividindo momentos
difíceis, de dúvidas e de alegrias também.

O concurso público no projeto urbanístico é o foco desta pesquisa. Dentro de um universo maior, de intervenções em estruturas urbanas já consolidadas, os concursos representam uma pequena fração destes projetos, mas com diversas particularidades: são eventos de grande visibilidade e divulgação nos meios de comunicação de massa, catalisam discussões sobre a cidade em diversos segmentos da sociedade, geram um envolvimento grande da classe dos arquitetos e democratizam o acesso dos arquitetos a projetos.

Este sistema de seleção de projetos tem um processo complexo e que merece atenção. Não apenas focada nos resultados divulgados e projetos vencedores, mas sim para todas as suas etapas: razões históricas que levam à convocação destes eventos, material de base lançado para os participantes, a encomenda do cliente e finalmente o projeto escolhido como vencedor.

Os eventos de concurso têm objetivo de gerar discussões sobre uma determinada área a cidade e selecionar o melhor projeto para intervir neste. Grande parte destes resultados não têm se convertidos em melhorias reais e caem em esquecimento pouco depois da sua divulgação. Este trabalho pretende documentar a história de quatro destes eventos e analisa-los. Fundamentados na Cidade de São Paulo, entre os anos de 1998 e 2004.

The public contest in the urbanistic project is the focus of this research. Within a larger universe of interventions in urban structures already consolidated, the contests represent a small fraction of these projects, but with different features: the contests are events of great visibility and dissemination in the media, catalyze discussions about the city in various segments of the society, generate a large involvement of the all architects and make more democratic the access of architects to the projects.

This selection system of projects is a complex process and it deserves attention. Not only focused on the published results and winning projects, but also for all its stages: historical reasons that lead the promotion of these events, source material released to the competitors, the client demand and finally the project chosen as winner

The contests have the purpose to create discussions in a specific area of the city and select the best to influence on it. The major part of these results doesn't bring real improvements and are forgotten shortly after their publication. This research intends to expose the history of 4 of these events and their analysis. Based in the city of Sao Paulo, between 1998 and 2004.

Sumário

Dedicatória	03
Agradecimentos	03
Resumo	05
Abstract	07
Sumário	09
Introdução	11
Capítulo 1	25
- Concurso das Marginais	
Capítulo 2	61
- Concurso Carandiru	
Capítulo 3	93
- Concurso do Largo da Batata	
Capítulo 4	127
- Concurso Bairro Novo	
Conclusão	165
Anexos	175

Introdução

INTRODUÇÃO

A cidade tem sido palco de diversas discussões, resultado das grandes transformações que tem sofrido. Uma nova leitura urbana, complexa, com um grande número de elementos novos, adiciona-se a este panorama. Com isso o *urbanismo* nunca se fez tão necessário na cidade contemporânea. Em todo o mundo a arquitetura tem pousado seus olhos sobre as estruturas urbanas já existentes, tentando compreender e, muitas vezes, agir sobre espaços já consolidados.

Novas condicionantes oriundas do mundo globalizado, da sociedade e das ciências contemporâneas, vêm se incluir no espaço da cidade. A coexistência nem sempre é tão pacífica quanto desejável, mas é de grande importância para a evolução da dinâmica da cidade, mostrando que as transformações são parte do crescimento.

Se nos voltarmos para a Cidade de São Paulo, com seus 17 milhões de habitantes (Região Metropolitana) e seus 900 quilômetros quadrados de área urbanizada¹, podemos compreender a preocupação com o território existente, numa busca de coerência num espaço tão heterogêneo e diverso. Uma tentativa de ordenação de uma *"cidade fragmentada, que aparenta não ser fruto de ordem, mas sim filha do caos, da competição mais selvagem e desgovernada de projetos individuais de ascensão ou sobrevivência (...)"*².

A ação sobre a "cidade fragmentada", isto é, tentativas de intervir nos espaços urbanos já existentes é o foco dessa pesquisa e dissertação, que se estrutura a partir do tema de Concursos Públicos no Projeto Urbanístico na Cidade de São Paulo, concentrando-se especificamente nos concursos realizados entre 1998 e 2004.

Os concursos

*"É uma modalidade de licitação que se destina a selecionar e possibilitar a contratação do profissional habilitado que apresentar o melhor projeto dentro de um programa proposto."*³

O que define um concurso de arquitetura? Quais são as suas características, as suas motivações? Quais são as suas conseqüências? Além, é claro, de chegar a um projeto ou a uma proposta vencedora. Como coloca Valéria dos Santos:

"Quando temos um mesmo problema a ser resolvido, onde as soluções devem ser apresentadas observando igualdade de prazos e condições entre os concorrentes, temos caracterizado o concurso."

1. ROLNIK, Raquel - *Folha Explica: São Paulo* - p.09.

2. *Idem*, p.10.

3. *Regulamento de Concursos para Projetos de Arquitetura* - IAB - Curitiba - Agosto/92;

Entre as características principais do concurso de arquitetura está a simultaneidade. Esta simultaneidade das propostas é de máxima relevância, uma vez que coloca a discussão de um determinado problema, num período determinado e finito, inserido numa época e contexto específico (...)

Aliado à simultaneidade está o caráter não apenas competitivo, mas a característica de evento catalisador de debate e da discussão.

No concurso um problema idêntico é oferecido a todos os concorrentes, que são sujeitos a regras estabelecidas tanto no que diz respeito ao comportamento dos participantes quanto aos requerimentos do projeto pretendido.

Neste tipo de processo o vencedor é escolhido por um júri independente e soberano, que deve ainda gerir o encaminhamento do processo de maneira a fornecer igualdade de condições e buscar a melhor solução com as condições do edital fornecido.”⁴

O processo do concurso define as suas características e resultado. A simultaneidade dá à concorrência um caráter único, que é a possibilidade de vários profissionais, em diferentes grupos elaborarem propostas arquitetônicas e urbanísticas sobre em um mesmo tema, gerando um resultado diverso, conceitual e formalmente, e abrindo a discussão de um problema com várias possibilidades de resolvê-lo.

A simultaneidade em si não é um fato de caráter final, e sim a discussão que ela proporciona. Durante o período do concurso, algumas discussões acontecem, mas as possibilidades apontadas para o problema lançado só são revelados com o episódio da premiação. É depois do evento que o debate deve acontecer, pautado em soluções concretas, estudadas e formatadas sobre um mesmo conjunto de regras proposto, dando assim, uma igualdade de condições, além de um ponto de partida único para a discussão.

O debate dos concursos de arquitetura se faz importante, na medida em que deveria se criar uma discussão entre as várias facções da sociedade (poder público, população, empreendedores, entre outros) nos processos de conformação das cidades. Infelizmente, estes debates ainda ficam muito concentrados em setores profissionais específicos, como entre os arquitetos, urbanistas e engenheiros.

Partindo do fato de que todos os candidatos estão em igualdade de condições e que o júri parte de um mesmo conjunto de informações, a premiação é uma busca do júri pela melhor proposta apresentada, obedecendo sempre as premissas do Edital. A explicação de conceitos, por parte dos concorrentes é um tanto subjetiva, assim como a leitura do mesmo por parte do júri. Abre-se assim, um leque de possibilidades, de leituras e de visões sobre uma mesma problemática. Os critérios de julgamento, também discutidos em conjunto com os promotores e coordenadores do evento, são os grandes parâmetros para a escolha do Projeto Vencedor. De qualquer forma, não existem regras reais para o julgamento de um processo de concurso. Como apontado pelo Arq. Fábio Penteado, em sua experiência como jurado:

4. SANTOS, Valéria Cássia dos - **Concursos de Arquitetura em São Paulo** (Dissertação de Mestrado FAU; Or. Paulo J. V. Bruna) - São Paulo - 2002 - p.06.

"P: Como funciona o processo de julgamento dos concursos?

*Arq. Fábio: Cada grupo que julga inventa uma fórmula, não existe uma regra. A forma mais usada, que eu imagino, é o julgador estabelecer um critério antes de iniciar o processo de julgar. Conhecer o programa, conhecer o local, conhecer os envolvimento e partir de um critério."*⁵

Ainda conforme ao Regulamento de Concursos para Projetos de Arquitetura o Júri é soberano em suas decisões (grifo nosso), desde que respeitadas as disposições das Bases e do Regulamento de Concurso. Além disso, este documento descreve os deveres dos jurados que entre outras determinações diz:

*"- Analisar a minuta das Bases do Concurso e aprova-las. Introduzindo as modificações por ventura necessárias;
- Formular critérios de julgamento;
- Obedecer aos critérios de julgamento anteriormente formulados e se estes não tiverem sido suficientes, transcrever na Ata de Julgamento outros que por ventura tenham sido adotados durante o julgamento."*⁶

Os critérios de julgamento deveriam ser explicitados nas atas de julgamento dos concursos. Isso nem sempre ocorre, dificultando as discussões sobre a escolha dos premiados realizada pelo júri. Atualmente questões polêmicas têm sido levantadas sobre os julgamentos em função dessa situação, que os torna muito subjetivos.

Apesar das discussões sobre as atuais formas de julgamento e a grande polêmica que alguns resultados geraram, os concursos se constituem uma forma legítima de contratação de projetos por meio de concorrência pública. Este processo é totalmente aceito pela atual Lei Brasileira de Licitações para a contratação de obras de caráter público. (Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993).

Para a contratação de projetos de arquitetura, o concurso é só mais um tipo de procedimento. Também poderiam ser adotadas concorrências de preços ou de capacidade técnica, contratação por indicação, apresentação de currículos, entre outras. Cada uma dessas formas tem suas vantagens e desvantagens, além de características apropriadas para cada situação. O que diferencia o concurso destas demais formas é o processo de escolha, que se dá sobre o produto em si (possibilitando assim, uma visualização mais apropriada sobre o resultado desta escolha), que foi elaborada por vários profissionais participantes deste evento, teoricamente em igualdade de condições.

Ainda os concursos podem ser divididos em diversos tipos: concorrência de custos, concorrência técnica e preço,

5. Extraído da entrevista concedida pelo Arq. Fábio Penteadó (Vide Documentos Anexos),

6. Regulamento de Concursos para Projetos de Arquitetura - IAB - Curitiba - Agosto/92.

seleção de projetos, seleção de profissionais, concurso de idéias e concurso atrelado a contratos de prestação de serviço. E, ainda, as características listadas podem ser conjugadas em um mesmo processo de concurso que apresente mais de uma fase para escolha final.

Atualmente são mais utilizados dois tipos de processo de seleção:

- Concurso Aberto: todo e qualquer interessado que seja legalmente habilitado pode participar mediante o pagamento da inscrição.
- Concurso Fechado ou Restrito: o número de participantes é restrito e para se chegar a este número são estipuladas algumas condições para acesso tais como análise de currículo, carta convite, entre outras.

O nível de desenvolvimento dos projetos também define o concurso em:

- Concurso de Idéias: definido como uma consulta que o Promotor faz aos Concorrentes sobre um determinado tema, podendo ou não ter definido um programa físico e um espaço para implantação: o simples objetivo de busca de idéias arquitetônicas. O nível de apresentação é geralmente simplificado e normalmente é de apenas uma etapa ou fase.
- Concurso de Anteprojetos: definido como uma consulta que o Promotor faz com a finalidade de executar uma obra. Neste caso, a escolha de um projeto que apresente claramente a solução para o objeto solicitado no material de referência. O edital normalmente define o nível de desenvolvimento dos projetos a serem entregues que podem ser julgados em uma ou mais fases.

A abrangência do Concurso também é definida em sua organização:

- Concursos Regionais: são organizados pelos departamentos, mas sempre sob a aprovação da Direção Nacional do IAB. Os Editais serão posteriormente divulgados em âmbito nacional.
- Concursos Nacionais: são organizados pela Direção Nacional ou pelos Departamentos Regionais, sempre visando a abrangência nacional.
- Concursos Internacionais: são organizados pela Direção Nacional ou por Departamento indicado por esta, seguindo o Regulamento dos Concursos Internacionais da UNESCO, com aprovação da UIA – União Internacional

dos Arquitetos.⁷

Em todos os aspectos, como no organizacional ou nos resultados, os Concursos são processos caracterizados pela diversidade. Desta característica surge uma grande dificuldade de administração do processo, sendo de difícil acompanhamento pelo cliente, que deposita na mão de terceiros, não só a organização, mas também a escolha do produto final. Às vezes a participação de representantes do cliente no júri tem sido aceita, e houve um concurso recente em São Paulo para o Campus da UNIFESP em Diadema, no qual o cliente tinha três entre os cinco membros do júri, uma situação irregular e não recomendável. É desta situação que surge a necessidade de uma maior organização e regulamentação dos processos para que se transforme em um instrumento de credibilidade. É de grande importância que exista uma real supervisão seja por órgãos competentes ou pela própria classe dos arquitetos, para que se torne uma prática totalmente idônea e confiável.

A possibilidade de participação de qualquer profissional habilitado é a abertura para um mercado muitas vezes restrito principalmente para os jovens arquitetos. A democratização do acesso aos projetos é algo apontado por muitos arquitetos como algo positivo nos eventos de concurso. Apesar de que esta opinião nem sempre é unânime entre os profissionais da área.

"(...) eu não sou dos que acredita que o concurso seja a maneira mais democrática de acesso aos projetos por parte dos arquitetos, na medida que, com a mudança da realidade, sobretudo a partir do fim da década de 80, década de 90 e atual, o nível de investimento que se faz, por exemplo, pra participar de um concurso com chances de vitória, é altíssimo, então é uma balela dizer que o concurso é democrático. Médios e grandes escritórios quando entram em concursos gastam muito dinheiro, e isso faz diferença. Montam equipes grandes, interdisciplinares remuneradas, e isso faz toda diferença no resultado. Portanto, se entra dinheiro não há democracia, na medida de que, quem não tem o mesmo poder econômico não estará concorrendo com as mesmas chances. O fato de que qualquer um pode se inscrever não quer dizer que é democrático, isso quer dizer apenas quer dizer que qualquer um pode se inscrever. Isso soa inclusive demagógico, em primeiro lugar. Em segundo lugar, como eu dizia, a nossa estrutura de concursos foi muito bom até o momento em que havia uma equiparação entre os participantes, porque nós vivíamos um outro contexto, o Brasil inteiro tinha cinco ou seis mil arquitetos. Olha, na década de 60, o Brasil inteiro tinha três mil arquitetos."⁸

7. As classificações dos concursos citados ao lado foram extraídas do Regulamento de Concursos para Projetos de Arquitetura - IAB - Curitiba - 1992.

8. Extraído da entrevista concedida pelo Arq. Valter Caldana (Vide Documentos Anexos).

Outro retrato importante descrito pelo Arq. Valter Caldana é o novo perfil de competição praticado principalmente a partir da última década. Com a utilização de recursos gráficos computadorizados na apresentação e também na concepção dos projetos, uma nova geração de concursos se iniciou. Grandes equipes foram envolvidas na concepção, que anteriormente era feita por arquitetos em seus escritórios praticamente de forma artesanal.

Finalmente, o concurso deveria funcionar como grande catalisador de discussões. Não só na classe dos arquitetos, mas nas mais diversas classes da sociedade. Os projetos apresentados para os concursos deveriam ser documentados e divulgados por representarem não só um momento histórico da arquitetura, mas também para conhecimento do público geral e para debates abertos entre jurados, premiados e demais participantes.

Os concursos têm um grande destaque no processo de produção arquitetônica. É inegável que o material produzido durante o concurso, os projetos (não só os vencedores, mas todos os participantes), como os memoriais descritivos, as atas dos jurados e toda a divulgação junto à imprensa, constitui um importante documento histórico de um momento da arquitetura. Cabe lembrar que todo este conjunto de informações se insere em um contexto específico. Em muitos casos, os projetos não são realizados, em outros casos, nem os participantes, nem os vencedores, têm uma divulgação adequada e caem no esquecimento. A documentação e a divulgação destas relevantes iniciativas são de grande significado para a história da arquitetura, o que me levou a desenvolver essa dissertação.

A diversidade de conceitos e propostas que surgem de um mesmo tema é um grande motivador para discussões. A comparação, a busca por uma melhor solução, dá aos arquitetos uma oportunidade única de exercitar as suas capacidades conceituais, artísticas e técnicas em propostas que, muitas vezes, não teriam acesso pelas vias normais de contratação. Os concursos conferem uma certa característica de democratização do exercício da profissão. Dependendo da modalidade, a participação é irrestrita a todos os profissionais da área.

Saindo do foco do projeto vencedor, em muitos casos, os concursos podem ser veiculados para compartilhar novos conceitos, argumentos e experiências, formando uma forma de expor novos ideários para a arquitetura, gerando assim um impulso em seu desenvolvimento. Em muitas oportunidades, arquitetos como Arq. Flávio Carvalho lançaram-se em concursos a fim de apresentar novas idéias e gerar discussões independentemente dos resultados alcançados.⁹

Um importante exemplo pode mostrar como os rumos da arquitetura podem ser mudados com um concurso, é o evento realizado para o Ministério da Educação do Rio de Janeiro, em 1935, que teve seu projeto vencedor de autoria de Archimedes Memória, professor da Escola de Belas Artes, e foi recusado pelos promotores. Apesar dos prêmios terem sido pagos, uma nova equipe de arquitetos funcionalistas, que também havia participado do concurso, foi convidada a projetar o prédio dentro dos "novos moldes conceituais da época". Ficou a cargo do Arq. Lúcio Costa (além de Oscar Niemeyer e da consultoria de Le Corbusier) esta tarefa. A obra tornou-se referência da arquitetura moderna, como a primeira de uma série que caracterizou a Arquitetura contemporânea brasileira, e mostra como, às vezes, o concurso em si é insuficiente para indicar o projeto mais recomendado para represenar

9. SANTOS, Valéria Cássia dos - **Concursos de Arquitetura em São Paulo** (Dissertação de Mestrado FAU; Or. Paulo J. V. Bruna) - São Paulo - 2002 - p.06.

seu momento histórico.

O concurso público no projeto urbanístico – São Paulo, 1998-2004

O estudo que se segue é um pequeno recorte de um universo extenso como o da Cidade de São Paulo. Dentro deste grande e dinâmico centro urbano convivem áreas consolidadas, novos usos, grandes vazios urbanos, mudanças e perdas de vocação, que resultam em processos de degradação conforme Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard de Castilho descrevem:

"(...) idéia de intervenção sustenta-se na identificação de um claro processo de deterioração urbana que pode ser estendido por analogia aos termos provenientes das ciências biológicas. (...) Os conceitos de deterioração e degradação urbana estão frequentemente associados à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar. Deteriorar é equivalente à estragar, piorar e inferiorizar. Já a palavra degradação significa aviltamento, rebaixamento e desmoronamento. Degradar vem de gradus, "grau", que compõe a palavra degrau, na qual a preposição "de" refere-se a qualquer coisa que se movimenta para baixo."¹⁰

Ainda segundo José Geraldo Simões Jr:

"o centro da cidade precisaria estar continuamente se remodelando, numa resposta reflexa a toda essa dinâmica do crescimento urbano. No entanto, a prática de intervir nas áreas centrais visando readequá-las não se apresenta como um processo contínuo, mas como um fato cíclico e descontínuo, dependente das especificidades e das demandas do próprio mercado imobiliário."¹¹

Os casos propostos para estudo são projetos urbanos que visam intervir em áreas ditas degradadas. São áreas que já tiveram usos e vocações definidas, mas que ou sofreram um esvaziamento ou passaram por um processo de desvalorização de seus espaços.

Outra característica comum à tais áreas é que foram objeto de concursos público, portanto passaram por uma grande exposição e reflexão por um número considerável de profissionais da arquitetura e urbanismo. Os eventos que serão descritos nos capítulos seguintes são todos de um grupo específico, não só pelo seu porte, mas pela forma como foram tratados pelos arquitetos.

10. VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luisa Howard de - **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados** - Barueri, SP - Ed. Manoele, 2006 - p.03.

11. SIMÕES JR, José Geraldo - Polis 19 - **Revitalização de Centros Urbanos** - Revista Polis - 1994 - p.12.

A partir do final da década de 90, os concursos passaram por uma maior profissionalização de sua organização. Além da complexidade dos temas, os editais e os materiais de referência também se sofisticaram, com cada vez mais dados e uma precisão maior de informações para as análises das equipes. Finalmente, a facilidade de comunicação por meio da internet diminuiu o espaço entre promotores e participantes, fazendo com que as consultas fossem mais ágeis. Todo este processo aparentemente só possuía pontos favoráveis. Todo este aumento de comunicação e de facilidade na obtenção de dados acarretou um aumento da complexidade dos projetos apresentados, em parte por mérito dos próprios competidores (que dispor de mais dados puderam apresentar cada vez mais projetos precisos e bem desenvolvidos) em parte pela exigência dos editais que tem cada vez mais exigido um volume maior de trabalho a ser apresentado. O número extenso de pranchas, o programa a ser abordado, além do nível de detalhamento exigido têm gerado um envolvimento cada vez maior, bem como o crescimento do número de participante neste processo. Os investimentos para a apresentação de um bom trabalho têm sido cada vez maiores.

Dentro das características acima descritas foram selecionados quatro concursos para um trabalho mais apurado de análise, todos realizados em São Paulo na última década:

- Concurso para a Reestruturação Urbanística e Paisagística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê – 1998
- Reurbanização da Área do Carandiru: Concurso Nacional de Plano Diretor – 1998
- Reconversão Urbana do Largo da Batata – 2002
- Concurso Bairro Novo – 2004

Para efeito de uma compreensão entre estes quatro concursos foi aplicada uma metodologia analítica aos seus projetos vencedores, cujos critérios foram explicitados a seguir.

Os critérios de análise dos projetos vencedores

"O desenho é uma arte... uma mistura peculiar de racionalidade e irracionalidade"¹²

Existe um perfil de projeto vencedor dos Concursos? Os projetos possuem semelhanças, na sua forma de atendimento de edital, ou até mesmo programaticamente? Esta é uma análise complexa, visto que as propostas de Concursos são diversificadas.

12. LYNCH, Kevin (apud. RIO, Vicente del).

Esta análise pode partir de diversos pontos e também dos diversos elementos que compõem o concurso. Pode-se partir de questões conceituais, programáticas, de apresentação, entre outras. Algumas destas questões são subjetivas, e ficam sujeitas à interpretação muito pessoal do júri. Talvez essas são as mais decisivas para a escolha dos projetos vencedores, mas as mais difíceis de serem avaliadas.

As formas de apresentação foram evoluindo com o tempo, com toda a tecnologia que foi se criando e sendo utilizada para a finalização dos projetos. Os parâmetros de análise neste aspecto também evoluíram. Não existindo um perfil único entre os projetos vencedores.

A questões de programa, assim como a análise dos editais (e o que foi pedido neles), é algo mais palpável e objetivo para análise. Utilizando os mesmos parâmetros, é possível levantar o perfil do projeto, assim como da encomenda do edital. Com base nestes parâmetros é possível comparar os editais com os projetos, assim como comparar as propostas.

Com base nas premissas acima, o partido adotado para esta análise foi a parte programática dos editais do concurso. Para este trabalho programado, pretende-se apresentar a base deste estudo, uma tabela que aborda alguns pontos principais de um Projeto Urbano. São diversos itens, e nem todos os concursos abordam todas as áreas levantadas. A busca por semelhanças programáticas, ou até mesmo de resolução do edital, é apenas uma parte da busca por similaridades entre os projetos vencedores.

A tabela desenvolvida para o questionário, divide-se em cinco grandes grupos de perguntas: Planos Gerais, Planos Paisagísticos, Tratamento de Área Públicas, Programa de Atividades e Análise de Viabilidade, conforme abaixo listado:

	Plano Diretor da Área
	Redesenho Urbano
Planos Gerais	→ Redesenho do Viário Local
	Suporte Físico das Intervenções
	Sistemas de Transporte

		Plano Paisagístico
Planos Paisagísticos	→	Paisagismo Vegetação
Tratamento de Áreas Públicas	→	Mobiliário Urbano Iluminação Pública
		Usos e vocações
Programático	→	Intervenções Pontuais Edificatórias Públicas Intervenções Pontuais Edificatórias Privadas
		Custos da Intervenção
Viabilidade	→	Estratégia de Implantação Cronograma físico-financeiro

Para tal análise foram utilizados diversos elementos, tais como:

- Editais e Termos de Referência dos Concursos
- Bases e demais materiais da época dos Concursos
- Memoriais Descritivos dos Projetos Vencedores
- Materiais gráficos, tais como plantas, cortes, fachada, perspectivas e planos, apresentados pelos Projetos Vencedores
- Entrevistas aos Arquitetos Coordenadores dos Projetos Vencedores
- Elementos Históricos de cada uma das Áreas- foco dos Concursos
- Normas de Concursos de organizações responsáveis, tais como IAB, UIA.

O objetivo principal deste trabalho é avaliar o perfil dos projetos vencedores, o grau do atendimento do edital, das premissas do concurso e do processo do concurso como forma geral, a partir de uma análise comparativa dos editais e dos projetos vencedores.

O foco não é tão somente os projetos vencedores, mas o processo do concurso como um todo, suas justificativas, as suas intenções. A análise das informações preliminares, assim como dos projetos vencedores gerará um conjunto mais abrangente para suportar a análise.

São objetivos deste trabalho tentar responder alguns questionamentos:

Como foi realizado o processo destes concursos?

Quais as razões que levaram a convocação destes eventos?

Quais eram os objetivos destes concursos? Foram claramente expostos nos editais convocatórios?

O material apresentado pelo órgão promotor do concurso era suficiente?

O edital era suficientemente claro?

Os processos propostos atenderam seus objetivos?

Houve algum tipo de repercussão nos meios de comunicação? Ou para os próprios escritórios vencedores?

O objetivo de contratação dos projetos era claro no edital?

O objetivo de execução da obra era claro no edital?

Como foram concluídos os processos destes concursos? Houveram etapas posteriores à premiação dos mesmos?

Nas respostas a tais indagações se encontrarão subsídios para:

- a criação de um acervo com alguns Concursos de Projetos Urbanos, como contribuição teórica e documentação dos mesmos;
- uma análise comparativa sobre a “encomenda do cliente” e o que o projeto vencedor oferece como resposta para o mesmo;
- uma análise final, também comparativa, sobre os processos de concursos apresentados, e o panorama que pode ser identificado através universo em que a pesquisa se inseriu.

Capítulo 1
Concurso das Marginais



13. Capa do Edital de Convocação para o Concurso das Marginais

FICHA TÉCNICA DO CONCURSO

Promotores: Prefeitura do Município de São Paulo, através de sua Secretaria das Administrações Regionais.

Organizador: Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP, com apoio da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP e o Instituto de Engenharia – IE.

Coordenadores do Concurso: Arquiteta Rosa Grena Kliass e Arquiteto Valter Caldana.

Comissão Julgadora:

- Jorge Wilhelm
- Miguel Alves Pereira
- Fernando Magalhães Chacel
- Maria Helena Braga Brasil
- Paulo Celso Dornelles Del Picchia

Nº de Trabalhos Entregues: 21

Nº de Trabalhos Analisados: 17

Premiados:

- 1º Colocado* – Arq. Bruno Roberto Padovano
- 2º Colocado* – Arq. Francisco Spadoni e Arq. Carlos Leite
- 3º Colocado* – Arq. Maria Elena Merege Vieira, Arq. Perola Felipette Broncaneli e Arq. Maria Silvia Merege Vieira
- Menção Honrosa* – Arq. José de Souza Moraes
- Menção Honrosa* – Arq. José Paulo de Bem
- Menção Honrosa* – Arq. Marcos José Carrilho

Projeto Vencedor – Projeto nº 05

Coordenador da equipe: Arq. Bruno Roberto Padovano

Colaboração Urbanismo e Arquitetura: Arq. Jaques Suchodolski e Arq. Percival Brosig.

Coordenação Paisagismo: Arq. Suely Suchodolski

Coordenação Sistema Viário e Transporte: Eng. Newton Karassawa

Coordenação Comunicação Visual e Mobiliário Urbano: Arq. Issao Minami, Arq. José Arnaldo Degasperi da Cunha e Sr. Julio Albieri Neto

Colaboradores:

Urbanismo e Arquitetura: Arq. Geraldo Gomes Serra, Arq. Maria Beatriz Ferreira de Souza e Oliveira, Arq. Cláudio Eduardo Saunorins Bueno, Arq. Regina Helena Vieira do Santos, Arq. Claudia Arruda Becker, Estudante Guilherme M. S. Toledo e Estudante Marisa Mary Saito

Paisagismo: Arq. Caterina Poli, Arq. Cristiana Bernardi Issac, Arq. Erica Nagashima, Arq. Rita de Cássia D. da Cunha

Meio Ambiente: Eng. João Batista Galvão Filho e Clim. Silvio de Oliveira

Equipe de Apoio/Estudantes: Adriana Carla Ramos, Ana Paula Barbetto, Annie Goldberg Eppinghaus, Camila do Amaral Pinto, Cassiane Rodrigues do Nascimento, Eleonora Coelho Zioni, Humberto Zanola, Leandro Shettert, Jones Matos da Silva, Luis Oliveira Ramos, Marcelo de Souza Rodrigues e Rebeca Rodrigues Murad

Apoio Técnico e logístico: Grupo Plamarc, Metaurbana, Nutau.

ÁREA DO CONCURSO – HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

As origens

"Entender os Rios, suas marginais e a ocupação de suas áreas contíguas como uma unidade determinante e geradora de qualidade de vida, que possui vocações e integra o patrimônio ambiental da metrópole, é o desafio que se coloca nesta virada de século.

A presença dos Rios Tietê e Pinheiros marca e acompanha o desenvolvimento de São Paulo desde sua fundação.

De caminho a proteção no primeiro momento de ocupação do planalto e suas colinas; de vias de acesso e penetração do território a fonte de abastecimento na sua implantação; de fonte de energia e elemento de ligação a aglutinador de atividades urbanas intensas como indústria, comércio, lazer e circulação na sua consolidação, os Rios e suas áreas contíguas tiveram sempre papel importante como elementos estruturadores da cidade, direcionando seu crescimento e simbolizando simultaneamente solução e desafio. Sinuosidade de seus percursos, seu regime, enchentes, poluição, assoreamento e a intensidade do uso das marginais como elo de ligação do sistema de transporte rodoviário metropolitano e estadual foram ainda alguns deles."¹⁴

Como descrito na citação acima, extraída do Termo de Referência do Concurso, a presença dos Rios Tietê e Pinheiros é parte da história da formação da Cidade. A ocupação do sítio, no caso de São Paulo, foi totalmente baseada em seu relevo, seus rios e córregos, utilizando-os como limites (ou seria até o seu limite?).

Os Rios, em um primeiro momento, constituíam as fronteiras originais da cidade. Eram palco de refúgio para lazer, sem se integrar ao tecido urbano. Quanto este se expandiu, buscando as margens opostas, transformou os rios e suas várzeas em vetores de circulação.

A implantação das Marginais consagra o Rio como a barreira geográfica mais radical da estrutura física de São Paulo. Esta representou a confirmação da segregação na cidade, seccionando-a e recriando suas estruturas de vales e rios intransponíveis. Com o advento das Vias Expressas, o Rio perde a sua importância geográfica, visto que o fluxo de veículos se sobrepõe em importância e visibilidade ao fluxo hídrico. O rio, de fronteira original da cidade, passa ao segundo plano. Desta forma, cria-se um novo parâmetro de fronteira e de vias de acesso. Ao mesmo tempo que as Marginais segregam o tecido urbano, elas agregam toda a conectividade pela cidade. A

14. Extraído do Termo de Referência do Concurso de Idéias para a Estruturação Urbana e Paisagística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê.

história só os confirmou como "*barreiras e vetores de expansão da cidade*".¹⁵

Historicamente, a cidade e sua expansão nunca souberam lidar com a existência do rio e suas várzeas inundáveis. Mas com o crescimento do tecido urbano, aproximando-se cada vez mais de suas margens, assim como se apropriando de suas várzeas, fez com que, a falta de planejamento na ocupação da cidade tivesse conseqüências graves sobre o ecossistema do rio e sobre as áreas urbanizadas lindeiras.



16. Várzea do Carmo, 1821 - Aquarela de Arnaud Julien Pallière

O custo deste desenvolvimento desordenado foi a morte gradual do rio, transformando-o em um ônus para a cidade, que precisam lidar diariamente com o seu mau cheiro, poluição e as inundações que suas margens assoreadas causam de tempos em tempo. O custo será pago pelas gerações atuais e futuras, que deverão se preocupar com a sua recuperação e reintegração de forma harmônica com a cidade e a recriação de um ecossistema, se não equilibrado, pelo menos aceitável do ponto de vista ambiental.

A seguir, uma cronologia, extraída do Termo de Referência do Concurso, que pontua os principais acontecimentos envolvendo os Rios Tamanduateí, Tietê, Pinheiros e suas várzeas.

"1560 – Em seus escritos, os jesuítas registravam as enchentes do Anhembi, o primeiro nome do Tietê.

1813 – Gustavo Bayer informa que os freqüentes transbordamentos dos cursos d'água que banham a capital da Província quase transformavam a cidade em ilha.

1842 – O empreendedor português conhecido como Teixeira realizava algumas obras de retificação do Tietê entre a Ponte Grande e a Coroa.

15. Extraído do Memorial Descritivo contido nas pranchas da Equié do Arq. Francisco Spadoni e Carlos Leite.

16. Várzea do Carmo, 1821 - Aquarela de Arnaud Julien Pallière - Apud. TOLEDO.

1850, 1861 e 1856 – Grandes enchentes na cidade.

1866 – O presidente da Província de São Paulo, João Alfredo Correia de Oliveira, defende a drenagem das várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí.

1889 – Epidemia de febre amarela no estado de São Paulo. Um clamor público pelo saneamento das cidades será impulsionador de inúmeras obras no Tietê. É tempo de República.

1890 – O governo de São Paulo nomeia uma comissão para estudar os terrenos e a hidrologia do Tietê e do Tamanduateí.

1892 – Início de diversas obras de saneamento e retificação dos rios Tietê e Tamanduateí. Estas são as primeiras iniciativas que de fato interferiram nas condições do Tietê. No Tamanduateí, elas já datavam do final do século anterior. Naquele mesmo ano, Benedito Calixto pintava o quadro "As enchentes da Várzea do Carmo", exposto hoje em dia no Museu do Ipiranga.

1893 – Criação da Comissão de Saneamento do Estado com o objetivo de propor melhorias no escoamento das águas do Tamanduateí e projetar obras no curso do Tietê.

1901 – É inaugurada a barragem de Parnaíba, posteriormente batizada de Edgard de Souza.

1906 – Uma Grande enchente em São Paulo. A vazão registrada em Santana do Parnaíba foi de 462 metros cúbicos por segundo. A vazão média normal, em tempo seco, na barragem Edgard de Souza é de 80 metros cúbicos por segundo. Para se ter uma comparação interessante: a SABESP produz 50 metros cúbicos de água potável por segundo na Região Metropolitana, a demanda atual é de 55 metros cúbicos por segundo, o que obriga a empresa a fazer o rodízio no fornecimento.

1908 – A Light contruía o reservatório de Guarapiranga

1916 – São concluídas as obras de retificação do Tamanduateí

1923 – Outra grande cheia atinge São Paulo. A vazão registrada em Edgard de Souza foi de 358 metros cúbicos por segundo.

1924 – Criação da Comissão de Melhoramentos do Tietê, presidida pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, para urbanizar as várzeas, cuidar da navegação e despoluição de efluentes.

1925 – Saturnino de Brito estuda profundamente o regime hídrico da bacia do Alto Tietê. Em seu plano de combate às enchentes, recomendava, além de represamentos na cabeceira dos fornecedores do Alto Tietê (Taiáçupeba, Jundiaí, Biritiba e Rio Claro), o rebaixamento em um metro da crista da barragem Edgard de Souza.

1926 – Inauguração da Usina de Henry Borden, em Cubatão, com o aproveitamento da reversão do Rio Pinheiros.

1929 – Outra grande cheia de São Paulo. Em Santana do Parnaíba é registrada uma vazão de 521 metros cúbicos por segundo. A Comissão de Melhoramentos do Tietê aproveita para obter mais informações sobre o regime do rio. Os trabalhos são interrompidos em virtude da crise econômica mundial, a partir do crack da Bolsa de Nova York.

1930 – Acontece a Revolução de 30. Os trabalhos no Tietê continuam parados. Naquele ano ocorria mais uma enchente que em Edgard de Souza alcançou a vazão de 311 metros cúbicos por segundo.

1940, 1950 e 1960 – Durante essas três décadas, a prefeitura de São Paulo realiza a retificação do Tietê dentro do município, desde a foz do rio Pinheiros até a foz do córrego Aricanduva, na Penha, numa extensão de 27 quilômetros. O Tietê ficaria aprisionado num canal.

1950 – A Light alteia a barragem Edgard de Souza, constrói a Usina de Pirapora e amplia a capacidade geradora da Henry Borden.

1951 – Criado o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, que elabora um plano onde, entre outras medidas, retoma a questão da construção das barragens nas cabeceiras do Tietê.

1960 – No final dessa década, após iniciar a construção da barragem da Ponte Nova, o DAEE começa a retificar o Tietê entre o rio Pinheiros e a barragem Edgard de Souza. Um trabalho concluído na década de 70.

1970 – Durante os anos dessa década e início dos anos 80, o DAEE realizou obras no Tietê acima da barragem da Penha. Implantou o Parque Ecológico do Tietê, com a finalidade principal de conservar as várzeas nos trechos ainda não urbanizados.

1982 – Mais uma grande enchente em São Paulo. A vazão em Edgard de Souza foi de 755 metros cúbicos por segundo.

1983 – A enchente daquele ano fez registrar uma vazão de 832 metros cúbicos por segundo em Edgard de

Souza.

1984 – Publicado o Plano Setorial de Controle de Enchentes, conforme as diretrizes de Aproveitamento dos Recursos Hídricos na Região Metropolitana de São Paulo.

1985 – Catullo Branco, engenheiro especialista em energia elétrica, técnico da então Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo – de onde surgira a Secretaria de Energia e Saneamento, criada em 1988 – propõe a supressão da barragem Edgard de Souza e reafirma a proposta de represamento do Tietê na Altura de Mogi das Cruzes.

1983 – 1985 – A Eletropaulo construía os descarregamentos de fundo da Edgard de Souza, com o objetivo de aumentar a vazão do rio durante episódios críticos de enchentes.

1987 – Em julho, São Paulo enfrenta outra grande enchente. A vazão em Santana do Parnaíba não foi registrada.

1991 – Mais uma vez São Paulo é vitimada por duas grandes enchentes. A primeira, em 19 de março, registrava 940 metros cúbicos por segundo de vazão em Santana do Parnaíba; a outra, em abril, com uma vazão de 880 metros cúbicos por segundo. O governo prossegue na construção de barragens de cabeceira, proposta por Saturnino de Brito na década de 20. Prosseguem também as obras de aprofundamento do leito do rio Tietê. É criada a Comissão de Enchentes e formulado um Plano de Defesa Civil para enfrentar as enchentes.¹⁷

Questões Ambientais

Desvincular o estudo das Marginais da questão ambiental é impossível. Talvez seja o problema mais alarmante, quando se analisa a existência dos Rios e a sua relação com o ambiente urbano de São Paulo. Não apenas pela poluição de suas águas, mas por sua forte relação com as inundações em tempos de cheias, ou também pela sua relação com os setores de abastecimento de água e energia. De qualquer forma um pequeno panorama das questões ambientais existentes, assim como o atual status das mesmas, se faz muito importante para o entendimento do Processo do Concurso.

Existem três pontos de grande visibilidade e importância para serem analisados, quando se fala sobre os Rios e as Marginais: as águas (qualidade e abastecimento), as inundações e fluxo viário. São estes três aspectos que pretendem ser abordados:

17. Revista DAE - SABESP - nº 163
- Jan-Fev - 1992 (apud Termo de
Referência do Concurso)

As águas

Uma das primeiras questões de preocupação, quando se fala dos Rios Tietê e Pinheiros, é a qualidade de suas águas. A falta de planejamento e a insuficiência de infra-estrutura de saneamento urbano (tratamento de efluentes) causaram o comprometimento das águas. Visto que a rede de coleta de esgoto da cidade ainda não é totalmente completa, uma parte dos dejetos é despejada diretamente sobre os corpos dos rios, para que cheguem até as estações de tratamento.

A qualidade da água reflete as atividades e o perfil de uso da região (quando não existe um tratamento adequado para os dejetos), no caso da Região Metropolitana de São Paulo e seus rios e canais, o uso é predominantemente residencial. A emissão de esgotos desta natureza é doméstico, composto principalmente por matéria orgânica, patogênicos e detergentes.

Programas para tratamentos de esgoto, assim como de suas redes coletoras são de extrema importância. Segundo o Programa de Ampliações das ETEs (Estações de Tratamento de Esgotos), a conseqüente limpeza dos rios Tietê e Pinheiros se dará em 2010.¹⁸

O fato das águas dos Rios, que cortam a cidade (ou até mesmo rios de áreas lindeiras), serem impróprias para qualquer, uso trás um outro problema, o de abastecimento público. A cidade de São Paulo em sido abastecida por águas que provêm de regiões a cerca de 100 quilômetros de distância (de bacias e sub-bacias como: Paraíba do Sul, Alto, Médio e Superior Tietê, Piracicaba e Cubatão).

A vazão do Tietê, devido aos índices pluviométricos das regiões aonde se encontram as suas cabeceiras, é cerca de 80 m³/s. Mas a poluição do rio alcança áreas muito além da mancha urbana correspondente à Região Metropolitana de São Paulo. Por esta razão, são cada vez mais distantes os pontos de captação de água potável para o abastecimento da cidade. Atualmente 91,5% da região metropolitana de São Paulo e 95% do município são atendidos por redes de água.¹⁹

As inundações

As inundações sempre foram comuns nas várzeas dos Rios Tamanduateí, Tietê e Pinheiros. Os movimentos de cheias sempre foram decorrentes dos regimes hidrológicos e climáticos.

Com o crescimento da cidade e a ocupação das áreas alagáveis, criou-se uma situação crítica. O aumento da

18. Este dado foi citado no Memorial Descritivo contido nas pranchas da Equipe das Arq. Maria Elena Merege Vieira, Pérola Filipette Bronçaneli e Maria Silvia Merege Vieira. É provável que a data tenha sofrido alteração da época do concurso para os dias de hoje.

19. Idem.

mancha urbana gerou a impermeabilização do solo, que antes, absorviam grande parte das águas provenientes dos regimes de chuva. Estas, sem solos permeáveis, escoam até a calha de rio ou canal mais próxima, aumentando em grandes proporções a vazão destes. Com a ocupação das áreas lindeiras aos rios, cria-se um outro impasse: as áreas de transbordo e inundação natural dos rios encontram-se impermeáveis, urbanizadas. A conclusão de todo este processo de ocupação desordenada da cidade e da apropriação de áreas que naturalmente deveriam ter sido preservadas, já é bem conhecido por toda a população. Nos meses de verão, quando os índices pluviométricos são mais altos, catástrofes de grandes dimensões acontecem.

As redes de drenagem da cidade já não obedecem à demanda imposta. Encontra-se totalmente obsoleta e ultrapassada. Outra questão ainda relacionada ao sistema de escoamentos, é a falta de manutenção e o atual estado de má conservação. Bocas de lobo quebradas, galerias entupidas, grande quantidade de lixo e esgoto se acumulando por toda a rede, impedindo assim o escoamento natural das águas.

Outro agravante para o escoamento das águas é o assoreamento dos rios e córregos. As suas principais causas são a erosão e as movimentações de terras em suas margens. Os leitos dos rios Tietê e Pinheiros exigem drenagens constantes e remoção dos detritos para a manutenção de uma vazão mínima. Cerca de 3 milhões de metros cúbicos de sedimentos chegam aos leitos destes rios.²⁰

Fluxo viário

Atualmente, o volume de carros nas marginais é um de seus grandes problemas. Responsável pela ligação da cidade com as principais estradas para todos os pontos do Estado, as Marginais são as grandes artérias da cidade. Responsáveis pelo escoamento de produção para os portos e também para o interior, assim como o ponto de chegada para o abastecimento de toda metrópole.

As vias expressas fizeram com que o Rio perdesse a sua importância geográfica, além de se estabelecerem como barreiras físicas artificiais na cidade, um tipo de nova fronteira.

A implantação do Rodoanel, ainda parcialmente concluída, é uma das soluções para desafogamento e minimização do volume de tráfego. O projeto prevê a ligação de um grande anel viário, pela Região Metropolitana de São Paulo, interligando as grandes estradas de escoamento e chegada de produção. Evitando-se que estas tenham que passar pelo centro da cidade e conseqüentemente pelas Marginais, a fim de alcançarem outros pontos do Estado.

20. Extraído do Memorial Descritivo contido nas pranchas da Equipe das Arq. Maria Elena Merege Vieira, Pérola Filipette Broncaneli e Maria Silvia Merege Vieira.

A implantação por completo deste projeto representará o primeiro passo na racionalização do sistema de transporte rodoviário na Cidade de São Paulo. Ainda não será a solução para o grande inchaço que o sistema viário sofre, mas uma grande contribuição. Aliado à outros projetos eficientes, como o investimento em transportes de massa, como metrô, trem (como já existentes na Marginal Pinheiros) ou ainda ônibus, será fundamental para a recuperação dos Rios e de suas Margens.

A Problemática

Os fatos apresentados, tanto os históricos, quanto os ambientais, depunham a favor da convocação de um Concurso. No decorrer dos anos, o espaço do rio foi sendo alterado, de acordo com as necessidades do desenvolvimento da cidade. Este desenvolvimento não levou em consideração as questões ambientais.

Desde a retificação, que descaracterizou totalmente o desenho natural, assim como desconsiderou as áreas naturalmente alagáveis. As conseqüências das diversas agressões, feitas aos Rios, foram aparecer anos depois, com o aparecimento das grandes inundações.²¹ Acrescentam-se problemas de excesso de tráfego de veículos pelas vias já inchadas das Marginais, a falta de investimentos na recuperação dos Rios e das pistas, e finalmente a falta de uma política urbana de médio e longo prazo.

A convocatória do Concurso representou um esboço de iniciativa em direção da recuperação de uma área tão importante e marcante na paisagem de São Paulo. Uma reflexão sobre a existência do problema. Uma forma de encarar de frente um problema que a muito se ignorava, que inclusive a cidade obrigava-se a dar as costas, excluindo-a dos acontecimentos, considerando-a apenas uma grande cicatriz no desenho urbano. Um grande trauma aberto, que nunca se integrou com suas vizinhanças, a não ser como via arterial para as demais áreas da cidade.

“(...) o ar está poluído pelo excesso de veículos; os rios - artérias naturais - poluídos e-ou canalizados, o solo impermeabilizado numa desproporção considerada, provoca enchentes e, finalmente a vegetação, outrora tão rica, vê-se reduzida a uma percentagem de poucos metros quadrados por habitante, quando o mínimo recomendado é doze, caracterizando a necessidade de propostas e projetos que resolvam problemas urbanísticos e ambientais.”²²

21. Como descrito no Termo de Referência - enchentes são fenômenos naturais, mas inundações são problemas socialmente produzidos, são resultado da ação do homem, por ocupar as várzeas inundáveis, que o rio resgata a cada chuva.

22. Extraído do Memorial Descritivo contido nas pranchas da Equipe das Arq. Maria Elena Merege Vieira, Pérola Filipette Broncaneli e Maria Silvia Merege Vieira.

ANÁLISE DO MATERIAL DE REFERÊNCIA

A Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria das Administrações Regionais, promoveu o **Concurso Nacional de Idéias para a Estruturação Urbana e Paisagística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê**, tendo como organizadores o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo - IAB/SP, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP e o Instituto de Engenharia – IE.

Este Concurso de Idéias tinha por objetivo a seleção de Estudos de Diretrizes visando a Estruturação da Paisagem Urbana e Paisagística das marginais dos Rios Pinheiros e Tietê.

"O Plano Diretor (grifo do edital) deverá responder às vocações da área objeto do concurso através da abordagem dos usos e atividades e o desenvolvimento das propostas nele contidas deverá promover a multiplicação dos efeitos geradores de qualidade ambiental das áreas contíguas às marginais."²³

Além da apresentação do Plano Diretor, alguns setores, previamente selecionados deveriam ter seus modelos de ocupação aprofundados, onde deveriam contemplar os seguintes aspectos:

- Vegetação e edificações;
- Iluminação Pública, segurança e sinalização;
- Comunicação Visual, mobiliário urbano;
- Sistema viário local;
- Atividades de caráter público condizentes.²⁴

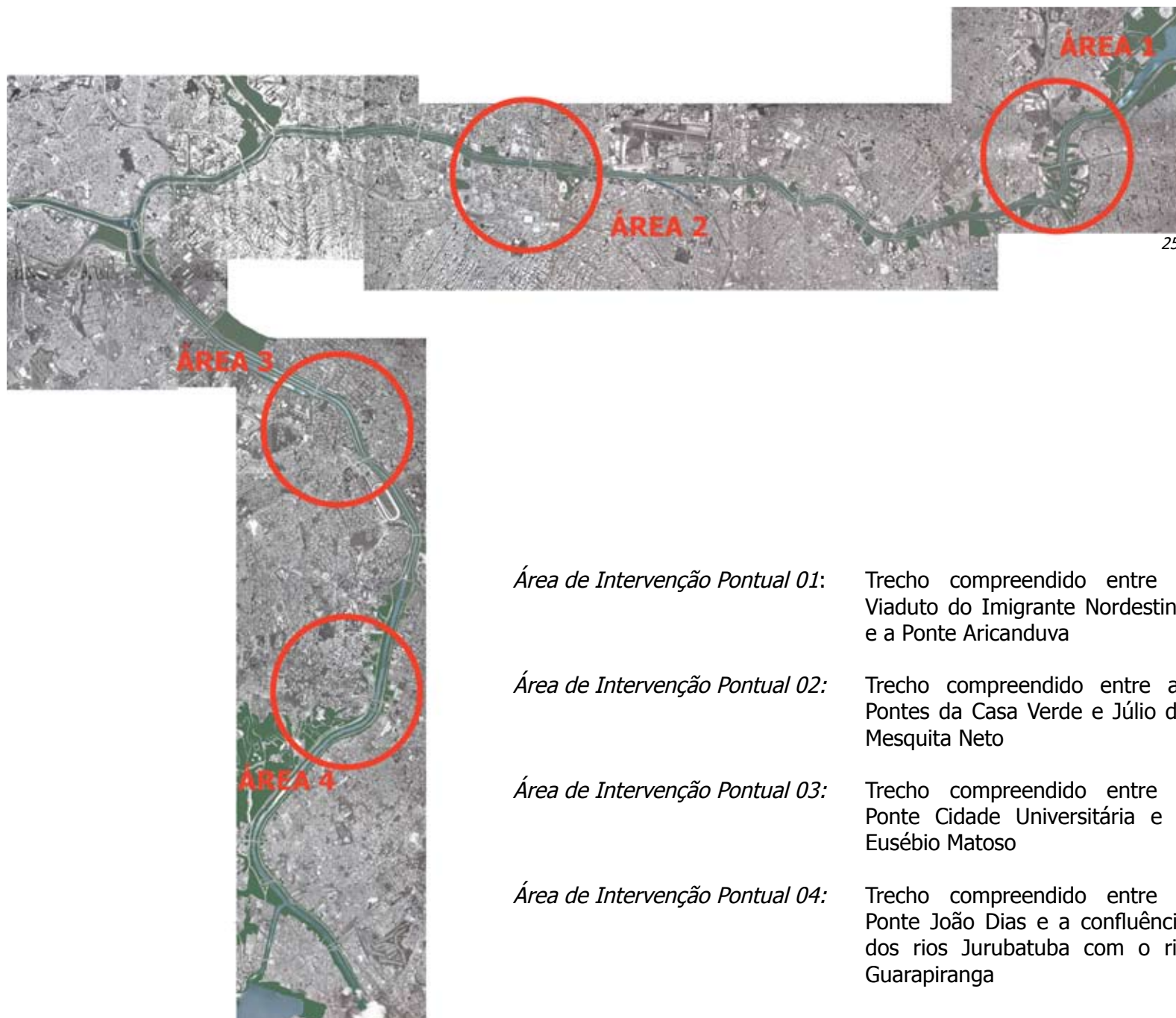
Segundo o edital, a Comissão Julgadora teria os seguintes critérios para avaliação do Concurso:

- Conceituação geral;
- Viabilidade da proposta;
- Integração da proposta ao espaço urbano;
- Coerência da proposta apresentada para as áreas pontuais com o Plano Diretor proposto pelos concorrentes;

23. Informação extraída do Edital do Concurso Nacional de Idéias para a Estruturação Urbana e Paisagística as Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê.

24. Idem.

Afim de compreender qual foi o trabalho proposto pelo cliente, foi aplicada uma matriz única de comparação (apresentada na introdução), de forma a parametrizar a análise do material base com o projeto vencedor proposto. Serão analisados o Edital, Termo de Referência e o Regulamento do Concurso.



25

- Área de Intervenção Pontual 01:* Trecho compreendido entre o Viaduto do Imigrante Nordestino e a Ponte Aricanduva
- Área de Intervenção Pontual 02:* Trecho compreendido entre as Pontes da Casa Verde e Júlio de Mesquita Neto
- Área de Intervenção Pontual 03:* Trecho compreendido entre a Ponte Cidade Universitária e a Eusébio Matoso
- Área de Intervenção Pontual 04:* Trecho compreendido entre a Ponte João Dias e a confluência dos rios Jurubatuba com o rio Guarapiranga

25. Foto aérea com a delimitação das quatro áreas de intervenção pontual (Bases de dados do concurso).

Planos Gerais:

Plano Diretor da Área:

A Área apontada como limite de intervenção eram as áreas marginais dos Rios Pinheiros e Tietê, dentro dos limites do Município de São Paulo, em seu trecho entre o Viaduto do Imigrante Nordestino, sobre o rio Tietê até a confluência do Rio Pinheiros com o Canal Jurubatuba. Este grande perímetro traçado era objeto do **Plano Diretor** a ser proposto, que visava a estruturação (ou seria a re-estruturação) da sua Paisagem Urbana e Paisagística.

Todo o material de referência é muito explícito na solicitação de um Plano Diretor para a área. Apesar disso, não são muitos os elementos norteadores para o desenvolvimento do mesmo. Vê-se um grande potencial para o objeto do concurso, mas a degradação (principalmente ambiental) não permite o seu desenvolvimento. Busca-se a qualificação deste espaço, como grande eixo verde da cidade, mas também solução para suas vocações e uso para que o concurso se viabilize não só como objeto de Plano Paisagístico, mas também como Projeto de Urbanismo e Arquitetura.

Redesenho Urbano:

A relação do rio com o desenho urbano da Cidade de São Paulo é antiga, desde a fundação da cidade, os rios marcam e acompanham o seu desenvolvimento.

"De caminho a proteção no primeiro momento de ocupação do planalto e suas colinas: de via de acesso e penetração do território a fonte de abastecimento na sua implantação; de fonte de energia e elemento de ligação a aglutinador de atividades urbanas intensas como indústria, comércio, lazer e circulação na sua consolidação, os Rios e suas áreas contíguas tiveram sempre papel importante como elementos estruturadores da cidade."²⁶

Apesar deste relacionamento forte, o edital não foi totalmente explícito na proposição de novos elementos de desenho urbano para a área como um todo. Quatro setores da cidade foram previamente selecionados para o desenvolvimento dos modelos de ocupação, como foi citado anteriormente, o redesenho urbano, se não necessário, poderia ser parte deste conjunto de aprofundamento do Plano Diretor. São os quatro objetos:

Área de Intervenção Pontual 01: Trecho compreendido entre o Viaduto do Imigrante Nordestino e a Ponte Aricanduva

Área de Intervenção Pontual 02: Trecho compreendido entre as Pontes da Casa Verde e Júlio de Mesquita Neto

26. Informação extraída do Edital do Concurso Nacional de Idéias para a Estruturação Urbana e Paisagística as Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê.

Área de Intervenção Pontual 03: Trecho compreendido entre a Ponte Cidade Universitária e a Eusébio Matoso

Área de Intervenção Pontual 04: Trecho compreendido entre a Ponte João Dias e a confluência dos rios Jurubatuba com o rio Guarapiranga

Redesenho Viário Local:

O Concurso teve a sua área de abrangência dividida em duas partes. Para a área de intervenção global, deveria ser considerado um Plano Diretor e diretrizes de intervenção. Para as áreas pontuais deveria ser considerado um Projeto Urbano reflexo da proposta do Plano Diretor.

As propostas de redesenho do Viário Local deveriam ser consideradas para as *Áreas de Intervenção Pontual*, por apresentarem a escala adequada.

Por sua grande abrangência, não foram apresentadas demais diretrizes para nortear a proposta.

Sistemas de Transporte:

A grande importância das marginais como grande eixo de transporte rodoviário da cidade é citada na introdução do Termo de Referência. Não apenas como elemento estrutural, mas como ligação de outros diversos elementos no nível metropolitano e estadual (a partir das marginais dos rios é possível acessar diversas rodovias para os mais diferentes pontos dentro e fora do estado). Apesar disso, intervenções que abordssem os Sistemas de Transporte não foram citadas no material do Concurso, ficando totalmente ao critério das análises de necessidade e partido dos concorrentes.

Planos Paisagísticos:

Plano Paisagístico:

A concepção do Plano Paisagístico deveria estar totalmente atrelada ao Plano Geral de Intervenção da área. O material de referência sempre liga o Plano Diretor à estruturação paisagística das Marginais do Rio Tietê e Pinheiros.

Como descrito no Termo de Referência: "(...) *discussão que tenha como pano de fundo o próprio desenho da cidade e sua relação com a qualidade ambiental é o que se pretende solicitar, neste Concurso (...)*"²⁷

Dentro destas premissas, tornava-se absolutamente imprescindível o esboço de um Plano Paisagístico conjugado ao Plano Diretor.

Paisagismo e Vegetação:

Assim como o Concurso teve sua área de abrangência dividida em duas escalas e o Plano Paisagístico está para o Plano Diretor, o Paisagismo e as propostas de Vegetação estão para as áreas de intervenção pontual. Dentro de uma escala menor, os devidos tratamentos deveriam ser dispensados para cada um dos pequenos focos selecionados de trabalho.

Todo o Material de Referência é muito aberto (como um todo, não são dadas indicações muito claras para as intervenções), não existem maiores informações sobre o caráter que deve ser tomado para esta área.

3 Tratamento de Áreas Públicas:

Mobiliário Urbano, Iluminação Pública e Comunicação Visual:

Dentro dos objetivos do concurso é citado que as questões de Mobiliário Urbano, Iluminação Pública e Comunicação Visual deveriam ser abordadas para as quatro áreas de intervenção pontuais como parte do aprofundamento das diretrizes já apresentadas no Plano Diretor.

4 Programático:

Usos e Vocações:

O Plano Diretor solicitado para toda a área das Marginais deveria contemplar a questão de usos e

27. Informação extraída do Termo de Referência do Concurso Nacional de Idéias para a Estruturação Urbana e Paisagística as Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê.

vocações, além de apontar atividades. O objetivo destas propostas deveria sempre ser a promoção de multiplicação de efeitos geradores de qualidade ambiental destas áreas.

Em um nível mais projetual, seria desenvolvido nas Propostas de Intervenção Pontual as edificações e os modelos de ocupação para estes usos e vocações apresentados.

Intervenções Pontuais Edificatórias Públicas e Privadas:

Para os sub-setores de intervenção pontuais deveriam ser consideradas atividades de caráter público condizente. Além disso, intervenções edificatórias (sem caráter específico indicado) poderiam ser apresentadas. Por se tratarem de Projeto Urbanos, o tema de intervenções edificatórias cabiam dentro do contexto e da escala. Estas deveriam estar casadas com os usos e vocações apontadas no Plano Diretor da área das Marginais.

5 Viabilidade

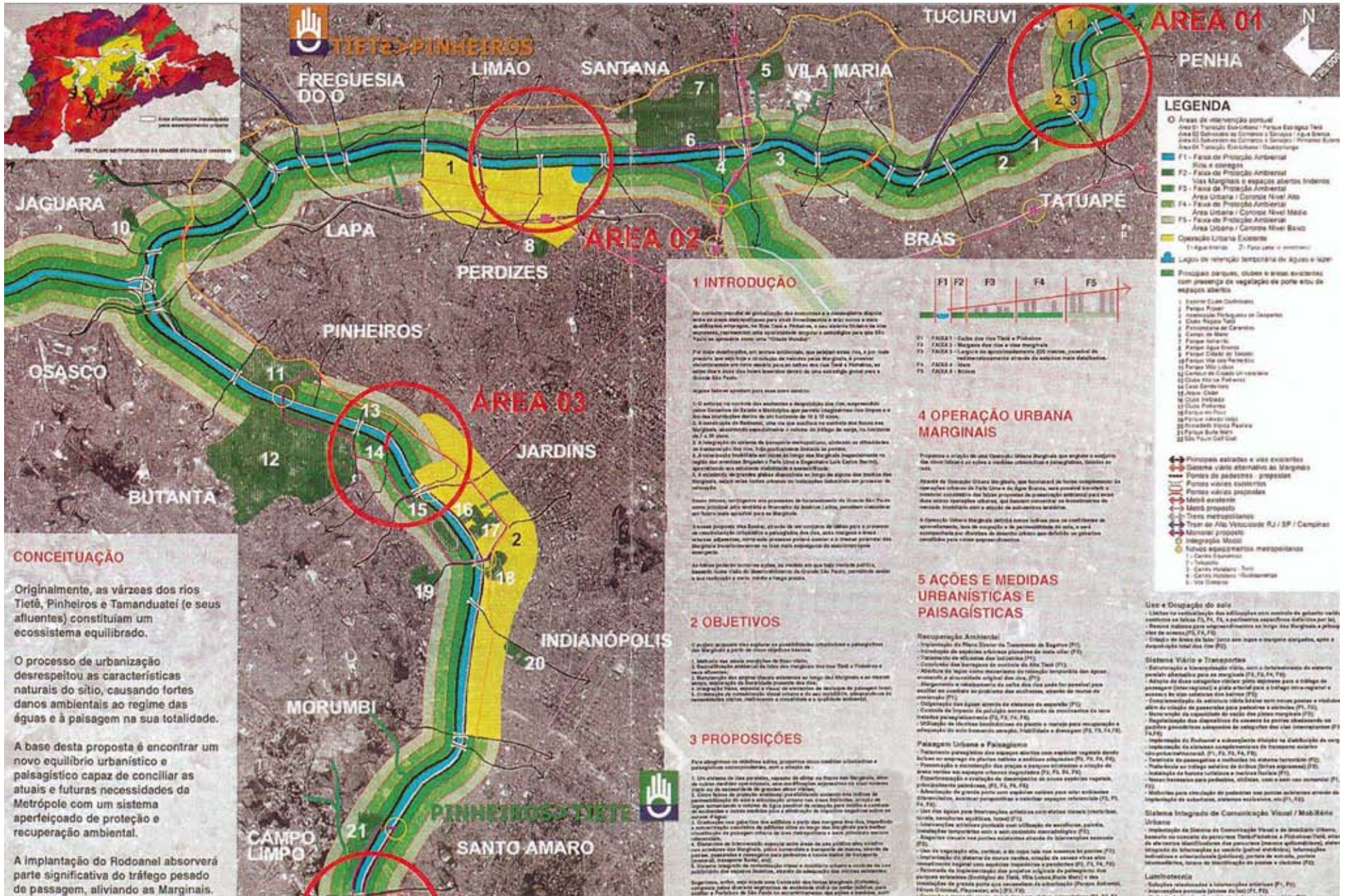
Conforme citado no Edital do Concurso, a Viabilidade da Proposta era um dos quesitos a ser analisado pela Comissão Julgadora. Não foram dados maiores detalhes sobre como este item seria analisado, nem mesmo quais elementos deveriam ser apresentados para tal análise.

ANÁLISE DO MATERIAL DO PROJETO VENCEDOR

O Concurso teve seu resultado anunciado no dia 23 de janeiro de 1999, na Sede o IAB-SP. De um total de vinte e um trabalhos entregues, foram concedidas três premiações e três menções honrosas (conforme previsto em Edital).

O projeto dado como vencedor foi o da equipe coordenada pelo Arquiteto Bruno Roberto Padovano. Utilizando-se dos mesmos parâmetros utilizados para a dissecação do material de referência do concurso, isto é, da encomenda do cliente, já abordado no item anterior, será analisado comparativamente o projeto apresentado como vencedor naquela oportunidade.

28. Plano Diretor para a Área das Marginais - Informação extraída das Pranchas do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.



CONCEITUAÇÃO

Originalmente, as várzeas dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí (e seus afluentes) constituíam um ecossistema equilibrado.

O processo de urbanização desprezou as características naturais do sítio, causando fortes danos ambientais ao regime das águas e à paisagem na sua totalidade.

A base desta proposta é encontrar um novo equilíbrio urbanístico e paisagístico capaz de conciliar as atuais e futuras necessidades da Metrópole com um sistema aperfeiçoado de proteção e recuperação ambiental.

A implantação do Rodoanel absorverá parte significativa do tráfego pesado de passagem, aliviando as Marginais.

1 INTRODUÇÃO

As condições ideais de generalização das intervenções a serem implantadas ao longo do rio Tietê e Pinheiros, e sua futura evolução de vive urbano, fundamentam esta proposta de intervenção e organização para o rio Tietê e Pinheiros, assim como o "Eixo Tietê-Pinheiros".

Por isso, inicialmente, em termos gerais, que se definem como: rio, e por isso, preservar seu regime e o nível de inundações para a população, e preservar o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida do rio Tietê e Pinheiros, no sentido de, a partir das ações propostas, criar um novo regime para o rio Tietê e Pinheiros.

Após isso, a proposta para o rio Tietê e Pinheiros:

- 1. O rio Tietê e Pinheiros são elementos de importância do rio, representando o eixo de ligação entre o rio Tietê e Pinheiros e o rio Tietê e Pinheiros.
- 2. A intervenção de proteção, uma vez que se encontra no rio Tietê e Pinheiros, a intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 3. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 4. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 5. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 6. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 7. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 8. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 9. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 10. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 11. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 12. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 13. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 14. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 15. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 16. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 17. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 18. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 19. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 20. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.
- 21. A intervenção de proteção e a intervenção de proteção.

2 OBJETIVOS

2.1. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

2.2. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

2.3. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

2.4. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

2.5. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

3 PROPOSIÇÕES

3.1. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

3.2. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

3.3. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

3.4. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

3.5. Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

4 OPERAÇÃO URBANA MARGINAIS

Proposta a criação de uma Operação Urbana Marginal que englobe a margem do rio Tietê e Pinheiros e a margem do rio Tietê e Pinheiros.

Avanço da Operação Urbana Marginal, que fundamenta de forma essencial as intervenções urbanas de F1, F2, F3, F4, F5, e Opção Urbana Existente, e a intervenção de proteção e a intervenção de proteção.

A Operação Urbana Marginal possui como objetivo a melhoria de infraestrutura, a melhoria de infraestrutura e a melhoria de infraestrutura.

5 AÇÕES E MEDIDAS URBANÍSTICAS E PAISAGÍSTICAS

Recuperação Ambiental:

- Implantação de Faixa Verde de Proteção de Margem (F1)
- Implantação de Faixa Verde de Proteção de Margem (F2)
- Implantação de Faixa Verde de Proteção de Margem (F3)
- Implantação de Faixa Verde de Proteção de Margem (F4)
- Implantação de Faixa Verde de Proteção de Margem (F5)
- Implantação de Faixa Verde de Proteção de Margem (Opção Urbana Existente)

Paisagem Urbana e Paisagismo:

- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

LEGENDA

- Áreas de intervenção pontual
- Área 01 - Tatuapé (Eixo Tietê - Penha)
- Área 02 - Perdizes e Lapa
- Área 03 - Jardim e Indianópolis
- Área 04 - Morumbi e Campo Limpo
- Área 05 - Santo Amaro e Tietê

- F1 - Faixa de Proteção Ambiental - Rios e córregos
- F2 - Faixa de Proteção Ambiental - Área Marginal e espaços abertos litorâneos
- F3 - Faixa de Proteção Ambiental - Área Urbana / Controle Nível Alto
- F4 - Faixa de Proteção Ambiental - Área Urbana / Controle Nível Médio
- F5 - Faixa de Proteção Ambiental - Área Urbana / Controle Nível Baixo
- Opção Urbana Existente
- Lagos de retenção temporária de águas e lazer
- Principais parques, clubes e áreas esportivas

1 - Parque Tietê 2 - Parque Pinheiros 3 - Parque Tatuapé 4 - Parque Perdizes 5 - Parque Lapa 6 - Parque Jardim 7 - Parque Indianópolis 8 - Parque Morumbi 9 - Parque Campo Limpo 10 - Parque Santo Amaro 11 - Parque Tietê 12 - Parque Pinheiros 13 - Parque Tatuapé 14 - Parque Perdizes 15 - Parque Lapa 16 - Parque Jardim 17 - Parque Indianópolis 18 - Parque Morumbi 19 - Parque Campo Limpo 20 - Parque Santo Amaro 21 - Parque Tietê 22 - Parque Pinheiros 23 - Parque Tatuapé 24 - Parque Perdizes 25 - Parque Lapa 26 - Parque Jardim 27 - Parque Indianópolis 28 - Parque Morumbi 29 - Parque Campo Limpo 30 - Parque Santo Amaro 31 - Parque Tietê

Uso e Disposição do solo:

- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

Sistema Viário e Transportes:

- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

Sistema Integrado de Comunicação Visual / Mobilidade Urbana:

- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

Luminotécnica:

- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.
- Melhorar as condições de vida da população que vive nas áreas marginalizadas.

1 Planos Gerais e Paisagísticos:

Plano Diretor da Área:

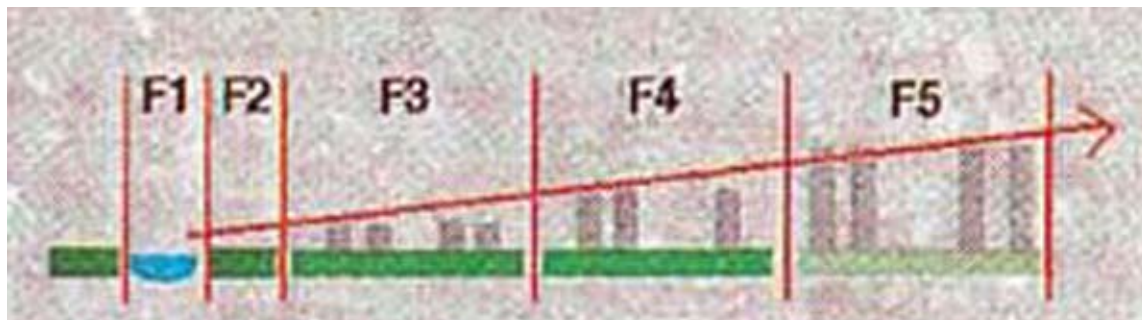
Pela natureza do concurso, o Plano Diretor para a área é muito conjugado ao Plano Paisagístico. A proposta vencedora apresentou como conceito base "encontrar um novo equilíbrio urbanístico e paisagístico capaz de conciliar as atuais e futuras necessidades da Metrópole com um sistema aperfeiçoado de proteção e recuperação ambiental."²⁹

A base para esta proposta é a da criação de cinco faixas de proteção ambiental e de duas áreas de transição eco-urbana, uma junto ao Parque Ecológico do Tietê e outra próxima à Represa do Guarapiranga e que correspondem as áreas das várzeas dos Rios Tietê e Pinheiros.

Nestas cinco faixas de proteção seriam adotadas Operações Urbanas; batizada como Operação Urbana Marginais, que conteria uma série de medidas urbanísticas (que serão detalhadas nos itens abaixo). Esta operação funcionaria conjuntamente com outras duas Operações Urbanas já existentes, Faria Lima e Água Branca, com a possibilidade de transferência de potenciais construtivos para estas duas, a fim de criar faixas de proteção ambientais na área das Marginais, sem prejudicar os proprietários de terrenos desta.

Novos índices urbanísticos (coeficientes de aproveitamento, taxa de ocupação, permeabilidade do solo e recuos) deveriam ser propostos com esta operação urbana, bem como gabaritos, para definição de uma nova diretriz de ocupação do solo e desenho urbano para esta área da cidade.

O conjunto de medidas, para cada uma destas faixas de proteção ambiental, será detalhada nos itens abaixo, com a indicação de abrangência para cada uma, sendo estas:



30

29. Informação extraída do Memorial Descritivo do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.

30. Faixas propostas para o Plano Diretor - Informação extraída das Pranchas do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.

Sendo que:

- F1 – Faixa 1 – Faixa de Proteção Ambiental Rios e Córregos
- F2 – Faixa 2 – Faixa de Proteção Ambiental Vias Marginais e espaços abertos lindeiros
- F3 – Faixa 3 – Faixa de Proteção Ambiental Área Urbana / Controle Nível Alto
- F4 – Faixa 4 - Faixa de Proteção Ambiental Área Urbana / Controle Nível Médio
- F5 – Faixa 5 - Faixa de Proteção Ambiental Área Urbana / Controle Nível Baixo

Plano Paisagístico da Área:

Dentro do seu conjunto de propostas, o projeto vencedor aponta uma série de questões ligadas essencialmente ao Plano Paisagístico para a Área das Marginais.

Na época do concurso, o projeto do Arq. Bruno Roberto Padovano sugeria que um esforço no controle das enchentes e na despoluição dos rios, em um trabalho integrado do Governo de São Paulo e Municípios envolvidos, vislumbrando os rios limpos e o fim das enchentes em um horizonte de 10 a 15 anos.

Os objetivos principais do plano proposto eram: a requalificação ambiental da faixa das marginais dos rios Tietê e Pinheiros e seus afluentes e a manutenção das amplas visuais existentes ao longo das Marginais e a exploração da linearidade existente nos rios.

Uma série de propostas, dentro da idéia de um Plano Diretor geral para a área, garantiriam que o objetivo principal fosse alcançado. Com a criação das cinco faixas de abrangência deste plano, as principais propostas paisagísticas foram:

- Introdução de espécies arbóreas pioneiras de mata ciliar (na faixa 2);
- Controle de impacto de poluição sonora através de movimentos de terra tratados paisagisticamente (nas faixas 2, 3, 4 e 5);
- Utilização de técnicas biodinâmicas de plantio e manejo para recuperação e adequação do solo buscando aeração, friabilidade e drenagem (nas faixas 2, 3, 4 e 5);
- Tratamento paisagístico dos espaços abertos com espécies vegetais dando ênfase ao emprego de plantas nativas e exóticas adaptadas (nas faixas 2, 3, 4 e 5);

- Preservação e manutenção das praças e parques existentes e criação de áreas verdes em espaços urbanos degradados (nas faixas 2, 3, 4 e 5);
- Experimentação e avaliação de desempenho de novas espécies vegetais, principalmente palmáceas (nas faixas 2, 3, 4 e 5);
- Arborização de grande porte com espécies nativas para criar ambientes diferenciados, acentuar perspectivas e valorizar espaços referenciais (nas faixas 2, 3, 4 e 5);
- Uso das águas para intervenção artísticas com efeitos visuais, tais como chafarizes, túneis esculturas aquáticas e luzes (na faixa 1);
- Uso de vegetação alta, vertical, e de copa rala nos acessos às pontes (na faixa 2);
- Implantação do sistema de muros verdes, criação de cercas vivas e/ou revestimento vegetal com espécies trepadeiras e pendentes (nas faixas 2, 3, 4 e 5);
- Retomada da implementação dos projetos originais de paisagismo dos parques existentes (Ecológico do Tietê, Villa Lobos, Burle Marx) e das instalações de grande porte que necessitam de arborização no Parque Anhembi, Fórum Criminal, Playcenter (nas faixas 2 e 3);
- Correção e aproveitamento de taludes para efeitos paisagísticos (nas faixas 2, 3, 4 e 5);
- Substituição gradativa de espécies plantadas em lugares inadequados (na faixa 2);³¹

Redesenho Urbano e Paisagismo:

As propostas de Redesenho Urbano e Redesenho de Viário são bem claras e consistentes nas quatro áreas de intervenção pontuais. Cada uma delas representa um projeto urbano, conceituado e projetado (inclusive contemplando todas as intervenções edificatorias, usos e vocações). Para melhor compreensão do item de desenho urbano, será segmentado conforme área de intervenção.

Área de intervenção pontual 01: Trecho compreendido entre o Viaduto do Imigrante Nordestino e a Ponte Aricanduva

Esta área foi definida pelo projeto vencedor como uma das áreas de "transição eco-urbana" pela sua grande proximidade com o Parque Ecológico do Tietê. Com uma ocupação pouco definida, ainda um pouco rarefeita e muito dependente de outros pontos de grande atrativo para a cidade (Aeroporto Internacional de Guarulhos, Shopping Center Norte e Parque Anhembi). Para apoio deste núcleo já existente, foi proposto um Teleporto

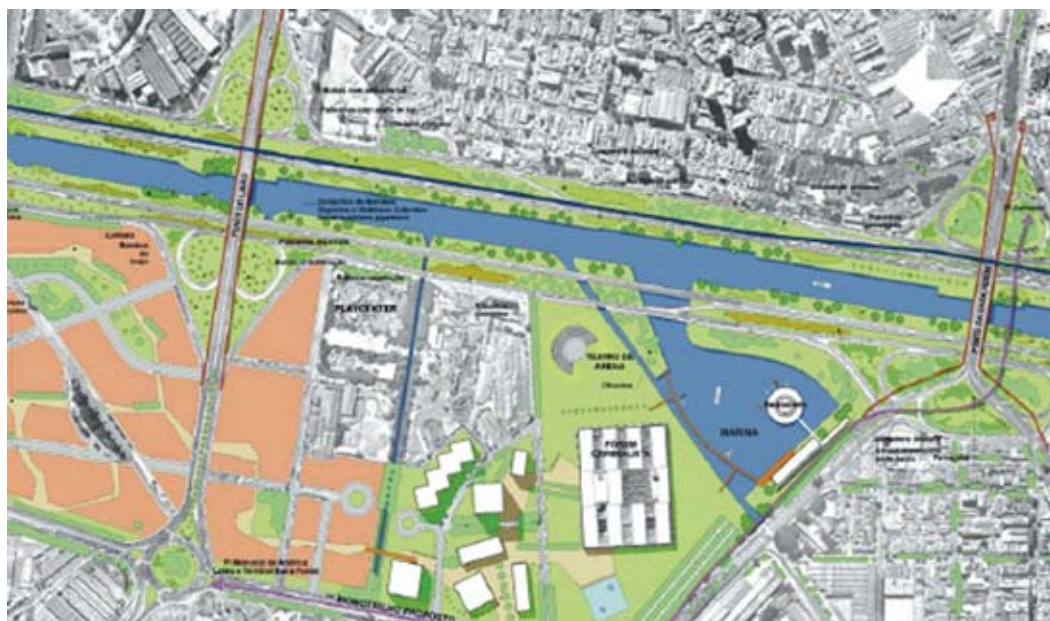
31. Informação extraída do Memorial Descritivo do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.

Área de intervenção pontual 02: Trecho compreendido entre as Pontes da Casa Verde e Júlio Mesquita Neto

Esta área pontual teve a sua intervenção batizada como *Sub-Centro Metropolitano de Comércio e Serviços / Água Branca*. Utilizando-se de um instrumento urbanístico já existente, a Operação Urbana Água Branca, a proposta vencedora buscou potencializar a infra-estrutura privilegiada da região (a ótima acessibilidade, existência de estação de metrô, trem e terminal rodoviário, além de edifícios públicos e institucionais importantes para a região e a grande quantidade de glebas e galpões industriais já desocupados).

O projeto vencedor propunha a criação de áreas de suporte público condizentes com a futura demanda de adensamento que a Operação Urbana Água Branca permitia, com calçadas arborizadas, praças, passeios, principalmente junto às áreas de edifícios públicos já existentes e em execução. Para isso, o proponente incluía a modificação de alguns índices urbanísticos, tais como recuos frontais ao longo das grandes avenidas e a definição de circulações centrais nos meios de quadra, para a criação de quarteirões abertos.

Um sistema de transporte do tipo "monorail" foi proposta por toda a região, integrando a estação Intermodal de Metrô e Trens com o Memorial da América Latina, Sesc Pompéia, o Shopping West Plaza, o Parque da Água Branca, o Parque do Anhembi, o Campo de Marte e os fóruns, estabelecendo assim uma forma não poluente de transporte pela região.



34. Planta da intervenção Área Pontual 2 - Informação extraída da prancha do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.

35. Perspectiva Área Pontual 2 - idem 34.

Próxima a ponte da Casa Verde foi sugerida a construção de uma Marina para embarcações de uso turístico e transporte fluvial.

Esta área ainda é objeto de uma proposta (existente, anterior ao concurso) do trem de alta velocidade que interligaria as Cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas.

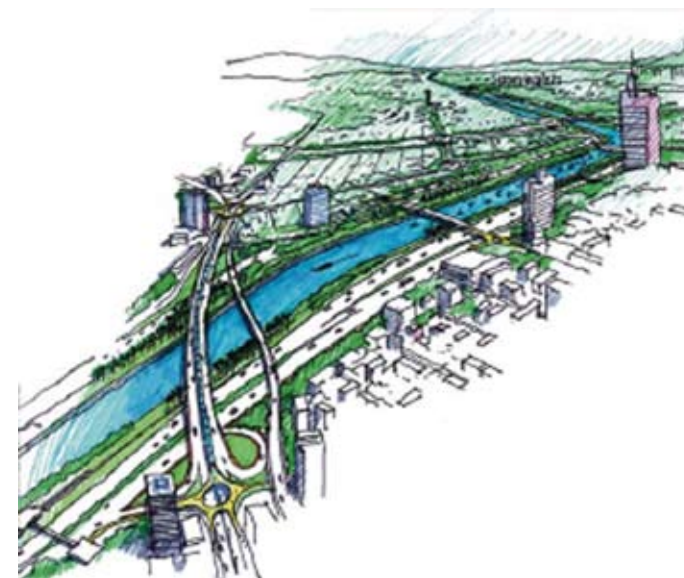
Área de intervenção pontual 03: Trecho compreendido entre as Pontes da Cidade Universitária e Eusébio Matoso

O trecho da intervenção pontual 3 já se constituía um setor terciário consolidado na cidade na época do concurso, além disso, possuía uma grande proximidade com bairros residenciais densamente arborizados (Pinheiros e Butantã). Grandes equipamentos metropolitanos como a Cidade Universitária e o Parque Villa Lobos compunham o entorno da região.

Com base nestas premissas, o trabalho vencedor apresentou uma proposta baseada na manutenção dos gabaritos nos bairros já arborizados e das massas arbóreas já existentes, apenas introduzindo novas espécies.

Uma passarela de pedestres equipada com lojas e serviços de apoio aos transeuntes foi proposta entre as margens dos rios no eixo correspondente ao Largo de Pinheiros e a Praça Jorge de Lima. Esta tem por objetivo facilitar o o acesso aos terminais de ônibus do Butantã. Outra proposta, junto à ponte, foi a de uma plataforma-atracadouro para barcos turísticos (continuidade do projeto de pequenas marinas por um rio despoluído). Esta plataforma poderia ser integrada ao sistema de transportes metropolitanos já existentes na área.

O sistema viário de travessia foi completado com uma ponte dentre as avenidas Professor Frederico Hermann Jr (Pinheiros) e Valentim Gentil (Butantã), interligando também a Avenida Sumaré com as Rodovias Raposo Tavares e Regis Bittencourt. Também foram consideradas pequenas intervenções nas pontes já existentes, para uma melhor circulação de pedestres, com coberturas laterais e passarelas elevadas.



36

Como na área de intervenção pontual 02, para este setor foi considerado também um sistema de transporte por "monorail" interligando a Cidade Universitária, o Parque Villa Lobos e o Jockey Club com outras áreas de concentração terciária da região (shoppings, centros de Pinheiros e Butantã).

Área de intervenção pontual 04: Trecho compreendido entre a Ponte João Dias e a confluência dos rios Jurubatuba com o rio Guarapiranga

O perfil de ocupação desta região é um tanto heterogêneo, com grandes porções industriais em processo de esvaziamento e áreas residenciais com os mais diversos perfis populacionais e de renda. A Represa do Guarapiranga é o limite sul em termos ocupacionais, visto que se constitui um setor da Lei de Proteção aos Mananciais e é responsável por grande parte do abastecimento da Grande São Paulo. O canal do Rio Guarapiranga é a ligação deste grande reservatório com o Rio Pinheiros e as Marginais. A região é rica em referências paisagísticas naturais, que bem exploradas e integradas ao contexto urbano a potencializam.

A idéia do projeto vencedor é conjugar a continuidade ambiental à viabilidade de inserir novos usos de interesse metropolitano. O projeto ancora seria o de uma grande Vila Olímpica, não só de uso local, mas de nível metropolitano. A região é carente de equipamentos urbanos de uso esportivo.

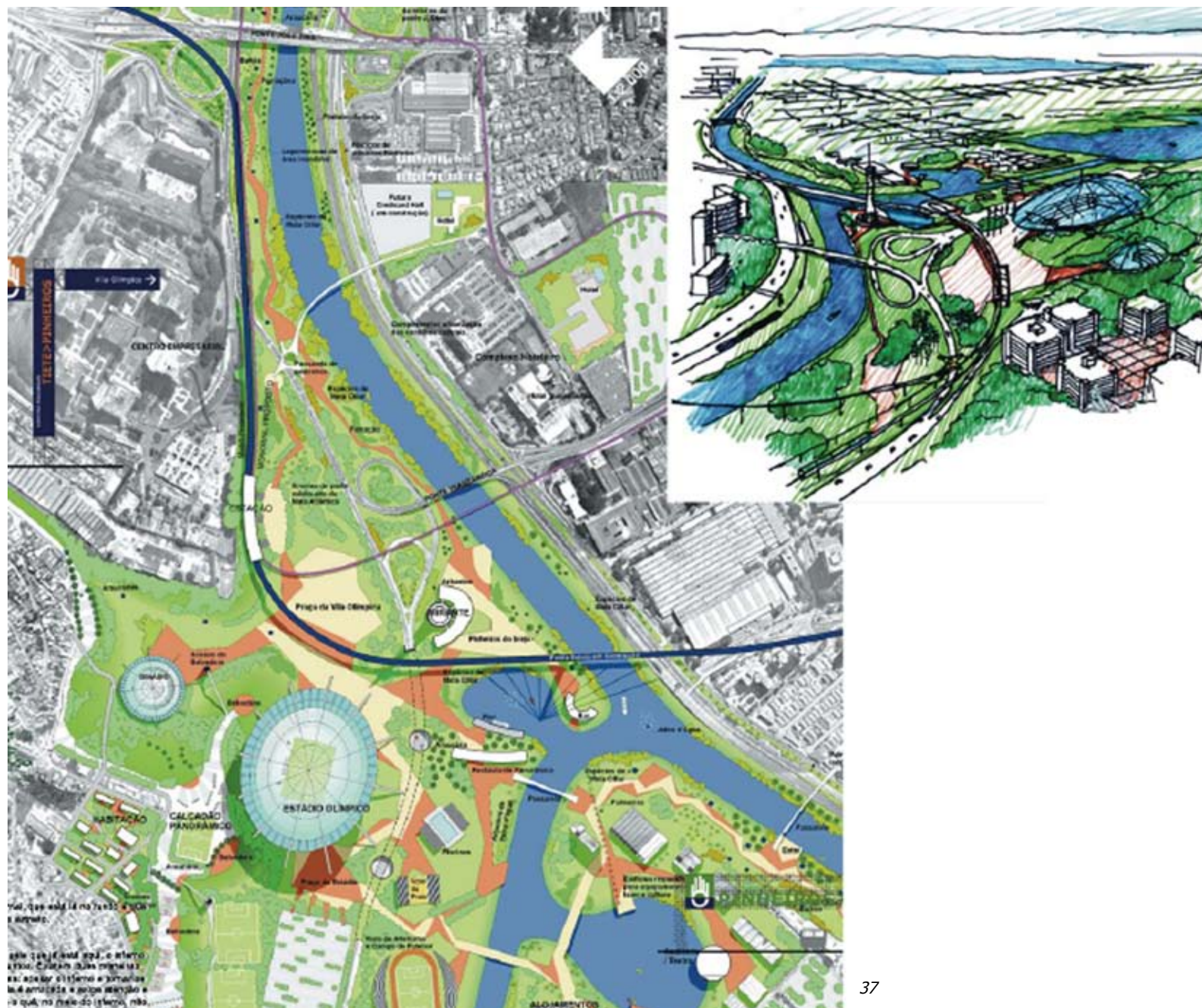
Esta Vila Olímpica se inseriria na topografia acidentada da região, com estádios e ginásios se encaixando sem gerar grandes volumes de retirada de terra e as planícies abrigando áreas habitacionais.

Já se apropriando da grande potencialidade paisagística, o projeto só reintegraria nos canais do Rio Jurubatuba e Rio Pinheiros uma espécie de pinheiro local: a araucária. A espécie concentrava-se ao longo do Rio Pinheiros em outras épocas.

Próximo ao Hotel Transamérica e Teatro Alfa Real foi proposto um pólo hoteleiro interligado à Vila Olímpica. Para viabilizar a implantação deste, algumas vantagens em índices urbanísticos seria concedida.

Como nas outras áreas de intervenção pontual, uma marina foi proposta na confluência do canal com o Rio Pinheiros, com a finalidade de transporte fluvial e de barcos de turismo.

Um grande marco vertical foi proposto com a implantação de uma torre mirante de telecomunicações sobre a área da Vila Olímpica.



37. Perspectiva e planta de intervenção da Área Pontual 3 - Informação extraída da prancha do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.

Suporte Físico das Intervenções e Sistemas de Transporte:

Também neste caso ficaria muito difícil separar o suporte físico (infra-estrutura) para as intervenções da questão de sistemas de transporte. Como grande eixo viário metropolitano, as Marginais dos Rios Tietê e Pinheiros têm importância vital para o deslocamento rodoviário não só pela cidade de São Paulo, mas também para outras regiões do estado.

A proposta vencedora apresenta como um de seus objetivos a melhoria das atuais condições de fluxo viário pelas marginais. As propostas principais para que isso se estabeleça são:

- a de um sistema de vias paralelas, capazes de aliviar os fluxos nas marginais, além de outras medidas operacionais, sem a necessidade de modificações expressivas no atual sistema viário ou de grandes obras viárias;
- elementos de intercomunicação espacial de sistemas de transporte de massa (os já existentes, como Metrô, CPTM, ônibus e os propostos, "monorail" e fluvial) pelas pontes dos rios, passarelas e novas passagens, a fim de otimizar e integrar toda a estrutura de transportes.

A segunda proposta pode ser observada nas intervenções pontuais propostas (item de redesenho urbano e paisagismo).

Uma série de outras medidas foram propostas nas diversas faixas do Plano Diretor para a área (de faixa 1 a 5) nos diversos níveis de infra-estrutura (não só viária):

- Implantação do Plano Diretor de Tratamento de Esgotos (na faixa 1);
- Tratamento de efluentes industriais (na faixa 1);
- Conclusão das barragens de controle do Alto Tietê (na faixa 1);
- Abertura de lagos como mecanismos de retenção temporária das águas evocando a sinuosidade original dos rios (na faixa 1);
- Alargamento e rebaixamento da calha dos rios onde for possível para auxiliar no combate ao problema das enchentes, através de muros de contenção (na faixa 1);
- Oxigenação das águas através de sistema de aspersão (na faixa 1);
- Adoção de duas categorias viárias: pista expressa para tráfego de passagem (inter-regional) e pista arterial para tráfego intra-regional e acessos às vias coletoras dos bairros (na faixa 2);
- Complementação da estrutura viária básica com novas pontes e viadutos, além da criação de passarelas para

- pedestres e ciclovias (nas faixas 1 e 2);
- Manutenção da capacidade de vazão das pistas marginais (na faixa 2);
 - Regularização dos dispositivos de acesso às pontes obedecendo aos padrões geométricos adequados às categorias das vias interceptantes (nas faixas 3, 4 e 5);
 - Implantação do Rodoanel e subsequente diminuição de cargas;
 - Implantação de sistemas complementares de transporte coletivo não-poluente/"monorail" (nas faixas 1, 2, 3, 4 e 5);
 - Terminais de passageiros e melhorias no sistema ferroviário (na faixa 2);
 - Preferência de tráfego seletivo de ônibus (linhas expressas) (na faixa 2);
 - Instalação de barcos turísticos e marinas fluviais (na faixa 1);
 - Novas travessias para pedestres, ciclistas, com e sem uso comercial (nas faixas 1 e 2);
 - Melhorias para circulação de pedestres nas pontes existentes através da implantação de coberturas, sistemas exclusivos, etc (nas faixas 1 e 2);³⁸

2 Tratamentos de áreas públicas:

Mobiliário Urbano e Comunicação Visual:

O projeto vencedor apresenta como um de seus objetivos a ordenação visual e do mobiliário, a fim de adequá-lo às questões viárias, melhorando assim, a sua visibilidade e a qualidade ambiental. A proposta é de um sistema integrado de comunicação visual e mobiliário urbano e controle de uso publicitário dos espaços lindeiros, através da adequação das normas existentes.

Uma segunda proposta foi a implantação de um sistema de comunicação visual baseada no percurso Tietê-Pinheiros e Pinheiros-Tietê através de elementos que identifiquem o percurso. Além de sistemas integrados de informação ao usuário (indicativa ou orientativa), portais de entrada, totens de identificação de pontes e viadutos.

Iluminação Pública:

Propostas para luminotecnica também foram contempladas pelo projeto vencedor nos vários níveis

38. Informação extraída do Memorial Descritivo do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.

de intervenção (ou faixas):

- Soluções relacionadas à intervenções artísticas (nas faixas 1 e 2);
- Intervenções pontuais (show de luz) (nas faixas 1 e 2);
- Melhorias na iluminação existente sobre o sistema viário (na faixa 2);
- Implantação de sistemas complementares de iluminação para valorização paisagística dos rios, suas margens, vegetações, pontes e viadutos (nas faixas 1 e 2);³⁹

3 Programático:

Usos e Vocações:

Detectaram-se algumas tendências, na época do concurso, sobre a área das Marginais:

1. a existência de grandes glebas disponíveis ao longo de alguns trechos, seja de vazios urbanos ou de instalações industriais realocadas.
2. o processo de valorização imobiliária ao longo das marginais, principalmente nos trechos das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engenheiro Luis Carlos Berrini.

Para a conjugação destas tendências com um urbanismo consciente (dentro do conceito espacial do projeto) a proposta vencedora sugere a graduação de gabaritos dos edifícios a partir das margens dos rios, impedindo a concentração de edifícios altos nas margens dos rios, para melhor visualização da paisagem urbana. As únicas exceções a este caso seriam as regiões das Operações Urbanas Água Branca e Faria Lima.

Adicionando-se à esta proposta, seria solicitado mudanças nos recuos dos lotes ao longo das marginais, aumentando assim a distância dos empreendimentos das vias de acesso.

Nos projetos pontuais foram propostos diversos usos e vocações para cada um dos casos. Sendo que foi elaborado como um projeto urbano complexo, contemplando áreas de transporte, culturais, de serviços e comércio.

4 Viabilidade

O Edital do Concurso citava que um dos quesitos para avaliação dos projetos vencedores seria a viabilidade

39. Informação extraída do Memorial Descritivo do Projeto Vencedor do Concurso das Marginais.

das suas propostas, mas não previu como esta deveria ser demonstrada. A proposta vencedora não apresentou o custo total da intervenção e cronogramas físico-financeiros, mas sugeriu a criação de uma comissão batizada de CoNoMa (Comissão das Novas Marginais), composta por diversos seguimentos das sociedade civil e do poder público, com a finalidade de auxiliar a Prefeitura no encaminhamento do processo de implementação e avaliação das propostas. Esta comissão teria o poder de alterar legislações e projetos ao longo do tempo também.

CONCLUSÃO

Como justificativa para a escolha do projeto, coordenado pelo Arquiteto Bruno Roberto Padovano, o júri se pronunciou da seguinte forma, pela Ata de Julgamento:

"O Trabalho 05 apresenta forte consistência entre a conceituação do Plano Diretor e as soluções pontuais, boa abrangência, tanto nos aspectos urbanísticos como dos paisagísticos, atendendo de forma harmônica e equilibrada a todas as áreas e a todos os questionamentos constantes do Edital do Concurso.

Ao propor uma operação urbana e a criação de um órgão gestor, o projeto encaminha com praticidade a implantação das cinco medidas urbanísticas e paisagísticas propostas, a saber: sistema de vias paralelas, faixas de proteção ambiental, graduação de gabaritos dos edifícios, interconexão entre pólos de atração, pontos de embarque e sistema de comunicação visual. São ricas e imaginosas as propostas para as quatro áreas pontuais: abertura de canal, marinas, campos esportivos, ligações viárias, sempre indicando soluções urbanísticas e paisagísticas suficientemente precisas, fornecendo clara imagem do enriquecimento urbano proposto.⁴⁰

Como apontado pelo corpo jurado, a grande qualidade do projeto vencedor é a forte conceituação do Plano Diretor e das soluções pontuais. O Arquiteto vencedor aponta como ponto forte deste projeto a consideração dos vários sistemas urbanos como um grande conjunto: redes viárias, de transporte, comunicação visual, paisagismo, uso do solo, entre outros. A análise criteriosa da área de intervenção e a abordagem projetual considerando as mais diferentes frentes de trabalho resultaram em um projeto conceitualmente consistente e rico em soluções.

Dentro dos critérios de aprofundamento das áreas pontuais apontados no Edital do Concurso, o Projeto Vencedor apresentou propostas e conceitos sobre todos os itens solicitados para as quatro áreas pontuais: vegetação e edificações; iluminação pública, segurança e sinalização; comunicação visual e mobiliário urbano; sistema viário local; atividades de caráter público condizente. O mesmo pode se dizer sobre os critérios de julgamento para o concurso como um todo, cuja avaliação partia da conceituação do projeto como um todo, a viabilidade do mesmo, a integração da proposta com o espaço urbano e da coerência das propostas para as áreas pontuais e o Plano Diretor.

40. Extraído da Ata de Julgamento - Concurso Nacional de Idéias para a Estruturação Urbanística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê. (Vide Documentos Anexos)

O Vencedor apresentou um projeto completo nos dois aspectos requeridos, tanto no nível metropolitano, abordando soluções de um Plano Diretor para a área das Marginais, sugerindo uma grande Operação Urbana para todo o setor, quanto no nível pontual, propondo Projetos Urbanos completos para cada uma das áreas apontadas pelo Termo de Referência do Concurso. A complementaridade entre as duas escalas de abordagem também foi fundamental para a qualidade do projeto.

Reconhecida o projeto vencedor como de grande qualidade, ficam alguns pontos do processo do concurso para serem levantadas:

1 – A proposta do Concurso de Idéias é sempre de gerar discussões sobre um determinado tema proposto, como citado pelo Arq. Bruno Padovano, são idéias doadas. Existiram duas questões que geram questionamentos:

O Concurso das Marginais foi proposto inicialmente como concurso de idéias, mas o seu formato e exigências era demasiadamente pesados para tal finalidade. O volume de material a ser executado, um total de cinco pranchas, era muito oneroso para as equipes participantes. A solução para concursos declaradamente com este perfil é a de apresentação de conceitos, de forma mais sintética, exigindo-se menos dos participantes e possibilitando a participação de um número maior de profissionais (com um custo menor).

Visto que o propósito era a discussão de idéias muito pouco foi feito neste sentido. Como outros concursos, este despertou interesse; foi apresentado em diversos órgãos públicos e universidades, mas não houve debates que gerassem a discussão esperada. Sendo assim, o objetivo primordial não se cumpriu.

2 – A divulgação das propostas: Com um concurso ocorrido em 1999 e não catalogado ou divulgado devidamente, muito se perdeu. Muitas vezes a memória dos concursos se perde alguns meses depois da premiação. Sem contratação ou processo que leve isso a diante, as idéias são engavetadas e esquecidas. Seria importante a divulgação e a documentação destes projetos, não só como memória destes fatos, mas como uma forma de continuidade e cobrança destes processos.

3 – A não contratação dos projetos: Mesmo se tratando de um concurso de idéias, cabe sempre ressaltar que a contratação dos projetos deveria ser uma premissa. O Concurso das Marginais gerou um interesse na contratação, mas não foi efetivada conforme descrito pelo Arq. Bruno Padovano:

"A EMURB nos procurou e queria saber quanto sairia um trabalho deste porte. No edital do concurso dizia claramente que no caso da contratação da equipe vencedora deveria ser usada a tabela do IAB. Nós pegamos a tabela do IAB e se aplicássemos os níveis mais altos seria uma fortuna. Aplicamos os níveis mais baixos da tabela, levamos esta

*proposta para a EMURB e dissemos que este projeto poderia ser contratado ao longo de muito tempo, em etapas, mas o valor na época ficou em torno de R\$ 25 milhões. Era algo muito grande, mas era para um executivo. Todo o planejamento, todos os espaços, a nossa área de intervenção era de 75km². Pode parecer um número muito elevado, mas na hora de desenvolvimento, isso incluindo as redes elétrica, hidráulica, viária, enfim tínhamos que considerar todos os aspectos que iriam entrar para desenvolver um trabalho deste tipo. Esta foi a minha maior proposta de todos os tempo e a minha maior decepção de todos os tempos também...*⁴¹

O PÓS CONCURSO

O Concurso das Marginais já foi anunciado como concurso de idéias, portanto sujeito a não contratação. Conforme descrito anteriormente, houve uma intenção por parte da EMURB de contratar o projeto, o que acabou não se concretizando.

Como todo concurso de grande visibilidade, ele tem repercussões positivas para a equipe vencedora. Apesar da não contratação, a equipe vencedora ou contratada para prestar consultoria para empresas privadas sobre o pedagiamento das Marginais. Posteriormente, com a possibilidade das Olimpíadas se realizarem na Cidade de São Paulo, novas discussões foram feitas sobre o projeto vencedor deste concurso, visto que previa uma grande Vila Olímpica, perto da Represa do Guarapiranga. Apesar das discussões, o arquiteto contratado para desenvolver o Plano para as Olimpíadas, foi o Arq. Paulo Mendes da Rocha.⁴²

41. *Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Bruno Roberto Pado-vano. (Vide Documentos Anexos).*

42. *Idem.*

Capítulo 2
Concurso Carandiru

REURBANIZAÇÃO DA ÁREA DO CARANDIRU: CONCURSO NACIONAL DE PLANO DIRETOR



43. Capa do Edital de Convocação
para o Concurso de Reurbanização
do Carandiru

FICHA TÉCNICA DO CONCURSO

Promotores: Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria da Administração Penitenciária.

Organizador: Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP e o Instituto de Engenharia – IE.

Coordenadores do Concurso: Arquiteto Wilson Edson Jorge e Arquiteto José Geraldo M. de Oliveira.

Comissão Julgadora: Adilson Costa Macedo
Candido Malta Campos Filho
Roberto Day
Rubens Anauate
Sidonio Marcio Alves Porto

Nº de Trabalhos Entregues: 58

Nº de Trabalhos Analisados: 57

Premiados: *1º Colocado* – Arq. Roberto Aflalo Filho

2º Colocado – Arq. Paulo de Mello Bastos

3º Colocado – Mario Biselli

Menção Honrosa – Arq. Bruno Roberto Padovano

Menção Honrosa – Arq. Carlos M. Teixeira e Oscar Viana Vaz

Menção Honrosa – Arq. Ana Lucia Jardim Castro

Menção Honrosa – Arq. Edílson da Silva Guimarães Filho

Menção Honrosa – Arq. Lílian de Almeida Dal Pian

Menção Honrosa – Arq. Roberto Rolnik Cardoso

Menção Honrosa – Arq. Ubyrajara Gonçalves Gillioli

Menção Honrosa – Arq. Leandro Medrano

Menção Honrosa – Arq. Marcos de Azevedo Acayaba

O Projeto Vencedor – Projeto nº 57

Equipe vencedora:

Coordenador da equipe: Arq. Roberto Aflalo Filho

Equipe: Gian Carlos Gasperini, Luiz Felipe Aflalo Herman, Marcelo Aflalo, Rosa Grena Kliass, Maria Cecília Aflalo, Raquel Altman, Adriana Friedmann, Clara Nori Sato e Fernando Bernardo Prandi.

Consultores: Senac – Luiz Francisco Salgado – Diretor Regional e Maria Pilar Farré

Senai – Fabio Aidar – Diretor Regional e Mario Eugenio Onofre

Erivelto Busto Garcia e Luiz Wilson Pina

ÁREA DO CONCURSO – HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

O Concurso Nacional de Plano Diretor – Reurbanização da Área do Carandiru representou o fim de uma discussão que durava anos em torno da desativação do Complexo Carandiru. Esta começou a ser discutida ainda durante o governo de Franco Montoro, em 1983.

A Penitenciária do Estado foi inaugurada em 1920, com a finalidade de desafogar a velha Casa de Detenção, antigo presídio da cidade de São Paulo (cujo apelido era “Porta do Inferno da Avenida Tiradentes”). Projetada pelo renomado arquiteto Francisco Ramos de Azevedo, a nova penitenciária era um presídio-modelo, chamada de Instituto de Regeneração do Carandiru.

Nascida sob o conceito da regeneração pelo trabalho e, assim vista através das décadas que se passaram, tratava-se de um paraíso. Mas no decorrer dos anos, suas 1.250 celas tornaram-se insuficientes para a demanda, bem como a sua filosofia inicial foi deixada de lado pelas políticas empregadas pelo Estado Novo (1930). Marcava-se o início da decadência; que somente aumentaria pelos anos seguintes.

Como solução para a superlotação foram construídos dois outros pavilhões da nova Casa de Detenção, em 1956. Um dos novos pavilhões abrigaria os detentos que ainda não haviam sido julgados, mas com a lotação esgotada da Penitenciária do Estado, logo os condenados acabaram por ocupar as suas celas. Cada vez mais se evidenciava que novos pavilhões deveriam ser construídos para solucionar o problema, quando no início da década de 60 surgiram mais três.

A filosofia inicial de recuperação se perdeu pelos anos. A superlotação e as mudanças de mentalidade da sociedade e dos presos também contribuíram para o estouro da primeira grande rebelião, em 1964. O resultado desta foi a morte de 10 presidiários e mais de 100 feridos.

Mais três pavilhões foram levantados na década de 70, com a finalidade de prover espaço para o grande fluxo de presos. A partir desta época o problema só se agravou. Em 1985, a Casa de Detenção com a capacidade para 3,2 mil presidiários chegou a abrigar 9 mil pessoas encarceradas.

Com a população cada vez maior, sem novas construções para prover o mínimo de condições de vida, a Casa de Detenção se transformava em um grande barril de pólvora prestes a explodir. A explosão ocorreu em 1992 em

forma de rebelião, que resultou no massacre de 111 presos no Pavilhão Nove. Este fato marcou definitivamente a história do sistema carcerário paulista e definiu novos rumos para o planejamento do setor. A busca por condições mais humanas para a população carcerária e a inviabilidade de se manter um presídio do porte do Complexo Carandiru sob condições precárias se evidenciou.⁴⁴

O Complexo Carandiru:

Em um total de 42.7 ha., situada no Bairro de Santana, o sistema prisional abrigava as seguintes instituições na oportunidade do concurso:

- Casa de Detenção: ocupava uma área de 6,5 ha, cerca de 15 % da área total do Complexo. Tinha uma área construída de 70.000 m², distribuídas por 9 pavilhões. Em outra área de aproximadamente 3,5 ha estava prevista a construção da expansão da detenção, interrompidas pelo Estado para a desativação do complexo;
- Penitenciária do Estado: primeiro edifício com complexo, projeto do Arq. Francisco Ramos de Azevedo, portanto de grande valor histórico e arquitetônico. Com a área construída de 66.000 m², abrigava cerca de 1.200 detentos;
- Penitenciária Feminina: tinha uma área construída de 7.700 m² e capacidade de abrigar 130 detentas;
- Instituto de Classificação e Triagem: possuía 360 celas individuais e era neste instituto que o sentenciado era encaminhado para um dos diversos estabelecimentos penais da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP);
- Unidade de Isolamento de Doenças Infecto-Contagiosas do Hospital da Penitenciária do Estado;



44. Extraído do Termo de Referência do Concurso.

45. Mapa de localização Geral (Material de base do concurso).

- Acadepen – Academia Penitenciária, onde funcionavam cursos para funcionários do setor e um Museu Penitenciário;
- Casas do administrador e diretores da Penitenciária, além da fábrica de medicamentos e de produtos químicos de limpeza;



46. Foto Aérea do Complexo Carandiru na época do concurso (Material de base do concurso).

A Desativação do Complexo Carandiru

Discussões sobre a desativação do Complexo Carandiru começaram ainda durante o Governo de Franco Montoro, em 1983. Vários projetos foram elaborados para o aproveitamento da área, mas todos esbarravam na necessidade de mudança de zoneamento da área. Na oportunidade do concurso era uma Z-8003, que permitia apenas usos institucionais de grande porte (obras públicas).

Um projeto visando a mudança de zoneamento para Z-8 especial, que permitisse o uso comercial e residencial na área, com a duplicação da área verde para 120.000 m² (de um total de 427.000 m²) encontrava-se em exame na Câmara Municipal de São Paulo na época do concurso. Apesar disso, uma visível mudança de abordagem dos programas do governo para a Área do Complexo Carandiru foi responsável pela elaboração de um programa de necessidades que torneou este concurso.

O conceito para este espaço de exclusão seria de um grande parque para a população, com áreas para eventos culturais e esportivos, além de espaço para lazer abundante. Conjugado a este parque, uma grande estrutura com programas de educação, formação e reciclagem de mão de obra. Este programa foi proposto para um debate a ser promovido entre a Secretaria da Administração Penitenciária e o Instituto de Arquitetos do Brasil, dando origem a este concurso.

Para a concretização desta intenção, era necessária a desativação de todo o Complexo. Caminhando para este objetivo, na oportunidade do lançamento do concurso, 21 novas unidades prisionais estavam sendo construídas (12 unidades, pelo Programa do Governo Federal e 9 unidades, pelo Programa da Secretaria de Segurança do Estado), além de 3 estabelecimentos semi-abertos (em Marília, Presidente Prudente e Mirandópolis), todos tinham a entrega prevista para até um ano após a data do concurso (1999).

ANÁLISE DO MATERIAL DE REFERÊNCIA

O INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica firmado com a SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA e com o INSTITUTO DE ENGENHARIA, lançou o **Concurso Público de Proposta de Plano Diretor de Uso e Ocupação da Área e Edificações do atual Complexo Prisional do Carandiru**.

Este concurso, como o próprio nome dizia, era um concurso por propostas de Planos Diretores para a área em questão. Partindo-se do dado de que o Complexo seria desativado e que o zoneamento previsto para a Área do Carandiru era de Z8-003, cujos usos permitidos na oportunidade do concurso eram exclusivamente institucionais. Ainda dentro do próprio material de referência foram citados:

*"o conjunto da área do Carandiru e de suas edificações remanescentes seja destinada integralmente para usos públicos e institucionais."*⁴⁷

*"a SAP⁴⁸ pretende que seja implantado um Centro de Estudos e Ensino voltado ao tema do trabalho e que abrange: atividades de requalificação de mão de obra, pesquisas e discussões relacionadas à questão do emprego e programas de reinserção de mão de obra no mercado de trabalho, uma "verdadeira universidade do trabalho", na expressão do secretário da Administração Penitenciária."*⁴⁹

Diante das referências acima citadas, o produto encomendado pelo cliente, isso é, a Secretaria de Administrações Penitenciárias, era muito claro. Mas para um melhor detalhamento é necessário dissecar todo o material básico do concurso, para que as intenções fiquem claras. Na oportunidade, o promotor disponibilizou um vasto material de base para o concurso. Não apenas gráfico, mas também premissas e diretrizes para o desenvolvimento das propostas. A este material foi aplicada uma matriz única apresentada na introdução, criando assim, parâmetros para a comparação com o projeto vencedor.

47. Dado extraído do Termo de Referência do Concurso.

48. SAP - Secretaria da Administração Penitenciária.

49. Dado extraído do Termo de Referência do Concurso.

1 Planos Gerais:

Plano Diretor da Área e Redesenho Urbano:

O material de referência do Concurso foi muito claro sobre o programa de necessidades para a área, bem como as edificações a serem mantidas no complexo. No item "*Programa de Necessidades*" foram descritos os seguintes procedimentos:

- A Secretaria das Administrações Penitenciárias pretendia a desativação parcial das atividades prisionais no Complexo do Carandiru e nas edificações remanescentes. A destinação para a área seria integralmente para usos públicos e institucionais (obedecendo também às características do zoneamento da área, portanto, não prevendo alteração de legislação);

- Algumas edificações do complexo atual deveriam ser mantidas, eram elas: *parte da Casa de Detenção*, com a implosão dos pavilhões 8 e 9 previstas, situadas na parte contígua ao Córrego Carajás; *parte da Penitenciária do Estado*: a administração e o primeiro pavilhão; *a antiga Casa do Diretor*, na oportunidade sede da ACADEPEN; e *parte das muralhas* como testemunho histórico das antigas funções;

- As demais edificações não citadas seriam demolidas integralmente e a área deveria ser objeto de propostas dos concorrentes;

- Para a área mantida da Casa de Detenção foi solicitada a formulação de uma Universidade do Trabalho (conforme já citado anteriormente);

- Para as demais edificações mantidas não foram propostos usos, ficando a critério dos concorrentes, apenas obedecendo à diretriz de destinação de uso público e institucional, incluindo-se também usos de recreação e lazer;

- A área de mata existente deveria ser objeto de preservação, sendo incorporada nas áreas previstas para lazer e recreação pública;

- Era permitida a incorporação e previsão de novas edificações caso o novo programa julgasse necessário.

Conforme solicitado no Termo de Referência do Concurso: "*O Plano Diretor abrangerá proposta de usos para as*

edificações remanescentes do atual Complexo e para eventuais novas edificações. As áreas livres deverão ser objeto de proposta paisagística que incorpore área para recreação e lazer.”⁵⁰

Fundamentalmente, o produto pedido aos concorrentes era a transformação da grande área do Complexo do Carandiru em área de inclusão social, de caráter público, com algumas edificações para a memória do que se constituiu um dia naquele espaço.

Redesenho Viário Local:

Segundo solicitado no material de referencia deveriam ser previstos sistemas de circulação e de estacionamento de veículos para o equacionamento das conseqüências trazidas pelo tráfego gerado pelas novas atividades para o sistema viário da vizinhança e demais diretrizes da região. Os projetos deveriam demonstrar uma preocupação com as demandas pelos sistemas de infra-estrutura da área.

Além disso, deveria ser considerada a relação da área com a atual trama urbana.

Suporte Físico das Intervenções e Sistemas de Transporte:

Um ponto muito importante do Complexo do Carandiru é a sua localização na cidade. Situado no Bairro de Santana, Zona Norte de São Paulo, delimitado pelas grandes Avenidas Cruzeiro do Sul, Gal. Ataliba Leonel e Zaki Narchi. Bem servido pelas Marginais do Rio Tietê, e por sistemas de transporte coletivo (trem e uma estação de Metrô, a Estação Carandiru). No seu entorno encontram-se atividades de âmbito metropolitano: Complexo Anhembi, Aeroporto de Marte, Shopping Center Norte, entre outras.

Apesar de uma região coberta por infra-estrutura já existente, a região norte de São Paulo é extremamente adensada; ainda carentes em usos públicos de lazer. Sendo assim, a opção de transformar a área em um grande aglomerado de atividades públicas, bem como de espaços de recreação (conforme solicitado pelo edital) viria de encontro com a grande necessidade da região.

50. Dado extraído do Termo de Referência do Concurso.

2 Planos Paisagísticos:

Plano Paisagístico:

Pouco se solicita com relação a questões de Planos Paisagísticos. Sendo o programa principal o Plano Diretor e novos usos destacados para a área, o Paisagismo se constituía o objeto para projeto das novas áreas livres, que surgiriam com a demolição de diversas das edificações existentes, bem como o formato para incorporação de áreas de recreação e lazer.

Dois aspectos históricos das áreas deveriam ser levados em consideração para esta proposta:

- a mata existente no Complexo, que deveria ser mantida e preservada, apenas incorporada aos sistemas de lazer;
- o Córrego dos Carajás, cuja previsão de retificação já estava prevista pela Sabesp, além da instalação de coletores de esgoto para o bairro com destinação ao interceptor da Marginal Tietê. Com isso, o Córrego estaria livre da carga de esgoto que recebia na oportunidade do Concurso (o que não significava a sua total despoluição).

3 Programático:

Usos, Vocações e Intervenções Pontuais:

O Termo de Referência do Concurso é muito claro nas atividades a serem propostas (um conjunto mínimo de atividades, para áreas específicas), bem como, com relação às edificações que deveriam ser mantidas. As solicitações mínimas já foram apontadas no item Plano Diretor.

A Vocação proposta para a área foi definida pelo cliente, sendo esta de caráter público, como um grande parque ou área de lazer, com equipamentos preparados para atender a comunidade, como cursos de requalificação profissional, nos mais diversos níveis. No documento *Novo Uso do Carandiru*⁵¹, da Secretaria da Administração Penitenciária, é citado todo um programa de usos para os diversos pavilhões. Conceitualmente pretendia-se "a

51. Documento base para montagem do Termo de Referência do Concurso.

*transformação da atual Casa de Detenção de São Paulo no maior centro de aprendizado profissionalizante da América do Sul*⁵²

Como primeira fase, citada neste documento, pretendia-se a organização de um Concurso para a urbanização de uma área aproximada de 100.000 m², constituídos de conjunto poliesportivo, universidade ligada ao trabalho, além de outras áreas de convivência.

Os cursos propostos foram divididos da seguinte forma:

- Instituto de formação e reciclagem para o conhecimento industrial: cursos para ferramenteiros, caldeiraria, gráfica, tecelagem, madeira/mobiliário, montagem de equipamentos, indústria de calçados, indústria química, indústria automotiva, instrumentação do meio ambiente, solda/juntas/conectores, técnicos de materiais ferroviários;
- Instituto de formação e reciclagem para o conhecimento da construção civil: cursos para mestre de obra, pedreiros/serventes, serralheiros, carpinteiros, azulejistas, armadores, eletricitas, encanadores, telhadistas, almoxarife e apontadores;
- Instituto de formação e reciclagem para o conhecimento de prestação de serviços em geral: cursos para reparo de eletrodomésticos, mecânicos de automóveis, desentupimento de tubulação, antenista, técnicos de elevadores, intercomunicadores e porteiro eletrônico, luminárias, aparelhos de ar condicionado, torneiras e chuveiros elétricos, trincos, fechaduras, chaves, segredos, alarmes em geral;
- Instituto de artes – teatro/circo: música, canto, dança, pintura, desenho, gravura, escultura, vídeo, cinema e artesanato;
- Museu: café, lanchonete, biblioteca, espaço cultural de múltiplo uso, sala de recreação e jogos de salão, serviço ao usuário;
- Instituto de formação e reciclagem para o conhecimento científico: análise laboratorial, prótese ortopédica, prótese odontológica, instrumentos e instrumentação, ótica, informática, fisioterapia, monitores de programas de saúde, aparelhos auditivos;⁵³

52. Documento base para montagem do Termo de Referência do Concurso.

53. *Idem*.

Este programa foi apresentado como básico, mas as demais áreas do Complexo deveriam ser tratadas para sua reconversão a área pública de lazer. Outros usos eram bem vindos, bem como outras edificações, desde que

inseridas no contexto proposto pelo Termo de Referência.

4 Viabilidade

Custos da intervenção, Estratégia de implantação e Cronograma Físico-Financeiro:

No Material de Referência não foi solicitado nenhum dos itens acima citados. Algumas referências são feitas à forma como seria desativado o Complexo, bem como deveria se dar a implantação do possível projeto para área. Sendo assim, não se mostrava obrigatória nenhuma apresentação de faseamento, bem como de custos para este projeto.

ANÁLISE DO MATERIAL DO PROJETO VENCEDOR

O Concurso teve seu resultado anunciado em março de 1999, na Sede o IAB-SP. Num total de sessenta e um trabalhos entregues, foram concedidas três premiações e nove menções honrosas (conforme previsto em Edital).

O projeto dado como vencedor foi o da equipe coordenada pelo Arquiteto Roberto Aflalo Filho. Utilizando-se dos mesmos parâmetros utilizados para a dissecação do material de referência do concurso, isto é, da encomenda do cliente, já abordado no item anterior, será analisado comparativamente o projeto apresentado como vencedor naquela oportunidade.

1 Planos Gerais:

Plano Diretor da Área:

Como o próprio nome do concurso citava, tratava-se de um concurso de Planos Diretores. O Projeto Vencedor se auto-intitulou: "Plano Diretor – Parque Carandiru – Centro de Valorização do Homem".



54. Plano geral da área (Extraído das Pranchas do Projeto Vencedor).

O Plano Diretor do projeto foi tratado como uma elaboração de programas de usos e atividades visando alguns objetivos e são estes:

- Oferecer à cidade um centro sócio-cultural e educacional modelo, de sensibilização, formação, criação e vivências, voltado para inclusão social, promoção e valorização humana, através de cursos, atividades e eventos nas áreas de educação, esporte, lazer, cultura, ciência, tecnologia e das relações do homem com a natureza e com o meio ambiente;
- Promover programas para preparação, qualificação, requalificação e atualização profissional, no sentido de ampliar as possibilidades de inserção e reinserção de mão de obra (jovens e adultos) no mercado, por meio da valorização da força de trabalho, elemento essencial para o exercício pleno da cidadania;
- Criar um espaço de interação, reflexão, compreensão e memória do homem sobre si mesmo, sobre suas relações com a natureza, com os outros homens e os objetivos por ele produzidos;
- Despertar interesse e a viabilidade da implantação do parque quer por instituições de Formação para o Trabalho (comércio, serviços e indústria), Formação Cultural, Artística e Esportiva, Fundações, ONG's, Universidades e Empresas que já vêm desenvolvendo programas afins, quer por outras que atraídas pelas propostas apresentadas, venham a se engajar através de financiamentos ou parcerias;
- Promover programas integrados de uso das instalações para treinamento prático e atualização profissional, por meio de acordos entre as instituições gerenciadoras das diversas frentes deste complexo sociocultural e educacional;
- Oferecer instalações, equipamentos e uma programação de cursos, eventos e atividades que tenham como proposta a inclusão, o respeito e a adequação, em especial, às crianças, ao idoso e aos portadores de deficiências;

Com base nestes conceitos e no Programa de Necessidades apontado no Termo de Referência do Concurso foi desenvolvido um Plano Geral para todo o Complexo Carandiru (conforme o Plano abaixo). O detalhamento de todo este plano será dissecado nos diversos itens deste capítulo.

Redesenho Urbano:

A Área Foco deste concurso historicamente era desintegrada do espaço da cidade. Seu uso definiu a forma de tratamento que a cidade impôs. Sendo assim, o trabalho de redesenho urbano foi no sentido de tratamento das áreas internas e da sua reinserção ao espaço urbano, suprimindo parte de suas muralhas (conforme solicitado

no próprio termo de referência). A disponibilização deste espaço, em forma de parque comunitário, é a maior contribuição para o redesenho deste projeto.

Redesenho Viário Local:

O Redesenho Viário tem que ser analisado em dois níveis, no interno do parque e a sua relação com o entorno. Internamente o parque teve o desenho viário totalmente revisto e reconstituído. Os automóveis ficaram restritos às áreas de estacionamento propostas, divididas em três bolsões, sendo 900 vagas no setor leste do parque, 700 vagas ao longo das divisas com os fundos do parque e 300 vagas ao longo do conjunto edificado a oeste. Neste total de 1930 vagas ainda podem ser dispostas estruturas que verticalizem estes espaços, para o aumento de vagas sem o sacrifício de áreas verdes.

A relação do projeto com o entorno constituía na melhor análise de acessos para não prejuízo da região. Os principais acessos são pela Av. Gal. Ataliba Leonel e pela Av. Zaki Narki. Questão muito elogiada pelo júri em seu parecer de julgamento.

Suporte Físico das Intervenções:

O projeto vencedor usa como base para a sua intervenção os edifícios existentes (atendendo a solicitação do material de referência do concurso), minimizando assim, a inserção de novas construções no conjunto já existente.

Algumas demolições haviam sido previstas pelo edital para abrir espaço para o futuro parque a ser implantado na área. As novas construções são um volume muito pequeno, em comparação com os edifícios já existentes que seriam submetidos a reforma para adequação às novas funções.

Sendo assim, o projeto vencedor segue as referências do material do concurso, utilizando-se dos suportes



55. Foto inserção do projeto (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

físicos, sendo sugerida as adequações para cada um destes espaços.

Sistemas de Transporte:

Não existem indicações sobre a questão de transporte no projeto ou da sua relação com a área foco. Os acessos foram estudados de forma a não gerarem pólos de trânsito.

O material de referência cita a posição privilegiada da área do concurso, não só pela localização no âmbito metropolitano, mas pela facilidade de transporte: estação de metrô Carandiru e avenidas estruturais de boa capacidade de tráfego.

2 Planos Paisagísticos:

Plano Paisagístico:

Como solicitado no Edital, o projeto vencedor propôs a implantação de um grande parque na área restante do projeto, com adensamento da massa arbórea.

Paisagismo e Vegetação:

O Parque propunha um desenho que se constituía o sistema de circulação interna dos pedestres. Este acontecia em dois momentos:

- Ortogonal e rígido no setor Oeste, seguindo a decorrência natural da implantação dos edifícios já existentes. Seguem desta forma até o Córrego Carajás.

- Orgânico e curvilíneo no setor Leste, caracterizando a área do grande parque.

Uma área central, que era constituída por um ⁵⁶



56. Foto inserção do projeto (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

grande eixo ligando os dois setores edificados. Este setor se constituía por equipamentos externos do parque, como concha acústica, quiosque, lago, etc.

As vias de circulação se constituíam por principais, as grandes ligações e distribuições pelo parque; as vias secundárias, mais estreitas e que estabeleciam um segundo estágio de circulação de pedestres; num terceiro nível, eram compostas por trilhas formadas a partir da implantação de massas arbóreas.

Também foi proposta uma faixa verde ao longo do Córrego Carajás que prosseguia em direção ao Rio Tietê, até o encontro com a Praça Masiach Now. O propósito era a criação de um parque linear além do Carandiru, com aproximadamente 600 m de comprimento.

3 Programático:

Usos e Vocações:

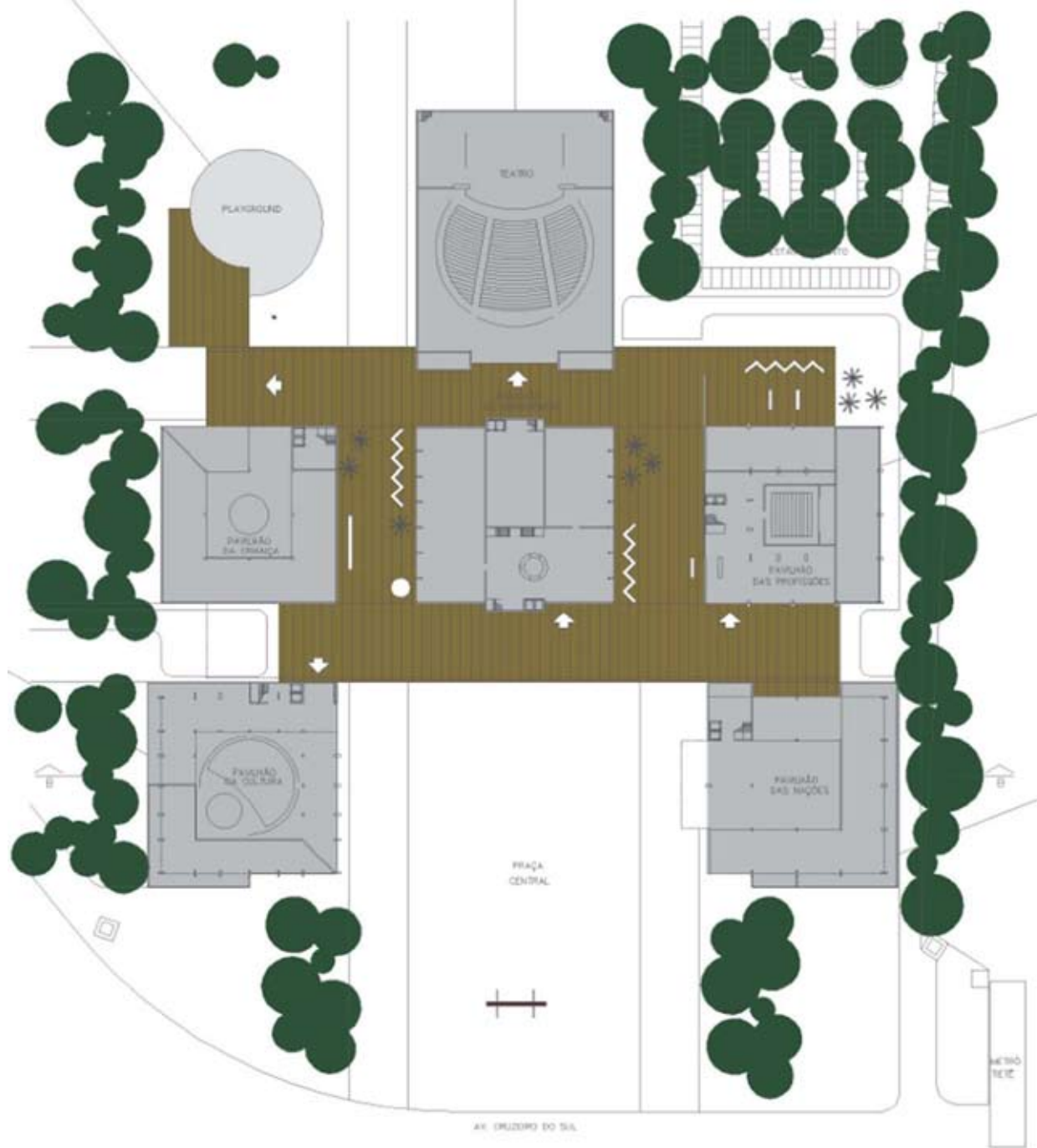
O Edital previa um programa de necessidades a ser atendido pelos projetos. Neste programa eram previstos usos e vocações para diversos pavilhões e deixava a critério dos participantes outras áreas. O projeto vencedor montou um grande programa para os diversos pavilhões, o detalhamento dos mesmos segue abaixo:

Pavilhão da Criança:

- um novo edifício foi concebido para abrigar o programa listado abaixo:

- Museu da Criança: Espaço museológico (stricto-sensu) para exposição de: objetos artesanais e industrializados, antigos e atuais, ligados ao universo infantil, materiais didático-pedagógicos retratando a historizada educação no Brasil e no mundo, principalmente os brinquedos, jogos e brincadeiras para crianças; Área de Exploração e Descoberta para instalações lúdico-interativas para aquisição de noções físicas, químicas, matemáticas, através de experiências sensorio-motoras; Área para simulação de ambientes e atividades do cotidiano (estúdio de TV, rádio e jornal, supermercado, banco, hospital, castelo dos contos de fadas, cozinha experimental); teatro de arena para espetáculos infantis; área de exposições temporárias.

- Centro Cultural da Criança: Brinquedoteca; área para acervo de brinquedos e jogos para uso interno e empréstimo; salas-ambientes de brincadeira segundo critérios temáticos faixa etária, "Parque de Aventuras"



57

57. Planta dos pavilhões: cultura, criança, profissões e nações (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

(playground externo) com equipamentos para exercícios e brincadeiras corporais; biblioteca-videoteca e cd'teca infanto-juvenil para empréstimo, áreas de leitura, vídeo e som; central de multimeios; área de oficinas e salas-ambientes para cursos e atividades com crianças e prática na capacitação de profissionais na área de infância, a partir de estágios e treinamentos práticos profissionalizantes tais como: sucata, artes plásticas, música, dança, confecção de livros e brinquedos, a arte de contar estórias, teatro, brincadeiras tradicionais, atividades lúdicas, etc., centro de recursos e documentação para pesquisa e treinamento de estagiários e profissionais na área de infância, com pequenos auditórios para palestras e conferências (80 lugares); enfermaria; lanchonete; apoio e serviços.

- Creche e pré-escola modelo: salas de aula-ambiente para atendimento de crianças de 0 a 6 anos da comunidade e filhos de funcionários em tempo e atendimento integral (educação, alimentação, saúde e recreação). Este programa prevê convênios e parcerias com instituições e universidades; apoio e serviços; área externa para recreação (privada).

Pavilhão da Cultura:

- um pavilhão reformado para abrigar o seguinte programa:

- Centro de Formação, Produção e Criação Cultural: oficinas, ateliês, estúdios e salas ambientes (sala de aula padrão + uso específico) para artes visuais, cênicas, dança, tecelagem, design gráfico, fotografia, cerâmica, TV, etc.; estúdio para ensaios e cursos de música; apoio e serviços.

- Centro de Difusão Cultural: Teatro de arena para espetáculos; ala de exposições temporárias; centro de recursos e documentação com biblioteca, videoteca e cd'teca especializada com pequeno auditório para conferências e seminários (80 lugares); central de multimeios; Lanchonete; Apoio e serviços.

Pavilhão de Convivência:

- um pavilhão reformado para abrigar o seguinte programa:

- recreação e secretaria; central de informações do Parque do Carandiru e informações turísticas da Cidade de São Paulo e do Brasil; área de alimentação; teatro central (800 lugares); biblioteca – videoteca – cd'teca central; central de multimeios; área de convivência; ala de leitura; ala de vídeo e TV; ala de jogos com brinquedoteca de empréstimo; ala de estar e performances; galeria para exposições temáticas temporárias; apoio e serviços.

Pavilhão das Profissões:

- um pavilhão reformado para abrigar o seguinte programa:

- Museu da indústria e do Comércio: área de exposição para mostra de objetos que ilustrem as diversas práticas ocupacionais, profissionais, equipamentos, utensílios e maquinário de diversas épocas e estágios do desenvolvimento do comércio e da indústria em São Paulo e no Brasil; História do Comércio - "Passeio Interativo" pela rota dos mascates (primeiros pontos comerciais de São Paulo até os shoppings centers de hoje); idem para a indústria e tecnologia através de instalações interativas; Apoio e serviços.

- Central de informações e orientação para o trabalho: saguão com balcões de informações e ilhas-ambiente multimeios para consultas a bancos de dados de profissionais da indústria, do Comércio e Serviços, a painéis informativos de oportunidades de trabalho, ao posto do Ministério do Trabalho para assessoria ao desempregado e emissão da carteira; Auditório para palestras, conferências e seminários (250 lugares).

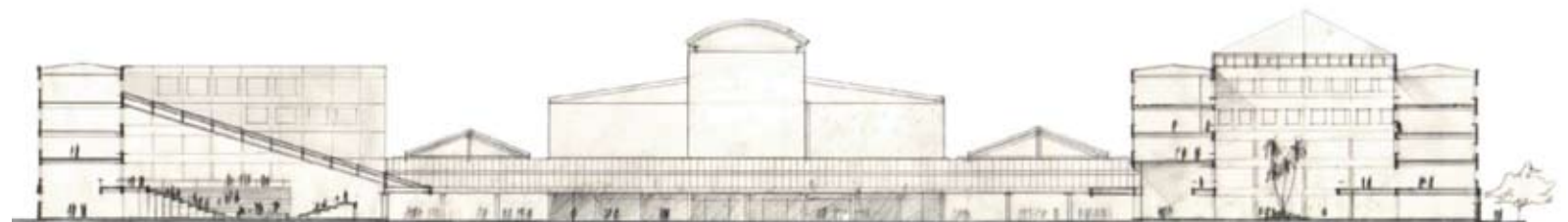
- Centro de Educação para o Trabalho – Comércio e Serviços: Salas-ambientes e oficinas planejadas (com visores para visitantes) para programas de desenvolvimento profissional (jovens e adultos) tais como: educação para o trabalho, cursos básicos de auxiliar de cabeleireiro, auxiliar de enfermagem, auxiliar de cozinheiro, babá, manutenção de jardins, etc.; cursos de aperfeiçoamento e atualização profissional; programa de reorientação e requalificação profissional para desempregados; programa de alfabetização para jovens e adultos; programa de formação técnica em nutrição e dietética, turismo, estética facial e corporal, computação gráfica, etc.; centro de recursos e documentação com biblioteca-videoteca especializada; sala de multimeios com pequeno auditório (80 lugares); secretaria; apoio e serviços.

- Centro de Educação para o Trabalho - Indústria: salas-ambientes e oficinas planejadas (com visores para visitantes) para: Programa de Iniciação Profissional para menores carentes ou em situação de risco, tais como: Informática, Mecânica, Eletrônica, etc.; Programas visando o auto-emprego com cursos básicos de: pedreiro, eletricista, encanador, mecânico de automóveis, marceneiro, etc.; Programa de Reconversão e Requalificação Profissional para desempregados ou em risco de desligamento como: Informática Industrial, Comandos Numéricos, Mecatrônica, etc.; Programas de Desenvolvimento de Habilidades Básicas de Gestão Empresarial para aqueles com potencial empreendedor, tais como: Formação do preço de venda, fluxo de caixa, noções de marketing, etc; central incubadora de empresas para acompanhamento e assessoria técnica e de gestão de projetos de criação de novas micro ou pequenas empresas e de gestão de novos empregos; centro de recursos e documentação com biblioteca-videoteca especializada; Sala de multimeios com pequeno auditório (80 lugares); secretaria; apoio e serviços.

Pavilhão das Nações:

- um pavilhão reformado para abrigar os seguintes programas:

- Espaços Consulares; área de exposição de painéis e central de informações para cada consulado com banco de dados sobre intercâmbios culturais, cursos de especialização no exterior, mercado de trabalho no exterior, comércio, etc; biblioteca, videoteca, cd'teca específica do país; área de exposição para reprodução simulada de casas típicas dos países participantes para interatividade com destaque ao Brasil; área para exposição temporárias, eventos, festas típicas, etc, para uso geral; auditório – cinema para uso geral; área de estar, leitura, vídeo e som; central de multimeios; salas de aulas para cursos de língua; laboratório de línguas; área de alimentação (comidas típicas); secretaria; apoio e serviços.



58

Pavilhão da Administração:

- um espaço reformado para abrigar a área administrativa do parque e o museu:

- Museu da Memória do Carandiru: área de exposição e vídeo; administração; escritórios (programação e manutenção); vestiário para funcionários; refeitório; apoio e serviços.

Pavilhão da Natureza:

- um pavilhão a ser construído para abrigar o seguinte programa:

58. Corte ilustrativo 1 (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

- Museu de História Natural: área de exposições (stricto-sensu) privilegiando a fauna, flora e populações que dependem da natureza no Brasil; instalações interativas – visando exploração e descobertas nas áreas de ciências naturais; estufas com plantas brasileiras e do mundo; horta-pomar; observatório a céu aberto, relógio de sol e torre observatório com telescópio; instalações para animais vivos (formigas, abelhas, insetos, répteis, animais da fazenda, zôo, aquário para peixes); área de salas ambiente e oficinas para pesquisas, cursos de informação e formação profissionais temporários e permanentes (taxidermia, artes com a natureza, etc.); centro de recursos e documentação com biblioteca, videoteca, cd'teca especializadas; central de multimeios; pequeno auditório; lanchonete; secretaria; apoio e serviços.



59

Pavilhão de Convenções:

- um pavilhão a ser reformado para abrigar as seguintes funções:

- Área para grandes exposições, feiras e bailes de formatura com arquibancadas retráteis e divisórias móveis para abrigar público em grandes eventos e congressos; centro de convenções para congressos científicos e culturais; Auditório (850 lugares); sala de apoio; central de multimeios; área de alimentação; apoio e serviços.

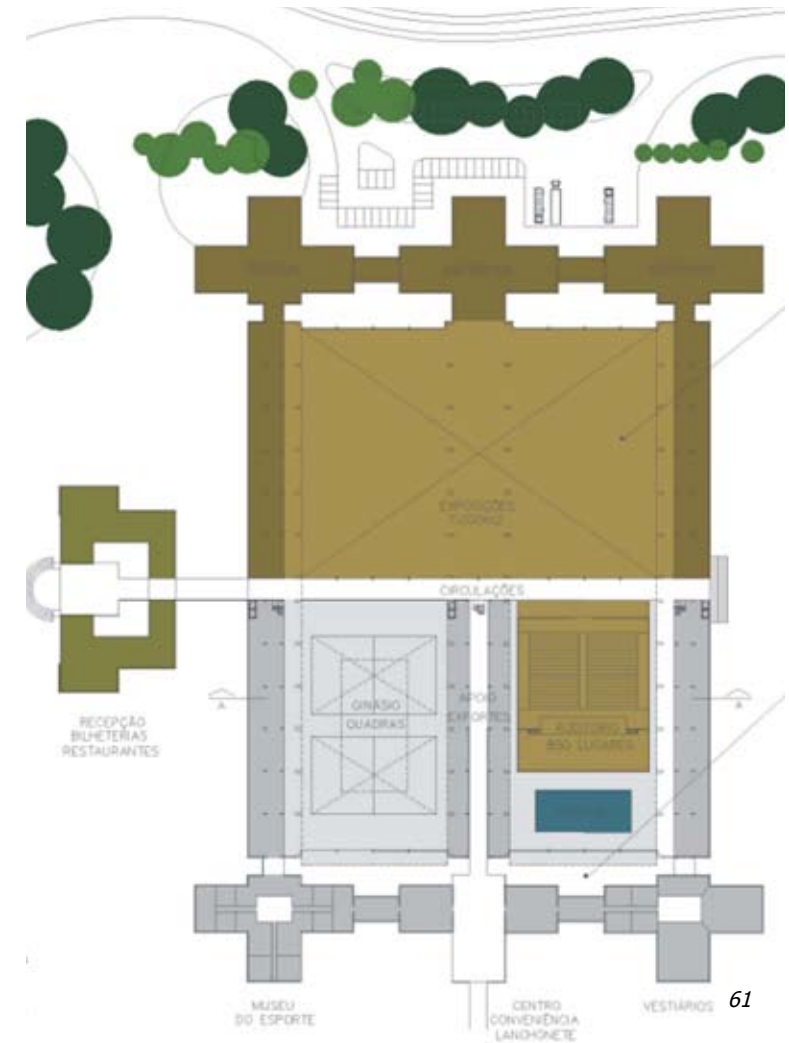
Pavilhão e área de esportes:

- um pavilhão a ser reformado para abrigar o seguinte programa:

- Museu do esporte; área de exposições (stricto-sensu) para o resgate dos esportistas e valorização do esporte no Brasil; área para instalações interativas; centro de recursos e documentação com biblioteca-videoteca especializadas; central de multimeios com pequeno auditório (80 lugares); lanchonete.

- Centro de Formação e Reabilitação Esportiva: salas ambientes para cursos e treinamentos; salas de aparelhos;

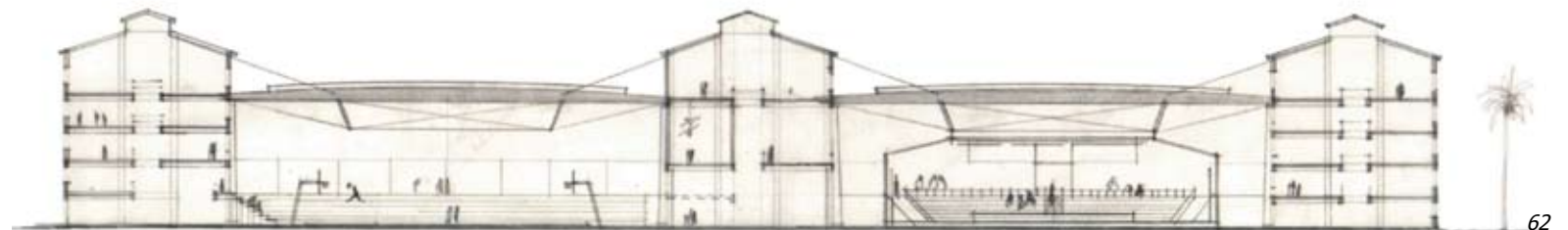
59. Planta Pavilhão da Natureza
(Extraído das pranchas do projeto vencedor).



60. Setorização do parque (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

61. Planta da área esportiva e de exposições do parque (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

62. Corte esquemático (Extraído das pranchas do projeto vencedor).



ginásio de esportes polivalentes, com 2 quadras na transversal, arquibancadas retráteis e paredão de escalada; piscina coberta multiuso (treinamento e fisioterapia); vestiários-sanitários; departamento médico para atendimento de emergências do parque; quadras polivalentes (externas); apoio e serviços.

Equipamentos Externos:

- Área para piquenique; concha acústica; ciclovia e via de patinação; pista de cooper com pontos de parada para ginástica; pista de skate e half-pipe; viveiro para mudas (a serem transplantadas no local – reposição de plantas e manutenção); pista para triciclos e bicicletas infantis; lago; fonte - “sprinkle” para banho em dias de calor; sanitário-fraudário – bebedouros; jardim japonês; posto de correios; telefones públicos; caixas eletrônicas; quiosques de café-lanche-pipoca; banca de jornal; cestos de lixo seletivo; mapa com complexo em escala reduzida, no chão, com indicação de todas as áreas e pavilhões; incinerador do lixo gerado no parque (ligado aos programas do pavilhão da natureza); pequena usina de reciclagem de vidro (a ser gerenciado por ONG ou instituição como programa de inclusão de menores de rua).⁶⁴

Intervenções Pontuais e Edificatórias Públicas:

A concentração das edificações se faz em dois setores apenas separados pelo Córrego Carajás. No setor oeste, correspondente aos edifícios da Casa de Detenção, seriam excluídos os pavilhões 1, 8 e 9. No setor leste, correspondente a Penitenciária do Estado, onde o projeto vencedor sugeriu manter, além dos edifícios citados em Edital, os pavilhões 2 e 3 e as oficinas em ambas as laterais.

As intervenções deste projeto já listadas acima eram todas de caráter público.

4 Viabilidade

Estratégia de implantação

Segundo o memorial descritivo do projeto vencedor: “O processo de implantação do conjunto dependerá da disponibilidade das áreas em questão. No entanto, na medida em que as áreas centrais forem desocupadas, a implantação gradual do parque poderá ocorrer, com volumes mínimos de recursos. O edifício da ACADEPEM pode abrigar, num primeiro momento, o escritório de implantação do conjunto, e posteriormente sua administração.”⁶⁵.

64. Extraído do memorial descritivo do projeto vencedor.

65. *Idem*.

CONCLUSÃO

Como justificativa para a escolha do projeto, coordenado pelo Arquiteto Roberto Aflalo Filho, o júri se pronunciou da seguinte forma, pela Ata de Julgamento:

"A proposta representa adequada e elegante intervenção arquitetônica, possibilitando a requalificação das edificações, conferindo caráter peculiar às novas finalidades programáticas.

O paisagismo é rico em visuais, equipado de forma sutil, criando o clima de excepcionalidade, necessário ao tema, bem como à região.

A inserção desse na trama urbana se faz de maneira tranqüila, com as massas construídas localizadas em pontos de fácil acesso e apresentando ilhas de estacionamento em locais que não prejudicam as visuais primordiais. Por sua vez os acessos não se constituem em pólos geradores de tráfego em locais indesejáveis. Louvável também é a proposta para o boulevard situado na margem do Córrego dos Carajás, que se estende desde a área de estudo até a Av. Zaki Narchi, bem como a separação das águas do lago e do córrego, evitando-se com isso a poluição do lago, enquanto o coletor de esgotos não é implantado.

Para este projeto o júri formula as seguintes recomendações:

- 1. Manter trechos mínimos, porém suficientemente significativos das muralhas existentes, tanto as que envolvem a Penitenciária do Estado quanto da Casa de Detenção, sobretudo aquela posterior, mantendo-se como passarela elevada sobre a muralha, permitindo a visualização do entorno.*
- 2. A cobertura dos espaços internos, entre os pavilhões e dos pateos internos, tanto da Penitenciária, quanto os da Casa de Detenção deverá considerar as implicações quanto ao conforto térmico acústico e de iluminação. As soluções de controle artificial dos elementos citados deverá depender de um estudo do seu custo face a, de um lado os benefícios pretendidos e de outro a sustentabilidade econômica da sua operação, que dependerá da rentabilidade do uso, que por ventura possa se instalar, ou dos subsídios trazidos por entidades pública ou semi-públicas. Assim o grau de cobertura bem como seu tipo dependerão do uso e operador que vierem a se viabilizar.*
- 3. Os programas apresentados, que tem uma clara relação com o uso pela vizinhança, como centro cultural e de lazer, poderão ser reduzidos no espaço que ocupam e assim parcialmente substituídos por um outro uso, como o de um hotel escola, complementar ao Centro de Convenções.*
- 4. A proposta de futuros deck acima do solo, para ampliação do estacionamento somente seria aceitável na área limdeira ao casano. ⁶⁶*

66. Extraído da Ata de Julgamento - Concurso Nacional de Plano Diretor: Reurbanização da Área do Carandiru. (Vide Documentos Anexos)

O júri apresentou uma série de qualidades do projeto vencedor. Ressaltou que a proposta arquitetônica de

requalificação dos edifícios, bem como o conjunto de programas para se adequarem neste espaço eram adequadas ao tema proposto.

Em conjunto a isso, o paisagismo e o desenho proposto são colocados como grandes qualidades do projeto vencedor, sendo isso muito importante, principalmente em se tratando de um projeto para um parque.

As características pontuais ressaltadas eram de solução muito simples. As soluções dadas para acessos não geradores de tráfego, do boulevard junto ao Córrego do Carajás e da separação das águas do lago e do córrego foram pequenas idéias que contribuíram para a conceituação adequada do espaço.

A simplicidade foi a razão da vitória, segundo o próprio coordenador do projeto:

"Eu acho que a simplicidade dela e a clareza. O objetivo era transformar em um grande parque e existia um patrimônio arquitetônico significativo, ou como se pretendia no edital a manutenção de parte deste patrimônio, no caso do concurso que envolvia a quadra toda. Então, existia a intenção de permanência de alguns destes edifícios. A nossa proposta era bastante simples, nós mantivemos dois grandes núcleos construídos, aonde são as principais concentrações de edificações hoje e o resto um grande parque, sendo que estes dois grandes núcleos são ligados por um sistema de circulação de pedestres, mas o resto um grande parque."⁶⁷

O edital apresentado era muito simplificado, não indicando muitos caminhos para este projeto. Uma coisa era clara, o Complexo Carandiru seria transformado em um parque, reintegrado à malha urbana e devolvido ao uso da população. Dentro desta premissa, o projeto vencedor foi certo em abordar o parque como centro da proposta e os conjuntos de atividades institucionais com base para esta reintegração de posse da população.

Dentro do descrito, reconhece-se a qualidade da proposta escolhida como vencedora e algumas questões devem ser levantadas:

1 – O julgamento do concurso gerou dúvidas: Segundo descrito pelo arquiteto responsável pelo projeto vencedor:

"Aconteceu uma coisa curiosa, o Arq. Paulo Bastos, que ficou em segundo lugar, aparentemente não se conformou muito com o resultado do concurso e passou anos fazendo campanha do projeto dele. Produziu peças gráficas, apresentações e etc. e sistematicamente apresentava os projetos. Quando nós éramos convidados pela Câmara dos Vereadores, ou qualquer outra instituição a apresentar os projetos, ele sistematicamente fazia as apresentações como se o concurso não tivesse sido realizado ainda. Era como se tivesse a possibilidade de integrar os três

67. Extraído da entrevista concedida pelo Arq. Roberto Aflalo Filho (Vide Documentos Anexos).

projetos premiados ou reavaliar os projetos vencedores. Era sempre uma situação muito desagradável, mas enfim apresentávamos os projetos. E de fato existia uma certa pressão, uma intenção de grupos políticos que ele tinha mais afinidade de criar uma situação conjunta, fazer um projeto conjunto.’⁶⁸

Uma série de razões podem ter levado a esta situação. A primeira é a demora na contratação do projeto vencedor. Sem esta definição, basicamente política, abriu-se uma discussão sobre o julgamento. Outra possível razão é a própria dúvida sobre os projetos julgados, que em alguns casos ocorre em função de julgamentos imprecisos. Qualquer tipo de julgamento abre precedentes para discussão, mas a demora na contratação leva à maturação deste processo.

2 – O pós premiação não houve uma discussão. Como grande parte dos processos de concurso, a discussão não tem feito parte do pós-premiação. A discussão entre participantes, população, arquitetos vencedores deveria ser gerada como contribuição para o próprio projeto a ser desenvolvido e como forma de aproximação do público em geral das questões urbanas. O projeto foi apresentado apenas na esferas políticos para viabilizar a contratação do mesmo, mas a população teve uma participação muito menor do processo.

3 – A mudança da ótica política durante o processo prejudicou o andamento do projeto. Isso não é um fato restrito às mudanças de governo, mas também a mudanças de prioridades políticas dentro de um mesmo governo. O caso do Carandiru ilustra isso com clareza. Iniciado dentro do Governo Mario Covas, mas conduzido pelo seu Vice-governador, Geraldo Alkmin, precisou de muitos anos para chegar à sua situação atual.

O PÓS CONCURSO

Como todos os projetos premiados, o Concurso do Carandiru teve uma longa caminhada até a sua contratação. Quem vê suas obras adiantadas, pode pensar que a sua contratação foi fácil. Mas como descrito pelo Arq. Roberto Aflalo Filho, o processo foi longo e passou por diversas mudanças políticas.

A continuidade política foi algo que contribuiu muito para o seu atual status. O Concurso foi realizado em 1998, ainda no Governo Mario Covas. Com o falecimento do governador, assumiu seu vice e mentor do concurso Geraldo Alkmin, que permaneceu no governo por dois mandatos consecutivos, possibilitando viabilizar o projeto. Mudanças internas de equipe e prioridades de governo atrasaram o projeto, mas não impediram a sua realização. As crises do setor penitenciário contribuíram para a decisão de desativação do conjunto prisional e a execução

68. Extraído da entrevista concedida pelo Arq. Roberto Aflalo Filho (Vide Documentos Anexos).

do projeto do concurso.

"(...) ocorreram uma série de rebeliões no Carandiru e a coisa ficou complicada na Casa de Detenção, principalmente. Então, politicamente o Governador Geraldo Alkmin (o concurso começou na gestão Mário Covas, mas quem foi o cabeça de chave do assunto foi o seu vice na época, Geraldo Alkmin), que tem todo o mérito do processo do Concurso do Carandiru, resolveu dar uma solução para aquele impasse. Curioso é que no próprio governo dele, as secretarias que assumiram o problema do Carandiru começaram a analisar alternativas do que fazer, como se o concurso não tivesse existido. Uma vez ou outra eu ouvia falar, ou eu era consultado, mas foi rolando deste jeito. Ai, ficou complicado fazer alguma coisa sem ter uma proposta e eventualmente para se ter esta proposta, passaria novamente por um concurso. Foi quando ficou complicado, porque no mínimo teriam que nos consultar, já que havíamos sido legitimados vencedores e que este processo de licitação pública já havia ocorrido. Caso eles precisassem fazer alguma coisa rápida, o mais rápido seria fazer conosco, porque já estávamos prontos para tocar este assunto para frente. Fomos convocados para uma reunião no Palácio do Governo com uma série de pessoas influentes, para aconselhar e se consensou que tínhamos que desenvolver o projeto. Começou ai, de fato, a contratação."⁶⁹

Mesmo com o fim do mandato de Alkmin, a continuidade do processo tem sido possível graças a sucessão política partidária, com o seu sucessor José Serra.

Ainda dentro de questões políticas, outras tantas durante o desenvolvimento do projeto aconteceram. O relacionamento com o cliente, alterações conceituais e programáticas ainda estão ocorrendo mesmo com a obra praticamente entregue. Este processo tem durado dez anos, mas ainda não está perto do fim. Um último pavilhão está com seu programa indefinido e não tem data de início de construção prevista.

Mesmo com todos estes entraves, o Concurso do Carandiru foi o mais bem sucedido do conjunto pesquisado. O único que chegou à sua execução após um longo caminho foi percorrido.

69. Extraído da entrevista concedida pelo Arq. Roberto Aflalo Filho (Vide Documentos Anexos).

Capítulo 3
Concurso Largo da Batata



70. Capa do Edital de Convocação para o Concurso de Reversão Urbana do Largo da Batata

FICHA TÉCNICA DO CONCURSO

Promotores: Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Sempla – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, da EMURB – Empresa Municipal de Urbanização e da Secretaria de Implementação das Subprefeituras e A.R.Pi. – Administração Regional de Pinheiros.

Organizador: Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP

Coordenadores do Concurso: José Carlos Ribeiro e Marta Maria Lagreca de Sales.

Comissão Julgadora: Carlos Maximiliano Fayet
Eduardo Leira
Fabio Moura Penteadó
Jorge Wilhelm
Regina Prósperi Meyer

Nº de Trabalhos Entregues: 45

Nº de Trabalhos Analisados: 42

Premiados: 1º Colocado – Arq. Tito Livio Frascino
2º Colocado – Arq. Maria do Carmo Vilarino
3º Colocado – Arq. Luis Espallargas Gimenez
Menção Honrosa – Arq. Hector Vigliecca
Menção Honrosa – Arq. Mario Ceniuel

O Projeto Vencedor – Projeto nº 40

Equipe vencedora:

Coordenador da equipe: Arq. Tito Livio Frascino

Equipe: Fernando Pires, Alexandre Stefani, Letícia Lodi, Andréa Soares e Rosa Maria Leal.

Engenheiro: Jaime Vaisman

Consultores: Engenharia de Transporte: Protran Engenharia S/C Ltda

Instalações: Projetar Engenharia de Projetos S/C Ltda

Estruturas: Leão & Associados Engenharia de Projetos S/C Ltda

Sistemas Construtivos: Universal Engenharia e Construções Ltda

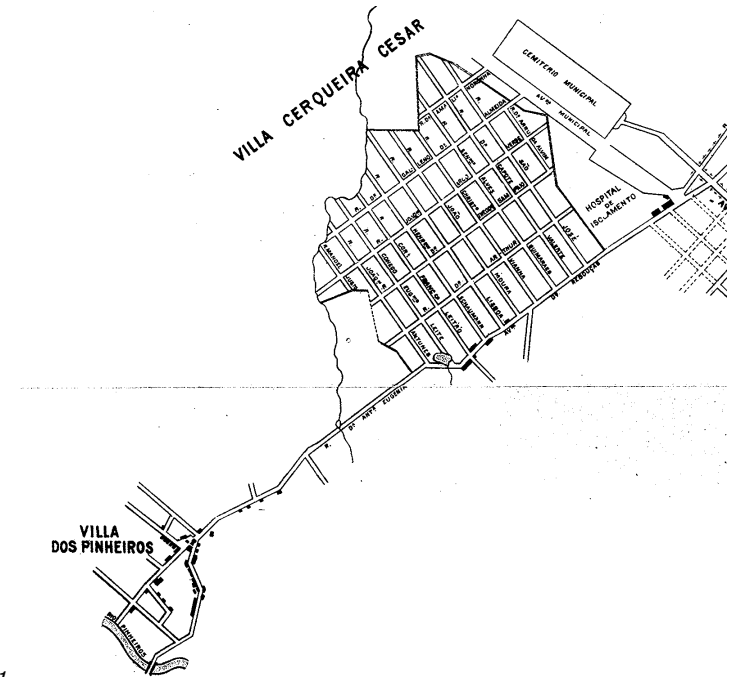
Paisagismo: Arq. Sérgio Rubens Castanho Fiúza

ÁREA DO CONCURSO - HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

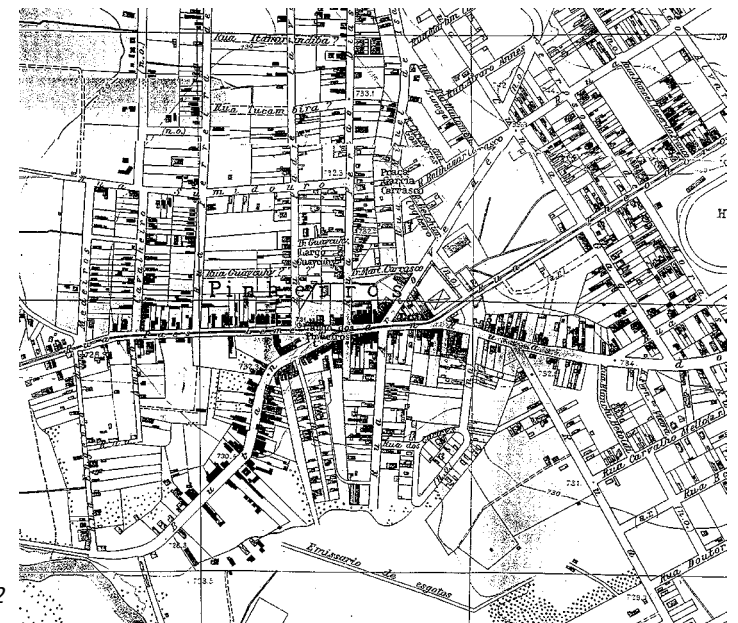
O Concurso de Reconversão do Largo da Batata representou uma oportunidade muito valiosa em trabalhar um setor consolidado da cidade, de forma a reorganizar e revalida-lo como parte do vetor de crescimento a que pertence.

A região o Largo da Batata teve sua origem associada a um núcleo de povoamento indígena, mas teve sua afirmação e consolidação através do caminho que ligava a vila de São Paulo à Itu e Sorocaba (caminho este que seguia pelas várzeas do Rio Pinheiros). Como marca da forte influência resultado da sua característica de local de passagem resulta o desenho viário atual, principalmente impressa nas ruas Pinheiros e Butantã, apesar das modificações que a área sofreu em todos estes anos.

A denominação Largo é imprópria; surgiu da sua característica morfológica radial de distribuição das suas ruas e avenidas (posteriormente à sua origem, as novas vias e ampliações conferiram a este espaço esta formatação). Independente desta qualificação espacial, o que sempre se confirmou (desde a época de aldeamento até a sua consolidação como parte da vila colonial) foi um espaço privilegiado de articulação de fluxos e espaços. Esta sua configuração propiciou uma característica que o batizou: área de intercâmbio de bens e de produção de significados (um dos bens em questão, a batata). Mesmo de forma improvisada o Largo da Batata se firmou como uma centralidade urbana de grande importância para a cidade.



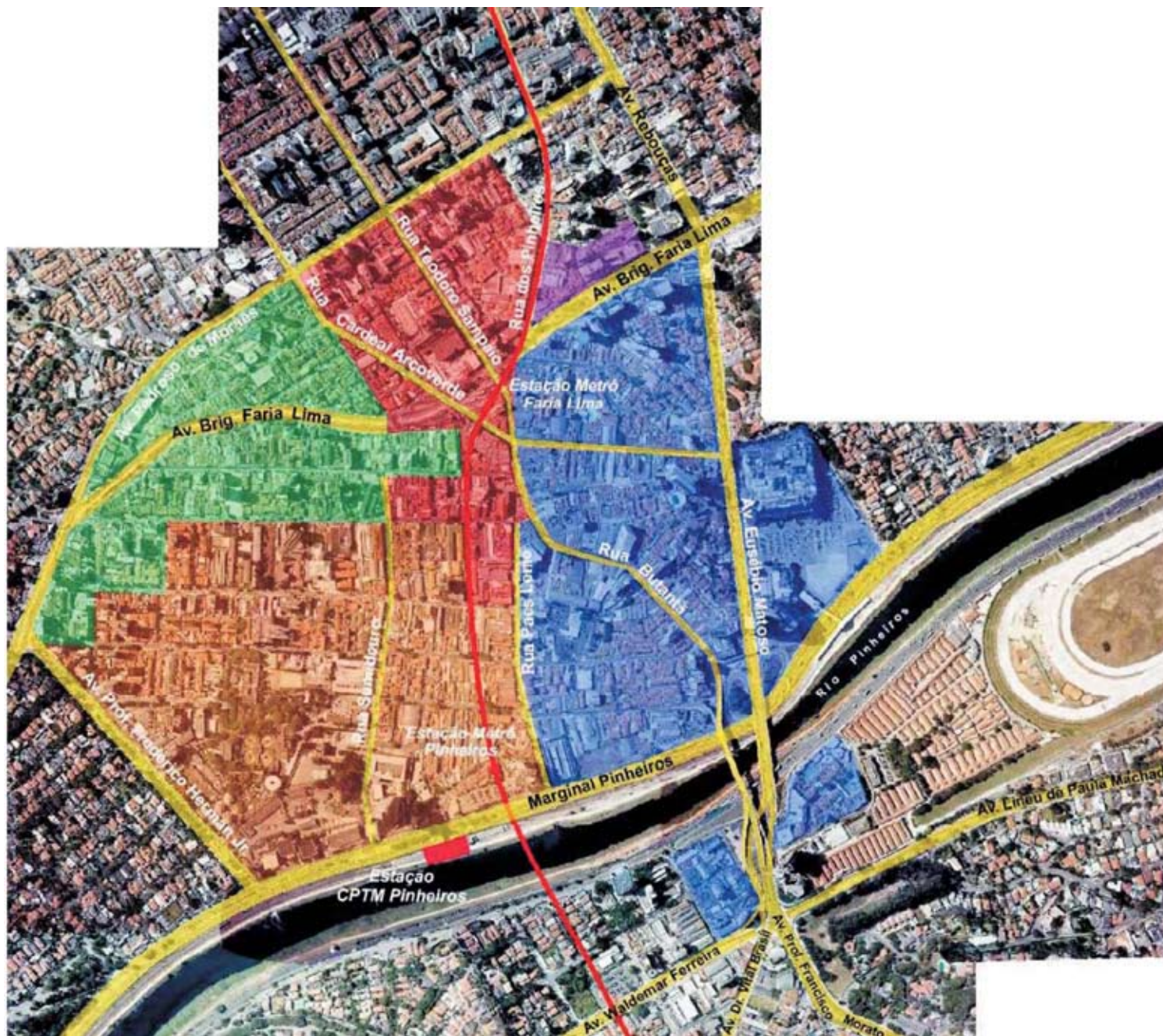
71



72

71. Recorte da área de Pinheiros - Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Material de Base do Concurso.

72. Recorte da área de Pinheiros - Mapa Sara Brasil -1966 - Material de Base do Concurso.



LEGENDA

-  Vias Principais
-  Área Indireta - Subsetor Pinheiros 1
-  Área Indireta - Subsetor Pinheiros 2
-  Área Indireta - Subsetor Largo da Batata
-  Área diretamente beneficiada
-  Área indireta - entorno dos corredores
-  Metrô - Linha 4

73. Subsetores de intervenção -
Informação fornecida no Material de
Base do concurso..

A região de Pinheiros tem sua constituição morfológica heterogênea, com duas origens e caracterização bem distintas. Cada um destes setores será localizado e descrito abaixo:

Setor Pinheiros 1:

Este primeiro setor é caracterizado principalmente pela sua diversidade de usos e da consequência que isso traz para a sua configuração fundiária. A mescla de usos inclui extensas áreas públicas e privadas (sendo algumas de uso institucional) e áreas de loteamentos particulares de textura muito recortada, com diversas tipologias residenciais agregadas. Vilas e conjuntos de casas geminadas marcam o conjunto da paisagem desta área do setor, ainda muito pouco marcada por edifícios mais altos, esparsamente distribuídos.

Um contraste fundiário marca esta região, além de um traçado ortogonal com quadras de dimensões diversas, usualmente de grandes proporções, criando poucos pontos de conexão com o sistema viário geral. A distribuição de usos caracteriza-se por ter uma área predominantemente residencial ao longo dos eixos norte-sul (mesclado com pequenos comércios e serviços, típica configuração de uma Zona 2) e uma forte área comercial de grande porte na Rua Paes Leme, entre a Marginal Pinheiros e o Largo de Pinheiros.

Setor Pinheiros 2:

O perímetro delimitado pelas Ruas Paes Leme, Iguatemi, Av. Rebouças e Marginal Pinheiros forma este segundo setor. Também caracterizado por uma heterogeneidade, porém com suas características muito próprias. Os grandes vetores viários da região definem a sua conexão com o sistema viário geral, mas pequenas vielas e ruas estreitas, muitas vezes segmentadas e descontínuas, definem sua micro-situação fundiária. Os usos respeitam a condição imposta pelos setores de distribuição, conjuntos de equipamentos sociais e comércios na rua Butantã, a verticalização da Av Eusébio Matoso contrapondo-se com a fragmentação de usos das quadras lindeiras.⁷⁴

Voltando à micro-região do Largo da Batata, que desde a década de 70 se firmou ainda mais como área de entroncamento viário, terminal de ônibus e local de convergência de vários vetores viários. Com isto, a predominância de circulação dos pedestres e do congestionamento de veículos. Este espaço de passagem e transferência intermodal propiciou a fixação do comércio popular, informal que ocupou não só os casarios das redondezas como também os passeios públicos.

Com o prolongamento da Avenida Faria Lima, a situação de deterioração ambiental se degradou ainda mais.

74. Caracterização dos setores extraído do Termo de Referência, apud "Setorização: Estudo para fixação de critérios e procedimentos de referência para propostas interessadas à Área Imediatamente beneficiada da Operação Urbana Faria Lima" – Sempla – Diretoria de Projetos Urbanos, São Paulo, 2001..

Uma nova diretriz viária proposta, sem preocupação com as bordas remanescentes da via gerou um espaço de degeneração urbana. Sendo o único setor que não conseguiu se beneficiar da Operação Urbana Faria Lima, por não criar atratividade. Esta condição pode ser observada até os dias de hoje, pela estagnação de seus usos e construções e pela degradação dos espaços públicos. Sua condição de centralidade urbana popular contrasta com toda a sua caracterização; por esta razão, o Largo da Batata é uma referência urbana importantíssima para a cidade.

Um novo quadro é apontado para a região com a implantação das estações Faria Lima e Pinheiros do Metrô (linha quatro – amarela). Esta iniciativa de transformação provoca uma nova discussão sobre a importância desta centralidade e alternativas de um projeto urbanístico para este espaço. Uma premissa muito importante para esta discussão, como a transferência do terminal intermodal do Largo para a Vila Sônia (estação final da linha 4 do metrô). É a partir do panorama descrito acima que o Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata se desenvolveu.

ANÁLISE DO MATERIAL DE REFERÊNCIA

A Prefeitura do Município de São Paulo por meio da SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, da EMURB – Empresa Municipal de Urbanização e da Secretaria de Implementação das Subprefeituras – A.R.PI. – Administração Regional Pinheiros, promoveu o Concurso Público Nacional – Reversão Urbana do Largo da Batata, tendo como organizador o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo - IAB/SP. A convocatória foi lançada pelos então presidentes das entidades, Maurício Faria e Arq. Gilberto Beleza (EMURB e IAB/SP, respectivamente).

Em linhas gerais, o Concurso tinha por objetivo a seleção de um projeto urbano, ao nível de Estudo Preliminar, a ser implantado na área de intervenção.

O projeto de reversão urbana para a área foco, deveria contemplar algumas premissas:

- o A valorização, em quantidade e qualidade, dos espaços públicos destinados à circulação, acessibilidade, estar, lazer, cultura, especialmente em função dos fluxos de pedestres, incluindo tratamento paisagístico e possíveis desapropriações, se necessário;
- o Alteração e reformulação do sistema viário com estudo de alternativas para o tráfego da área;
- o A proposição em espaços públicos existentes ou propostos e/ou sugestão em áreas privadas de elementos arquitetônicos e/ou escultóricos marcantes, de forma a promover a constituição de um conjunto urbano de referência na escala da metrópole;
- o A articulação física e formal dos elementos de infra-estrutura, parcelamento do solo, traçado da malha de circulação, espaços abertos e edificações, e hipóteses de nova configuração volumétrico-arquitetônica e funcional das quadras lindeiras ao Largo;
- o O projeto de implantação da Estação Faria Lima, da Linha 4 do Metrô, financiada pelo Estado e pelo BNDES, bem como o remanejamento dos terminais de ônibus, Municipais e Intermunicipais, e a conexão com os trens urbanos da CPTM, prevendo espaços de transbordo e acomodação dos ônibus de passagem e sua articulação com o fluxo de passageiros do metrô, conforme proposta da Secretaria Municipal de Transporte;
- o Quantificação e pré-orçamento da implantação da proposta tendo como limite valor da ordem de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para a reestruturação e eventual ampliação, por desapropriação, das áreas públicas, a serem investidos propriamente na Área Foco;

- o Compatibilidade das propostas com as normas urbanísticas estabelecidas na Lei Municipal nº 11.732/95 – Operação Urbana Faria Lima e com toda a legislação urbanística vigente, de maneira que essas propostas possam ser implementadas sem depender de qualquer alteração de legislação;⁷⁵

Estes foram os objetivos principais do concurso e deveriam ser as premissas para o júri escolher o projeto vencedor. A partir destas informações preliminares foi desenvolvido um conjunto (representado pelo Edital, Regulamento e Termo de Referência do concurso) para melhor explanação do assunto a ser abordado. A estas informações foi aplicada uma matriz de análise, já apresentada na introdução, a fim de organizar o processo de análise deste concurso.

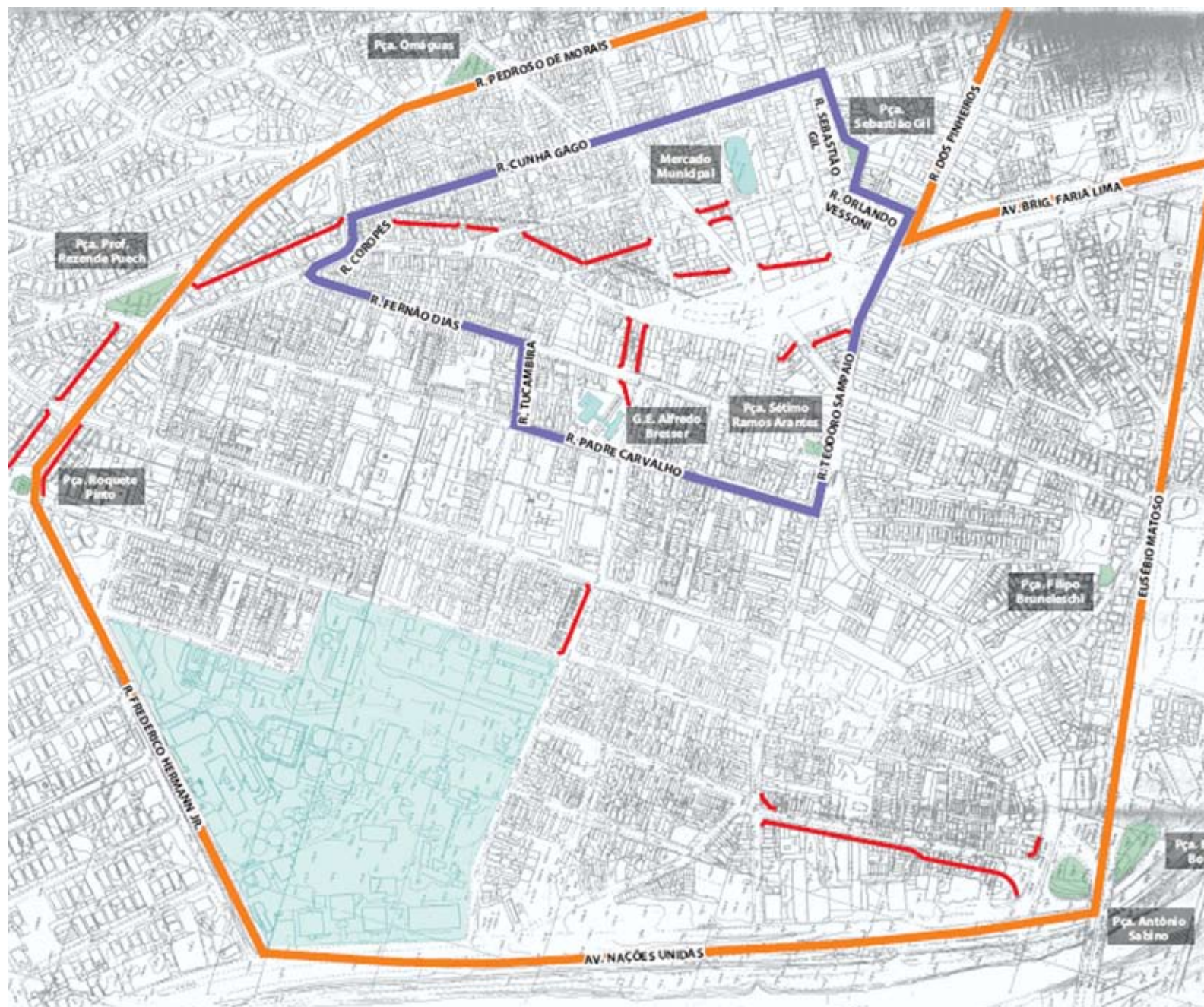
1 Planos Gerais:

Plano Diretor da Área:

O Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata, ainda citando seus objetivos, estabelece a premissa de compatibilização das propostas com as normas urbanísticas estabelecidas pela Operação Urbana Faria Lima, bem como com toda a legislação urbanística vigente, para que pudessem ser implantadas sem a necessidade de qualquer alteração de legislação. Partindo desta, não deveria ser proposto nenhum tipo de plano diretor para a área de intervenção.

Por outro lado, como citado, todo o conjunto de intervenção foi dividido em dois níveis de abrangência: Área Foco (região de intervenção propriamente dita) e Área de Referência que objetivava a retaguarda e alusão para o que fosse proposto na Área Foco. Para tanto, nesta Área de Referência deveriam ser propostas formas de articulação com a cidade, bem como sugestões de complementação de soluções projetuais urbano-arquitetônicas. A escala da macro-região de Pinheiros deveria ser abordada de forma a conseguir a interação da proposta feita com os demais elementos de sua região lindeira.

75. Informação extraída do Edital do Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata.



LEGENDA

-  Área de Referência
-  Área Foco
-  Alinhamento aprovado pela lei 7164, 1968
-  Bens de uso comum
-  Bens dominiais

76. Perímetro de Intervenção - Área Foco e de Referência - Informação fornecida no Material de Base do concurso..

Redesenho Urbano:

Ponto fundamental deste concurso é o Redesenho Urbano, a partir das estruturas urbanas existentes na Área Foco, é solicitada uma reordenação urbanística *"através da definição e articulação física e formal dos elementos de infra-estrutura, sistema viário e sistemas de espaços públicos, e indicativamente do parcelamento do solo e tipos de edificações, além de hipóteses de nova configuração volumétrico-arquitetônica e funcional (...)"*⁷⁷.

A conceituação da proposta para este projeto partiria basicamente das articulações propostas para este espaço, dando a devida importância deste sub-item. Partindo-se desta área tão viva e consolidada uma nova organização espacial deveria ser proposta. Algumas premissas e critérios de atuação foram apresentados:

- A Construção da estação Faria Lima do Metrô (linha quatro – amarela), além do terminal intermodal na Vila Sônia, este deverá captar todo o itinerário intermunicipal que atualmente desemboca no terminal Largo da Batata. Todo este conjunto já está planejado e com investimentos destinados para sua implantação, portanto não seriam parte do montante destinado para o Projeto do Concurso.

- Com a remoção das linhas intermunicipais, o Terminal do Largo da Batata deveria ser remodelado, reorganizado, além de ser remanejado para a Rua Capri, próximo à confluência da Rua Paes Leme com a Marginal do Rio Pinheiros.

- A implantação da estação de metrô pressupõe a construção de um espaço de transferência no Largo da Batata para acomodação da transferência ônibus-metrô.

- A ligação da Rua Baltazar Carrasco com a do Sumidouro, segundo diretriz de melhoramento viário (lei 5399/57 e decreto nº231/41). Esta continuidade constituirá um binário composto pela Rua do Sumidouro e Paes Leme, para ligação com o novo terminal intermodal do Largo da Batata.⁷⁸

Redesenho Viário Local:

O Redesenho Viário é parte da ordenação de Redesenho Urbano. Como parte deste conjunto, o edital não expõe claramente como este item deverá ser abordado. Apenas uma premissa é citada, conforme dito no item anterior (Redesenho Urbano) – que consiste na criação do binário, Rua do Sumidouro-Rua Paes Leme.

77. Informação extraída do Termo de Referência do Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata.

78. Idem.

As demais intervenções propostas figurariam no contexto urbano, apenas obedecendo a uma *"preocupação com a inalterabilidade do traçado histórico (dimensões, geometria, etc. ressalvada a exceção da Rua Sumidouro), os projetos devem ter em foco as exigências da preservação e valorização do patrimônio cultural urbano."*⁷⁹

Suporte Físico das Intervenções:

Partindo do suporte físico, já existente na região, a proposta que iria apresentar a reordenação urbanística, e contemplar a implantação das premissas já citadas no item, **Redesenho Viário**. Alguns já fazem parte de investimentos públicos de outra natureza, outros deverão ser incluídos no pacote previsto para esta intervenção (Terminal Urbano da Rua Capri).

A questão do suporte físico é fundamental para este concurso. Visto que a problemática desta área surge do excesso de fluxos, bem como da existência de um grande terminal urbano neste entroncamento viário.

Sistemas de Transporte:

Outra questão fundamental para este Concurso; o trato que se dará aos Sistemas de Transporte, que têm um papel central. A oportunidade para este evento surgiu da implantação da estação de metrô "Faria Lima", sugerindo uma alteração na configuração dos Fluxos do Largo da Batata. Além deste fato, a grande confluência de linhas de ônibus no terminal urbano existente na região, torna a questão do transporte, não só o foco principal, mas também a problemática a ser resolvida e desenvolvida como tema.

Algumas premissas foram estabelecidas, no item de Redesenho Urbano.

2 Planos Paisagísticos:

Plano Paisagístico:

O Redesenho Urbano deveria ser o norteador do Plano Paisagístico mas, além disso, é solicitada a *"a valorização, em quantidade e qualidade, dos espaços públicos destinados à circulação, acessibilidade, estar, lazer, cultura, especialmente em função dos fluxos de pedestres, incluindo tratamento paisagístico e possíveis desapropriações, se necessário"*⁸⁰

79. Informação extraída do Termo de Referência do Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata.

80. Informação extraída do Edital do Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata.

A região era densamente ocupada, em que os espaços públicos com tratamento paisagístico são praticamente inexistentes. Áreas destinadas a passeio de pedestres estão tomadas pelo comércio informal. Portanto, a solicitação do Edital é de criação de espaços de qualidade.

3 Programático:

Usos e Vocações:

Como já mencionado no item Plano Diretor, o conjunto de legislações vigentes na época deveria ser respeitado e considerado, sendo que as propostas não deveriam sugerir modificações legislativas, pela grande dificuldade e morosidade de aprovação.

Partindo desta premissa, os índices urbanísticos deveriam ser respeitados, bem como as especificações de uso e ocupação já em vigência.

Na proposta de reordenação urbanística dos espaços é pedida a indicação de uma nova configuração volumétrica/arquitetônica, enfatizando a atuação direta e própria da prefeitura. Esta proposta deveria reconfigurar as quadras lindeiras com, uma possível, mescla de usos; *"enfatizando a multiplicidade das escalas e a diversidade de atividades"*. Sendo possível a sugestão tanto de atividades públicas, quanto privadas.

4 Viabilidade

Custos da intervenção

O Edital coloca como um dos objetivos e premissas para a escolha do projeto vencedor a necessária *"quantificação e pré-orçamento da implantação da proposta tendo como limite valor da ordem de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para a reestruturação e eventual ampliação, por desapropriação, das áreas públicas, a serem investidos prioritariamente na ÁREA FOCO"*.⁸¹

81. Informação extraída do Edital do Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata.

Estratégia de implantação

No Termo de Referência do Concurso é citada a dificuldade de aprovação e dos prazos de tramitação legislativas, para o caso de alteração, bem como solicitação como "*condição fundamental, que a "factibilidade" imediata e o "modus operandi" da proposta a ser apresentada constituir-se-ão em base de avaliação dos projetos*". Partindo-se desta afirmação, a estratégia de implantação não só é solicitada, bem como fundamental para avaliação do projeto em questão.

Cronograma físico-financeiro

Seguindo o raciocínio, acima explicitado, existe uma preocupação com a exequibilidade do projeto, bem como aos prazos de implantação. Apesar do material de referência não falar com clareza deste aspecto, a estratégia de implantação poderia ser entendida por extensão como apresentação do cronograma físico financeiro também.

ANÁLISE DO MATERIAL DO PROJETO VENCEDOR

O Concurso teve seu resultado anunciado no dia 13 de maio de 2002, na Sede do IAB-SP. No total de quarenta e dois trabalhos entregues, foram concedidas três premiações, além de duas menções honrosas (conforme previsto em Edital).

O projeto, dado como, vencedor foi da equipe coordenada pelo Arquiteto Tito Lívio Frascino. Utilizando, dos mesmos parâmetros para a dissecação do material de referência do concurso, isto é, da encomenda do cliente, já abordado no item anterior, será analisado comparativamente o projeto apresentado naquela oportunidade.

1 Planos Gerais:

Plano Diretor da Área:

A proposta não apresenta Plano Diretor para a área, e sim a reafirma com o seu projeto como Plano Diretor vigente na Cidade de São Paulo e suas operações urbanas:



82. Planta geral da área foco (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

"Reafirmação da vocação comercial a leste e oeste da avenida que deverá conviver com os novos usos induzidos pela OUFL (Operação Urbana Faria Lima)."⁸³

No item 8, do Memorial Descritivo, chamado O Entorno, Adensamento e Padrões Urbanísticos, cita: *"Na área-foco, em especial no entorno do novo largo com a redefinição dos padrões urbanísticos é desejável a fixação de gabarito intermediário e uniforme mesmo sem perda de potencial o que é possível com a ampliação da taxa de ocupação."⁸⁴* Nas demais quadras o parcelamento original seria mantido como garantia de uso e da memória do bairro, sendo possível a transferência de potencial ou de incentivo fiscal para tanto.

Redesenho Urbano:

A intervenção se divide em 3 partes: Redesenho do Viário Local, Empreendimento Público Privado e Intervenções no Sistema Viário e de Transporte. Todos serão tratados nos itens a seguir.

Redesenho Local Viário:

As intervenções no sistema viário local propostas são grandes. Sendo as seguintes:

1. Calçadas das ruas Teodoro Sampaio e Pedro Cristi. Feira Livre permanente (na Rua Pedro Cristi).

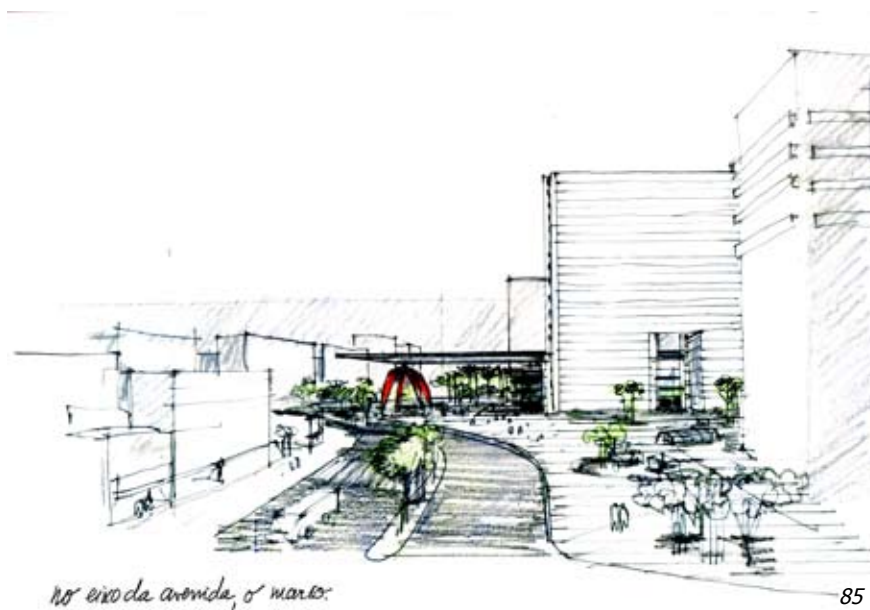
Os calçados estão propostos no trecho entre a Rua Cunha Gago e a Avenida Faria Lima. Embora com características diferentes, estes dois seguimentos apresentam atividade comercial intensa e diversificada com tendência a evolução positiva, em processo de auto-reciclagem. Como em casos pré-existent, propõe-se tratamento de piso, demarcação e balizamento de faixas carroçáveis para carga/descarga e acessos preferenciais, reforço da arborização e núcleos formados por conjuntos de mobiliários, como apontados a seguir. A Feira Livre, permanente, abastecida pelo Mercado Municipal, recupera a memória desta atividade no largo. Está localizada num triângulo, em área C.A.C., formado pelas Ruas Pedro Cristi e Cardeal Arcoverde, plenamente integrada na Esplanada.

83. Extraído do memorial descritivo do projeto vencedor.

84. *Idem.*

2. A Esplanada

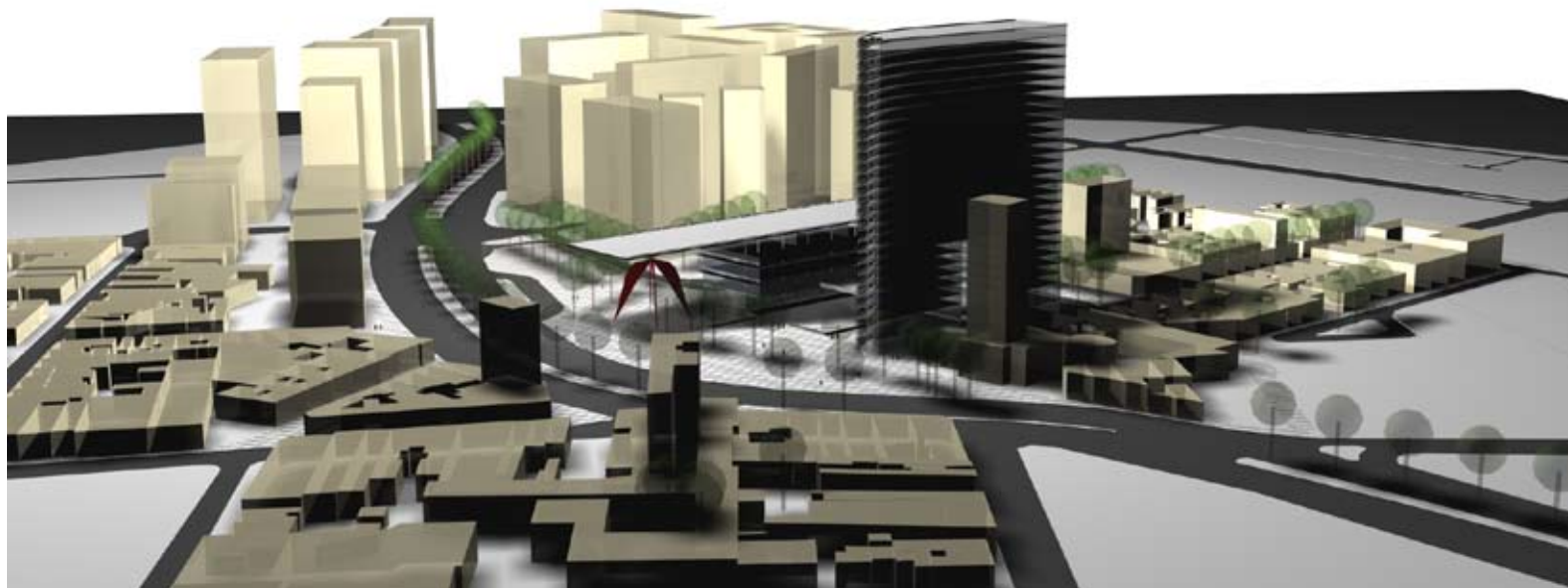
Deslocando-se o eixo da Avenida Faria Lima para oeste, em curva suave, sobre áreas já definidas como das expropriações necessárias à execução do metrô no segmento entre as Ruas dos Pinheiros e Sumidouro. Com isso, obtém-se uma substancial ampliação dos espaços a leste, formados em sua maioria pela área C.A.C. Estes espaços agregam naturalmente o Mercado Municipal quase até a Rua Cunha Gago. Desta ação resulta expressiva uma área contínua com 287 m lineares de profundidade e com 365 m lineares de testada, ao longo da avenida Faria Lima.



no eixo da avenida, o marco.

85

3. Terminal da Rua Capri.



85. Croquis no eixo da Av. Faria Lima (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

86. Perspectiva geral da intervenção (Extraído das pranchas do projeto vencedor).

86



87. Planta geral da área de referência
(Extraído das pranchas do projeto
vencedor do concurso).

87

Suporte físico das intervenções:

A região, foco das intervenções, trata-se de um dos bairros mais antigos e consolidados da Cidade de São Paulo. Por esta razão, a proposta busca apoiar-se nas potencialidades da área, para desenvolvê-las. Sendo assim, "o objetivo maior desta intervenção deverá ser a melhoria, ampliação e promoção qualitativa do espaço público."⁸⁸

Sistemas de Transporte:

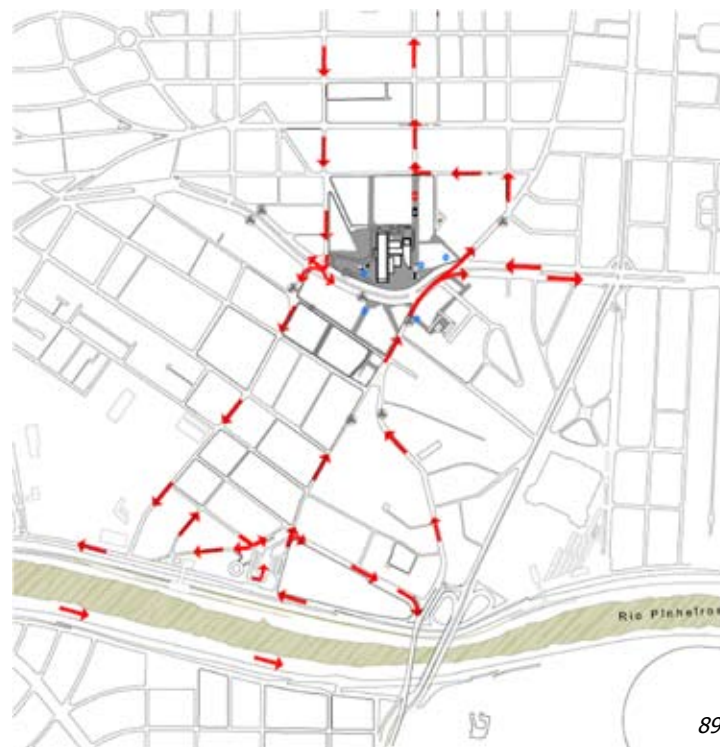
Os sistemas de transporte são, não só suporte físico para as intervenções, mas o foco do plano geral:

- Pontos de ônibus, transbordos entradas e saídas do metrô:

Com a implantação da linha 4, do metrô, ocorrerá sensível diminuição de circulação e de pontos terminais de linhas de ônibus municipais e intermunicipais; notadamente aquelas provenientes das Pontes Eusébio Matoso e Bernardo Goldfarb, que deverão ser seccionadas e integradas ao Metrô nas primeiras estações da linha, a oeste do rio Pinheiros.

A proposta de descentralização dos pontos de embarque e desembarque de passageiros de ônibus é compatível com o objetivo de incentivar as rápidas caminhadas pela nova área a ser reurbanizada, evitando as concentrações típicas de terminais de ônibus, que requerem e incentivam a implantação de serviços, muitas vezes, indesejáveis.

Desta forma, buscou-se indicar a instalação de pontos de ônibus junto às proximidades da área central de Pinheiros; a distâncias nunca superiores a 200 metros dos acessos previstos à futura Estação Pinheiros de Metrô.



88. Extraído do memorial descritivo do projeto vencedor.

89. Setorização dos fluxos de transporte (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

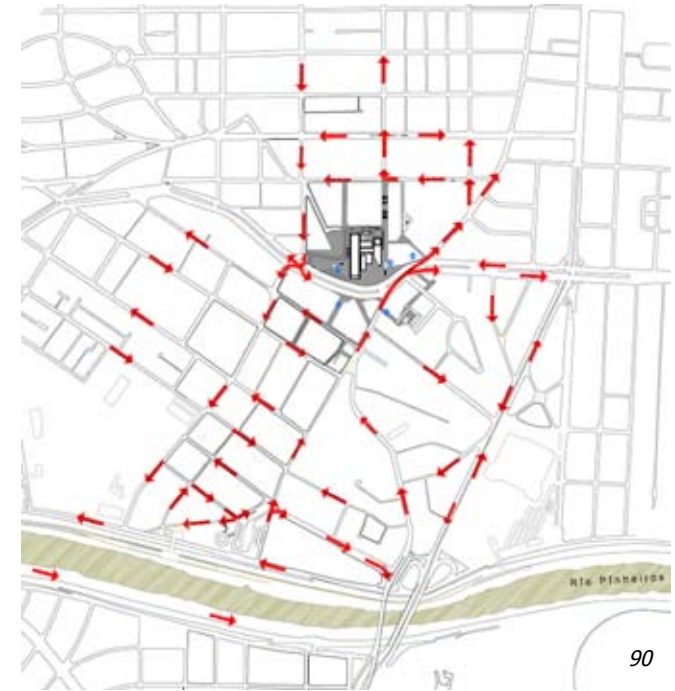
89

- Viário:

Faria Lima – Espera-se um melhor rendimento da avenida, com a eliminação do semáforo no cruzamento com a Rua Teodoro Sampaio; e a concentração da travessia de pedestres em meio de quadra, sem fase veicular (mantendo 2 fases).

Cardeal Arcoverde – A ligação direta da Rua Cardeal Arcoverde com a Rua do Sumidouro através da Rua Baltazar Carrasco e pequena desapropriação é uma antiga proposta da CET e sua materialização propiciará grande melhoria de rendimento para os veículos com destino à Marginal Pinheiros, ou ao bairro do Butantã. A nova ligação induzirá a rota através da Rua do Sumidouro (até a Marginal Pinheiros, sentido Castelo Branco) e a Rua Eugênio de Medeiros para acesso à Ponte Bernardo Goldfarb, atualmente pouco utilizada, contribuindo para alívio do corredor Rebouças-Eusébio Matoso.

Teodoro Sampaio – Com a redução do número de ônibus ao longo das Ruas Paes Leme e Teodoro Sampaio e a eliminação do cruzamento com a Rua Cardeal Arcoverde, ocorrerá uma melhoria nas condições de segurança e fluidez do tráfego de veículos e de pedestres até o Largo de Pinheiros.



No cruzamento com a Avenida Faria Lima a aproximação proposta com 3 faixas de tráfego, aparentemente não trará benefícios. No entanto, a aproximação de forma ordenada, através de sinalização adequada (atualmente a divisão Teodoro Sampaio/dos Pinheiros e a aproximação com 4 faixas em 25 metros provoca diversos conflitos durante a fase de verde da rua Teodoro Sampaio, prejudicando o rendimento).

A melhor condição de mobilidade das ruas Paes Leme e Teodoro Sampaio deverá atrair maior número de veículos, contribuindo para alívio da Ponte Eusébio Matoso com a transferência para a Ponte Bernardo Goldfarb, que atualmente é subutilizada.

A proposta de agregar um trecho da Rua Teodoro Sampaio à área para circulação de pedestres entre a Avenida Faria Lima e a Rua Cunha Gago, não provocará prejuízo maior do que o aumento de percurso, desde que a Rua dos Pinheiros receba tratamento de "Corredor Operado", com sinalização e fiscalização adequados para que a via opere efetivamente com três faixas de trânsito nos períodos de maior demanda.

- Terminal da Rua Capri:

No caso das obras de reurbanização do Largo de Pinheiros, e imediações, forem realizadas anteriormente à entrada em funcionamento da Linha 4, do Metrô, algumas medidas poderão ser tomadas para minimizar os prejuízos que ocorrerão: implantar a expansão do terminal da Rua Capri, direcionando o maior número de linhas para o local; estudar uma reformulação da localização dos pontos terminais e de passagem de ônibus remanescentes; implantar a travessia de pedestres subterrânea (compatibilizada com o projeto do Metrô) junto à Rua dos Pinheiros e Avenida Faria Lima.

- Fluxo de Pedestres:

Os fluxos de passageiros na estação de metrô "Faria Lima", para o horizonte 2010-2020, estão estimados como segue:

Estimativa de movimentação diária – 113300 passageiros/dia; sendo 55% lindeiros e 45% integrado.

Movimentação da hora de pico/manhã – embarque: 2662 passageiros, desembarque: 12244 passageiros; sendo que para os dois casos há 70% na direção da Vila Sônia e 30% na direção da Luz.

Com estes dados e a conseqüente diminuição do fluxo de ônibus e extinção do terminal, as linhas de passagem foram re-equacionadas e os pontos realocados segundo critérios: proximidade de saídas do metrô, acomodações maiores nos fluxos principais e pontos descentralizados para fluxos secundários.

Sendo a maioria de passageiros lindeiros, estes estarão beneficiados pela valorização das áreas pedestrianizadas. O estacionamento, previsto no empreendimento associado, está dimensionado para receber 1100 veículos, podendo receber 220 automóveis oriundos de transbordos nesta modalidade.

2 Tratamentos de áreas públicas:

Mobiliário Urbano:

Segundo o Memorial Descritivo: "O projeto não pretende selecionar mobiliário de bom desenho e disseminar pela área. Pretende-se o estabelecimento de núcleos a serem colocados em locais apropriados (entroncamentos de circulação de pedestres, pequenas praças), núcleos compostos de um conjunto: dois quiosques, sendo um para banca de jornal e outro para ambulantes cadastrados, banco, lixeira, caixa de correios, telefone, árvores de sombra e iluminação pública."

Iluminação Pública:

Conforme citado acima, no item de mobiliário urbano, existia uma preocupação com a questão da iluminação pública no projeto, mas que teve exposto o conceito ou qualquer diretriz para sua execução.

Tratamento de vias públicas:

No projeto foi prevista a reversão de vias públicas em vias pedestres (vide mapa geral da intervenção). Além da criação de uma feira livre em um destes calçadões (Rua Pedro Cristi). Em relação ao tratamento destas vias, na fase de concurso público, não foi apresentado o tratamento.

3 Programático:

Usos e Vocações:

O Projeto apresenta sua proposta principalmente pautada na questão viária. As únicas áreas que apresentam um estudo detalhado de usos e vocações são a Calçada da



Calçada Cardeal à oeste

91. Croquis do calçadão da R Cardeal Arcoverde (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

Cidadania e o Empreendimento Associado. Os dois terão seus programas apresentados abaixo, nos itens de Intervenções Pontuais e Edificatórias Públicas e Privadas.

Intervenções Pontuais e Edificatórias Públicas:

Uma intervenção pontual pública foi prevista para a área: a Calçada da Cidadania, que consistia em um edifício situado à Rua Valério de Carvalho, hoje desativado e vazio (quadra S15/73), onde já funcionou a fábrica da Meridional (metalúrgica), está em boas condições e apresenta características arquitetônicas e dimensionais compatíveis. Verificou-se também a possibilidade de acessá-lo diretamente pelas ruas Cláudio Soares e Butantã o que permitia sua integração no conjunto da proposta, incluindo-o no percurso pietonal ampliado, conforme mostrado nos desenhos.



Num processo de compra/desapropriação o edifício poderá ser reciclado preservando-se suas características principais e ali seria implantado o que denominamos de **"Calçada da Cidadania"**:

Equipamento público de atendimento e suporte à população em cujo programa é proposto, como segue: Postos de atendimento: SABESP, ELETROPAULO, COHAB e concessionárias: Postos de secretarias: MEIO AMBIENTE, FINANÇAS, EDUCAÇÃO, ABASTECIMENTO, BEM ESTAR SOCIAL, ESPORTES, LAZER E TURISMO (PMSP); balcões: REGIONAL DE PINHEIROS (PMSP); Carteiras de Trabalho, Carteira de Identidade, Título de Eleitor, Polícia Metropolitana, Polícia Militar, Junta Militar, Receita Federal, Receita Municipal, Juizado de Menores, Posto Bancário, Ofícios e Profissões, Biblioteca (PMSP), Sala de Reuniões, Sanitários, Segurança e gestão.

O comércio seria incentivado a abrir para as novas vias de acesso criadas complementando o programa e a vocação local.

92. Croquis da Calçada da Cidadania
(Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

Intervenções Pontuais e Edificatórias Privadas:

Uma intervenção pontual de caráter público privada foi projetada para a região, chamada "**Empreendimento Associado**", que consistia:

"Proposta de um empreendimento a ser promovido pelo Poder Municipal através da EMURB e associado à iniciativa privada.

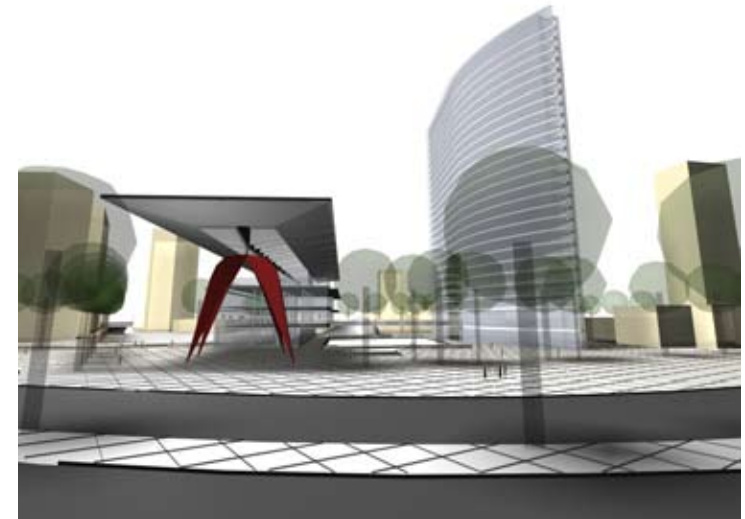
A ser implantado no principal segmento de área disponível no conjunto da Esplanada (quadra S15/57), tem como objetivos: comercialização de áreas vendáveis e retorno proporcional ao investimento público na cobertura de parte das despesas com a execução das obras de infraestrutura na área foco e equipamentos públicos como centro de cultura, auditório, etc.; Alavancagem de toda a intervenção além do estímulo à Operação Urbana Faria Lima; Fator de promoção da arquitetura como personagem focal da operação.

Criação do elemento simbólico-expressivo, agregado ao empreendimento e à arquitetura, como marco da re-qualificação promovida pelo poder público, representado pelo pilar multifacetado que suporta a cobertura da praça (vide vista R Pedro Cristi).

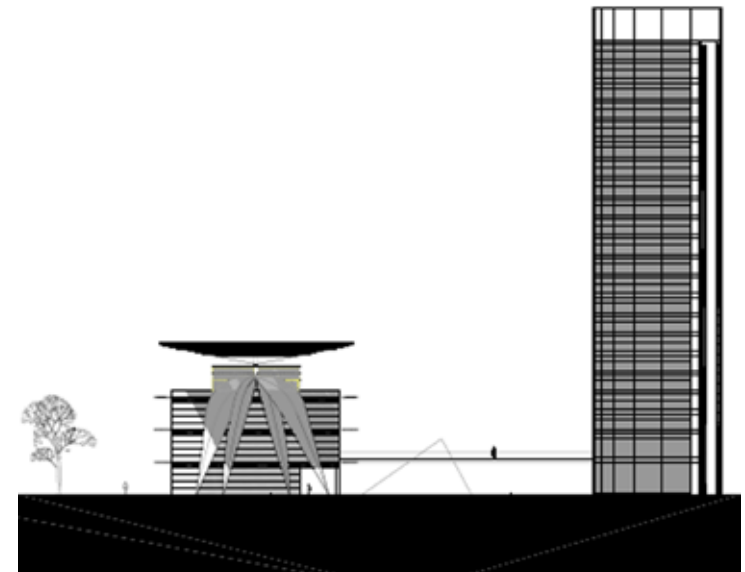
O programa básico do empreendimento está assim proposto:

Embasamento: Três níveis em subsolo destinados a estacionamentos com área de 24.000 m² para 960 veículos e 1500 m² para apoios técnicos;

Praça comercial: praça aberta e ajardinada para comércio



93



94

93. Perspectiva do Empreendimento Associado (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

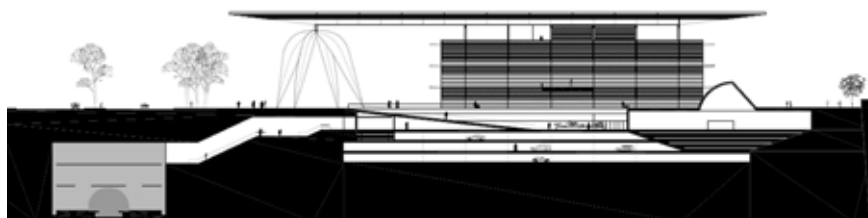
94. Vista do Empreendimento Associado (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

diversificado, serviços e restaurantes, com 5.500m² de áreas computáveis, acessíveis diretamente pela esplanada, pelo metrô, interligada à torre e aos equipamentos culturais;

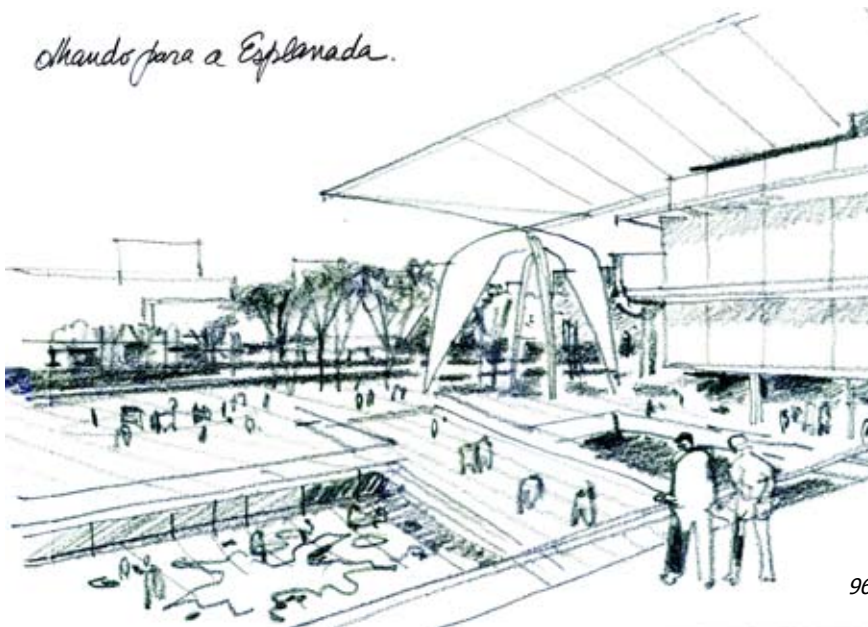
Torre de serviços: Edifício com 22 pavimentos, 22.900 m² de área computável, dimensionado para ser comercializado em escritórios ou hotelaria conforme posterior estudo de viabilidade. Sua configuração permite também uso misto destas funções, pois poderá dispor de acessos e circulações verticais independentes.

Centro de eventos e cultura: Edifício de caráter público e institucional com 4.200 m² de área computável para eventos, exposições e mideateca, disposto em três pavimentos e terraço coberto com café e bookshop. Este equipamento de evidente interesse será um grande catalisador da renovação pretendida para o local. Da extensão de sua cobertura surge o elemento simbólico que se projeta em direção à avenida sendo visível de todas as aproximações à área foco, principalmente pelo eixo da avenida.

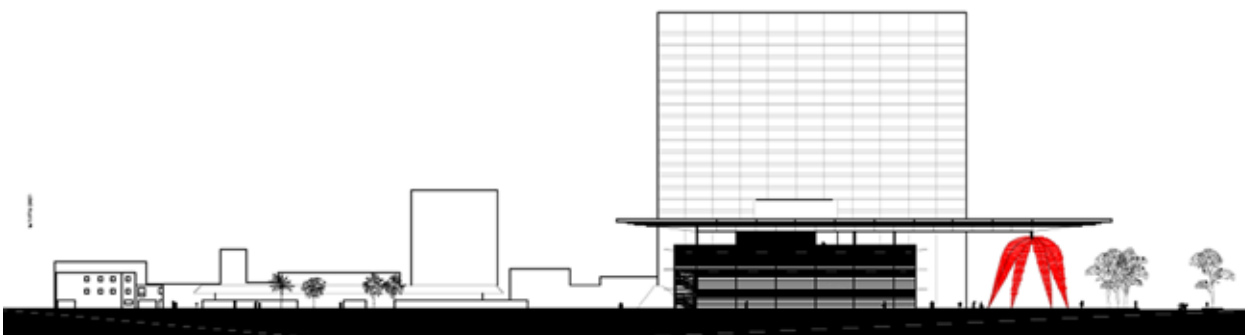
Auditório: Dimensionado para 750 pessoas, com 1600 m² de área computável incluindo-se camarins, depósitos e demais apoios, o auditório foi implantado de maneira a atender ao público em geral com acesso direto a partir da rua, a partir da praça comercial (portanto também do metrô) e ligando-se preferencialmente ao centro de eventos culturais e ao edifício de serviços.



95



96



97

95. Corte do Empreendimento Associado (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

96. Croquis da esplanada (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

97. Vista do Empreendimento Associado (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

Tanto o **auditório** quanto o **centro de eventos e cultura**, deverão permanecer de propriedade pública como retorno do investimento no empreendimento associado, no entanto a gestão destes equipamentos poderá ser pública ou privada conforme a melhor conveniência.⁹⁸

4 Viabilidade

Custos da intervenção

A despesa orçamentária para a PMSP seria de R\$ 43.579.533,00. O custo do empreendimento associado, que não está incluso nas despesas orçamentárias da PMSP, por ser de caráter privado, é de R\$ 46.780.217,00. Conforme tabela ao lado.

Estratégia de implantação

A estratégia de implantação geral do projeto pode-se observar no cronograma físico-financeiro, em anexo no próximo item. Excluindo-se as etapas anteriores à obra (projeto, desapropriação, licitação), seguem conjugadas implantações de: realocação da Avenida Faria Lima, Calçadas e passeios, Calçada da Cidadania, Mobiliário Urbano e Paisagismo. Além destes itens, o Empreendimento Associado, teria uma estratégia a parte, por envolver negociações de outras naturezas.

COMPONENTES DO PROGRAMA		CUSTO M ² (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SUB-SOLOS NÃO-COMPUTÁVEL	6,500 M ² X 3 ■	25,500,00 M ²	300,00
PRAÇA COMERCIAL	COBERTA	5,500 M ² X 1 ■	600,00
	DESCOBERTA	3,000 M ² X 1 ■	220,00
AUDITÓRIO	1,800 M ² X 1 ■	1,800,00 M ²	800,00
CENTRO DE EVENTOS E CULTURA	4,200 M ² X 1 ■	4,200,00 M ²	800,00
EDIFÍCIO	ANDAR TIPO	1,100 M ² X 14 ■	15,400,00 M ²
	TÉRREO	1,100 M ² X 1 ■	1,100,00 M ²
ESCRITÓRIOS	INTERMEDIÁRIOS	800 M ² X 8 ■	6,400,00 M ²
EDU HOTELARIA	ÁTICO	600 M ² X 1 ■	600,00 M ²
	HELIPONTO	120 M ² X 1 ■	120,00 M ²
CONCESSÃO ONEROSA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO / OULF			4,406,625,00
TERRENO (INVESTIMENTO EMURB (PMSP))	1,100 M ² X 14 ■	9,342,88 M ²	900,00
TOTAL OBRA		63,420,00 M ²	901 (12%) INCLUIDO
			R\$ 46,780,217,00

- 1- ÁREA DE VENDA = 57,000,00 M²
- 2- TAXA DE RETORNO ESTIMADA = 1,5
- 3- RETORNO EMURB (PMSP) (13,460,000)

EM ÁREA CONSTRUÍDA

AUDITÓRIO	1,800 M ²
CENTRO DE CULTURA	4,200 M ²

ENQUADRAMENTO OULF / OUTORGA ONEROSA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

ÁREA DO TERRENO	CAC1 + CAC2 = 10,698 M ²
REMANESCENTE	CAC 2 + ÁREAS LIVRES
ZONA DE USO	Z-2 C.A = 1,00
COEF. PROPOSTO	C.A = 4,00 T.O = 0,5
ÁREA ADICIONAL	23,502 M ²
	23,502 X (750/4) ■ R\$ 4,406,625,00

TIPO DE CUSTO	M ²	UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
DESLOCAMENTO DO EIXO AV. FARIA LIMA NO TRECHO *	14,000	710,00	9,940,000,00
CALÇADÕES E PASSEIOS **	35,000	295,00	10,325,000,00
RECICLAGEM DE EDIFÍCIO CALÇADA DE CIDADANIA (MERIDIONAL) ***	4,200	450,00	1,890,000,00
MOBILIÁRIO URBANO ABRIGOS DE ÔNIBUS	—	VB	426.000,00
PAISAGISMO	—	VB	120.000,00
DESAPROPRIAÇÕES		TERRENO 900,00 CONSTRUÇÃO 450,00	20,878,533,00
TOTAL GERAL			43.579.533,00

OBSERVAÇÕES

- 1- MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E BDI INCLUIDOS
- 2- TERRENO PARA EMPREENDIMENTO ASSOCIADO INCLUIDO
- 3- CUSTOS FINANCEIROS E FISCAIS NÃO INCLUIDOS
- 4- ÍNDICES PUB CUB ESTIMATIVOS
- * BASE, SUB-BASE, REVESTIMENTO ASFÁLTICO, GUIAS, SARGETAS, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO
- ** BASE, REVESTIMENTO MOSAICO PORTUGUÊS E LADRILHO HIDRÁULICO, DRENAGEM, ILUMINAÇÃO
- *** OBRA CIVIL SEM ACABAMENTO FINAL INTERNO

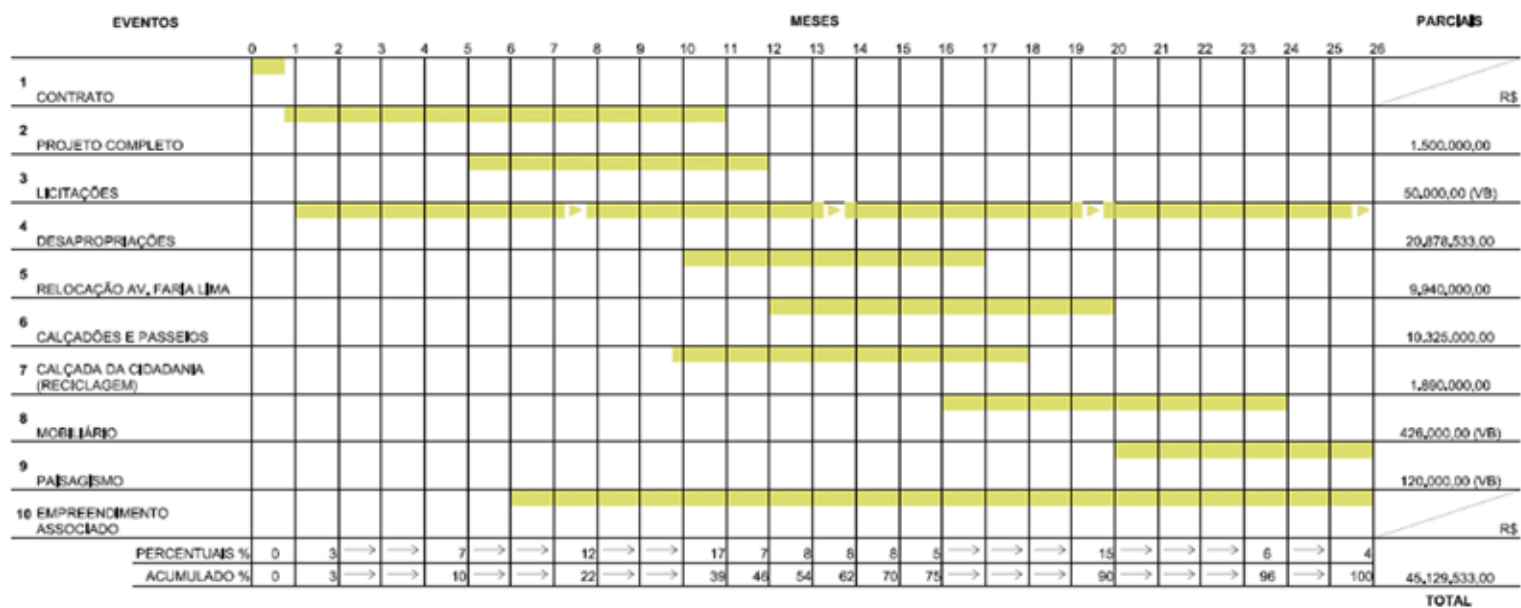
98. Extraído do memorial descritivo do projeto vencedor do concurso.

99. Viabilidades (Extraído das pranchas do projeto vencedor do concurso).

"A estratégia para a implementação destes empreendimentos baseia-se na capacidade da EMURB para realiza-la. O terreno hoje propriedade da C.A.C., é considerado improdutivo, deverá ter sua utilidade pública decretada e ser desapropriado pela PMSP. Este será transferido para a EMURB, que por sua vez, em conjunto com a iniciativa privada, gerenciará a execução de todo o empreendimento, em processo compatível com suas atribuições. O resultado que caberá ao poder público será proporcional ao investimento e contribuirá para o sucesso da operação como um todo"¹⁰⁰

Cronograma Físico-Financeiro

O cronograma físico-financeiro proposto pelo projeto (anexo abaixo), planejava uma intervenção em 26 meses. Contando com um orçamento de pouco mais de 43 milhões de reais a serem gastos pelo poder público. O restante da intervenção teria sua verba vinda do Empreendimento Público Privado.



100. Extraído do Memorial Descritivo do Projeto Vencedor.

101. Cronograma físico-financeiro (Extraído da prancha do projeto vencedor do concurso).

CONCLUSÃO

Como justificativa para a escolha do projeto, coordenado pelo Arquiteto Tito Livio Frascino, o júri se pronunciou da seguinte forma, pela Ata de Julgamento:

"Projeto nº 40 – Classificado em 1º lugar – É o projeto que apresenta o melhor conjunto de soluções e facilidade de implantação, considerado pela Comissão Julgadora como o "projeto base", propondo a melhor utilização de áreas com a desapropriação aprovada por lei e a desapropriação de outras, onde este processo é mais simples e imediato. Focalizou primordialmente o lado norte do Largo e, lançando mão de uma inflexão do viário, do eixo da Av. Faria Lima, criou um espaço adicional neste setor. Cria um binário, resolvendo dessa forma o problema de circulação do terminal Pinheiros e elimina terminais, distribuído-os por pontos adjacentes. Propõe interessante aproveitamento da fábrica da Meridional, integrando-a dessa forma diretamente à intervenção na área foco. A Comissão Julgadora recomenda que seja revista a área pedestrianizada, relativamente excessiva, recuperando a função viária da Rua Teodoro Sampaio; que seja revisto o programa proposto eliminado o teatro, tendo em vista o SESC em construção nas proximidades; a instalação de uma mediateca no prédio de uso público a ser construído como contrapartida na área desapropriada da CAC; que reestude o acesso ao Mercado Municipal, bastante prejudicado na proposta. Recomenda ainda que seja prevista a integração da praça inferior com o Metrô, por meio de uma ligação direta entre eles. Por último, o parque na área institucional da Frederico Hermann Jr. Foi considerada inadequada. "102

Apontado pelo corpo jurado, a grande qualidade do projeto vencedor é o "conjunto de soluções e a facilidade de implantação". O arquiteto vencedor também aponta este como o ponto principal da intervenção proposta, visto que, segundo ele, o conjunto de propostas era claro e coerente.¹⁰³ A facilidade de desapropriação das áreas escolhidas, além de sua melhor utilização fizeram deste projeto um processo simples e imediato para implantação.

Ainda, na Ata de Julgamento são ressaltados pontos positivos da proposta, como a solução viária proposta: solução do grande terminal urbano localizado no Largo da Batata, que se desloca em totalidade para a Estação Pinheiros (na vizinhança da Rua Capri), com o problema de circulação para este setor resolvido por meio de um binário criado entre as Ruas do Sumidouro x Paes Leme. Com a grande área do antigo terminal urbano, além de uma pequena reestruturação viária, cria-se um grande espaço de circulação na área norte do largo. Todo este conjunto de soluções viárias deu origem a um espaço de qualidade e com bom acesso para o público.

Um ponto considerado interessante foi o aproveitamento da antiga Fábrica Meridional que foi transformada em um Poupa-tempo, com acesso direto à Estação de Metrô Faria Lima.

O Projeto Vencedor tinha uma série de qualidades que o levaram a sua posição. Algumas posições sobre a

102. Extraído da Ata de Julgamento - Concurso Reversão Urbana Largo da Batata (Vide Documentos Anexos).

103. Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Tito Livio Frascino (Vide Documentos Anexos).

a proposta foram colocadas ainda na ata de julgamento para alteração das propostas. Além disso, outras considerações sobre o processo e o pós-concurso têm que ser colocadas:

1 - Em um ponto o Projeto Vencedor infringiu o Termo de Referência: A Rua Teodoro Sampaio foi pedestrianizada em seu primeiro trecho, entre as Avenidas Faria Lima e Rua Cunha Gago. Como previsto no Edital, o fluxo das vias estruturais deveria ser mantido sem grandes prejuízos para a área (que já possui grandes dificuldades de trânsito). A reversão deste calçadão foi aconselhada na Ata de Julgamento, considerada excessiva.

2 – O pós premiação não houve uma discussão. Depois da Premiação deste Concurso, houve um debate com os Arquitetos Premiados, aberto à público. Mas para um maior enriquecimento do processo, outros debates e situações de discussões deveriam ter sido marcados. Muito se perdeu sem discussões da classe dos arquitetos com a sociedade. O projeto foi contratado e desenvolvido dentro de moldes que não envolveram o público e nem mesmo os interessados.

3 – As grande dificuldades enfrentadas com a Lei de Licitações Brasileira: o escritório de arquitetura encontrou dificuldades de relacionamento com o Cliente, isto é a Prefeitura do Município de São Paulo, representada na oportunidade pela figura da EMURB. Segundo entrevista com o Arquiteto Vencedor o relacionamento com o cliente foi da seguinte forma:

"Foi muito bom enquanto foi com a equipe de planejamento e projetos da Emurb, houve muita sintonia, quando isso passou para o pessoal de obras, ai complicou. Complicou porque não havia um entendimento perfeito com relação ao produto, estávamos desenvolvendo um projeto básico e muita coisa que agente desenvolveu, para nós, o nosso escopo já era de projeto executivo. Chegamos inclusive a detalhar certos elementos para poder ter um orçamento mais preciso, então o pessoal de obras, na minha opinião, em termos de rigor, foi além do que normalmente constitui um projeto básico de arquitetura, por isso fez o projeto atrasar, houve um atraso na entrega dos projetos por conta de idas e vindas, a nível de exigência e determinadas definições dentro do projeto básico."¹⁰⁴

A Lei de Licitações Brasileira determina que as licitações públicas devam ser feitas com o Projeto Básico. Historicamente, percebe-se que distorções ocorrem, visto que o orçamento base é feito com um projeto sem os devidos detalhes e especificações. Para evitar problemas posteriores, a equipe da EMURB tentou chegar a um nível de precisão maior para o lançamento da licitação do Projeto do Largo da Batata. Com isso, houve o prejuízo do escritório de arquitetura, não contratado para desenvolvimento de tal escopo e forçado a chegar a um nível de exigência acima do estipulado em contrato.

104. Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Tito Livio Frascino (Vide Documentos Anexos).

Tal questão é sempre muito discutida pelos arquitetos e urbanistas, mas muito pouco foi feito no sentido de reverter esta situação. Esta situação descrita pelo arquiteto é só mais uma das conseqüências que a Lei de Licitações Brasileira trás para o processo de contratação de obras.

4 – A mudança da ótica política durante o processo prejudicou o andamento do projeto e gerou atrasos na sua implantação. O concurso que ocorreu em 2002, no mandato da Prefeita Marta Suplicy, atravessou o mandato do Prefeito José Serra engavetado e só voltou a ser retomado no ano de 2007, por interesse do atual Prefeito Gilberto Kassab. Todas essas oscilações políticas levaram ao atraso do processo e a instabilidades.

O PÓS CONCURSO

Após a premiação do Projeto Vencedor houve uma intenção real de contratação, segundo o Arquiteto Tito Livio. Mas o processo de negociação não foi fácil, conforme descrito por ele:

"Entre a intenção de contratar e contratar foi percorrido um longo caminho no sentido de determinar quais os produtos exigidos, o termo de referência do desenvolvimento do projeto, houveram muitas idas e vindas neste sentido, nós formamos a primeira lista de desenhos, esta lista de desenhos foi ao órgão, no caso a Emurb, então voltou... foi muito difícil acertar finalmente um escopo, praticamente foram descritas pranchas por pranchas, aí então, por sorte, no ponto de vista dos honorários, havia uma posição muito firme do IAB, que já estava pré definido, então quanto a isso não houve muita discussão. Em geral há muita discussão quanto a honorários. E depois a coisa transcorreu muito bem. Foram bem uns 3 meses de negociação até o início real dos trabalhos."¹⁰⁵

Depois de contratado, o processo do projeto transcorreu bem, até a entrada da equipe de obras. A finalização dos projetos para o processo de licitação ocorreu de forma muito demorada, com muitos pedidos de revisão e atrasos. Segundo o arquiteto foi o único período de dificuldade. O projeto básico foi entregue e licitado. Um consórcio de construtoras ganhou a licitação e tem a incumbência de realizar o detalhamento dos projetos e iniciar as obras.

O consórcio vencedor chamou o escritório de arquitetura do Arq. Tito Livio para fazer o detalhamento do projeto executivo, mas até a data da entrevista, não havia fechado um acordo comercial. Nesta segunda etapa, o projeto se dividiu em duas partes: Projeto da Área Foco do Largo da Batata, que engloba um conjunto de soluções urbanísticas, viárias e de transporte, e uma Estação Intermodal (na época do concurso era apenas um terminal intermodal) integrando o terminal de ônibus, estação de Metrô e CPTM.

105. Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Tito Livio Frascino (Vide Documentos Anexos).

Os prazos para as obras acontecerem estão amarradas nos prazos para a Linha Amarela do Metrô, que neste momento estão atrasadas. A ordem de serviço já existe, mas são necessárias obras anteriores para liberação de frentes de serviço. Segundo estimativas do arquiteto o processo de projeto e implantação será de mais cinco anos.

Capítulo 4
Concurso Bairro Novo



106. Capa do Edital de Convocação para o Concurso do Bairro Novo

FICHA TÉCNICA DO CONCURSO

Promotores: Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB

Organizador: Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP

Coordenador do Concurso: Arq. Valter Caldana

Comissão Julgadora: Arq. Alberto Rubens Botti

Arq. Alfredo Máximo Garay

Arq. Jorge Wilhelm

Arq. José Magalhães Jr.

Arq. Luiz Fernando de A. Freitas

Arq. Nádia Solmekh

Arq. Paulo de Melo Zimbres

Nº de Trabalhos Entregues: 59

Nº de Trabalhos Analisados: 58

Premiados: 1º Colocado – Arq. Euclides Oliveira

2º Colocado – Arq. Jaime Cupertino

3º Colocado – Arq. Francisco Spadoni

Menção Honrosa – Arq. Pedro Nitsche

Menção Honrosa – Arq. Décio Amádio

Menção Honrosa – Arq. Fábio Zeppelini

Menção Honrosa – Arq. Héctor Vigliecca

Menção Honrosa – Arq. Bruno Roberto Padovano

Menção Honrosa – Arq. Christian de Portzamparc

Menção Honrosa – Arq. Décio Tozzi

ÁREA DO CONCURSO – HISTÓRICO

O Concurso do Bairro Novo se caracterizou como uma oportunidade única de projetos para uma região de grande importância para a Cidade de São Paulo: o bairro da Água Branca.

A região em questão teve como elemento indutor de sua formação e desenvolvimento as ferrovias. As antigas linhas da São Paulo Railway (Santos-Jundiaí) e Sorocabana, que hoje é parte da malha ferroviária da CPTM, denominadas de "linha A" (Brás – Francisco Mourato – Jundiaí) e "linha B" (Julio Prestes – Itapevi – Amador Bueno) respectivamente, cortaram a região da Água Branca em meados do século XIX (1867 e 1875).

As condições topográficas e geomorfológicas propiciaram a implantação das ferrovias e, posteriormente, das indústrias. Este primeiro momento da formação do bairro, o definiria de forma muito clara, morfo e tipologicamente: grandes lotes e quadras destinados principalmente ao uso industrial ou transitório e extensas glebas de propriedade pública e privadas com baixo aproveitamento.

Desde década de 60, a região começou a sofrer um esvaziamento em termos de uso industrial, devido a uma tendência que atingiu também outros bairros da cidade como a Mooca e o Ipiranga: a migração das indústrias para áreas menos urbanizadas, principalmente às margens de rodovias, com áreas disponíveis maiores e a menores preços. Esta perda de importância como pólo produtivo da cidade atribui-se principalmente ao declínio do padrão de serviços no transporte ferroviário, quando, naquele mesmo momento, o transporte rodoviário recebia investimentos massivos, bem como o forte desenvolvimento da indústria automobilística. Esta dispersão gerou um panorama conhecido até os dias de hoje na região: permanência de grandes áreas vazias ou ocupadas por usos transitórios (depósitos de material de construção, concessionárias, entre outros) e um quadro de degradação não condizente com as potencialidades que o local tem a oferecer.

Até o fim da década de 60 e início de 70, o bairro da Água Branca só tinha como pontos de transposição da ferrovia os viadutos da Avenida Pacaembu, o viaduto Lapa, a passagem em desnível na Estrada Velha de Campinas (atual Avenida Raimundo Pereira de Magalhães) e as passagens em nível na Avenida Santa Marina e Rua do Curtume. As duas principais conexões, no sentido norte-sul, foram construídas nesta época: os viadutos da Avenida Antártica e Avenida Pompéia.

No sentido leste-oeste, as ligações entre os bairros da Barra Funda e Bom Retiro, atuais Avenidas Ermano Marchetti e Marquês de São Vicente, não estavam implantadas ainda no início da década de 70. Estas deficiências no acesso resultaram na ocupação recente da região, seguindo principalmente os vetores da Avenida Pacaembu

e Santa Marina.

Atualmente, as condições de acessibilidade por meio rodoviário são excelentes, visto que além das ligações já apontadas, a Avenida Presidente Castelo Branco – Marginal do Rio Tietê – corta a região, provendo acesso às principais rodovias intermunicipais e interestaduais como: complexo viário das rodovias Bandeirantes – Anhanguera (acesso para a região de Campinas), rodovia Fernão Dias (ligação com o sul do estado de Minas Gerais e Belo Horizonte), rodovia Ayrton Senna e Presidente Dutra (caminho para as cidades do Vale do Ribeira e Rio de Janeiro). Já pela Avenida Francisco Matarazzo (que é parte de um sistema estrutural da cidade) é possível acessar as regiões de Pinheiros e Paulista à Sul, e Casa Verde e Freguesia do Ó, à Norte.

Ao longo da década de 80, os sistemas de transporte público passaram a se constituir uma alternativa viável para acessar a região com a construção do terminal intermodal da Barra Funda. Os sistemas, de alta e média capacidade, foram integrados, como a linha vermelha do metrô (leste-oeste); as linhas, “A e B”, da Companhia de Trens Metropolitanos – CPTM – (antigas linhas da São Paulo Railway e Sorocabana, respectivamente), terminal rodoviário intermunicipal e o corredor de ônibus que liga o centro da cidade a Pirituba.

Em 1985, o Plano Diretor para a Cidade de São Paulo já chamava a atenção para as potencialidades da região, apontando-a como uma possível área para implantação de uma Operação Urbana.

No início da década de 90, a Secretaria Municipal de Planejamento e a EMURB iniciaram estudos conjuntos para a implantação de uma Operação Urbana na região. A futura Operação Urbana Água Branca teria como objetivo promover a ocupação ordenada das áreas em questão, que atualmente são caracterizadas por grandes porções de glebas sub-utilizadas e pelas diferenças de padrões, urbanísticos e ambientais, entre um lado e outro, das ferrovias. Outro ponto a ser considerado é a grande capacidade do sistema metro-ferroviário ainda ociosa, que deveria ser considerado como auxílio no processo de renovação desta grande faixa entre a ferrovia e o Rio Tietê.

No ano de 1995 foi promulgada a lei da Operação Urbana Água Branca, estabelecendo-se assim, os parâmetros legais para que a Prefeitura pudesse conceder exceções à legislação mediante ao recebimento de contrapartidas. Os principais mecanismos permitidos por esta lei são: alteração dos índices e usos previstos na Lei de Zoneamento e no Código de Obras e Edificações; cessão do espaço público aéreo e subterrâneo; transferência do potencial construtivo não utilizado dos imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico em troca do compromisso da manutenção e preservação destes bens culturais; regularização de construções, reformas e ampliações executadas em desacordo com a legislação.



107. Limites de Operação Urbana Água Branca.

Definiu-se que os recursos obtidos das negociações de contrapartida deverão ser aplicados em melhorias de infraestrutura na própria região, sendo que esta poderá ser paga em dinheiro, em bens imóveis ou pela execução de obras constantes da Lei da Operação Urbana.

Nas últimas décadas, empreendimentos públicos e privados de porte significativo e impacto se instalaram nas imediações da região, indicando assim, uma tendência de ocupação dos vazios e de mudança de usos e vocações. São parte deste conjunto de obras de importância: Memorial da América Latina, SESC Pompéia, Fórum Criminal (nas antigas instalações da Santa Casa), Universidade UniNove (junto à estação de metrô Barra Funda), Centro Empresarial Água Branca, Universidade UNIP e TRT (Tribunal Regional do Trabalho, na Avenida Marquês de São Vicente).

ÁREA DO CONCURSO – CARACTERIZAÇÃO

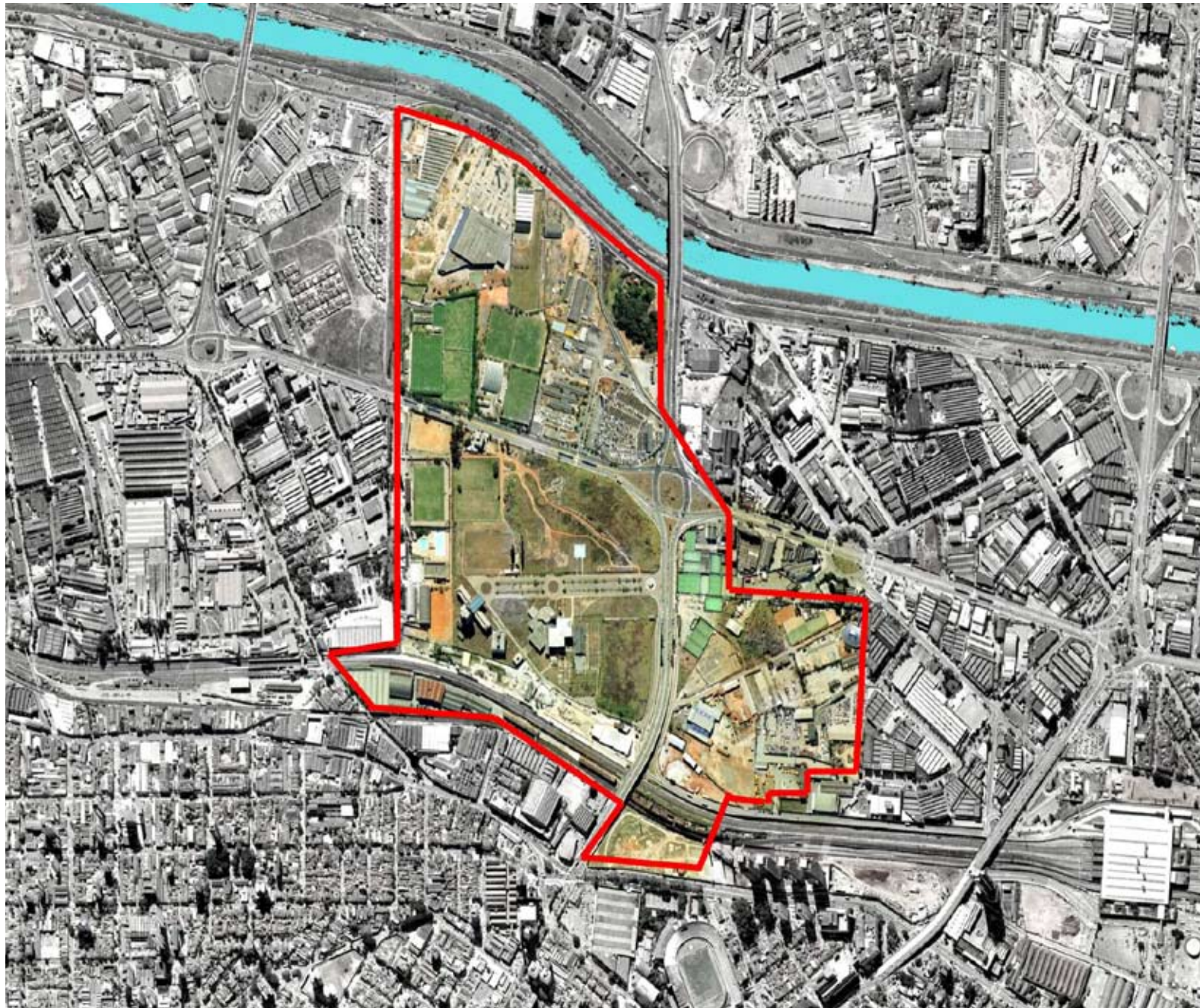
Para a elaboração de propostas, a área objeto do concurso foi dividida em Área Foco e Região de Referência.

A Região de Referência teve sua área definida como o perímetro da Operação Urbana Água Branca, descrito da seguinte forma: começa na Avenida Pacaembú, Rua Paraguassú, Rua Traipú, Rua Turiassú, Avenida Pompéia, Rua Carlos Vicári, Avenida Santa Marina, Avenida Comendador Martinelli até o ponto inicial.¹⁰⁸

Dentro deste perímetro maior, a Região de Referência, se insere a Área Foco da Intervenção. Esta foi definida com o perímetro indicado na figura 4.

A Área Foco devido a sua grande extensão, cerca de 1 milhão de metros quadrados, é heterogênea e composta de diversas sub-áreas com características diferentes. Muitas delas, já sofreram modificações desde a época do concurso em questão, porém, para esta análise é importante caracterizar cada uma delas como eram na época em que os trabalhos foram lançados. Portanto, são essas:

*108. Lei 11.774, 18 de maio de 1995
- Operação Água Branca.*



109. Área Foco do Concurso Bairro Novo delimitada.

Sub-área CETET:

Esta área é em grande parte municipal e foi cedida para ocupação dos Centros de Treinamento do São Paulo Futebol Clube e da Sociedade Esportiva Palmeiras. Nesta mesma porção, encontra-se instalado o CETET – Centro de Treinamento e Educação de Trânsito da CET. Esta área encontrava-se congelada devido às disposições da Lei de Uso e Ocupação do Solo anterior e era classificada como uma Z8-060/4, cujos coeficientes eram 0,050 e 0,025, para aproveitamento e ocupação, respectivamente. Apenas usos institucionais eram permitidos.

Outra porção desta sub-área é composta de áreas particulares e situadas em uma zona Z6, com terrenos de testada para a Marginal Tietê.

A proposta da Operação Urbana é a recuperação do caráter público destes terrenos.

Sub-área TELEFONICA:

Originalmente esta gleba pertencia a Rede Ferroviária Federal S.A. Apesar de se situar em uma Z8-060/3, os seus coeficientes são mais permissivos (CA=1,5 e TO=0,7). A extinta Telesp adquiriu parte desta área para a implantação do seu centro administrativo que, com a privatização, foi repassada para a Telefônica.

Outra parte desta área foi cedida ao Clube Atlético Nacional, ficando remanescente apenas uma faixa lindeira à ferrovia. Esta área será parcialmente atingida pela continuação da Av. José Nelo Lorenzon e pela continuação da Rua Gustavo W. Borghoff. A intenção é a implantação destas diretrizes conjuntamente com a CPTM, para um melhor aproveitamento dos estudos de reurbanização e parcelamento.

A proposta do Plano Diretor é a diminuição dos tamanhos de quadras com o parcelamento da área, a fim de torna-las mais apropriadas à escala dos pedestres.

Sub-área Marquês de São Vicente:

É classificada em sua grande porção como Z6, e possui características distintas de ocupação: os imóveis localizados na Avenida Marquês de São Vicente e na Marginal Tietê são em sua maioria unidades industriais leves, depósitos e centrais de distribuição.

A Operação Urbana propõe a manutenção dos usos industriais leves com uma melhora nas condições de circulação de pedestres, além da implantação de espaços de uso público.



110

Sub-área Gleba Pompéia:

Esta grande gleba foi adquirida na década de 20 por apenas quatro proprietários que em 1938 efetuaram a divisão em quadras (de acordo com as diretrizes municipais da época). Naquela ocasião foram destinadas áreas para as ruas, mas sem que a doação formal ou averbação das mesmas fossem feitas, pois o loteamento não chegou a ser inscrito no Registro de Imóveis competente.

Com o passar dos anos, as diretrizes municipais se modificaram e o loteamento nunca foi efetivamente implantado. O Zoneamento de 1972 estabeleceu esta área como zona Z8-060/2, área de uso especial a ser regulamentada, cujos índices restritivos ficaram fixados em 0,4 e 0,2; para aproveitamento e ocupação respectivamente e que, ainda, não permite novos parcelamentos. O loteamento está com o processo de regulamentação desde 1971, que ainda não se completou por uma série de problemas jurídicos, administrativos e de entendimento dos proprietários.

110. Vista Panorâmica da Área Foco
(Material de referência do concurso).

A Operação Urbana entende esta área como estratégica, por seu grande potencial mercadológico. A idéia é o rever o parcelamento da mesma e a implantação também de espaços públicos, sendo que cada um dos proprietários deverá ceder área necessária à implantação destes espaços. Por inclusão serão incentivados os usos não industriais (como comércio, serviços, habitação).

Em um apanhado geral, todo o perímetro que foi abordado pelo Concurso Bairro Novo era caracterizado desta forma, na oportunidade em questão.

ANÁLISE DO MATERIAL DE REFERÊNCIA

A Prefeitura do Município de São Paulo, através da EMURB – Empresa Municipal de Urbanização, promoveu o *Bairro Novo – Concurso Nacional para um Projeto Urbano*, tendo como organizador o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo - IAB/SP. A convocatória para o mesmo foi lançada dia 13 de maio de 2004, pelos então presidentes das entidades, Arq. Nádia Somekh e Arq. Paulo Sofia (EMURB e IAB/SP, respectivamente).

Em linhas gerais, o Concurso tinha por objetivo a seleção de um projeto urbano, em nível de Estudo Preliminar, a ser implantado na área de intervenção (cujo perímetro foi descrito anteriormente).

"É objetivo de o Concurso Bairro Novo transcender as proposições teóricas ou acadêmicas. Trata-se efetivamente de criar um Bairro Novo em área de cerca de 1 milhão de m², numa região próxima ao centro de São Paulo, que se caracteriza por possuir ótimas condições de acessibilidade, tanto por automóveis, quanto por sistemas de transporte público de média e alta capacidade e pela existência de grandes áreas vazias ou subutilizadas de propriedade pública e privada."¹¹¹

O projeto urbano a ser proposto, deveria contemplar algumas premissas:

- ocupar e propor novas atividades para as glebas existentes na área foco de intervenção, conforme a composição de atividades expressas no Termo de Referência;
- melhorar as condições ambientais e ampliar as qualidades de vida urbana e as práticas sociais desse setor;
- viabilizar a implantação de empreendimentos através da participação de agentes públicos e privados;
- criar áreas e equipamentos públicos, compatíveis com as novas condições potenciais de centralidade da área foco de intervenção e com suas características de alta acessibilidade e presença de atividades diferenciadas;

111. Extraído do Termo de Referência do Concurso Bairro Novo.

- o fornecer parâmetros a partir das propostas apresentadas no Concurso, à futura revisão da Lei 11.774/95 (Operação Urbana Água Branca) desde que, sejam compatíveis com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico e respectivo Plano Regional, da Prefeitura do Município de São Paulo.¹¹²

Para a compreensão do programa proposto, isto é, da “encomenda” feita pelo cliente, é necessário dissecar todo o material básico do concurso, para que as intenções fiquem claras. Na oportunidade, o promotor disponibilizou vasto material de base para o concurso. Não apenas gráfico, mas também premissas e diretrizes para o desenvolvimento das propostas. Para tal análise, partiu-se principalmente de três documentos base: Termo de Referência do Concurso, Lei da Operação Urbana Água Branca (Lei nº 11.774, 18 de maio de 1995) e o PRIOU¹¹³ – Roteiro para elaboração de plano-referência de intervenção e ordenação urbanística. A este material foi aplicada uma matriz única apresentada na introdução, criando assim, parâmetros para a comparação com o projeto vencedor.

1 Planos Gerais:

Plano Diretor da Área:

Como já foi citado anteriormente, o Concurso do Bairro Novo teve sua área objeto dividida em dois níveis de abrangência: a Região de Referência e a Área Foco (da maior para a menor). Cada uma destas áreas, o Material de Referência determinou como deveria tratada como objeto de intervenção.

Para a Região de Referência, cujo perímetro a ser considerado é o da Operação Urbana Água Branca, a intervenção deveria criar bases para uma futura revisão da Lei da Operação (Lei 11.774/95), sendo compatíveis com o Plano Diretor (2002) em vigor naquele momento. Este plano deveria contemplar uma implantação geral esquemática que apresentasse o tratamento a ser dado à área: criação de espaços públicos, articulações do sistema de transporte, considerações sobre o sistema de macro-drenagem e conexões com a área foco.

Para a Área Foco, cujo perímetro já foi citado, as recomendações eram mais voltadas ao projeto urbano, não apenas ao planejamento da área. Um conjunto de propostas de reordenação urbanística que atingisse as seguintes áreas, deveria ser apresentada: sistema viário, infra-estrutura, espaços públicos, transporte público, parcelamento e uso-ocupação do solo, novas edificações e a utilização de estímulos para estabelecimento dessas novas atividades.

112. Informação extraída do Termo de Referência do Concurso Bairro Novo.

113. O PRIOU foi elaborado pela equipe técnica do Departamento de Projetos Urbanos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEMPLA, como metodologia para a formulação de novas operações urbanas consorciadas previstas no Plano Diretor Estratégico – Lei nº 13.430/02.

Como descrito no Termo de Referência:

“Trata-se, portanto, de um estudo preliminar para um projeto urbano onde os elementos edificados não devem assumir isoladamente o papel de protagonistas. O papel reservado às edificações é o de conformar e relacionar-se com os espaços públicos do Bairro Novo.”¹¹⁴

Redesenho Urbano:

Com relação ao Redesenho Urbano da área, o Termo de Referência cita que o projeto deveria fundamentalmente considerar e abranger alguns pontos relacionados aos solos públicos ou atrelados ao investimento público:

- Sistemas viários, transporte público coletivo e infra-estrutura urbana: A proposta deveria apresentar uma articulação física e funcional entre a malha viária existente e a proposta; Considerar as potencialidades existentes, bem como a infra-estrutura de transporte abundante, integrando-as com o entorno; Partir da existência de corredores de ônibus na área de intervenção: corredor Centro - Vila Nova Cachoeirinha (Avenida Marques de São Vicente) e corredor Centro – Lapa - Pirituba (Avenida Francisco Matarazzo), e ambos trafegam pelo canteiro central dessas avenidas.
- Sistemas edificados em solo privado: Deveria ser apresentado o desenvolvimento de padrões de urbanização compatíveis com as condições da área (alta acessibilidade e existência de alguns usos); Para as novas configurações morfológicas e tipológicas proporem a revisão de índices e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação, nunca se esquecendo da integração com o tecido urbano circundante.
- Legislação e gestão: A proposta se constituiria base para revisão da Lei 11.774/95, Operação Urbana Água Branca, a fim de torná-la compatível com o Plano Diretor de 2002; O projeto orientaria a formação de parcerias público-privadas a fim de viabilizar a implantação dos planos de melhoria.

Redesenho Viário Local:

A proposta de redesenho do Viário Local deveria partir do conceito de uma articulação física e funcional com a malha viária já existente, levando em conta as potencialidades na região, principalmente na área de transportes coletivos (corredores de ônibus, Metrô e CPTM). A integração, e expansão, dos meios através da proposta promoveriam a incorporação física, tão importante para o desenvolvimento do entorno.

114. Extraído do Termo de Referência do Concurso Bairro Novo.

Alguns elementos deveriam ter sido considerados:

- O sistema viário estrutural presente na área foco poderiam ser alterados, desde que as condições de fluxos existentes fossem mantidas e a proposta justificada;
- Deveriam ter sido considerados como elementos fixos (isto é, não passíveis de modificação) os traçados das atuais Avenida Presidente Castelo Branco, Avenida Pompéia, Avenida Auro Soares de Moura Andrade e Avenida Gustavo W. Borghoff;
- A manutenção do traçado da via expressa da Marginal do Rio Tietê, podendo ter sido alterada o traçado da via local;
- As geometrias dos cruzamentos da Avenida Marquês de São Vicente com as Avenidas Antártica e Pompéia poderiam sofrer alteração;
- Existia um pedido de propostas de novas formas de intercomunicação entre as porção norte e sul da ferrovia, uma previsão espacial entre a marginal e a ferrovia e entre os bairros norte e sul da área de intervenção. Os traçados e posicionamentos das ferrovias poderiam ser objetos de alteração, desde que atendidas as condições técnicas para o seu funcionamento;

De forma geral, o conceito buscado para a intervenção era a de integração, respeitando algumas limitações propostas pelos Promotores do Concurso.

Suporte Físico das Intervenções:

Partindo-se do suporte físico já existente na região, a proposta que iria apresentar a reordenação urbanística, deveria contemplar a implantação de serviços de infra-estrutura, como por exemplo, serviços de cabeamento de fibras óticas.

Outra solicitação clara do edital, era com relação aos problemas de drenagem da região, cuja proposta deveria contemplar não apenas a solução, mas também a observação dos planos anteriores.

A questão do suporte físico é tratada de forma muito superficial, é citada como parte do escopo do projeto, mas sem apresentar maiores diretrizes.

Sistemas de Transporte:

A questão do transporte era de vital importância para este concurso. Este item deve ser segmentado em dois pontos principais: acessibilidade à região por meio de automóvel e sistemas de transporte público. O primeiro ponto foi abordado na questão do redesenho viário. A interação entre os dois era citada como um ponto importante, que pedia a "*a articulação do sistema viário estrutural e sistema de transporte público, com o sistema de circulação e fluxos (pedestres e veículos).*"¹¹⁵

No segundo ponto, os sistemas de transporte público existentes na área representam uma potencialidade ainda mal explorada. Adicionando-se as modernizações e expansões previstas, se constituía um ponto que se bem explorado seria o ponto de integração física e funcional com todo o entorno. A proposta de integração dos sistemas existentes, já citados anteriormente, se mostrava parte dos desejos dos promotores do concurso.

2 Planos Paisagísticos:

Plano Paisagístico:

A concepção do Plano Paisagístico deveria estar totalmente atrelada ao Plano Geral de Intervenção da área. Segundo o Termo de Referência a proposta deveria apresentar "*a concepção e articulação de espaços públicos coletivos que devem se caracterizar como um sistema integrado no conjunto da intervenção urbanística proposta e a sua interface com a região de referência*"¹¹⁶. Portanto, o conceito a ser explorado é o da integração de espaços, com suas variáveis.

A área de intervenção encontrava-se limitada por dois elementos estruturadores importantíssimos: a ferrovia e o rio Tietê. A articulação destes dois fatos urbanos segregadores era um dos desejos dos promotores, que eles sugeriam que fosse feita por meio de um encadeamento de espaços públicos entre eles. O resultado esperado era o de valorização destes espaços e também a busca de alternativas para o status de fatos urbanístico segregadores.

115. Informação extraída do Termo de Referência do Concurso Bairro Novo.

Caso necessário, as desapropriações seriam aceitas para a finalidade de criação, ampliação, qualificação dos espaços públicos, isto é, praças e parques.

116. *Idem.*

3 Programático:

Usos e Vocações:

A proposta como um todo deveria apresentar o parcelamento, além dos usos e ocupações para todo o perímetro de intervenção. Com base nisso, deveriam ser sugeridas as novas edificações, bem como instrumentos de estímulo para estabelecimento de novas atividades.

A instrução era de que as intervenções deveriam "*se pautar pela mescla de usos de modo a promover a vitalidade e a dinâmica propostos nos diferentes períodos do dia ao longo de toda semana.*"¹¹⁷

O coeficiente de aproveitamento básico para a intervenção era de 1, as áreas adicionais seriam objeto de outorga onerosa (podendo chegar a coeficiente 4). As tabelas de aproveitamento e ocupação deveriam ter sido apresentadas.

Algumas diretrizes de ocupação foram dadas:

- Possíveis alterações no lote ocupado pelo Nacional Futebol clube poderão alterar as edificações e os usos instalados;
- Para os lotes com número de contribuinte 197.006.144, 197.006.124 e 197.006.143 poderão ser previstas demolições, novos usos e edificações, desde que mantidos o parcelamento e usos atualmente consolidados. Para o lote 197.006.125 deverá ser mantido o parcelamento atual.
- A proposta deveria seguir o Decreto N° 44.667, de 13 de setembro de 2004, referente a Empreendimentos de Habitação de Interesse Social em Planos de Urbanização, anexo à documentação.

4 Viabilidade

Custos da intervenção

O Termo de Referência falava claramente que deveriam ser apresentados os custos estimados das obras, pelo menos no que se referiam as intervenções propostas para a Área Foco de Intervenção.

117. Informação extraída do Termo de Referência do Concurso Bairro Novo.

Estratégia de implantação

Todo o plano apresentado deveria ter um planejamento de parcelamento de etapas, de modo que, ao fim de cada etapa, um módulo estivesse completado. E também, a primeira fase a ser implantada deveria ser obrigatoriamente indicada, uma área de cerca de 120.000 m² de área computável para uso residencial e não residencial – intervenção indutora.

Além do faseamento das intervenções, o termo de referência pedia para que fossem apontados os instrumentos urbanísticos e jurídicos a serem utilizados para a viabilização dos empreendimentos públicos e privados.

ANÁLISE DO MATERIAL DO PROJETO VENCEDOR

O Concurso teve seu resultado anunciado no dia 22 de julho de 2004, na Sede do IAB-SP. Do total de cinquenta e nove trabalhos entregues, foram concedidas três premiações e sete menções honrosas (conforme previsto em Edital).

O projeto dado como vencedor foi da equipe coordenada pelo Arquiteto Euclides Oliveira. Utilizando-se dos mesmos parâmetros utilizados para a dissecação do material de referência do concurso, isto é, da encomenda do cliente, já abordado no item anterior, será analisado comparativamente o projeto apresentado como vencedor naquela oportunidade.

1 Planos Gerais:

Plano Diretor da Área:

O projeto vencedor do concurso apresentou algumas premissas como conceitos para a elaboração de proposta para o Plano Diretor da Área:

- A integração do bairro com sua vizinhança tendo em vista, a existência de barreiras físicas em suas divisas norte e sul (o rio Tietê e a via férrea da CPTM).

- A conciliação da circulação de veículos com outros usos tradicionais da via pública como passagem de pedestres, local para passeios, encontros, bares de calçadas, comércio, etc.
- A reintegração, no espaço urbano, das funções habitação, circulação, trabalho, lazer.
- A harmonização dos diferentes espaços que compõem o bairro pela unidade de concepção das massas arquitetônicas que os configurarão, sem prejuízo da diversidade formal desejável.
- A articulação e o equilíbrio entre os espaços públicos, semi-públicos e privados de maneira a assegurarmos continuidade e animação para as “vidas” diurna e noturna do Bairro.
- A organização e dimensionamento, na escala do Bairro e da sua vizinhança, das áreas verdes e dos equipamentos públicos.
- A adaptação dos espaços coletivos ao nosso clima tropical, o que resultará em forte identidade do núcleo urbano com o lugar.¹¹⁸

Partindo destas premissas, o Plano Diretor para o Bairro Novo foi desenvolvido abrangendo vários pontos que serão descritos abaixo: Sistema Viário, Parcelamento e uso do solo, Áreas Verdes, Potenciais Construtivos, Edificações e Áreas Públicas.

O Material de Referência do Concurso pedia um trabalho em duas escalas, a abrangência da Área de Referência e da Área Foco. A proposta vencedora apresentou as diretrizes conceituais para o Plano Diretor, que foi detalhando, conforme descrito acima.

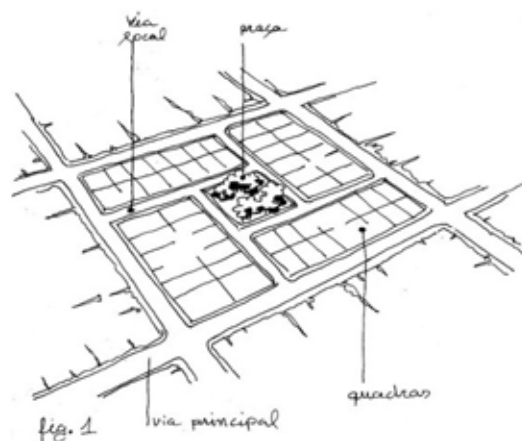
Para a Área de Referência, o projeto não apresentou proposta para adequação da Lei da Operação Urbana Água Branca, conforme previsto no Termo de Referência. Já as proposta para o Plano Diretor da Área Foco foram bem detalhadas nas diversas escalas de projeto, que poderá ser observado abaixo.

Redesenho Urbano e Redesenho Local Viário:

Pela própria natureza do concurso, a Proposta Vencedora apresentou o desenho para este novo bairro de forma completa e detalhada. Como não poderia deixar de ser, a proposta de redesenho urbano para o Bairro Novo não consegue ser desvinculada do redesenho viário, o projeto viário compõem a espinha dorsal do mesmo. Portanto, os dois itens serão tratados como um só.

118. Informação extraída do Memorial Descritivo do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.

A proposta partiu de um sistema viário estruturador, em um reticulado cartesiano (como citado pelo autor "signo habitual da civilização, segundo Leonardo Benévolo"), orientado no sentido Norte-Sul, direção de escoamento natural das águas pluviais para a bacia do Rio Tietê.



119

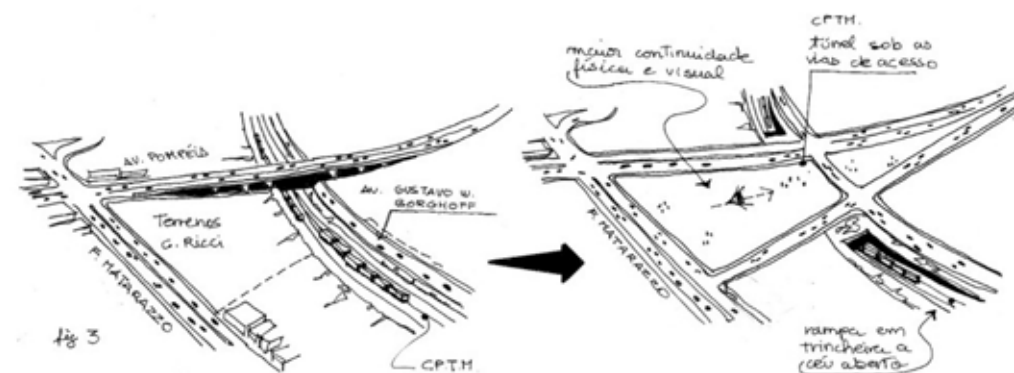
Deste sistema viário, foram criados grandes quarteirões de 318m x 318m, delimitados por vias principais de circulação com 25m de caixa. Dentro deste sistema de "super-quadras" foram criadas quatro quadras menores com vias secundárias, dispostas em forma de cata-vento e gerando uma praça no interior de cada um dos quarteirões. (figura 1)

Segundo o autor, "Esta malha abstrata ao ser sobreposta, às vias públicas existentes, cria singularidades nas quadras a elas lindeiras, trazendo o inesperado e o casual à rigidez do desenho geométrico." (figura 2)



120

Com a finalidade de integrar a Área Foco-Bairro com a cidade, o projeto propõe a demolição do viaduto existente no leito da via férrea e o seu rebaixamento, dessa última, invertendo-se o modo, as cotas do cruzamento em desnível, facilitará bastante o acesso dos pedestres à área. Conjugada, a esta proposta, laterais para tráfego local nas vias, dariam forma a um amplo "Boulevard" entre as Avenidas Francisco Matarazzo e Marquês de São Vicente. (figura 3)



121

119. Figura extraída do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.

120. Idem.

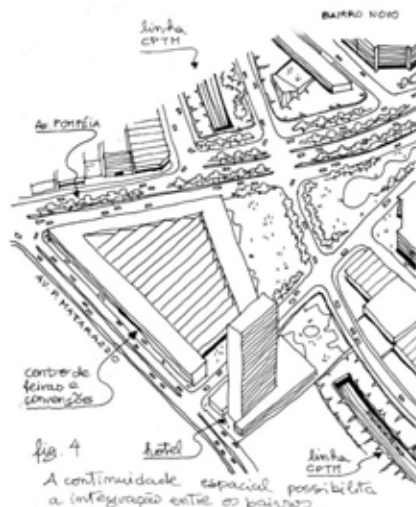
121. Idem.

A partir da perspectiva formada, o autor propõe uma praça junto à Avenida Francisco Matarazzo, com um grande centro de serviços âncora do projeto: com um centro de feiras e convenções e um hotel. Isso tudo na vizinhança do Centro Empresarial Matarazzo e Sesc Pompéia. (figura 4 e 5)

O projeto ainda pretendia criar um espaço público de qualidade para os pedestres, com base em espaços generosos e galerias. O objetivo era propiciar pontos de encontro dotados de infra-estrutura local. Uma barreira de proteção entre o trânsito e os pedestres será constituída: os estacionamentos de automóveis ao longo as vias. Nas vias secundárias, que dão acesso aos interiores de quarteirão, seriam implantados leitos carroçáveis, executados em paralelepípedo, que além de limitadores da velocidade do trânsito, são pisos permeáveis para ajudar o escoamento e a drenagem das águas pluviais da região. (figura 7)

No que foi apresentado como premissa, relacionado ao Material de Referência, o Projeto Vencedor abordou os itens requeridos pelos promotores. A proposta foi desenvolvida como um todo, por esta razão, muitos dos elementos citados na análise do edital, foram abordados em outros subitens desta mesma análise.

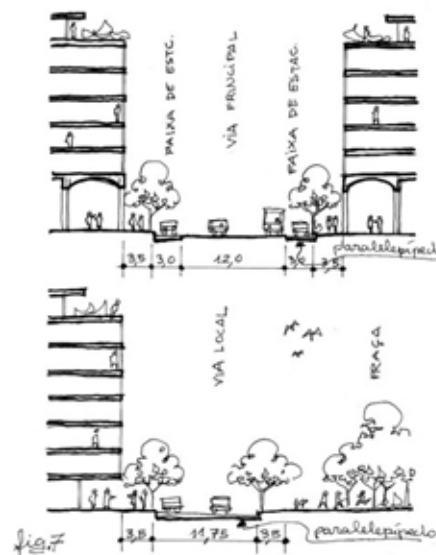
A proposta é bem pautada sobre a implantação do sistema viário, bem como a formatação fundiária. Este novo desenho se integraria às áreas lindeira, apesar da rigidez formal do sistema cartesiano do traçado. As intervenções no sistema viário existente seriam pequenas com o objetivo de melhor integração da área com o seu entorno. O rebaixamento da via férrea e demolição do viaduto existente para a criação de um "Boulevard" é a proposta de maior proporção no sistema viário existente.



122



123



124

122. Figura extraída do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.

123. Idem.

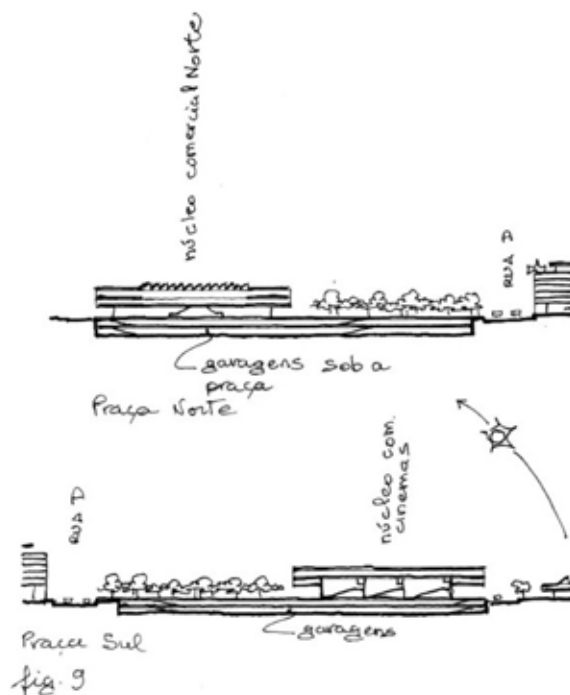
124. Idem.

No Termo de Referência, alguns elementos deveriam ter sido considerados, tais como a não modificação de sistemas viários de importância metropolitana, bem como, as diretrizes de quais áreas viárias poderiam ser alteradas. Todos estes foram obedecidos pela Proposta Vencedora.

Suporte Físico das Intervenções:

A proposta vencedora parte da infra-estrutura existente – principalmente a de transportes públicos e relaciona, diretamente, com propostas para a nova configuração viária e local.

A partir da idéia de que a região é bem servida de linhas de ônibus, metrô e trens, foram propostos edifícios-garagem públicos para automóveis, junto à avenida Marquês de São Vicente, para que as pessoas possam não só deixar os carros e seguirem em direção às regiões mais centrais da cidade, mas também desfrutar da nova centralidade que havia sido proposta. (figura 9 e 10)



125.Figura extraída do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.

126. Idem.

A questão do Suporte Físico das Intervenções é tratada de forma muito superficial pelo Material de Referência. A Proposta Vencedora não se acentua muito à discussão de detalhes sobre esta. Apenas apontou que o suporte físico atual seria o ponto de partida para o conceito de integração das estruturas com a nova configuração proposta. A drenagem da região foi tratada de diversas formas, desde a implantação das novas vias até nos materiais empregados nos projetos paisagísticos. A preocupação com este problema da área foi demonstrada de forma clara.



125

126

Sistemas de Transporte:

As propostas acerca deste item, estão direcionadas à linha do trem da CPTM, que dá suporte à área (não só funcional, como físico). O projeto propôs o rebaixamento da linha férrea na área foco e pediram uma avaliação por parte do cliente e da própria CPTM, da conveniência da extensão da linha sob a Avenida Santa Marina e além dela. E caso o cliente visse como conveniente, deveria também providenciar um projeto para uma futura estação na Água Branca.

A potencialidade dos sistemas de transportes existentes é citada como ponto de criação de atratividade para este projeto, isto é como parte de uma infra-estrutura existente. A otimização e a modernização com a nova proposta foi colocada como facultativa ao poder público nas questões relativas a expansão das linhas existentes. A integração dos espaços com esta infra-estrutura existente se daria com a criação do "Boulevard", resultante do rebaixamento e deslocamento da linhas férreas já existentes da CPTM.

2 Planos Paisagísticos:

Plano Paisagístico:

A proposta apresenta diretrizes para a valorização dos espaços e implantação dos paisagismos e vegetação. Mas não foi apresentado um conceito geral para o Plano, apenas as áreas que supostamente receberiam o tratamento e o tipo dado à essas. As áreas abordadas são: Vias Públicas, Praças, Interior das Quadras, Parque Urbano, Ferrovia, Marginais do Tietê.

Áreas Verdes foram criadas, nas mais diferentes escalas da intervenção, como o Termo de Referência do Concurso solicitou, a integração dos espaços através da criação de áreas para paisagismo. Além disso, o plano paisagístico deveria ser objeto para requalificação dos espaços urbanos. Para isso, a proposta vencedora apontou formas de tratamento para as áreas de vias públicas (novas e existentes), Marginais do Rio Tietê e Ferrovia. Sendo assim, os demais sub-itens se caracterizariam pelo detalhamento da proposta principal, mas já obedecendo as diretrizes paisagísticas do Material de Referência do concurso.

Legenda

- Habitação de interesse social (HIS)
- Uso resid./comercial/serviços (misto)
- Uso residencial
- Uso comercial/serviços
- Uso institucional
- Áreas verdes



127

127.Figura extraída do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.

Paisagismo e Vegetação:

Como citado no item anterior, o paisagismo foi abordado de forma segmentada, então para a melhor apresentação das propostas será usada a mesma formatação:

Vias Públicas: foi proposto o tratamento, das ruas e avenidas do bairro, com a finalidade de valorização do espaço público e conforto ambiental. Foram sugeridas as seguintes espécies: Sibipiruna, Ipê Roxo, Quaresmeira, Manacá da Serra e Jacarandá Mimoso.

Praças: foi proposta uma arborização de sombreamento, com jardins para ambientação paisagística e equipamentos urbanos. Os pisos seriam de saibro e os lindeiros a áreas comerciais de mosaico português.

Interior das Quadras: os pátios interiores tinham dimensões avantajadas, 50x150m, constituindo-se um espaço muito importante, não só urbanisticamente, mas ambientalmente. Deveria ter um projeto específico de paisagismo, com as propostas de massa arbórea, enquanto as áreas para ajardinamento seriam elaborados pelos próprios lotes.

Parque Urbano: um pequeno parque urbano foi proposto para a área. Com vários "bosquetes", formados por árvores de espécies tradicionais dos parques da cidade, além de agrupamentos de palmeiras e pequenas áreas de gramados. Um pequeno lago também foi proposto.

Ferrovias: um tratamento especial foi dado para a área da ferrovia, com um balizamento visual composto por árvores, em todo o trecho em que o trem desloca-se pela superfície até o entroncamento com as estações Barra Funda e Água Branca.

Marginais do Tietê: foi proposto que uma eventual arborização poderia ser incluída junto à Avenida Presidente Castelo Branco, mas esta deveria obedecer ao projeto mais abrangente já composto para a calha do rio.

3 Tratamentos de áreas públicas:

Mobiliário Urbano:

Com relação ao mobiliário urbano, o Memorial Descritivo do Projeto Vencedor previa *"tanto a sinalização quanto o desenho do equipamento de parques e vias públicas (abrigos, bancos, lixeiras, coretos, playgrounds, espelhos*

e fontes de água, etc.) deverão ser objeto de concurso público específico a ser realizado pelo IAB e a PMSP.¹²⁸

Iluminação Pública:

A iluminação pública também foi tratada como item de projeto específico, que deveria acontecer posteriormente. A diretriz principal para este foi lançada: o projeto deveria obedecer toda a setorização e hierarquização, com características próprias; P.e. vias públicas, praças, parques, conforme a divisão apontada para o projeto paisagístico.

Tratamento de vias públicas:

Associado ao Plano Paisagístico, o tratamento das calçadas e vias públicas, foi destacado conforme a setorização do paisagismo. Foi escolhido como piso para as vias, o ladrilho hidráulico “mapa de São Paulo”, tão característico das calçadas paulistanas. Para vias locais (ditas secundárias) e faixas de estacionamento foi selecionado o paralelepípedo, que se apresenta como uma ótima opção por sua permeabilidade, em uma região com tantos problemas de drenagem. Para as praças ajardinadas dos interiores de quadra foi especificado o saibro, caso anexas às áreas comerciais, seria utilizado o mosaico português.

Comunicação Visual:

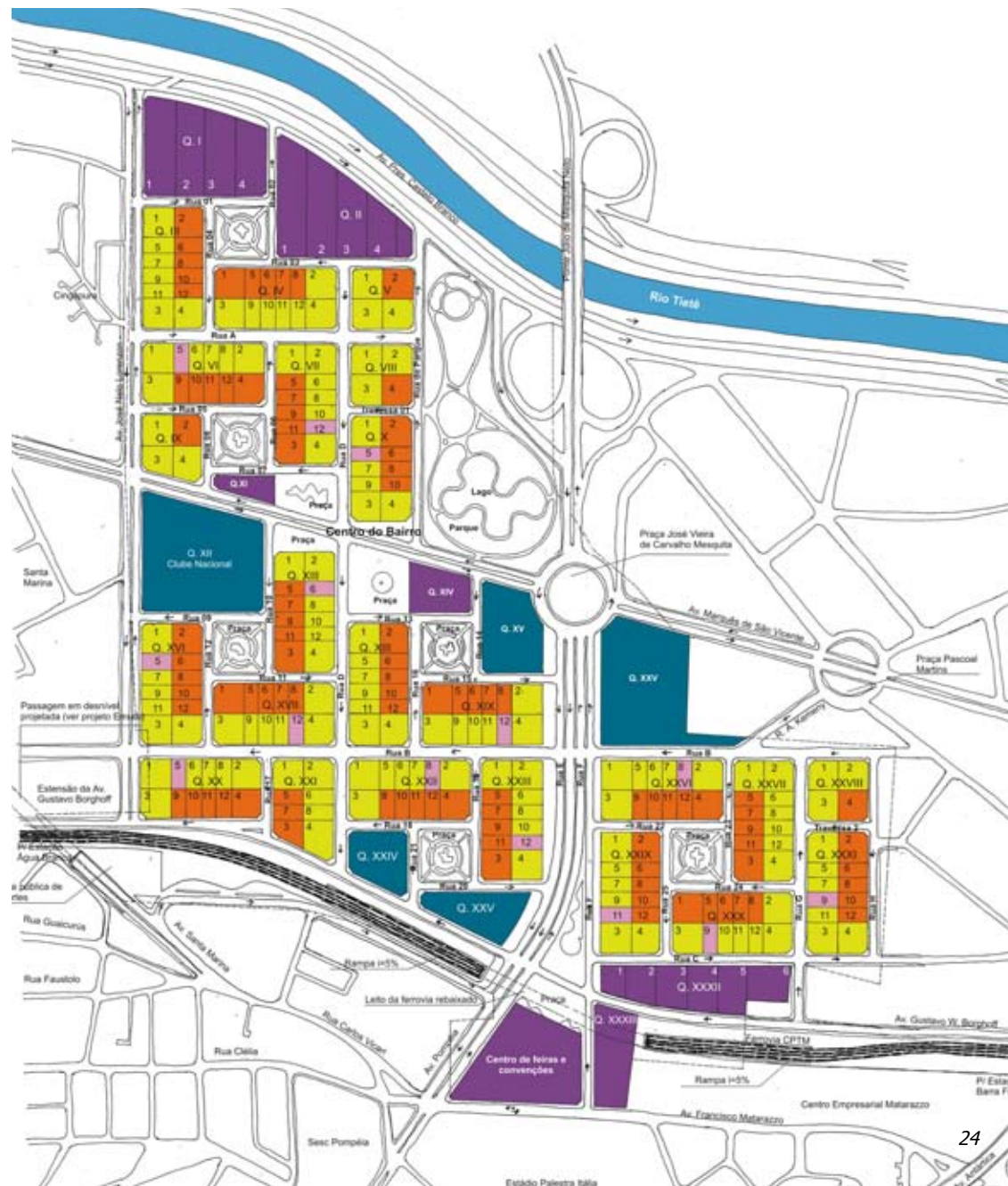
Como descrito no item sobre mobiliário urbano, a sinalização seria objeto de concurso em momento oportuno.

4 Programático:

Usos e Vocações:

O Memorial Descritivo do Projeto Vencedor dá diversas diretrizes para os usos e ocupações, além de índices urbanísticos para cada uma das áreas apontadas. O parcelamento é apresentado em um mapa, acompanhado de tabelas com os índices para cada um dos lotes apontados.

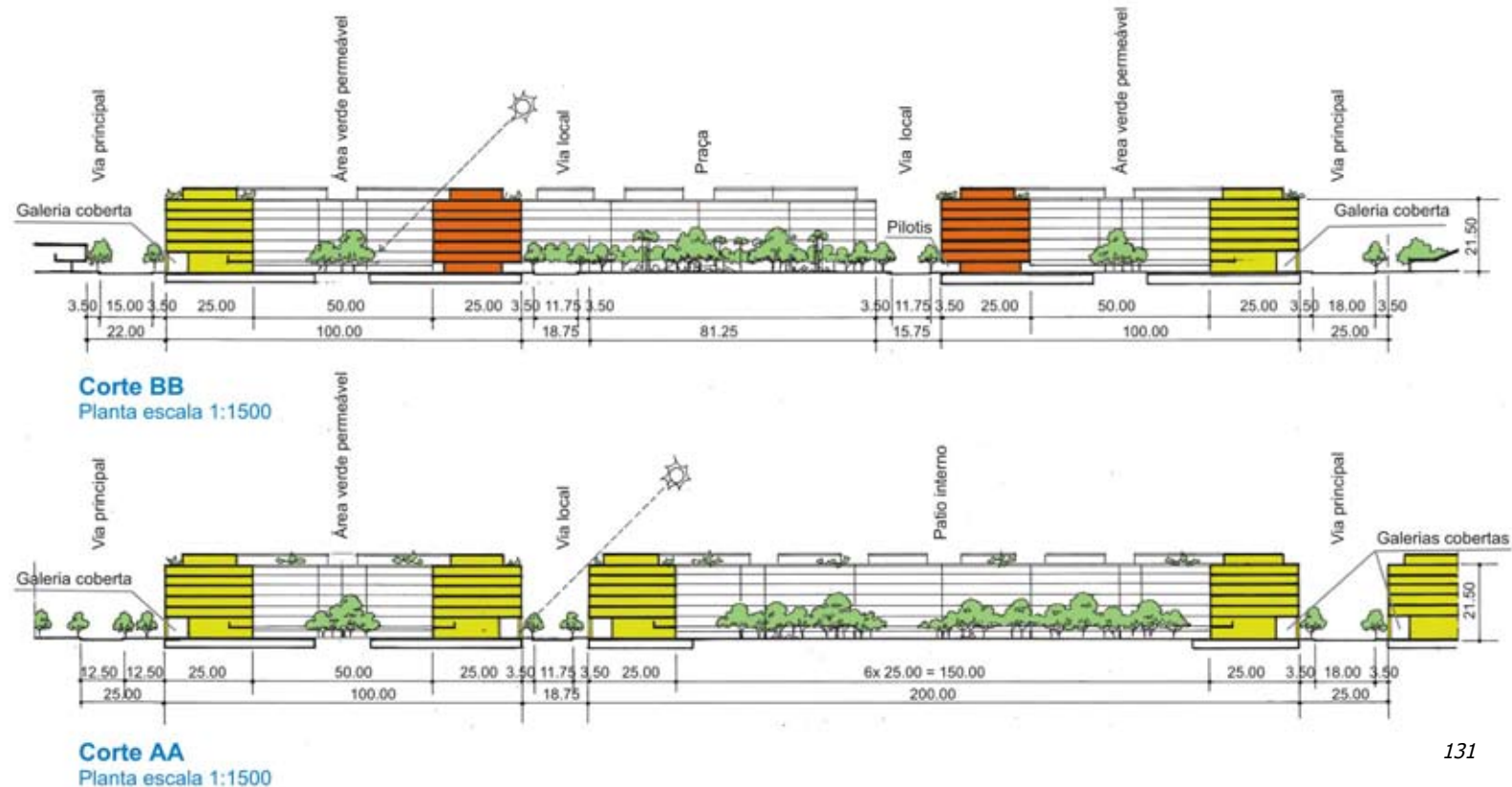
128. Informação extraída do Memorial Descritivo do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.



Legenda

- Habitação de interesse social (HIS)
- Uso resid./comercial/serviços (misto)
- Uso residencial
- Uso comercial/serviços
- Uso institucional
- Áreas verdes

129.Figura extraída do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.



131

Prédios para uso de habitação popular, exigência do Edital do Concurso, também obedeceriam o gabarito de seis pavimentos mais térreo, e seriam distribuídos de forma uniforme por todo o empreendimento, com objetivo de incluir socialmente estes moradores à região.

O parcelamento da região aconteceria de forma regular, obtendo-se lotes de 120 m² e 2500 m² (nas esquinas), a fim de ampliar a participação de incorporadoras de pequeno porte, para a realização do bairro. O remembramento seria permitido, desde que respeitados os índices, recuos e gabaritos urbanísticos.

Quanto aos usos; os lotes com acesso às principais vias seriam destinados a uso misto, habitação e comercial, enquanto ao voltados para o interior do quarteirão, teriam uso exclusivamente comercial. Os grandes lotes de esquina seriam de uso misto, podendo ser incorporados para uso exclusivamente de serviços e comerciais. Os

131. Figura extraída do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.

lotes destinados à habitação de interesse social foram distribuídos de forma uniforme, evitando-se a discriminação espacial dos seus residentes.

Além destes usos já descritos, um grande conjunto composto por Hotel, Centro de Feiras e Exposições foi proposto em local estratégico, de forma a ser o empreendimento indutor.

A Gleba do Clube Nacional seria remanejada, ficando com cerca de 36.000 m², além de outra área destinada ao uso esportivo, que foi prevista entre a ferrovia e a Avenida Santa Marina para substituir os centros de treinamento do Palmeiras e São Paulo, existentes no local atualmente.

Algumas das propostas para novos usos e vocações do Projeto Vencedor do Concurso, infringiam as diretrizes iniciais. Apesar de apresentar de forma completa todas as possíveis implantações, algumas glebas não poderiam ter o seu uso alterado (por determinação do Edital), mas o projeto propôs novos usos.

As glebas do Clube Nacional, bem como as que hoje abrigam os centros de treinamento do Palmeiras e São Paulo, não poderiam ter seus usos alterados.

Como observado acima o projeto vencedor propôs modificações de uso, assim como a alteração de local destes dentro da Área Foco (previu outros lotes para acomodação).

Intervenções Pontuais e Edificatórias Públicas:

Para este uso foram reservadas duas áreas junto à rótula no cruzamento das avenidas Pompéia e Marquês de São Vicente (local de grande visibilidade e vizinho ao parque a ser implantado no bairro) e outras duas lindeiras à Avenida Gustavo W. Borhoff no trecho em que a ferrovia encontra-se semi-enterrada. Os edifício, deste setor, indicados no projeto (ambulatório, creche, centro esportivo, escolas públicas e particulares, "mediateca") são apenas sugestões, cabendo à PMSP a decisão definitiva sobre a ocupação destes lotes.

Intervenções Pontuais e Edificatórias Privadas:

Grande parcela da área do futuro bairro foi prevista para edificações privadas, mas não serão totalmente definidas pela especulação imobiliária, dentro dos limites dados no item uso e vocação.

5 Viabilidade

Custos da intervenção

Conforme apontado pelo Termo de Referência, o Custo da Intervenção Estimado foi apresentado pelo Projeto Vencedor. Para as obras públicas, o orçamento apresentado foi de R\$ 99.551.276,00. Conforme a tabela abaixo:

CUSTO ESTIMATIVO DAS OBRAS PÚBLICAS (R\$)

Terraplenagem	808.191,00
Rede de água potável	2.967.588,00
Rede de esgoto	5.693.536,00
Drenagem de A.P.	4.856.448,00
Rede de iluminação pública	1.281.549,00
Pavimentação	73.245.613,00
Paisagismo	10.662.351,00
Total	99.551.276,00

132

Estratégia de implantação

O Projeto Vencedor apresentou a estratégia para implantação do Bairro como um todo, bem como o faseamento dos empreendimentos (vide os mapas no fim do item). As primeiras intervenções são fundamentais para a criação da infraestrutura viária para implantação. Apontada como pedra fundamental do plano, o rebaixamento do leito da via férrea seria ponto determinante para a continuidade urbana no eixo norte-sul. A idéia é que a linha da CPTM não tenha suas atividades interrompidas durante o processo e que, o rebaixamento sob a Avenida Pompéia aconteça paralelamente. Posteriormente, com a via já rebaixada, a demolição do viaduto para implantação do "Boulevard" seria o próximo passo.

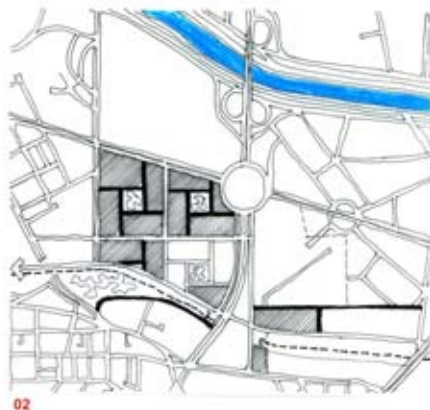
Quanto às fases de implantação das quadras de edifícios ficaram selecionados como intervenção indutora as duas primeiras quadras no lado esquerdo do eixo norte-sul, com cerca de 140.000m² de área computável, além do Centro de Convenções e o Hotel, que fariam parte do conjunto para o sucesso inicial da intervenção.



133

132. Figura extraída do Projeto Vencedor do Concurso Bairro Novo.

133. Idem.



A diretriz para comercialização das próximas quadras, obedecendo as fases de intervenção, proposta pelo projeto seria que 80% dos lotes da fase anterior deveriam ter projetos aprovados pela PMSP.

Para viabilização dos empreendimentos, o Projeto Vencedor aponta como caminho a associação entre o Setor Público e Privado, tendo como base um empresa gestora para urbanização deste novo bairro, cujos acionistas seriam os proprietários dos imóveis na região foco (sendo que as cotas desta empresa seriam distribuídas de forma proporcional ao valor venal dos imóveis). Esta empresa deveria gerir todo o empreendimento, desde o detalhamento do projeto vencedor do concurso, bem como as estratégias para implantação do mesmo.



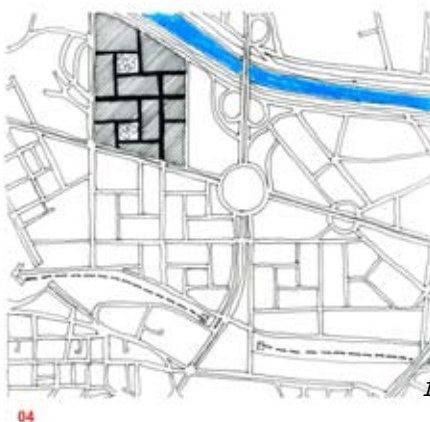
A comercialização dos lotes será feita por meio de leilões públicos, em etapas, mas as escrituras definitivas serão vinculadas à aprovação de projetos na PMSP, bem como aos prazos para execução dos projetos – previstas em contrato, a fim de evitar a retenção especulativa dos terrenos.

CONCLUSÃO

Como justificativa para a escolha do projeto, coordenado pelo Arquiteto Euclides Oliveira, o júri se pronunciou da seguinte forma, pela Ata de Julgamento:

"O Projeto PR 1051, classificado em primeiro lugar responde à expectativa de um bairro diferenciado, indicando uma forma de habitar em São Paulo diferente da atual tendência de condomínios em edifícios altos e isolados.

Possui bom conceito geral, enaltece a vida de bairro, controla a trama urbana com boa escala das ruas, calçadas, galerias, e áreas privativas. Propõe uma boa separação e seqüência de etapas, facilitando a sua implementação e a realização de parcerias público - privadas destinadas a acelerar a gradual implantação do novo bairro. Na primeira etapa indica-se adequadamente a construção, ao lado dos edifícios da Construtora Ricci, de hotel com espaços para convenções, ao qual conviria acoplar uma estação da



CPTM, constituindo um módulo indutor adequado.

As quadras compostas por prédios contíguos de pavimento térreo mais seis pavimentos, permitem a participação de empreendedores e construtores de médio porte na construção do bairro.

O partido adotado aceita diversidade de escala e insere edifícios destinados a HIS ao lado dos demais prédios em lugar de segregá-las. Estabelece escala e volumes dos espaços privados a partir do desenho dos espaços públicos e promove ruas e esquinas animadas, dando condições para uma vida de bairro marcada pela mistura de usos e pessoas.

Algumas recomendações são alinhadas: conviria dar uma atenção menos marginal ao parque proposto, garantir a existência de marcos referenciais urbanos avaliando a conveniência de verticalizações pontuais, além de aprofundar as soluções hidráulicas. Será necessário proceder a uma negociação com os clubes a fim de adequá-los à trama urbana proposta da melhor forma possível.

Trata-se indubitavelmente de uma experiência urbanística digna de ser implantada.

*O resultado do concurso, assim como o alto nível da participação nacional aponta para a importância desta forma de seleção para obras urbanísticas e arquitetônicas de relevada importância.*¹³⁵

Como apontado pelo júri, a grande qualidade do projeto vencedor é a qualificação da vida de bairro, uma característica também apontada pelo arquiteto responsável pelo projeto: *“requalificar o espaço urbano coletivo e integra-lo mais, o espaço individual e reunir, voltar a reunir num mesmo bairro as várias funções da cidade, habitação, comércio, serviços, cultura, etc...”*¹³⁶

Com um desenho urbano que cria espaços públicos de qualidade, aproxima o edifício da cidade e das áreas de convivência, o forte do projeto é o seu grande diferencial da cidade, atualmente operante em São Paulo. O material apresentado detalha as diversas escalas exploradas, bem como cobre o conceito com seus complementos: paisagismo, mobiliário urbano, tratamento de vias públicas, iluminação, entre outros. Diante deste panorama pode-se afirmar que o Projeto Vencedor atendia praticamente a totalidade do que foi solicitado no Edital.

A fase indutora (1º fase) da intervenção também foi considerada muito adequada, pela sua localização privilegiada e bem servida da infra-estrutura de transporte existente.

Reconhece-se a qualidade da proposta escolhida como vencedora, mas algumas questões que envolveram este julgamento e no andamento do processo projetual que devem ser levantadas:

1 - Em dois pontos o Projeto Vencedor infringiu o Termo de Referência: A Gleba pertencente ao Clube Nacional e

as glebas municipais cedidas ao São Paulo Futebol Clube e à Sociedade Esportiva Palmeiras, que não poderiam sofrer alterações, conforme item sobre Sistemas Edificados em solo, público e privado. Apesar de ser uma infração, não foi considerado pelo júri como fato importante e não foi relatado na Ata de Julgamento. Apenas sobre a questão da negociação com os Clubes para adequá-los à malha urbana.

2 – O Projeto Vencedor abordou parcialmente o Edital quando adotou apenas a Área Foco do concurso como objeto de intervenção. A Área de Referência do mesmo, não foi trabalhada, nem mesmo conceitualmente, quando existia um pedido do Termo de Referência. As propostas para este conjunto de intervenções nesta área mais abrangente entrariam como revisão para a Lei da Operação Urbana Água Branca, a fim de viabilizar de forma mais completa o projeto do concurso.

3 – A opção por um partido horizontal é uma outra questão que levantaria muita discussão. O Projeto foi na contramão, quando os demais concorrentes apresentaram propostas verticais com altos índices de adensamento. Inclusive os materiais de referência apresentam a área do concurso como um foco importantíssimo da cidade, por sua infra-estrutura já existente, além de ter uma vocação para ponto de centralidade importantíssimo. A pequena exploração da verticalidade, além do pouco adensamento da área (com suas baixas taxas de aproveitamento), gerou um projeto que explora muito pouco as potencialidades da região.

4 – O pós premiação não houve uma discussão. Para o enriquecimento do processo, um debate sobre o julgamento e os caminhos do concurso deveria ter sido realizado. A direção tomada foi a de contratar o projeto premiado sem gerar nenhuma discussão. Não houve oportunidade para os arquitetos envolvidos no processo se expressarem e nem mesmo enriquecerem o projeto vencedor com sugestões.

5 – A pouca força que o IAB teve após a contratação: o escritório de arquitetura contratado enfrentou dificuldades de relacionamento com o cliente, isto é a Prefeitura do Município de São Paulo. E o IAB, a entidade organizadora, teve pouca força para defender o arquiteto. O Arq. Euclides inclusive sugere que: *"é importante é o seguimento por parte o IAB, da contratação e da execução dos projetos. Para não dar o premio e largar o ganhador desamparado no mundo. Eu acho que deveria ser no futuro, quando possível, constituir um departamento jurídico que acompanhasse a contratação e o andamento do projeto. Para garantir o cumprimento da resolução do júri, que foi de dar o projeto para aquele escritório."*¹³⁷

6 – A constituição do júri foi um assunto que levantou polêmica na oportunidade do concurso, com a presença do próprio Secretário de Planejamento, Arq. Jorge Wilhelm. Como a figura do próprio cliente que solicita um concurso para escolha de um projeto para a cidade, a sua existência no júri pode ter gerado alguma influencia

137. Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Euclides Oliveira (Vide Documentos Anexos).

no julgamento.

7 – A mudança da ótica política durante o processo prejudicou o andamento do projeto e de sua possível implantação. Com a troca de governos, o projeto sofreu prejuízos. Na opinião do próprio arquiteto vencedor, Arq. Euclides, este fato foi determinante para o andamento. Quando questionado sobre a continuidade do seu projeto, ele responde: *"Olha, isso acontece, por causa das mudanças de governo. Hoje nós temos dois partidos, veja o que aconteceu comigo; um é social-democrata e outro é neoliberal; um não segue a diante as obras do outro. Aliás, isso é um vício antigo da política brasileira. Quando existiam outros partidos também. Um governo não terminava as obras do anterior. É um mau vício de formação dos nossos políticos e administradores, de não levar a diante o que o antecessor fizesse."*¹³⁸

O PÓS CONCURSO

Com a premiação do projeto vencedor, procederam-se as negociações para a contratação da equipe vencedora. Como descrito pelo Arquiteto Euclides, em entrevista concedida, foi montada uma equipe multidisciplinar para o detalhamento da proposta inicial. Especialistas de diversas áreas se mobilizaram para esta tarefa. Ainda segundo o Arquiteto, a contratação dos projetos, por parte da EMURB, foi de fácil negociação, intermediadas principalmente pelo Arquiteto Jorge Wilhelm; Secretario de Planejamento naquela oportunidade.

Problemas de negociação começaram a ocorrer entre o cliente, EMURB, e o arquiteto logo após a mudança, do poder executivo, na Prefeitura de São Paulo. O Concurso que foi realizado durante o mandato da Prefeita Marta Suplicy, começou o seu detalhamento ainda neste período, mas avançou até a posse do Prefeito José Serra. Com cinco dias de governo, o projeto foi suspenso pelo cliente, sem que o arquiteto fosse notificado de tal postura. Sem a devida ciência, os arquitetos continuaram a trabalhar, mesmo sem receber honorários.¹³⁹

Todo o processo de negociação, deste período, com o cliente foi complicado, como descrito:

"No começo o diálogo, como eu falei, com o cliente, enquanto estava o Jorge deu muito bem, a coisa desandou com a entrada do Serra. Foi péssimo, teve briga, teve discussão, teve baixaria, teve coisa até desagradável de falar.

Eles mandaram uma carta para que eu entregasse em 5 dias o projeto, há pouco tempo atrás. Isso é um absurdo. Eu já tinha desmanchado a equipe e todo mundo tem a sua vida, estavam em outros projetos, quer dizer, só podiam pensar em pegar daqui a 20 dias 1 mês. Então, eles fizeram de propósito para não dar. Então, entreguei o projeto do jeito que estava. Eles disseram

138. Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Euclides Oliveira (Vide Documentos Anexos).

139. Idem.

que era recusado, primeiro pediram as correções, que eu não fiz, porque não havia tempo. Ai, disseram que o projeto havia sido recusado, menos o paisagismo. Pagaram uma quantia por isso e pediram para eu apresentar uma defesa. Coisa que eu fiz. Depois sumiram. Coisa de baixaria mesmo. Foi há uns meses, final do ano passado, começo deste ano. Baixaria pura.”¹⁴⁰

Por razões políticas, o Concurso Bairro Novo teve um desfecho infeliz, não levado a diante, e também com situações desrespeitosas com o arquiteto e a equipe premiada. O IAB-SP, por meio de seu Presidente, naquele momento, se pronunciou e foi o responsável pelas informações de suspensão do contrato.¹⁴¹

De qualquer forma, alternativas de efeito têm que ser avaliadas e reconhecidas para que o mesmo não venha a ocorrer em outros futuros concursos públicos; de forma que ofereçam suporte legal à serem respeitadas pelos gestores do Poder Público (Cliente).

140. Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Euclides Oliveira (Vide Documentos Anexos).

141. Extraído da entrevista concedida pelo Arquiteto Paulo Sofia (Vide Documentos Anexos).

Conclusão

CONCLUSÕES

As conclusões mais relevantes que podemos tirar desta pesquisa são, à primeira vista, também as mais simples:

- As licitações através de concurso não são opções sempre unânimes;
- Os projetos vencedores nem sempre atendem o edital em sua totalidade e isso não tem se caracterizado razão para não premiação destes;
- De forma geral os concursos alcançaram os seus objetivos iniciais, isto é, a escolha de um projeto para uma determinada área selecionada da Cidade de São Paulo;
- Os processos de julgamento têm sido polêmicos e até mesmo questionados;
- Os concursos têm se tornado processos cada vez mais caros e complexos;
- Existe pouco retorno deste processo;
- Falta uma divulgação adequada e documentação dos projetos que participaram destes eventos;
- O urbano tem sido focado com mais freqüência em concursos.

Todas as considerações a seguir são ou detalhamento das conclusões acima citadas ou variações destes mesmos temas.

O Concurso é uma forma mais democrática de contratação de projetos, entre outras que existem, como citado anteriormente. A sua grande diferença para as demais formas licitatórias é a visibilidade que geral, além de ser uma ótima promoção da obra a ser realizada. Sendo assim, a convocação do concurso é fruto de uma vontade política. As áreas são escolhidas normalmente pela sua visibilidade dentro da cidade. Não raros são os casos de promoção política através de decisões meramente baseadas em marketing para o governo.

O caminho que segue a convocação deste concurso é do governo para a classe dos arquitetos; na maioria das vezes, a população fica totalmente excluída da discussão que deveria ter sido gerada sobre a cidade. Além disso,

são poucos os casos, aos quais as melhorias urbanas alcançam a sua finalidade, que é o aumento da qualidade de vida para a população urbana.

Ainda dentro desta ótica, a divulgação, documentação e discussão dos concursos são muito falhas. Os resultados recebem pouca divulgação e se limitam aos canais de comunicação dos arquitetos, não atingindo outros setores da população. Transcorrido o concurso, sem debates que envolvam a população, associações da área envolvida ou outras classes, o resultado é divulgado normalmente através de todos os meios de comunicação de classe. Como descrito pelo Arq. Bruno Padovano:

"Primeiro fomos consultados, houve muito interesse por parte dos órgãos públicos. Fomos convidados para uma verdadeira bateria de apresentações para todos os tipos de órgão. Todo mundo queria saber como era o projeto. Isso foi muito festivo, agradável, mas isso consumiu muito tempo e acabamos por não desenvolver este trabalho. Depois, houve um marasmo e o governo (do Prefeito Celso Pitta) entrou em colapso, o que causou uma impossibilidade de se levar adiante o projeto."¹⁴²

Nos demais projetos houve também uma forte divulgação na época da premiação, mas pouco depois os projetos caíram em esquecimento. Não houve nem mais divulgação, quanto mais cobrança por parte da população, que pouco participou do processo. Esta falta de memória, de cobrança e de divulgação acompanham infelizmente grande parte dessas propostas.

Às vezes, os projetos são contratados em nível de execução e em alguns casos, como do Carandiru, passam para a obra, mas não são divulgados para a população geral. É claro que com a execução das obras o objetivo final foi alcançado, mas a memória do processo muitas vezes se perdeu.

Dentro do universo deste trabalho, com relação aos quatro concursos estudados, chegamos ao seguinte panorama:

- Concurso das Marginais – não teve projeto contratado, portanto não foi executado;
- Concurso do Carandiru – teve seu projeto contratado pelo governo estadual e está em execução;
- Concurso Largo da Batata – teve seu projeto contratado pela prefeitura, foi licitado, mas ainda não começou a execução;
- Concurso Bairro Novo – teve seu projeto contratado pela prefeitura, mas não foi licitado e executado. Não tem prazo previsto para ser retomado.¹⁴³

^{142.} Extraído da Entrevista concedida pelo Arq. Bruno Roberto Padovano (Vide Documentos Anexos).

^{143.} Informação extraída das entrevistas concedidas pelos arquitetos.

A contratação dos projetos só não ocorreu no caso das Marginais, que inclusive não tinha previsão para isto, visto

que foi lançado como Concurso de Idéias e não continha dentro do seu material de referência o contrato previsto (nos outros três casos fazia parte do material de referência do concurso um contrato já redigido pelos promotores). Independente das dificuldades descritas pelos arquitetos, os projetos foram contratados e detalhados. Em dois casos houve a licitação e a liberação da ordem de serviço (Largo da Batata e Carandiru). E em apenas um caso a execução está em andamento (Carandiru), demonstrando que as intenções descritas no edital eram reais.

Visto isso, fica claro que no longo caminho percorrido entre a intenção de lançar um concurso e a sua real implantação uma série de fatos pode ocorrer. O processo é normalmente moroso, porque entre a organização e a contratação dos projetos outras prioridades do governo podem ocorrer, tais como eleições, novas prioridades, mudança de partidos políticos, entre outras. Sendo um processo basicamente político, ele também é aleatório:

"Olha, isso acontece, por causa das mudanças de governo. Hoje nós temos dois partidos, veja o que aconteceu comigo; um é social-democrata e outro é neoliberal; um não segue adiante as obras do outro. Aliás, isso é um vício antigo da política brasileira. Quando existiam outros partidos também. Um governo não terminava as obras do anterior. É um mau vício de formação dos nossos políticos e administradores, de não levar a diante o que o antecessor fizesse. O que poderia combater isso? Menos cargos de confiança, ou seja, uma carreira de funcionário público, onde os níveis de chefia perdurassem de um governo para o outro, e não fosse este festival de cargos de confiança que, realmente, rompe qualquer continuidade administrativa. A melhora do nível político geral. No caso de determinadas áreas, por exemplo, transporte, centro da cidade, a criação de agências, tipo a "Anac" que, independentes do governo e pudessem garantir uma continuidade administrativa, além das trocas partidárias."¹⁴⁴

Voltando um pouco ao Concurso e seu processo em si, algumas questões ainda cabem ser levantadas. Apesar de várias críticas já tecidas aos mesmos, os quatro concursos descritos neste trabalho atenderam os seus objetivos iniciais, que era a da escolha de um projeto para estas áreas selecionadas na cidade de São Paulo. Dois deles estão em andamento e próximos o objetivo final de qualquer projeto de arquitetura, que é ser executado.

Apesar de sempre se constituir numa oportunidade interessante para a classe dos arquitetos, o concurso tem recebido uma série de críticas. Uma das principais se constitui no volume de trabalho gerado aos para os participantes. Cada vez mais o edital e o material de referência têm apresentado um material mais preciso e completo, mas com mais exigências aos concorrentes: número grande de pranchas, de produtos gráficos a serem apresentados, estimativas de custos e cronogramas de implantação. Com a melhora dos dados iniciais tem-se buscado cada vez mais um projeto preciso, com uma visualização completa do que se tornará a área depois de implantada. Cada vez mais as equipes crescem, não só quantitativamente, mas qualitativamente também. Especialistas de diversas áreas entram como consultores para conferir a estes projetos adequação de edital. Esta

144. Extraído da Entrevista concedida pelo Arq. Euclides de Oliveira (Vide Documentos Anexos).

quantidade de profissionais têm gerado um custo muito alto visto que estes profissionais dedicam suas horas para um trabalho de risco.

"A única forma de apelar é para um concurso público, que é sempre uma empreitada muito maior, leva mais tempo, e que, como disse, faz surgir um novo talento eventualmente, mas é sempre um desperdício de homens/hora dos profissionais."¹⁴⁵

Todo este material necessário para entrar numa concorrência deste nível traz um segundo questionamento: há democracia no processo do concurso nos dias de hoje? Os arquitetos entrevistados se posicionam de diversas formas e em grande parte ainda falam que o fato do concurso público ser aberto a qualquer profissional habilitado gera a sua democratização, mas a questão econômica não tem influência sobre o resultado dentro das atuais premissas do processo?

Um grande tema que sempre gera polêmica nos Concursos é o dos julgamentos. A cada novo concurso novas questões são levantadas logo após a divulgação dos projetos premiados. Os participantes muitas vezes questionam o julgamento. Um fato que tem ocorrido em alguns concursos é o de não atendimento total do Edital e Termo de Referência. A pesquisa revelou que isso ocorreu em dois dos quatro estudos abordados por este trabalho.

Nos dois casos estudados, a ata de julgamento alerta para a questão de não observância do edital em algum ponto, mas não considera isso razão para desclassificar o concorrente, apenas recomenda que o concorrente reconsidere a proposta com relação ao ponto não observado. Alguns destes casos causaram muita discussão por parte dos demais participantes do concurso, gerando polêmica em torno dos resultados.

Cabe salientar que, apesar de todos os cuidados para o júri ter critérios de análise, o julgamento em si é essencialmente subjetivo. Além dos critérios estabelecidos no edital entram o gosto, afinidades conceituais, compatibilidade de idéias, conceitos de beleza e outros. Portanto, apesar de se exigir uma maior clareza e objetividade destes concorrentes, a objetividade completa, é mera ilusão no julgamento.

O elevado nível dos trabalhos apresentados pelos concorrentes nos eventos também torna o processo de julgamento cada vez mais complexo, não só pelo excesso de informações para análise, mas também pela qualidade apresentada. Isso é extremamente benéfico para a arquitetura, mas certamente dificulta o trabalho dos jurados.

Em alguns casos nota-se que o material de referência não é claro suficiente e também não apresenta

145. Extraído da Entrevista concedida pelo Arq. Valter Caldana (Vide Documentos Anexos).

antecipadamente os critérios de julgamento, prejudicando os concorrentes que permaneceram sem um norte para o desenvolvimento de suas propostas.

E finalmente, todo processo de julgamento é passível a falhas, visto que é resultado de uma análise humana.

Neste sentido, poderiam ser apresentadas algumas recomendações para tornar os concursos mais democráticos e justos:

Como todo procedimento, o Concurso tende a ficar obsoleto com as mudanças que o tempo traz para a categoria profissional dos arquitetos e urbanistas. O formato usado nos dias de hoje já é uma evolução dos primeiros eventos brasileiros. A normatização foi discutida arduamente em diversos Congressos de Arquitetura e demais eventos da classe.

Em entrevista com os arquitetos envolvidos nestes processos algumas sugestões foram dadas para a melhora dos procedimentos. Grande parte destas sugestões são em torno da real democratização do processo do concurso, como descrito pelo Arq. Valter Caldana:

"Um dos elementos necessários nesta nova formula é a real democratização, ou a redemocratização dos concursos, isso é extremamente importante. Verificamos, por exemplo, é possível fazer um concurso onde em um primeiro momento as pessoas não gastem dinheiro? Onde valha a sua visão e sua proposição. E todos os fatores "midiáticos" e todo o meio de representação, não sejam significativos. Talvez esta seja uma maneira de resgatar a chamada democracia do concurso, porque hoje ela não existe mais. É possível fazer um concurso em duas fases. Na primeira todas as pessoas, que se inscrevam, apresentem uma prancha A3, desenhada obrigatoriamente a mão. Onde haja a síntese da abordagem e da solução proposta. A partir dessa seleção inicial, partir para uma segunda fase que eu defendo em continuar sendo sigilosa; concurso tem de ser sigiloso até o fim; é imprescindível. Mas aí, nessa segunda fase, as pessoas que por ventura, venham a fazer investimentos e produções mais interessantes. De outra forma, não vejo como."¹⁴⁶

Outros arquitetos sugerem a seguir o formato que tem sido usado pela União Européia, de separação de concurso por classes e por graus de dificuldade. Nesta forma existem classes de concursos para arquitetos mais jovens despontarem com um grau menor de dificuldade e sem a exigência de expertise em uma área específica, bem como concursos com mais de uma fase, para a seleção de currículos para trabalhos de maior complexidade.

A verdade é que, bem organizado e com um número maior de eventos, seria possível distribuir estes projetos de forma mais igualitária e democrática. Como os eventos no Brasil ainda são pontuais e isolados, atraem a atenção

146. Extraído da Entrevista concedida pelo Arq. Valter Caldana (Vide Documentos Anexos).

de grandes levas de participantes. Para o aumento destes eventos seria necessário um maior interesse do poder público em democratizar o acesso dos profissionais aos projetos. Cabe lembrar que a contratação por meio de concursos aumenta o prazo para início de obras e também coloca em pauta a remuneração dos arquitetos (que quando premiados em concursos organizados pelo IAB são contratados nas bases das tabelas do Instituto e em outras situações ficam a mercê de uma contratação determinada pelo valor menor entre propostas que participam de uma licitação).

O grau de complexidade do concurso também é algo que notadamente poderia ser revisto nos editais propostos, sendo que a primeira fase poderia ser como sugerido anteriormente pelo Arq. Valter Caldana ou por uma prova de títulos e currículos, e num segundo momento o desenvolvimento ser mais aprofundado com remuneração prevista, como descrita pelo Arq. Tito Livio Frascino:

*"(...)é feita uma prova de títulos em uma primeira etapa, em função do tema do concurso, então são selecionados dois ou três escritórios participantes, a partir da prova de títulos, na segunda etapa é feito um anteprojecto remunerado, remunera-se os três que estão fazendo e depois escolhe-se um para desenvolvimento."*¹⁴⁷

Os formatos de concurso são os mais diversos como descrito na introdução e ainda poderiam seguir outras tantas recomendações que estão sendo experimentadas em outros países. Outros formatos de julgamento poderiam também ser experimentados, como sugerido pelo Arq. Bruno Roberto Padovano:

*"Quanto às modificações interessantes para os concursos de idéias poderia ser, ou até em concursos vocacionados, alguma obra de significado maior, de importância comunitária, poderia ser uma participação dos próprios concorrentes, isso é uma idéia que eu passei para o IAB, pela qual, quem concorre, julga. Não haveria júri, os próprios participantes votariam nas melhores soluções até chegar no vencedor, por maioria aberta. Porque normalmente são os próprios concorrentes que conhecem melhor o conteúdo e o edital do concurso. Muito mais do que o júri, que muitas vezes recebe um edital complexo e não tem o tempo de assimilá-lo e vai analisar os projetos sem entrar dentro das questões complicadas de um determinado programa. Então os concorrentes julgando os seus pares seria uma forma mais democrática do que temos atualmente porque o júri pode se dar bem, pode se dar mal, pode julgar bem ou às vezes não. Esta é a questão que torna os concursos tão polêmicos na maior parte das vezes."*¹⁴⁸

São diversas as sugestões que a classe dos arquitetos tem apresentado para o processo dos concursos. Só nesta pequena amostra de arquitetos podem-se identificar uma série de novos formatos e críticas aos procedimentos atuais. Deve-se lembrar que o grupo de arquitetos aqui descritos é muito experiente nas mais diversas funções do concurso: tendo participado como jurados, promotores e participantes premiados.

147. Extraído da Entrevista concedida pelo Arq. Tito Livio Frascino (Vide Documentos Anexos).

148. Extraído da Entrevista concedida pelo Arq. Bruno Roberto Padovano (Vide Documentos Anexos).

É recomendável, em base aos resultados recebidos nessa dissertação, que os atuais procedimentos para concursos sejam revistos. A discussão deve voltar a tona, como nos antigos Congressos de Arquitetura que delinearam os formatos atuais. A classe tem idéias a acrescentar, mas a falta de diálogo está impedindo que isso ocorra. O IAB, na sua função de representante da classe, deveria mediar debates sobre o tema e apresentar uma nova norma para procedimentos. O poder público teria que entender que a participação do arquiteto é fundamental para a cidade estreitando os seus laços com a classe. E à classe dos arquitetos caberia reivindicar o seu lugar dentro deste sistema.

Atas de Julgamento

CONCURSO NACIONAL DE IDÉIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DAS MARGINAIS DOS RIOS PINHEIROS E TIETÊ PMSP/IAB/ABAP/IE

Ata de Julgamento e Premiação

Procedimentos e Classificação

Às 15 horas do dia 23/01/99, na sede do IAB/SP, à Rua Bento Freitas, 306, no Auditório "Eduardo Kneese de Mello", foi feita a instalação da Comissão Julgadora do "CONCURSO NACIONAL DE IDÉIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DAS MARGINAIS DOS RIOS PINHEIROS E TIETÊ", Tendo o júri abaixo assinado, recebido dos consultores Arq. Rosa Grená Kliass e Arq. Valter Caldana, 21 (vinte e um) trabalhos por eles divididos em 3 grupos diferenciados conforme Ata de 21/01/99.

1. Nove trabalhos que atenderam plenamente ao Regulamento.
2. Oito trabalhos que não atenderam ao Regulamento em diversos aspectos.
3. Dois trabalhos entregues fora do prazo. E dois trabalhos fora dos padrões do concurso.

O júri examinou dezessete trabalhos constantes dos grupos 1 e 2. Estes, inicialmente foram analisados em separado por cada um dos membros do júri.

Esta análise ocupou o júri durante toda a primeira sessão.

Voltando a reunir-se, na manhã do dia seguinte, o júri agrupou os trabalhos de números 02, 03, 04, 05, 08, 11, 17, 18 e 19 que, de comum acordo, foram considerados para uma análise mais detalhada.

Esta se procedeu individualmente destacando-se por consenso os trabalhos de números 02, 04, 05, 18 e 19, para posterior análise comparativa.

Procedeu-se, a seguir, à comparação dos diferentes Planos Diretores e suas conceituações, bem como as soluções propostas para cada uma das quatro Áreas Pontuais de cada um dos trabalhos.

Cada membro do júri, nesta comparação classificou a posição dos projetos.

Retomados os trabalhos na sessão da tarde o júri procedeu a um reexame geral de todos os trabalhos e decidiu incluir no grupo acima o trabalho de número 17.

O júri, por consenso decidiu estabelecer a seguinte premiação:

1º Premio ao Trabalho nº 05

2º Premio ao Trabalho nº 19

3º Premio ao Trabalho nº 18

Decidiu ainda indicar para Menções Honrosas “ex aequo” os trabalhos de números 02, 04 e 17.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TRABALHOS PREMIADOS

O **Trabalho 05** apresenta forte consistência entre a conceituação do Plano Diretor e as soluções pontuais, boa abrangência, tanto nos aspectos urbanísticos como dos paisagísticos, atendendo de forma harmônica e equilibrada a todas as áreas e a todos os questionamentos constantes do Edital do Concurso.

Ao propor uma operação urbana e a criação de um órgão gestor, o projeto encaminha com praticidade a implantação das cinco medidas urbanísticas e paisagísticas propostas, a saber: sistema de vias paralelas, faixas de proteção ambiental, graduação de gabaritos dos edifícios, interconexão entre pólos de atração, pontos de embarque e sistema de comunicação visual. São ricas e imaginosas as propostas para as quatro áreas pontuais: abertura de canal, marinas, campos esportivos, ligações viárias, sempre indicando soluções urbanísticas e paisagísticas suficientemente precisas, fornecendo clara imagem do enriquecimento urbano proposto.

O **Trabalho 19** propõe, com grande propriedade, a criação de uma Floresta Urbana como elemento gerador de novos valores para as áreas lindeiras dos rios Tietê e Pinheiros.

Aponta na conceituação dos problemas a desconsideração do fato geográfico no processo de urbanização da cidade.

Tratando os espaços residuais como “matéria prima para transformação da cidade” e utilizando os espaços livres disponíveis como elemento de ordenação do “core” urbanizado, cria um eixo verde de 42 km como resposta à degradação ambiental da área, vindo a se constituir em sua principal ação mitigadora de caráter ambiental e paisagístico.

A intervenção proposta, com baixos custos de implantação e fácil viabilização poderia certamente se constituir em importante referencial conjugando harmoniosamente rio e floresta no contexto da paisagem urbana de São Paulo.

As propostas das Áreas Pontuais, além de não desenvolverem todo o potencial, especificidade e interfaces ecológicas da Floresta Urbana, não trataram com a devida profundidade os aspectos urbanísticos.

O **Trabalho 18** apresenta conceitos de Ecologia da Paisagem ao abordar o que designou como “corredor ecológico”, podendo

levar a determinação de uma Rede de Biótopos o que se constitui em uma estratégia contemporânea de conservação da natureza.

O trabalho correlaciona Vegetação, Área Construída e Clima dentro dos princípios da Ecologia Urbana. Ao considerar os aspectos naturais no desenho urbano não esqueceu dos seus aspectos antrópicos ao levar em conta a "identidade do cidadão com o lugar habitado".

Essa conjugação de aspectos naturais e antrópicos objetiva recuperar a "Qualidade Ambiental" na cidade. Destaca-se esse tipo de abordagem por considerar-se um avanço no modo de pensar o desenho urbano.

Contudo, as soluções propostas para cada Área Pontual não desenvolveram suficientemente os conceitos do Plano Diretor.

COMENTÁRIOS FINAIS

A fim de contribuir ao procedimento das tarefas que objetivam a recuperação e a melhoria da área proposta pelo Concurso, o júri finaliza esta Ata com um breve comentário nascido do exame dos trabalhos analisados.

O júri recomenda ao Poder Público através dos órgão competentes e dos profissionais envolvidos:

- Completar os Sistema de Vias Estruturais paralelas às vias expressas marginais sugeridas em várias propostas apresentatas.
- Estudar a implantação da diretriz viária Avenida Sumaré/Rodovia Raposo Tavares – Regis Bittencourt mediante ponte (proposta no Trabalho 05) ou túnel (proposto no Trabalho 04)
- Examinar a conveniência da criação de um Órgão Gestor destinado a coordenar o desenvolvimento dos planos e projetos propostos.
- Analisar a oportunidade da criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) Pinheiros – Tietê, regulamentada através de zoneamento específico abrangendo a área das várzeas e coincidindo com a proposta de intervenção do Trabalho 05, classificado em 1º lugar.
- Reforçar o caráter ecológico das soluções paisagísticas na elaboração e implantação dos projetos propostos.
- Prover, em tempo útil, através de viveiros públicos e particulares, o fornecimento de todo o material necessário à implantação do componente vegetal do conjunto paisagístico-ambiental das Marginais dos rios Tietê e Pinheiros, devidamente adequado às peculiaridades dos solos destes vales, os quais deverão ser devidamente recuperados.
- Adequar o sistema de dragagem dos rios Tietê e Pinheiros de forma a possibilitar e garantir a implantação de projeto a

ser desenvolvido a partir deste Concurso.

São Paulo, 25 de Janeiro de 1999.

Fernando Magalhães Chacel

Jorge Wilhelm

Maria Helena Braga Brasil

Miguel Alves Pereira

Paulo Celso Dornelles Del Pichia

ATA DE JULGAMENTO DO CONCURSO REURBANIZAÇÃO DA ÁREA DO CARANDIRÚ: CONCURSO NACIONAL DE PLANO DIRETOR

No dia quatro de março de 1999, reuniu-se pela primeira vez o júri designado para análise e julgamento das propostas apresentadas, conforme estabelecido no edital publicado em quatorze de outubro de 1998, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na página 32 relativo ao concurso, e, com base nos procedimentos abaixo descritos passou a realizar seus trabalhos. O júri compõe-se de: Arquiteto Adilson Costa Macedo, Arquiteto Candido Malta Campos Filho, Engenheiro Roberto Day, Arquiteto Rubens Anauate e Arquiteto Sidonio Porto e tem como consultores o Arquiteto José Geraldo Martins de Oliveira e o Arquiteto Wilson Edson Jorge. Recebeu o júri nesta oportunidade 58 trabalhos, devidamente embalados, conforme prevê o edital, numerados de 1 a 58, tendo sido retirado o concorrente de número 58, a pedido de seu autor, pedido esse deferido pelos consultores do Concurso. Foram ainda colocados à disposição do júri 03 outros trabalhos, cuja apresentação ocorreu após o horário estipulado para a entrega, às vinte e uma horas do dia vinte e seis de janeiro de 1999, ficando esses, quanto à sua apreciação, dependentes da deliberação do júri.

Procederam os consultores à abertura dos invólucros com a retirada dos envelopes que identificam os responsáveis pelos projetos, pelo número de entrega apenas aos volumes, os quais ficam em poder dos consultores para posterior identificação.

O júri decide que seus membros farão a análise das propostas, individualmente, voltando a se reunir, para conclusão dos trabalhos, nesta data.

Em seguida é feita a leitura dos itens do edital relativos aos conteúdos de julgamento, constantes do Regulamento e do Termo de Referência e das respostas remetidas pelos consultores a todos os inscritos no concurso, em atendimento às indagações formuladas por esses, que passam a integrar o Termo de Referência.

Na reunião do dia dezanove de abril de 1999, presentes os membros do júri que abaixo assinam esta ata, estabeleceu esse a seguinte classificação dos trabalhos, com as considerações que se seguem, atribuindo:

1. Ao projeto identificado com o número 57 o primeiro prêmio, observando que:

A proposta representa adequada e elegante intervenção arquitetônica, possibilitando a requalificação das edificações, conferindo caráter peculiar às novas finalidades programáticas.

O paisagismo é rico em visuais, equipado de forma sutil, criando o clima de excepcionalidade, necessário ao tema, bem como à região.

A inserção desse na trama urbana se faz de maneira tranqüila, com as massas construídas localizadas em pontos de fácil acesso e apresentando ilhas de estacionamento em locais que não prejudicam as visuais primordiais. Por sua vez os acessos não se constituem em pólos geradores de tráfego em locais indesejáveis. Louvável também é a proposta para o boulevard

situado na margem do Córrego dos Carajás, que se estende desde a área de estudo até a Av. Zaki Narchi, bem como a separação das águas do lago e do córrego, evitando-se com isso a poluição do lago, enquanto o coletor de esgotos não é implantado.

Para este projeto o júri formula as seguintes recomendações:

1. Manter trechos mínimos, porém suficientemente significativos das muralhas existentes, tanto as que envolvem a Penitenciária do Estado quanto da Casa de Detenção, sobretudo aquela posterior, mantendo-se como passarela elevada sobre a muralha, permitindo a visualização do entorno.
2. A cobertura dos espaços internos, entre os pavilhões e dos pátios internos, tanto da Penitenciária, quanto os da Casa de Detenção deverá considerar as implicações quanto ao conforto térmico acústico e de iluminação.

As soluções de controle artificial dos elementos citados deverá depender de um estudo do seu custo face a, de um lado os benefícios pretendidos e de outro a sustentabilidade econômica da sua operação, que dependerá da rentabilidade do uso, que por ventura possa se instalar, ou dos subsídios trazidos por entidades pública ou semi-públicas. Assim o grau de cobertura bem como seu tipo dependerão do uso e operador que vierem a se viabilizar.

3. Os programas apresentados, que tem uma clara relação com o uso pela vizinhança, como centro cultural e de lazer, poderão ser reduzidos no espaço que ocupam e assim parcialmente substituídos por um outro uso, como o de um hotel escola, complementar ao Centro de Convenções.
4. A proposta de futuros deck acima do solo, para ampliação do estacionamento somente seria aceitável na área limdeira ao casano.

2. Ao projeto identificado com o número 33 o segundoprêmio, observando que:

Com uma linguagem de arquitetura brasileira, faz uma síntese feliz entre um programa realista, bem resolvido enquanto usos e correspondente arquitetura. Lançados no espaço de uma forma simples, bem articulada quanto aos estacionamentos e fluxos internos de pedestres, constitui-se o conjunto num grande parque, com uma massa de floresta atlântica e um lago. Propõe um uso adequado de símbolos, expressando uma visão de futuro a partir de um passado do qual se preservam fragmentos, como lição dolorida que lastreia atividades ligadas ao trabalho (escola profissional, um hotel escola, um centro de convenções e eventos culturais e de lazer) que apontam um futuro em que a requalificação profissional associada a atividade de um lazer criativo e outras atividades de promoção de idéias e produtos, frutos de uma atividade produtiva, fazem com que o espaço de exclusão se torne um espaço de inclusão social.

Alguns aspectos que entendemos merecem uma reflexão maior:

1. O edifício-escola na posição onde se encontra tende a tirar a continuidade visual do principal eixo de entrada, apesar da solução em pilotis sugerida.
2. A utilização de trechos da muralha existente no lugar da "muralha virtual" proposta em aço, de modo a simbolizar o espaço enclausurado da Casa de Detenção, nos pareceu mais natural.
3. A possibilidade de um redesenho dos caminhos ao longo do lago, em sua parcela sul e da forma e dimensão do lago, de modo a torna-los ainda mais fluidos e naturais, talvez eliminando uma das pontes, tornando assim o conjunto ainda mais atraente. Desejável é que o córrego e o lago tenham suas águas separadas, devido à poluição do córrego, enquanto não é implantado o coletor de esgotos.
4. Um aprofundamento do programa de necessidades, que redistribuísse os espaços dos antigos pavilhões penitenciários, ajustando-os à proporções definitivas do hotel-escola e do correspondente centro de convenções, associado a espaço de exposições de produtos, que poderia utilizar o espaço em baixo da tenda do centro de eventos, com laterais protegidas, ou até reformulado, propiciaria maior versatilidade de usos.

3. Ao projeto identificado com o número 52 o terceiro prêmio, observando que:

Uma disposição criativa e de grande beleza plástica, de uma geometria de formas simples, com referências de linguagem deconstrutivista na arquitetura, nos atrai neste projeto, a primeira vista.

O seu eixo central constituído por marquise, que afirma ter como referência a marquise do Ibirapuera, desmesurada e de pés direitos variados, a própria idéia de abrigo que se adotou como princípio norteador para sua concepção.

Por outro lado tendo sido deslocado para a Avenida Ataliba Leonel o centro de articulação do grande parque que se quer implantar na forma de uma praça triangular, na esquina do prolongamento da Av. Moisés Roysen, fez com que esta mesma avenida, desnecessária em termos de ligação viária, seccionasse o mesmo parque, gerando a necessidade de uma passarela que provavelmente poucos usariam. Logo ao lado, a passagem em nível sobre a mesma avenida, em eixo secundário de circulação, contradiz, dispensando passarela, a posição antes assumida que a exigiu.

Nos pareceu ainda, que houve um deslocamento do canal de curso d'água em relação à direção da Av. Moisés Roysen, buscando-se um efeito meramente formal, gerando problemas de desapropriação, nas quadras dos loteamentos vizinhos para sua implantação.

A área de convenções que é geradora de tráfego e necessitando provavelmente um programa de dimensões maiores, nos pareceu mal localizada, como também nos parecem insuficientes, além do seu programa e seu dimensionamento, a formulação da arquitetura resultante.

4. As Menções Honrosas foram divididas em 2 grupos:

1. pelo conjunto da proposta, onde se destacaram-se os projetos: 27, 36, 46, 51 e 58.

2. por contribuição em aspectos específicos, destacaram-se os projetos:

07 (solução viária e análise urbanística do entorno)

10 (esforço metodológico de sistematização científica, no trato das condicionantes do projeto)

11 (pelas áreas paisagísticas representativas de sistemas ecológicos da vegetação primitiva da bacia da área metropolitana)

24 (pela quantidade das ligações regionais propostas)

Os trabalhos entregues após o horário estipulado no edital, decide o júri, não serão abertos devendo esses ser devolvidos a seus autores, conforme entregaram os volumes.

Ao final dos trabalhos o júri apresenta as considerações seguintes:

1. O resultado alcançado com o Concurso atinge os objetivos a que se lançou, quais sejam os de apontar, para o Governo do Estado de São Paulo, detentor da área do Carandiru, um Plano Diretor, o qual poderá sofrer alterações, dentro das diretrizes ora aprovadas, quanto ao programa de utilização conforme a definição da (s) entidade (s) que irá (ao) gerir o complexo, após as devidas negociações com o G.E.S.P.
2. Para tanto o G.E.S.P. deverá dar prosseguimento aos trabalhos, contratando os serviços profissionais do vencedor do concurso, para que esse devolva sua proposta a partir do Plano Diretor aqui indicado.
3. A área onde hoje se encontra o Complexo Prisional do Carandiru é uma formidável porção de terra situada na Zona Norte da Cidade, carente de áreas livres para uso coletivo e institucional, cuja reinserção na trama urbana de São Paulo é inadiável e deve ser conduzida com celeridade.

São Paulo, 19 de abril de 1999.

Arq. Adilson Costa Macedo

Arq. Candido Malta Campos Filho

Arq. Roberto Day

Arq. Rubens Anauate

Arq. Sidonio Marcio Alves Porto

CONCURSO PÚBLICO NACIONAL RECONVERSÃO URBANA DO LARGO DA BATATA

São Paulo, 13 de maio de 2002

Ata do julgamento

No dia 30 de abril de 2002, último dia para entrega, foram recebidos na sede do IAB-SP 36 projetos e posteriormente recebidos pelo correio mais oito. No dia 2 de maio foi entregue na sede mais um trabalho. Três trabalhos foram considerados fora de prazo, aquele entregue na sede somente no dia 2 de maio, alegando seus autores que não foi possível entregá-lo ou despachá-lo até as 18:00 horas do dia 30 por culpa do Correio e do trânsito e outros dois que foram postados fora de prazo.

A Comissão Julgadora recebeu, portanto, 42 trabalhos para julgamento.

No dia 3 de maio às 9,00 hs., a Comissão Julgadora composta pelos arquitetos Carlos Maximiliano Fayet, Eduardo Leira, Fábio Penteado, Jorge Wilhelm e Regina Prósperi Meyer reuniu-se na sede do IAB e após tomarem conhecimento do conjunto dos projetos, reuniram-se com o Presidente Maurício Faria e o Diretor de Desenvolvimento, Horácio Galvanese, da EMURB e o Secretário de Planejamento do Município, Jorge Wilhelm, que fizeram uma rápida exposição sobre a área em estudo e a expectativa da Prefeitura quanto ao Concurso. O Presidente do IAB, Gilberto Belleza, após saudar e agradecer os membros da Comissão, teceu rápidas considerações sobre os concursos organizados pelo IAB-SP e especialmente sobre o teor das atas, que tem tido a preocupação de dar o maior número possível de informações sobre o processo de julgamento, de interesse do conjunto dos concorrentes e não apenas dos classificados.

Depois disso, os membros da Comissão, acompanhados pelos arquitetos coordenadores e pelo Diretor de Desenvolvimento da EMURB, percorreram toda a área sendo informados de suas características e problemas.

Retornando ao IAB, os membros da Comissão Julgadora, individualmente, examinaram os 42 trabalhos, fazendo suas anotações e propostas de eliminação em função de critérios próprios. No final do dia reuniram-se, apresentando cada um sua visão do conjunto dos trabalhos e suas propostas, sendo estas discutidas quanto aos que deveriam ser eliminados e os que deveriam continuar a ser analisados.

Nessa primeira rodada, decidiram manter em julgamento os seguintes trabalhos: 1, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40 e 41, encerrando os trabalhos às 19.30 hs.

No dia 4 de maio a Comissão Julgadora iniciou seus trabalhos às 9,30 hs. Discutindo a necessidade de se considerar como critério principal a exequibilidade dos projetos e a possibilidade de sua implantação a curto prazo, sendo fundamental que fossem analisados sob a ótica do quanto, em cada um, cabe à intervenção direta da Prefeitura, portanto factível imediatamente e o quanto depende da iniciativa privada, como empreendimento realizado em consequência da indução motivada pela intervenção. Foi também lembrado que cabe ao júri, além da seleção do melhor projeto pela sua adequação ao programa e qualidades próprias, a seleção de um arquiteto (ou equipe) sendo portanto critério primordial o reconhecimento

de sua maturidade. Outro aspecto levantado foi a necessária integração entre a proposta de intervenção e o Metrô.

Após análise detalhada e discussão de todos os projetos pelo conjunto da Comissão, foram retirados outros projetos, continuando em julgamento os de números: 5, 7, 11, 12, 17, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 31, 32 e 40. Prosseguindo a discussão foram retirados os trabalhos de números 7, 29 e 32, continuando em análise 11 trabalhos. Estes foram cotejados e discutidos sendo então retirados os trabalhos de números: 17, 19, 20 e 31, continuando em julgamento os de números: 5, 11, 12, 21, 24, 28 e 40, encerrando os trabalhos às 19,00 hs.

No dia 5 de maio, os trabalhos tiveram início às 9,00 hs. com a presença do consultor, engenheiro civil Márcio Jardim, para verificação dos orçamentos e da exequibilidade e viabilidade técnica das soluções propostas. A análise do consultor limitou-se apenas a verificar se os orçamentos não apresentavam alguma imprecisão séria que inviabilizasse a sua realização, seja pelo tempo exíguo disponível para esta avaliação, seja por terem sido elaborados pelos concorrentes sem disporem de todos os dados necessários, ou seja por se tratar de projetos ainda em etapa inicial.

A Comissão Julgadora iniciou seus trabalhos discutindo questões como o direito autoral no caso de se propor a inclusão de soluções de um projeto no outro, como previsto no Regulamento e a desafetação de áreas públicas para usos privados. Levantou-se ainda a possibilidade das declarações de utilidade pública das áreas propostas para desapropriação, ao serem aprovadas, já discriminarem aquelas que passarão ao domínio da EMURB para fins de empreendimentos privados, por meio de licitação, obedecendo ao previsto no projeto premiado e, se for o caso, até aos projetos posteriormente contratados.

Os 7 projetos remanescentes do dia anterior foram analisados, restando apenas os de números 5, 21, 24, 28 e 40. Depois disso, antes da deliberação final, os membros da Comissão reviram todos os projetos já eliminados, confirmando a seleção já feita. Entre estes, deliberou destacar dois com Menção, sem ordem classificatória e os três premiados, que são os seguintes:

O trabalho nº 5 que recebe Menção, focaliza os dois setores Norte e Sul do Largo, utilizando de forma enfática um grande edifício pórtico para demarcar o lugar. O pórtico intercepta outro volume maior constituindo o conjunto dos dois prédios um volume expressivo e de bom desenho. Mantém a Rua Cardeal Arcoverde com seu fluxo de tráfego, que foi interrompida em muitos projetos para evitar que os espaços do largo fossem seccionados por ela. Apresenta, no entanto, uma excessiva área pedestrianizada. O consultor elogiou o orçamento como sendo o melhor elaborado de todos que examinou, o mais consistente e completo, "abrindo" os itens apresentados e não os considerando "em bloco de atividades" como os demais.

O projeto nº 21, que também é destacado com Menção, apresenta interessante balizamento noturno com estruturas translúcidas formando "lanternas urbanas". Estuda configurações tipológicas para transformação das quadras ao longo do tempo e introduz permeabilidade ao seu interior. Propõe habitações de interesse social baseadas na legislação existente, ou seja, recorre à Operação Urbana, inclusive reservando o percentual de 7% para cultura. O projeto propõe transformações graduais, porém amplas, da área, projetualmente induzidas, sempre se referindo à Operação Urbana Faria Lima e coerente com as intenções desta lei. Apresenta interessantes soluções de balizamento do espaço urbano amorfo, tanto diurnos por meio de árvores, como noturno, por volumes luminosos.

Projeto nº 24 – Classificado em 3º lugar. O projeto apresenta integração transversal dos dois setores do Largo, tanto o Norte como o do Largo de Pinheiros até a Faria Lima. Apresenta com clareza a estrutura viária e propõe solução muito bem elaborada de estacionamentos, formando bulevares que pode ser aproveitada no futuro. É uma proposta bem elaborada de situações intra-bairro. Seu orçamento é consistente apesar do volume problemático de desapropriações para os bulevares/estacionamentos, preocupando ainda o grande número de áreas remanescentes e as edificações seccionadas pelas desapropriações.

Projeto nº 28 – Classificado em 2º lugar – Apresenta tratamento adequado dos espaços públicos, usando o desenho urbano para restabelecer conexões. Cria um forte elemento transversal deslocando o foco principal da intervenção entre a igreja e a estação do Metrô, tendo optado por uma nova polaridade. Propõe um edifício principal de uso misto, ou seja público/privado. As desapropriações propostas são complexas, o que resultaria em demora na sua implantação. A Comissão se ressentiu da falta de cotas que facilitarão a análise e da solução para descer da cota 727 da praça para a 720 do Metrô.

Projeto nº 40 – Classificado em 1º lugar – É o projeto que apresenta o melhor conjunto de soluções e facilidade de implantação, considerado pela Comissão Julgadora como o “projeto base”, propondo a melhor utilização de áreas com a desapropriação aprovada por lei e a desapropriação de outras, onde este processo é mais simples e imediato. Focalizou primordialmente o lado norte do Largo e, lançando mão de uma inflexão do viário, do eixo da Av. Faria Lima, criou um espaço adicional neste setor. Cria um binário, resolvendo dessa forma o problema de circulação do terminal Pinheiros e elimina terminais, distribuindo-os por pontos adjacentes. Propõe interessante aproveitamento da fábrica da Meridional, integrando-a dessa forma diretamente à intervenção na área foco. A Comissão Julgadora recomenda que seja revista a área pedestrianizada, relativamente excessiva, recuperando a função viária da Rua Teodoro Sampaio; que seja revisto o programa proposto eliminando o teatro, tendo em vista o SESC em construção nas proximidades; a instalação de uma mediateca no prédio de uso público a ser construído como contrapartida na área desapropriada da CAC; que reestude o acesso ao Mercado Municipal, bastante prejudicado na proposta. Recomenda ainda que seja prevista a integração da praça inferior com o Metrô, por meio de uma ligação direta entre eles. Por último, o parque na área institucional da Frederico Hermann Jr. Foi considerada inadequada.

A Comissão Julgadora faz ainda as seguintes observações e recomendações:

- o presente concurso teve como base um tema difícil e complexo de agenciamento urbano, raramente contemplado neste tipo de evento, e, apesar disto, 42 projetos foram apresentados para julgamento, o que demonstra sua oportunidade;
- tratou-se de um concurso para a contratação de um projeto com previsão de execução imediata e não apenas de um “concurso de idéias” que, por melhores que sejam, raramente são aproveitadas;
- pela qualidade e pelo nível das propostas apresentadas, recomenda a publicação de um catálogo com os trabalhos mais interessantes e não apenas com os premiados;

- que seu resultado seja não apenas divulgado, mas sobretudo, levado ao conhecimento das concessionárias de serviços públicos com interesse na área, buscando com isso a sua colaboração na solução de problemas comuns;
- que deve ser buscada uma maior integração do Metrô com os espaços urbanos projetados ou modificados pela Prefeitura.

Recomenda ao IAB:

- que concursos públicos nacionais, como o presente, sejam apresentados por um Vídeo, a ser distribuído a todos os IABs, com depoimentos dos promotores e autoridades no assunto em pauta, além de informações pormenorizadas sobre o tema, com o fim de orientar e abrir o campo de conhecimento, possibilitando maior participação – o vídeo substituiria o aconselhável seminário, cuja participação por equipes de estados diferentes daquele que organiza o concurso é problemática.

Recomenda à EMURB:

- além da contratação do projeto de urbanismo do trabalho classificado em primeiro lugar, separadamente, a contratação do ante-projeto dos edifícios a serem licitados, deixando margem ou considerando a flexibilidade necessária para que os empreendedores licitantes arbitrem o uso que acharem de maior interesse;
- a possibilidade de aproveitar a complementaridade dos projetos, de acordo com o item 8.5 do Edital (aproveitamento da Meridional e conexão do terminal da Rua Capri);
- considerar que o projeto que recebeu o primeiro prêmio focaliza a implantação imediata, que o 2º colocado é complementar, privilegiando a área do Largo de Pinheiros e seria de implantação a médio prazo e o 3º poderia ser considerado para uma terceira fase, com a implantação dos estacionamentos.

São Paulo, 6 de maio de 2002

Carlos Maximiliano Fayet
Eduardo Leira
Fabio Moura Penteado
Jorge Wilhelm
José Carlos Ribeiro de Almeida
Marta Maria Lagreca Sales
Regina Prósperi Meyer

CONCURSO BAIRO NOVO

São Paulo, 25 de julho de 2004

Ata de Julgamento (Circular 011)

São Paulo, 22 de julho de 2004

Caros Colegas,

Inicialmente é meu dever agradecer a todos os membros da Comissão Organizadora do Concurso Bairro Novo, uma equipe de mais de 40 pessoas que tive o privilégio de Coordenar, composta por profissionais da W2 Comunicações, Anhembi Turismo, do Cerimonial do Gabinete, da Secretaria de Governo, da EMURB, da Diretoria de Projetos Urbanos, da Secretaria de Planejamento e do IAB-SP.

Devo também agradecer ao Corpo de Jurados, pela presteza, pela dedicação e pela seriedade com que durante uma semana interromperam suas atividades normais para fazer a análise e o julgamento dos 60 trabalhos entregues.

Quero ainda parabenizar a Prefeitura de São Paulo, na figura da Secretaria de Planejamento e da Emurb, na pessoa de seus titulares Arq. Jorge Wilhelm e Arq. Nádia Somekh, e da Diretoria de Projetos Urbanos, na pessoa de seu titular o Arq. José Magalhães Júnior, que tiveram a sensibilidade de propor ao IAB a organização deste concurso em bases absolutamente inovadoras, envolvendo de maneira inédita o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada.

Este desafio possibilitou o envolvimento de 60 equipes e aproximadamente 700 profissionais na elaboração de propostas que, pela primeira vez em iniciativas desta natureza, puderam levar em consideração os novos instrumentos do Estatuto da Cidade, das Parceria Público-Privado e, acima de tudo, da gestão urbana baseada na construção da cidade real, na qualidade de vida e na inclusão social.

E, finalmente, me cabe agradecer e parabenizar a todos os participantes do Concurso.

Como todos sabemos, elaborar um projeto de Arquitetura é um ato de coragem e exposição.

E os colegas que participaram deste Concurso, certamente acrescentaram muitos pontos de reflexão e prática para o desenvolvimento de nossa cidade e do pensamento da Arquitetura no Brasil.

A todos, muito obrigado.

Arq. Valter Caldana
Consultor

Ata de julgamento

Às 11:00 horas do dia 12 de Julho de 2004, no Mezanino do IAB/SP, à rua Bento Freitas, 306, São Paulo/SP, na presença do Consultor, Arquiteto Valter Caldana, da acadêmica Roberta Stecca Iunes e dos Srs. Emerson Fioravante e Alírio Ferreira da Silva, o Arq. Consultor iniciou a abertura dos envelopes contendo os trabalhos entregues para julgamento e a numeração das pranchas de acordo com os envelopes, de PR 1001 a PR 1059.

Neste momento foi entregue ao Arq. Consultor pela Secretaria do IAB/SP um pacote contendo um trabalho, deixado na sede do IAB/SP no dia 07 de julho de 2004, portanto fora do prazo previsto no Regulamento do Concurso. Tal embalagem foi lacrada e o trabalho considerado desclassificado pelo não cumprimento do item 8 do Regulamento.

Durante a abertura dos envelopes foi constatado que o trabalho PR 1058 continha no envelope além de 04 (quatro) pranchas 02 (dois) conjuntos de folhas datilografadas em desacordo com os itens 7 e 8 do Regulamento do Concurso, sendo este, portanto, desclassificado.

Neste sentido, foram apresentados à Comissão Julgadora para sua apreciação 58 (cinquenta e oito) trabalhos.

Às 14:00 horas reuniu-se o Corpo de Jurados, composto pelo Arquiteto Alberto Rubens Botti, Arquiteto Alfredo Máximo Garay, Arquiteto Jorge Wilhelm, Arquiteto José Magalhães Júnior, Arquiteto Luiz Fernando de Almeida Freitas, Arquiteto Nádia Somekh e Arq. Paulo de Melo Zimbres, com o Presidente do IAB/SP Arquiteto Paulo Sophia, o Eng. Ricardo Barbara, membro da Comissão Organizadora do Concurso e o Arq. Consultor.

Na ocasião o Arquiteto Paulo Sophia destacou a importância deste Concurso, lembrou aos presentes a necessidade de uma leitura rigorosa e profunda, mas também generosa dos trabalhos, e, agradecendo a presença de todos, se retirou.

Em seguida, o Arq. Consultor fez a apresentação do material do Concurso, seus objetivos e um breve relatório de seu andamento.

Na ocasião ficou estabelecida a metodologia básica de julgamento dos trabalhos apresentados, que consiste em:

Análise individual pelos membros do Júri de cada trabalho apresentado.

Análise individual de cada trabalho, onde cada membro apontará os trabalhos que não deverão passar à próxima fase.

Ao final desta fase serão eliminados os trabalhos apontados pela totalidade do Júri.

Análise coletiva dos trabalhos pelos membros do Júri, com troca de idéias e impressões e revisão das etapas anteriores.

Análise individual dos trabalhos, desta vez com o apontamento por parte do Júri dos trabalhos a permanecerem em análise e seleção.

Análise coletiva dos trabalhos pelos membros do Júri, com troca de idéias e impressões e revisão das etapas anteriores.

Análise individual dos trabalhos, com seleção, entre os trabalhos remanescentes, dos trabalhos passíveis de premiação.

Análise coletiva dos trabalhos para definição da ordem de premiação.

Revisão geral das decisões tomadas e finalização da Lista de Premiados e Menções Honrosas.

Terminada a reunião, os membros do Corpo de Jurados acompanhados do Arq. Consultor e do Eng. Ricardo Barbara realizaram visita conjunta à Área de Referência e à Área Foco de Intervenção do Concurso para reconhecimento.

No retorno da visita realizada a Comissão Julgadora se manteve reunida em sessão fechada, dando prosseguimento à fase 01 do julgamento. A sessão de Julgamento no primeiro dia se encerrou às 20:00 horas.

Às 10:00 horas do dia 13 de julho, segundo dia, se reuniu a Comissão Julgadora do Concurso, dando início à Fase 02 do Processo de Julgamento, suspensa às 19:30 horas e retomada às 10:00 horas do dia 14 de julho.

Esta fase do julgamento dos trabalhos se encerrou às 13:00 horas do dia 14 de julho, terceiro dia de julgamento, onde foram selecionados para a próxima fase de julgamento 32 trabalhos, a saber:

PR 1001, PR 1002, PR 1004, PR 1005, PR 1006, PR 1009, PR 1010, PR 1012, PR 1014, PR 1015, PR 1016, PR 1019, PR 1023, PR 1027, PR 1028, PR 1031, PR 1033, PR 1034, PR 1035, PR 1036, PR 1039, PR 1041, PR 1042, PR 1044, PR 1045, PR 1046, PR 1047, PR 1048, PR 1049, PR 1051, PR 1052, PR 1053, PR 1054 e PR 1059.

Às 14:00 horas do mesmo dia 14 de julho a Comissão Julgadora se reuniu para dar andamento à fase 03 do julgamento, quando foram discutidos e revisados os critérios individuais e coletivos de seleção.

Encerrada esta fase, foi dada seqüência ao julgamento, em sua fase 04, que se iniciou às 16:00 horas, foi suspensa às 19:00 hora e retomada às 10:00 horas do dia 15 de julho, quarto dia de julgamento, se encerrando às 14:00 horas, com a seleção de 23 trabalhos, a saber:

PR 1001, PR 1002, PR 1004, PR 1005, PR 1006, PR 1010, PR 1012, PR 1016, PR 1028, PR 1031, PR 1033, PR 1034, PR 1035, PR 1036, PR 1039, PR 1041, PR 1042, PR 1045, PR 1046, PR 1048, PR 1051, PR 1052 e PR 1053.

No mesmo dia 15 de julho, entre as 15:30 e as 17:00 horas, a Comissão Julgadora realizou a fase 05 do julgamento, quando debateu os trabalhos até ali selecionados e reafirmou os critérios adotados, com a seleção de 18 trabalhos para a próxima fase de julgamento, que são os que seguem:

PR 1001, PR 1002, PR 1004, PR 1010, PR 1012, PR 1016, PR 1028, PR 1031, PR 1033, PR 1034, PR 1036, PR 1039, PR 1041, PR 1042, PR 1045, PR 1046, PR 1051 e PR 1052.

Na seqüência a Comissão Julgadora procedeu à fase 06 do julgamento, que se encerrou às 20:00 horas, quando foram destacados para possível premiação os trabalhos:

PR 1002, PR 1004, PR 1016, PR 1036, PR 1039, PR 1041, PR 1045, PR 1046, PR 1051 e PR 1052.

No dia 16 de julho, quinto dia de trabalhos, no período compreendido entre as 10:00 e as 14:00 horas a Comissão Julgadora se reuniu para dar andamento à fase 07 do julgamento, quando foram verificados e analisados os trabalhos selecionados na fase anterior.

Nesta ocasião foi solicitada a presença do Eng. Ricardo Barbara, membro da Comissão Organizadora do Concurso, para auxiliar a Comissão Julgadora e prestar esclarecimentos quanto a aspectos mercadológicos.

Na mesma data, a partir das 14:00 horas a Comissão Julgadora deu prosseguimento à fase 08 do julgamento, quando recuperou para discussão o trabalho PR 1033, e após debates intensos estabeleceu, por consenso, o que segue:

“A qualidade da quase totalidade dos 58 projetos examinados esteve certamente à altura da complexidade e importância do tema proposto. Foi notável o esforço, dedicação e profundidade demonstrada pelas equipes que se debruçaram sobre o problema, tentando responder ao desafio de criar um bairro novo inserido na realidade dinâmica da cidade de São Paulo.

A qualidade da maioria dos projetos apresentados resultou em um fértil e intenso debate entre os próprios membros do júri, os quais chegaram a veredicto unânime.

O resultado final indica os seguintes premiados:

1º lugar: projeto PR 1051

2º lugar: projeto PR 1052

3º lugar: projeto PR 1039

seguidos pelas seguintes menções: projetos PR 1002, PR 1004,

PR 1016, PR 1033, PR 1036, PR 1041 e PR 1046 .

Quanto às menções, aponta-se:

No Projeto PR 1002 o belo eixo verde com canal e que termina em pequeno lago com atracadouro, ao lado do Tietê;

No Projeto PR 1004, a estruturação do bairro segundo três eixos verdes oblíquos;

No Projeto PR 1016, a riqueza de soluções parciais e a originalidade da teia proposta;

No Projeto PR 1033, a implantação do bairro em torno de um grande parque central;

No Projeto PR 1036 a unidade dada pela via verde interna articulada à Av. Marques de S.Vicente e a penetração do lago

adentrando a trama das quadras;

No Projeto PR 1041, a exploração do tecido residencial através de quadras de rica volumetria;

E no Projeto PR 1046, a solução compacta e vertical.

O Projeto PR 1039, classificado em terceiro lugar, apresenta uma organização de bairro a partir de eixos verdes ortogonais, com organização simples do espaço, boa escala dos espaços públicos, mantendo inalteradas as ocupações de lojas e clubes pré-existentes.

O Projeto PR 1052, classificado em segundo lugar, apresenta boa integração viária com o entorno, bom traçado viário dando unidade ao bairro, havendo indicações claras para a composição volumétrica das quadras.

Tem bom aproveitamento da área ao lado dos edifícios da Construtora Ricci com a colocação de uma estação aéreo-ferroviária.

O Projeto PR 1051, classificado em primeiro lugar responde à expectativa de um bairro diferenciado, indicando uma forma de habitar em São Paulo diferente da atual tendência de condomínios em edifícios altos e isolados.

Possui bom conceito geral, enaltece a vida de bairro, controla a trama urbana com boa escala das ruas, calçadas, galerias, e áreas privativas. Propõe uma boa separação e seqüência de etapas, facilitando a sua implementação e a realização de parcerias público - privadas destinadas a acelerar a gradual implantação do novo bairro. Na primeira etapa indica-se adequadamente a construção, ao lado dos edifícios da Construtora Ricci, de hotel com espaços para convenções, ao qual conviria acoplar uma estação da CPTM, constituindo um módulo indutor adequado.

As quadras compostas por prédios contíguos de pavimento térreo mais seis pavimentos, permitem a participação de empreendedores e construtores de médio porte na construção do bairro.

O partido adotado aceita diversidade de escala e insere edifícios destinados a HIS ao lado dos demais prédios em lugar de segregá-las. Estabelece escala e volumes dos espaços privados a partir do desenho dos espaços públicos e promove ruas e esquinas animadas, dando condições para uma vida de bairro marcada pela mistura de usos e pessoas.

Algumas recomendações são alinhadas: conviria dar uma atenção menos marginal ao parque proposto, garantir a existência de marcos referenciais urbanos avaliando a conveniência de verticalizações pontuais, além de aprofundar as soluções hidráulicas. Será necessário proceder a uma negociação com os clubes a fim de adequá-los à trama urbana proposta da melhor forma possível.

Trata-se indubitavelmente de uma experiência urbanística digna de ser implantada.

O resultado do concurso, assim como o alto nível da participação nacional aponta para a importância desta forma de seleção

para obras urbanísticas e arquitetônicas de relevada importância.”

Assim sendo, às 20:30 horas foi lavrada esta Ata, em duas vias de igual teor, que segue datada, assinada por mim, Arquiteto Coordenador e pelos membros da Comissão Julgadora.

São Paulo, 16 de julho de 2004.

Arq. Valter Caldana

Arq. Alberto Rubens Botti

Arq. Alfredo Máximo Garay

Arq. Jorge Wilhelm

Arq. José Magalhães Júnior

Arq. Luiz Fernando de A. Freitas

Arq. Nádia Somekh

Arq. Paulo de Melo Zimbres

Entrevistas

Arq. Bruno Roberto Padovano

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Padovano: *Democratizar o acesso a obras de interesse público de destacada importância para determinadas comunidades, criando-se a oportunidade de jovens talentos aparecerem no cenário da arquitetura daquele país. Eu acho que este é o seu principal valor. Os concursos deveriam ser muito freqüentes, isto é, praticamente toda obra pública, com exceção a algumas obras que exijam um conhecimento muito especializado, quando um concurso possa apresentar até alguns riscos, no caso de uma equipe sem qualificação vencer o concurso ou em casos muito especiais, onde vale realmente a pena a classe dos arquitetos gastar seus recursos. Na hipótese de serem freqüentes, o número de participantes cairia e a possibilidade de ganhar aumentaria. No caso de serem excepcionais (os concursos) tornam-se, um gasto muito grande para os participantes, mas se convertem em uma referência cultural para o desenvolvimento da arquitetura como um todo.*

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Padovano: *Eu acho que é a forma mais democrática, mas nem sempre a mais desejável. Isto é, como eu disse, há casos nos quais pela complexidade do objeto que está sendo concursado e os altos investimentos, talvez nestes casos fosse melhor uma pré-seleção, a partir de escritórios de profissionais já testados naquele tipo de projeto. No caso de concurso de idéias, que são, a meu ver, bem vindos. Às vezes, há uma área, não se sabe o que fazer, então se abre um concurso de idéias, que deveria ser com poucas pranchas, uma coisa mais sintética, de idéia mesmo e não muito extensa. Estes também não seriam caros para os participantes e poderia ser mais freqüentes, ouvir mais a classe para que o poder público possa estabelecer diretrizes, aproveitar estas idéias. Mas eu acho que nestes casos os concorrentes deveriam considerar suas idéias doadas ao poder público. No caso de seu aproveitamento os autores poderiam ser identificados e chamados a atuar, principalmente em casos muito grandes como foi, por exemplo, o projeto das Marginais, uma área muito extensa, no qual vários possíveis arquitetos poderiam atuar para desenvolver os seus diversos pedaços. Quanto às modificações interessantes para os concursos de idéias poderia ser uma participação dos próprios concorrentes. Essa é uma idéia que eu passei para o IAB, pela qual, quem concorre, julga. Não haveria júri, os próprios participantes votariam nas melhores soluções até chegar no vencedor, por maioria. Porque normalmente são os próprios concorrentes que conhecem melhor o conteúdo e o edital do concurso. Muito mais do que o júri, que muitas vezes recebe um edital*

complexo e não tem o tempo de assimilá-lo, e analisa os projetos sem entrar dentro das questões complicadas de um determinado programa. Então termos os concorrentes, julgando os seus pares seria uma forma mais democrática do que temos atualmente porque o júri pode se dar bem pode se dar mal pode julgar bem ou às vezes não. Esta é a questão que torna os concursos tão polêmicos na maior parte das vezes.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Padovano: *De fato isso acontece com alguma frequência. Eu diria que há mais casos de concursos de arquitetura não realizados do que realizados. Neste sentido o ideal seria que fosse feita uma distinção muito clara, os concursos de idéias são idéias a serem doadas, onde não teria nenhum ressarcimento, apenas um prêmio pela participação, pelo destaque no concurso. Concursos com contrato, ai sim, esses deveriam ser objeto de um acompanhamento pelo ministério público e uma vez definido o vencedor, este deveria ser imediatamente contratado para realizar o projeto e a entidade organizadora, promotora terá que, dentro de um certo prazo, realizar a obra sob pena de uma multa aos concorrentes e à equipe vencedora. Se a entidade promotora do concurso não construir dentro de um certo prazo definido, ela terá que ressarcir por as despesas tidas por todos os concorrentes e o vencedor.*

Quais as razões que o levaram a se inscrever no Concurso das Marginais? Como foi toda a repercussão na época do lançamento do Concurso?

Arq. Padovano: *Bom, o tema era evidentemente muito interessante para um urbanista. O meu lado urbanista vibrou quando saiu a notícia que este grande concurso estava sendo lançado. Nesta época estávamos fazendo um trabalho de pesquisa na USP sobre uma cidade nova, a oeste, e estávamos já com uma equipe montada. Então, achei fácil alocar esta equipe para o Concurso das Marginais por mais ou menos dois ou três meses sendo que era um concurso de idéias no qual somente no caso do poder público utilizar estas idéias, seríamos contratados. Foi bastante divulgado, houve reuniões realizadas pelo IAB, pela prefeitura. Não houve uma grande participação, pouco mais de vinte equipes, até porque, eu acho que a complexidade do tema, a grande escala envolvida desencorajou muita gente que já estava trabalhando, mas não conseguiu terminar a tempo ou levar uma proposta consistente para julgamento. O fato de não haver um contrato garantido também deve ter limitado o número de participantes.*

De que forma foi desenvolvido o Projeto do Concurso?

Arq. Padovano: Nós organizamos o trabalho em várias etapas, a primeira foi quando organizamos equipes de estudo para cada um dos trechos envolvidos e aprofundamos nas análises localizadas, com levantamentos topográficos, observação, croquis que mostrassem os problemas, inclusive a participação da paisagista Suely Suchodolski foi muito importante neste levantamento. Enfim, conduzimos toda uma análise, depois discutimos as diretrizes para melhorar estes problemas atendendo a todos os quesitos do concurso, o edital pedia uma série de soluções: viárias, de uso do solo, paisagísticas, de comunicação visual, de mobiliário urbano, entre outras. Depois do concurso o consultor, Valter Caldana, me disse que ficou muito impressionado exatamente porque a nossa equipe foi aquela que tinha conseguido atender a todos os quesitos do concurso em uma proposta bem integrada. Mas houve um momento que realmente foi meio dramático perante a um projeto deste porte, de como, com algumas idéias simples, conceituá-lo. Esta foi a parte mais difícil. Nós havíamos levantado muitas informações e determinado várias diretrizes, mas na hora de resolver o problema a coisa ficou um pouco parada, e aí, me lembro de ter tido um insight, a idéia de trabalhar com a várzea retomando a área de abrangência do antigo percurso do rio Tietê, que ficou muito claro na apresentação, na intenção da equipe de como a transformação havia ocorrido, com uma solução realizável, sem grandes modificações nos traçados viários, mas que criasse realmente uma modificação ambiental sustentável. Este insight veio no momento certo e nos ajudou muito a achar o caminho. E depois me lembro dos cinco pontos que estão nas pranchas do concurso, cinco diretrizes básicas, que ajudaram também a dar uma certa clareza de intervenção, cinco prioridades. Então, em um concurso muito complexo e de maneira geral em qualquer concurso, normalmente aquele arquiteto que com menos diz mais, que consegue sintetizar o problema e resolver de uma forma que fique mais fácil para o júri entender a idéia, normalmente vai levar vantagem. Este momento foi um momento chave dentro do processo. A partir daí surgiram as idéias das faixas ao longo do eixo do rio que sugeriam controles das alturas que seriam relaxados na medida que você se afasta da calha, isso também gerou um conceito interessante, em que a única exceção a esta regra, que teria que passar por uma grande operação urbana chamada Operação Marginais, seriam as operações urbanas já existentes na Água Branca e Faria Lima, que afetavam esta área. Hoje surgiram também a da Água Espraiada, da Diagonal Sul, então hoje interferem no conceito Marginais e, portanto, este projeto ficou um tanto desatualizado em função da popularização da idéia de operação urbana em São Paulo, ao meu ver, excessiva. Acho que as operações urbanas se tornaram a regra e não há exceção. De intervenções muito bem escolhidas, pontuais, especialmente em cima de uma infra-estrutura de transporte de massa, elas acabam ocupando enormes áreas e então fica difícil justificá-las.

Qual o ponto forte do Projeto? O Senhor poderia me explicar como foi pensado o projeto?

Arq. Padovano: Eu diria que foi exatamente a consideração dos vários sistemas urbanos como um conjunto equilibrado, ambiental e urbano de redes viárias, de transportes, comunicação visual, paisagismo, uso do solo, quer dizer, tudo foi considerado de uma forma a gerar uma harmonia entre diversos sistemas que hoje, de maneira geral, não são considerados em conjunto. E esta é uma consideração que eu faço depois do concurso: nós não fomos contratados com esta idéia

coordenadora dos diversos sistemas e o resultado foi todo um conjunto de ações muito desconectado. A gente está vendo isso, o Projeto Pomar é um projeto até bem sucedido, qualquer plantio ao longo do Rio Pinheiros, é bem vindo. Só que o nosso projeto era paisagisticamente mais elaborado, tinha articulação com atracadouros para navegação, com os rios despoluídos no futuro. Tinha todo um significado urbano para o paisagismo e o que foi feito, na verdade, foi um projeto com outras intenções mais imediatistas, que me parece um pouco insuficiente dada a importância que tem este eixo. É uma vegetação muito descontínua, confusa, sem traços de um projeto paisagístico norteador deste conjunto. E isso aconteceu exatamente pela falta de um projeto ordenador, a Secretaria de Meio Ambiente mandou fazer. Coisa parecida aconteceu também no rebaixamento da caixa do rio Tietê, que era pra ser mais estreita, deveria deixar margens arborizadas e, na verdade, ali se adotou uma solução em calha deitada que impermeabilizou totalmente a margem do rio, contrariando o nosso projeto. A gente viu que várias soluções mais tarde foram feitas sem a devida participação da equipe que tinha uma visão de conjunto e, portanto, aí, volta-se à velha estratégia de uma aleatoriedade nas ações públicas, sem coordenação, sem um plano, típica da nossa tradição, da nossa história de "puxadinhos". O Concurso das Marginais era uma oportunidade de dar a São Paulo um projeto de escala metropolitana que organizasse a paisagem urbana da cidade e esta oportunidade em boa parte se perdeu pelo fato do poder público não ter chamado a equipe vencedora, não ter dado continuidade a este trabalho abrangente, uma vez que foi o ponto que foi destacado por todos os membros do júri, já que ganhamos por unanimidade.

Como se encaminhou o processo depois da premiação? Houve algum interesse de contratação?

Arq. Padovano: *Houve, e nós tivemos um certo problema de como encaminhar isso. A EMURB nos procurou e queria saber quanto sairia um trabalho deste porte. No edital do concurso dizia claramente que no caso da contratação da equipe vencedora deveria ser usada a tabela do IAB. Nós pegamos a tabela do IAB e se aplicássemos os níveis mais altos seria uma fortuna. Aplicamos os níveis mais baixos da tabela, levamos esta proposta para a EMURB e dissemos que este projeto poderia ser contratado ao longo de muito tempo, em etapas, mas o valor na época ficou em torno de R\$ 25 milhões. Era algo muito grande, mas era para um projeto executivo. Todo o planejamento, todos os espaços, a nossa área de intervenção era de 75km². Pode parecer um número muito elevado, mas na hora de desenvolvimento, isso teria que incluir as redes elétrica, hidráulica, viária; enfim tínhamos que considerar todos os aspectos que iriam entrar para desenvolver um trabalho deste tipo. Esta foi a minha maior proposta de todos os tempos e a minha maior decepção de todos os tempos também.*

Que desdobramentos ocorreram em função de sua vitória no concurso?

Arq. Padovano: *Teve, sim. Primeiro nós fomos consultados, houve muito interesse por parte dos órgãos públicos. Nós fomos convidados para uma verdadeira bateria de apresentações para todos os tipos de órgão. Todo mundo queria saber como*

era o projeto. Isso foi muito festivo, agradável, mas isso nos consumiu muito tempo e nós acabamos não desenvolvendo este trabalho. Em seguida, houve um marasmo e o governo (do Prefeito Celso Pitta) entrou em colapso, o que se causou uma dificuldade de levar o projeto a diante. Muito mais tarde demos consultoria para empresas interessadas na cobrança de pedágio da Marginal, mas nada disso acabou vingando na verdade. Estamos neste momento, não através da Padovano, mas através da USP, até muito consistente com a origem da nossa participação por termos sido uma equipe fortemente USP, pelo NUTAU-USP, de uma área junto à foz do Rio Tamanduateí. Ali temos um estudo que estamos desenvolvendo que espero que seja contratado em breve. Está sendo negociada a nossa contratação, trata-se de espaço aberto de lazer, esportes, cultura de acordo com as diretrizes do próprio concurso.

Qual o balanço do processo do Concurso das Marginais na sua opinião?

Arq. Padovano: *Olhe, eu acho que este projeto marcou; é referência. O fato de que fomos convidados para prestar uma consultoria, que foi remunerada, foi um sinal positivo. Quando se fala em Marginais o nosso projeto é lembrado, só que talvez não com a devida importância que imaginávamos. De certa forma o processo desandou, uma prova disso foi a questão da Olimpíada, quando São Paulo foi candidato à sede e quem levou foi o Rio de Janeiro. O então secretário da Prefeitura da Marta Suplicy, Arq. Jorge Wilhein, que havia participado do júri que havia nos outorgado o primeiro lugar, nos chamou e disse que ele poderia nos contratar em função do concurso, mas que ele achava que para dar mais chance para a Cidade de São Paulo, ele precisaria de um nome internacional, mais forte, e convidou o Paulo Mendes da Rocha. Fiquei um pouco decepcionado com isso, até porque nós havíamos proposto um Centro Olímpico, mas a idéia de deles não era de concentrá-lo perto da Represa do Guarapiranga, mas sim espalhando a infra-estrutura pelas várias partes da cidade, que também não era em si uma má idéia, só uma questão de ser estudada. E outra, eu também me ofereci a nossa equipe para auxiliar o Paulo Mendes da Rocha nestes trabalhos, mandei inclusive uma carta, não obtive resposta. No final não fomos chamados. E devo fazer uma crítica ao projeto que o Paulo desenvolveu, porque justamente faltou a parte urbanística, é um projeto muito arquitetônico e hoje as Olimpíadas, Jogos, Copa, visam a requalificação urbana que acompanham os investimentos significativos na cidade. E eu achei que realmente faltou no projeto do Paulo uma proposta urbanística e paisagística como a nossa. E se nós tivéssemos trabalhado juntos, São Paulo certamente teria apresentado uma proposta muito mais forte nesta concorrência com o Rio de Janeiro para levar isso (a diante). Acho que foi uma pena isso ter acontecido. Não era uma obrigação da Prefeitura nos chamar, mas eu acho que teria sido muito interessante. Eu sou admirador da obra do Paulo Mendes da Rocha enquanto arquitetura, mas enquanto projeto urbanístico já acho que tem possibilidades de se fazer coisa melhor, acho que o forte dele mesmo é a edificação e muitas intervenções em edifícios existentes. Nisso, ele é sublime, mas quando ele passa para escala urbana, vejo problemas. Há problemas de leitura, de conceito, de metodologia, que nós tínhamos e por isso nós ganhamos o concurso. Se a prefeitura tivesse conjugado as duas equipes, com certeza teríamos saído com um projeto muito mais interessante, mesmo havendo uma mudança de conceito com relação ao nosso projeto original.*

Arq. Euclides Oliveira

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Euclides: Eu acho importante isso, do ponto de vista da produção arquitetônica, porque é uma maneira de se ver o que a classe está pensando, ou pensa sobre determinado tema. E do lado do participante, do profissional, eu acho uma maneira legítima e democrática de se distribuir trabalho.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Euclides: Olha, agente tem pequenas sugestões, mas são coisas de menor importância, sobre o consultor, as perguntas que são permitidas, etc... Mas eu acho que o que é importante é o seguimento por parte o IAB, da contratação e da execução dos projetos. Para não dar o prêmio e largar o ganhador desamparado no mundo. Eu acho que deveria ser no futuro, quando possível, constituir um departamento jurídico que acompanhasse a contratação e o andamento do projeto. Para garantir o cumprimento da resolução do júri, que foi de dar o projeto para aquele escritório.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Euclides: Olha, isso acontece, por causa das mudanças de governo. Hoje nós temos dois partidos, veja o que aconteceu comigo; um é social-democrata e outro é neoliberal; um não segue a diante as obras do outro. Aliás, isso é um vício antigo da política brasileira. Quando existiam outros partidos também. Um governo não terminava as obras do anterior. É um mau vício de formação dos nossos políticos e administradores, de não levar a diante o que o antecessor fizesse. O que poderia combater isso? Menos cargos de confiança, ou seja, uma carreira de funcionário público, onde os níveis de chefia perdurassem de um governo para o outro, e não fosse este festival de cargos de confiança que, realmente, rompe qualquer continuidade administrativa. A melhora do nível político geral. No caso de determinadas áreas, por exemplo, transporte, centro da cidade, a criação de agências, tipo a "Anac" que, independentes do governo e pudessem garantir uma continuidade administrativa, além das trocas partidárias.

Quais as razões que o levaram a se inscrever no Concurso do Bairro Novo? Como foi toda a repercussão na época do lançamento do Concurso?

Arq. Euclides: Bom a repercussão, até onde eu vi, foi de entusiasmo, porque fazia, sei lá, desde o Vale do Anhagabaú, que não havia um concurso deste porte. Eu entro em muitos concursos, você deve ter visto por aqui, além de gostar, é a minha forma, na minha idade, de conseguir trabalhos. Trabalhos bons, interessantes. É a forma que eu tenho de conseguir. E eu gosto de participar. Você aborda vários temas, mesmo perdendo, vale a pena. Eu acho válido como atividade intelectual artística. Por isso que eu entrei. E para ganhar trabalho também, porque é assim que eu consigo os meus melhores projetos.

De que forma foi desenvolvido o Projeto do Concurso?

Arq. Euclides: : Fui eu sozinho, inclusive ele foi todo desenhado por mim. No final eu peguei a ajuda do Dante e da Carolina para arte final, para assistência de arte, montagem, etc. Depois os dois no anteprojeto e no projeto executivo, eles foram meus colaboradores efetivos, tomaram parte ativa no desenvolvimento de projeto.

Qual o Conceito do Projeto? O Senhor poderia me explicar como foi pensado o projeto?

Arq. Euclides: Valorização do espaço público, não é? Porque o espaço público em São Paulo está em franca deteriorização, faz muito tempo. Esses condomínios fechados, que se voltam, se fecham para a cidade, contribuem muito para a deteriorização da vida urbana tradicional, o comércio de bairro, a vida de bairro. O uso intenso do automóvel como meio de locomoção também deteriora muito o espaço público. O próprio hábito que as pessoas vão deixando de andar pela cidade, de serem pedestres, pelo menos em certos bairros, tipo esses bairros dormitório, como o Morumbi, que você não vê ninguém de dia, muito menos de noite. Você só vê automóvel. Então nós pensamos em requalificar o espaço, não só de circulação de veículos, mas como local de encontro, de troca de informação, o local do café, do bar, um local para ver os amigos, conversar. A ligação do espaço público com o comércio, com as praças de lazer. Tentar uma solução mais democrática para o problema de habitação. Proibindo condomínios, impossibilitando a criação de condomínios fechados e tentando inserir a população popular, no meio das outras habitações. Esperando que com isso, e a própria divisão em lotes pequenos, visava permitir a entrada de pequenas construtoras, não só de grandes construtoras que se interessam só em construir só pra alta classe média. Permitir outro tipo de empreendimento, que não o condomínio de luxo, que alias era proibido. Ou seja, pensávamos, fundamentalmente, em requalificar o espaço urbano coletivo e integrá-lo mais, o espaço individual e reunir, voltar a reunir num mesmo bairro as várias funções da cidade, habitação, comércio, serviços, cultura, etc...

Quais razões o levaram a um partido mais horizontal?

Arq. Euclides: Olha eu sou carioca, não... então antes do Lacerda acabar com o Rio. O Rio tinha aquele perfil de cidade européia. Edifícios baixos, construídos na divisa. Aliás, não é só o Rio, tem muitas cidades, pelo interior do Brasil que tem essa tipologia de ocupação urbana. Prédios baixos, construídos no alinhamento, como as antigas cidades coloniais. Nossas antigas cidades coloniais eram assim: construções no alinhamento, pátio atrás. Eu repeti esse modelo de ocupação urbana, porque como eu te falei, a hora que você considera a Rua, como centro da vida urbana, você tenta aproximar o seu edifício da rua. Seja pela altura, seja pela ausência do recuo frontal. Conseguiu entender?

Você pega o Rio, ele era assim. Você pega cidades mais antigas, eram construídas assim. As cidades mais antigas, eram construídas assim. As cidades coloniais eram construídas com sobrados na divisa. As cidades européias também eram. A própria função e formação da cidade européia, exigia esta proximidade com a rua, por causa da loja, do comércio e a habitação ficava por cima. Então, as classes superiores que eram as dominantes, os senhores da terra, aí, quando se mudaram para a cidade, percebe-se uma ocupação diferente. Então surgem os palácios, com recuo, onde eles tentam reproduzir a vida deles no campo. Botam os criados voltados para a Rua, após, um espaço, depois a mansão deles. Você ainda via esta ocupação na Paulista. Mas você não via na Mooca, no Bexiga. No próprio palácio dos Matarazzo você tinha a criadagem na divisa e o palácio no meio

Como se encaminhou o processo de contratação, depois da Premiação? Houve algum tipo de dificuldade nesta transição do Processo do Concurso para a Contratação?

Arq. Euclides: Nenhuma. Enquanto o Jorge esteve na Sempla, não houve nenhuma dificuldade. Tudo ocorreu maravilhosamente bem. Primeiro, sentíamos uma pouca participação da Emurb. Eles tinham uma pessoa que era gestora do projeto, que era a Marta Lagreca, era muito interessada e muito legal. O resto pouco intervia. Eles passaram a intervir quando saiu o Jorge, e aí passaram a intervir com a evidente antipatia pelo projeto, não sei se pelo projeto ou pelo PT.

Após a contratação do projeto, como se encaminhou o desenvolvimento dos projetos. Como foi o relacionamento com o "cliente"?

Arq. Euclides: O projeto foi suspenso 5 dias depois da posse do Serra, porém a Emurb não me comunicou. Eu só vim a saber disso quase meio ano depois. Quem descobriu isso para mim foi o Paulo (Sofia) que era presidente do IAB. Porque agente não conseguiu uma solução e esse tempo ficamos trabalhando de graça para a Emurb, porque nosso contrato estava suspenso. Houve absoluta má fé por parte da Emurb; por que fizeram isso? Você tem que perguntar para eles, não para mim.

Que desdobramentos ocorreram em função de sua vitória no concurso?

Arq. Euclides: Eu montei uma equipe enorme. Os melhores profissionais da praça: Esther Stiller, Corquigian, o Marcos Guimarães, para solos e fundações, peguei o que tinha de melhor, o Chacel, o Linhares, para o paisagismo. Eu felizmente era amigo deles a mais de 30 anos, então tínhamos um diálogo muito fácil entre nós da equipe. Era um dialogo de amigos, além de profissionais. Eu me considero um amigo do Dante, da Carolina. Entre a equipe deu tudo muito bem. No começo o diálogo, como eu falei, com o cliente, enquanto estava o Jorge foi muito bem; a coisa desandou com a entrada do Serra. Foi péssimo, teve briga, discussão, baixaria, teve coisa até desagradável de falar.

Eles mandaram uma carta para que eu entregasse em 5 dias o projeto, há pouco tempo atrás. Isso é um absurdo. Eu já tinha desmanchado a equipe e todo mundo tem a sua vida, estavam em outros projetos, quer dizer, só podiam pensar em pegar daqui a 20 dias 1 mês. Eles fizeram de propósito para não dar. Entreguei o projeto do jeito que estava. Disseram que fora recusado; primeiro pediram as correções, que eu não fiz, porque não havia tempo; aí, disseram que o projeto havia sido recusado, menos o paisagismo. Pagaram uma quantia por isso e pediram para eu apresentar uma defesa. Coisa que eu fiz. Depois sumiram. Coisa de baixaria mesmo. Foi há uns meses, final do ano passado, começo deste ano. Baixaria pura.

Arq. Fábio Penteado

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Fábio - Vou comentar mais sobre a questão do concurso em São Paulo. Quase que o concurso era a única coisa que havia. Não era bem assim; não me lembro muito bem, mas só fazia um projeto se algum parente encomendasse. O correto seria concurso. Acho que, aqui em São Paulo só começou a haver arquitetura feita sem concurso. Foi em meados de 1960, quando o governo do estado contratou, de uma só vez, uns 400 projetos. Foi uma tragédia, na minha opinião. Todo mundo saiu correndo para fazer projeto; acho que ninguém devia fazer direito, até mereceria um estudo do resultado daquele monte de projetos. O importante também era o IAB, tinha dentro da sua estrutura, algumas pessoas mais antigas, mais do que nós, que eram homens notáveis. Eles dedicavam mais tempo para criar a arquitetura. O Ícaro, o Artigas, Eduardo de Melo, Luis Saia, e outros. E também porque, em torno do prédio do IAB, à Rua Bento Freitas, quase todos os arquitetos que queriam fazer projetos de arquitetura estavam lá com seus escritórios. E era também muito importante, nas noites de entregar projetos, todo mundo se encontrava, um fazendo para o outro, se ajudavam. O Chico (Petraco) fazia perspectiva, eu escrevia memoriais. Eu lembro, como importante, acho que foi em 56, um concurso notável, que foi o do Paulistano, que o Paulinho (Paulo Mendes da Rocha) ganhou; e o Pedro Paulo obteve segundo lugar. São dois projetos onde acho que marcaram esta arquitetura nova de São Paulo e do Brasil. Ainda, costuma falar, mesmo que não seja a opinião de todos, que o Artigas, na época, com aquela expressão que se usava, "alicitou" o Paulo e o Pedro, e os levou para serem professores na FAU. Eu digo mesmo. Porque o Artigas participou daquele concurso, e eu acho que o Artigas percebeu a onda nova que vinha, e logo chamou os dois para, enfim, ficarem abrigados na influência dele. E assim foi. Depois, acho que concursos continuaram importantes, nesta linha, mas logo depois o aumento de milhares de arquitetos diluídos no IAB, depois do golpe militar, que reduziu a sua potencialidade. Enfim, concurso sempre acontece. Mas eu não acredito que tenha a mesma força de entusiasmo que havia, durante aquele período. Agora hoje em dia, tem concurso no Brasil todo, e também são milhares de arquitetos. Os concursos têm mostrado evolução. Não digo na arquitetura como todo, nem tanto em fazer projetos, desenhar, fazer paisagismo; coisas que se desenvolveram muito e os concursos ajudaram, principalmente a abrir espaço, para gente nova que vai chegando.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

3. Entrevista concedida pelo Arq. Fábio Penteado, no seu escritório, no dia 26.10.2006.

Arq. Fábio - Existem muitas modificações no processo que deveriam ser feitas, eu não tenho uma opinião pronta e

Bom, não sei se há outra, né? Não acho que ela é democrática, não sei se ela é a mais democrática, porque toda hora você vê uma Empresa, ou uma Prefeitura fazer um concurso e receber 50 ou 100 propostas, sem pagar nada, com a promoção da entidade ou da prefeitura. E mostra até a pobreza do mundo dos arquitetos, até porque, continuam fazendo (concursos). Eu acho até que é uma atitude meio de desespero, mas enfim. Não é democrático, mas é a única que se aproximaria caso um dia tivesse uma arquitetura democrática.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Fábio - A maior parte. Não se pode proibir a organização de concursos, e nem mesmo a participação por qualquer pessoa. Por isso é usado indiscriminadamente. Ainda hoje o IAB tem uma importância histórica, que dá dignidade e honestidade, e é reconhecidamente a única entidade que pode e que é aceita para fazer um concurso de grande importância, até de repercussão nacional. Mas há concursos de todos os tipos, concurso do tipo fechado, onde uma empresa convida três arquitetos, ou cinco. Bom seria se, e muita gente advoga (nessa linha), me lembro muito do Carlo Fayet, de que todos os trabalhos oficiais tivessem concurso, e naturalmente todos seriam remunerados; aí seria uma forma mais democrática. Mas também não sei o que iria acontecer. Muita gente propõe isso, justamente para não haver favorecimento. E sempre cai no problema de quem vai julgar. O IAB mantém uma lista de arquitetos que fazem parte do corpo de jurados. Mas quem quiser realizar um concurso, faz e convida quem quiser para julgar. Ainda hoje, tem um concurso acontecendo que acho estranho; o do Clube Harmonia, julgado por seus diretores. Fui chamado para integrar o corpo de júri, mas não aceitei por várias razões. Até uma, porque sou autor do projeto da Sede Social do Clube. Mas quem quiser faz. E é muito mal usado também, até em atitudes promocionais. Um prefeito em fim de mandato faz um concurso nacional, recebe 90 projetos, que são publicados nas revistas, quer dizer não tem custo nenhum para ele e enaltece a figura dele, culturalmente, muita gente discute. Isso é muito comum. Agora, como evitar isso? Por exemplo, caberia ao IAB não aceitar. Mas o IAB é uma entidade de representação cultural, difícil ela não aceitar, julgar por antecipação as intenções daquela pessoa. Eu só sei que, grande parte, dos concursos não são realizados. Acho que é a coisa mais comum.

Como funciona o processo de julgamento dos concursos?

Arq. Fábio - Cada grupo que julga inventa uma fórmula, não existe uma regra. A forma mais usada, que imagino, é o julgado estabelecer um critério, antes de iniciar o processo de julgar. Conhecer o programa, conhecer o local, conhecer os envolvimento e partir de um critério, que implicaria em responsabilidade quanto ao custo programado. Aconteceu um, que participei, por esta razão prefiro evitar a participação em júris, sempre que possível. Participei do Concurso de uma ponte em Brasília, que o júri estabeleceu o critério, a verba prevista pelo governo era de R\$ 40 milhões, mas que acabou custando, cerca de R\$ 300 milhões ou coisa assim. Cabe ao júri a escolha de um projeto dentro do que foi pedido. Mas é muito difícil de acontecer e dar certo.

Essas regras são definidas pelo promotor, seja prefeitura ou um proprietário comum, uma delas é o custo da obra, que deveria ser sempre muito observado. Seria um formulador básico da escolha.

Como são definidos os conceitos mais apropriados para a escolha de um vencedor? Existe algum tipo de imposição dos Órgãos promotores ou apenas as definições do Edital?

Arq. Fábio - Aqui no Brasil e em alguns outros países também, acontece, mas em países sérios é sempre solicitado. É claro, ou então não existe responsabilidade. O que existe também, os corpos jurados nos concursos, pelo menos nos que estão acontecendo hoje, são arquitetos que vem de lugares diferentes, de gerações diferentes. Pode acontecer, eventualmente, de um dos membros do júri ter uma influencia sobre os demais; uma pessoa que fala mais, enfim, vai formando critérios e opiniões. Mas o que é mais usual, é o estabelecimento do critério de comparação, com o ponto de vista de cada um. Se são 5 ou se são 7, será feito por exclusão. Se os membros do júri escolherem um determinado trabalho, não significa que ele vai ser totalmente afastado, mas já fica numa primeira fase do júri em separado, e assim por diante. Vão separando trabalhos que potencialmente poderão ser premiados; serão selecionados aqueles que receberam o maior apoio. É um critério que podemos chamar de democrático. Pode não ser o processo ideal, mas não sei se existe um processo dito ideal e que agrade a todos. Pelo menos, nos júris que eu participei tem acontecido, mais ou menos, desta maneira.

Quais os critérios para a escolha das Menções Honrosas?

Arq. Fábio - Eu acredito que neste processo de seleção, no final, você tenha os projetos premiados, que são os que têm mais pontos. E vai indo por base de pontos também vão sendo escolhidas as menções. Pode acontecer, também, um membro do júri descobre um projeto que ninguém havia prestado a atenção e, às vezes, o júri concorda, por vezes por cansaço. Porque não é fácil julgar em 3 ou 4 dias, 50 ou mais projetos. É até muito maçante. Tudo pode acontecer. Mas em geral é isso, uma escolha por pontos.

O júri participa do processo do Concurso? Ou apenas é convocado para o julgamento? Existe uma etapa de estudo anterior, apresentação das informações e discussões com os demais?

Arq. Fábio - Eu acho que o estudo do edital, a visita ao local é muito importante. O júri ficar sabendo aonde é o terreno. De repente, ele percebe que o terreno não serve, ele pode chegar aos promotores e questionar o julgamento, em função desta escolha. Nunca vi isso, mas tudo pode acontecer. Agora se é um concurso fechado, como falei, existe vários tipos de concurso, por uma grande empresa, ela pode chamar os arquitetos que quiser, pois o critério para a escolha do júri vai ser da própria empresa, ou mesmo de um órgão público. E pode, inclusive, colocar aquele que vai ser membro do júri, como o formulador dos conceitos do projeto. Tudo pode acontecer, não existem regras neste tipo de concurso.

No seu entendimento, existe um “perfil vencedor”, algumas características que os projetos vencedores normalmente seguem?

Arq. Fábio - O que eu acho, e que sempre acontece, é que o júri todo, ao examinar os projetos, haja unanimidade em relação a algum projeto, que crie alguma linha de pensamento, uma coisa de exceção, tenho, por exemplo, um caso pessoal, que era interessante lembro-me que eram mais de 1000 projetos. Foi o projeto do Monumento de Vitória de Cuba e o prédio onde deveria ser exposto não cabia, e foi pela rua coberto como se fosse uma feira, entrava no outro prédio, e continuava. O júri, em condições precárias, teve como primeiro trabalho selecionado, este. Por emoção. Foi curioso porque, um membro do júri que chegou atrasado, era um italiano; ele discordou, porque na razão pela emoção, ele achou que não valera, que deveria ser por pontos. Então ele foi para 4º lugar, isso tudo me contado pelo membro do júri, que era o Icaro de Castro Mello. Aí o júri, questionou. O júri acreditava que o trabalho fosse do Japão, um país naquele momento sem prestígio. Deixando assim o trabalho em segundo lugar. Esta é a história de um concurso mundial. Visto isso, tudo pode acontecer. Estou contando, pelo que soube posteriormente de um dos jurados. Pode também acontecer, do júri encontrar logo de início um projeto que surpreenda pela beleza, pela qualidade e que pode, depois na discussão, ter um custo mais alto. O júri até pode aceitar, com recomendações. Agora, a qualidade do julgamento depende muito da qualidade dos membros julgadores, do seu bom senso. Também pode ocorrer no júri, pessoas de pontos de vista muito radicais. Sendo assim, tudo pode acontecer.

De que forma os projetos são analisados?

Arq. Fábio - Deve ser sempre importante uma emoção inicial. É evidente. É um contato com aquilo que você não sabia o que era. Essa emoção pode ser coletiva e este trabalho fica reservado, ao mesmo tempo em que começam a aparecer membros do júri que questionem a importância desta beleza, baseada em análises de custo, comparativas. Ficando evidente a disposição de julgar, não só a qualidade do júri, com critérios que sempre são apoiados pelo grupo, mas sempre existe em cada um o seu ponto de vista. Um trabalho escolhido por unanimidade por emoção, ao chegar ao final, podem ser encontrados defeitos, questões de custo. Mas não é esta a questão, porque o concurso sempre gera a dúvida. Quem não ganhou tem dúvida. Como atualmente, andam acontecendo concursos com resultados complicadíssimos. E esta forma de ter concursos para todas as obras públicas, que sempre foi muito defendida. Seria um fator revitalizador da profissão, seria muito interessante se tivessem dezenas de concursos simultâneos, pedindo a exposição apenas de um plano de idéias, e é claro, que também a cobrança da capacitação profissional. Seria muito bom, mas dentro da nossa realidade, aonde tudo é feito correndo, de última hora, deveriam existir outros critérios de tempo. Como tudo é feito correndo, improvisado, muitas vezes, quando acontece alguma coisa muito boa, é uma surpresa. O que deveria ser o mais natural do mundo. De modo que é muito difícil.

Arq. Gilberto Beleza

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Gilberto: Acho que o principal, é a discussão, "Cultura", que ele representa, quero dizer, toda avaliação daquele momento do ponto de vista arquitetônico, a avaliação cultural daquela produção, que é feita por um grande número de colegas. Um processo democrático do ponto de vista de escolha de um projeto. Tudo isso eu falo exclusivamente de concurso do ponto de vista de organização do IAB. E hoje em dia o concurso tem mudado um pouco seu caráter, transformando-se muito mais do que uma questão cultural, mas uma opção de contratação de trabalhos. Mas, mais que tudo, é a questão cultural e da avaliação da produção naquele momento.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Gilberto: Não digo que é a mais democrática, mas é uma das boas maneiras democráticas de seleção de projetos. Quando é bem organizado eu diria que ele é a melhor. Mas existem falhas que precisam ser corrigidas aos poucos. No Brasil, nós temos um processo pouco diferente do que no restante do mundo. Em uma parte do mundo você tem uma pré-qualificação dos concorrentes em função das suas experiências, currículos, aqui no Brasil por uma série de resistências, não temos, ou seja, o concurso é amplo a qualquer pessoa, então ele possibilita ganhar uma pessoa que nunca tenha feito um projeto neste tema ou de determinado porte. Isso, pode ser uma coisa tanto positiva, quanto negativa, dependendo do vencedor.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Gilberto: Primeira questão é a seguinte, isso não é uma coisa típica do Brasil, e sim uma coisa em todo o mundo; na realidade, o concurso tem o papel de uma avaliação cultural, da arquitetura e da produção em um determinado momento. E eu diria que a proporção do ponto de vista de concursos que saíram do papel para se realizar é de menos de 50%. Evidentemente os que saíram, foram obras marcantes e que a partir do momento que foram executados, tiveram uma

repercussão muito grande. Então, você tem uma série de aspectos que viabilizam ou não. No Brasil, mais recentemente, estamos tendo um problema muito grave, do ponto de vista de organização de concursos, que é a lei de licitações, ou seja, o concurso organizado, pelo poder público, via IAB, é uma modalidade de licitação, obrigatória por lei. A lei de licitações impõe uma série de restrições que prejudicam muito a viabilidade de execução da obra. Para você ter uma idéia, quer dizer, a lei de licitações, diz que o governo não se obriga a contratar o vencedor. Razão pela qual, tenho insistido com os colegas, que mesmo que no edital conste que o primeiro lugar será contratado, ele pode ser inviabilizado por qualquer ação do ministério publico, porque é um artigo que vai contra a lei de licitações; e a lei está acima de qualquer edital. Isso só para mostrar como exemplo a dificuldade do ponto de vista da organização de concursos. É difícil fazer contratar o vencedor de um concurso, tanto mais executar a obra. O conceito que o estado tem de licitação, é que a qualquer momento pode existir uma necessidade da alocação de recursos orçamentários, mais importantes do que o projeto que foi licitado. Se houver um acidente, desastre, qualquer aspecto que exija uma mudança orçamentária, autoriza o Estado a realocar a verba deste ponto para outro. Isso faz com que exista uma série de aspectos que dificultam e podem inviabiliza sua realização. Outro aspecto, e uma questão à se enfrentar, é um problema que os arquitetos estão tendo, hoje em dia, de que se não conseguirmos convencer o cliente de que o primeiro lugar é o melhor projeto para ele; ele também não vai executar. Essa é uma discordância que eu tenho com boa parte dos arquitetos, de que é imprescindível a participação do cliente em um júri de concursos. Não adianta, nós arquitetos, termos a maioria dos integrantes do júri, se o cliente não estiver convencido de que: aquele é o melhor projeto para ele; pois ele não vai executar.

Qual é o papel do IAB na promoção de um concurso?

Arq. Gilberto: O IAB foi criado em 1921, em um momento onde o grande problema da época, era que a arquitetura não era uma profissão regulamentada, nem do arquiteto, nem do engenheiro. Qualquer um podia fazer arquitetura. O primeiro problema enfrentado pelos arquitetos, a existência de vários leigos que atuavam na área, e a segunda, concursos que eram realizados sem a mínima qualificação. Desde a criação do IAB, um dos papéis fundamentais que teve foi no sentido de você poder ter contribuição específica de quem entende na realização dos concursos. Este é papel fundamental do IAB, ele vem sendo construído, em 85 anos de idade; acho que não tem no Brasil, outra entidade com experiência em concurso. Todo concurso, brinco sempre, que tem um contente e centenas de descontentes. Mas isso nunca inviabilizou, ou questionou sua credibilidade, isso é a grande contribuição do IAB para os concursos.

Como funciona a busca por Entidades (governos) interessadas na promoção de um Concurso de Arquitetura, ou o papel do IAB é passivo, apenas espera o surgimento de algum interessado?

Arq. Gilberto: Basicamente um papel passivo. Frequentemente, os concursos quando chegam ao IAB, na sua grande maioria, é resultado da procura do cliente pelo IAB. Hoje em dia, o que se tem feito, é iniciar um trabalho no sentido de se localizar essas possibilidades. Isso já estamos começando a fazer, existe um trabalho muito incipiente, mas já existe. Existe um

trabalho político, que eu acho que é um trabalho maior, do que ir atrás da realização de concursos, no sentido de defender a realização de concursos. O IAB, permanentemente junto aos governantes, tem se manifestado em torno da realização do concurso como a melhor forma de escolha de projetos. Você pode considerar uma parcela pequena, mas uma certa atitude mais ativa em relação aos concursos, mas eu diria, de forma geral, que a grande maioria das vezes a participação do IAB é mais passiva do que ativa.

Na sua gestão, como Presidente do IAB, houve uma retomada, no sentido de uma maior realização de concursos. Movimento que até hoje mostra-se muito presente nos presidentes que o seguiram. Existiu alguma razão, algum fato que propiciou ou levou para este caminho?

Arq. Gilberto: Foi um pouco trabalho de prospecção. Foi também em torno da credibilidade do IAB. Nós fazíamos um esforço muito grande na realização do concurso. O que acontece é o seguinte, buscávamos desde o principio, mostrar aos políticos que, o concurso em si, era mais importante que a própria obra. Porque a repercussão é muito grande. Conseguimos fazer valer esta alternativa na maioria das vezes. Na realidade, dependemos muito dos governantes, dos dirigentes na realização destes eventos. Eu, pessoalmente, já tinha uma experiência grande em concursos, quando isso acontecesse, já sabíamos exatamente onde existirão problemas, os pontos críticos. Com esta experiência, conseguimos minimizar no decorrer do processo. Dizer que problemas não ocorrerão, é impossível, mas com isso tudo, é possível transformar os concursos num aspecto muito positivo para os governantes. Além disso, a grande questão é saber escolher o júri. Porque eu acredito que quando o corpo jurado é bem escolhido, é muito mais difícil o concurso dar problemas. Acho que, hoje em dia, o IAB ainda encontra um grande problema na escolha do corpo de júri dos concursos.

Em muitos países, o Concurso de Arquitetura é a prática mais comum de seleção de projetos, adotado para a grande maioria dos casos. No Brasil, ainda é uma prática em menor escala. O que o IAB tem feito para mudar este histórico?

Arq. Gilberto: Existem países em que a experiência na prática de concursos é muito grande. A Finlândia e a França são países onde existe uma tradição muito grande. Agora, existem algumas particularidades; na França, por exemplo, as exigências para participação dos concursos é muito grande, não é qualquer profissional, que participa de concursos. Principalmente os grandes concursos, onde há uma exigência de currículo e trabalhos feitos pelos profissionais. O que acontece, aqui no Brasil, é que as poucas vezes em que isso foi tentado, existiu uma resistência muito grande da categoria, porque os profissionais não aceitaram esta seleção. Nós estamos enfrentando uma grande dificuldade interna neste sentido. Outro aspecto muito negativo, hoje, é a inclusão do concurso aos moldes da atual lei de licitações Brasileira. Tenho dito aos colegas que esta lei tem acabado com o nosso exercício profissional. Os concursos foram feitos, dentro desta lei, têm dado bons resultados, em função da comodidade e da respeitabilidade dos arquitetos, em relação ao concurso propriamente dito. Porque, com base nas leis, qualquer profissional poderia criar problemas ao processo do concurso. E se, nós não estivermos preparados e organizados para resistir a isso, continuaremos a ter problemas e, em minha opinião, isso é muito prejudicial. Temos que saber enfrentar isso, ainda tem uma mentalidade, na questão da organização dos concursos, muito ultrapassada. Acho

que os arquitetos têm que mudar sua visão, diante das regras dos concursos. Na realidade, o que antes era um grande espaço para discussão da produção arquitetônica, da cultura arquitetônica, transformou-se numa atividade de obtenção de trabalhos. Por si só, esta mudança de conceito, faz com que mude a organização do concurso.

Na sua opinião, existe alguma forma do IAB, garantir um número maior de contratações dos projetos vencedores? Não apenas promover os Concursos, mas garantir, que os vencedores viabilizem os projetos?

Arq. Gilberto: Nós temos feito isso. Na realidade, hoje em dia, são poucos os concursos que são realizados sem o compromisso da contratação dos projetos. Nós temos um país muito grande, em estados onde o IAB e os arquitetos são mais organizados, nós temos conseguido fazer com que, quase todos, os concursos realizados, efetivamente contratassem os vencedores; não necessariamente a obra, mas os projetos vencedores. Nós vamos continuar tendo problemas. Nós tivemos, por exemplo, em São Paulo, na minha gestão, um concurso na cidade de Sumaré, onde existia um documento assinado com relação aos prêmios e a contratação, e a prefeitura demorou a pagar os prêmios. Então, independente dos compromissos, nós enfrentamos problemas. Continuarão existindo dirigentes que não honram a palavra, ficaremos assim, infelizmente, nesta situação. Mas na grande maioria dos casos, temos feito, concursos aonde a contratação do projeto vencedor é clara no edital. Lembrando, o que eu disse, que se houver alguém que questione esta redação, ela estará amparada pela lei de licitações, que desobriga a contratação do vencedor.

Em que momento o IAB sai do processo do Concurso? Logo após a premiação?

Arq. Gilberto: Existem várias maneiras de participação do IAB. É bom deixar claro que, o IAB cobra uma verba para organizar um concurso. Quando ele cobra esta verba quer dizer o que? Quer dizer que ele cobra as despesas que tem para a organização. Quais são as despesas que o IAB tem para a organização de um concurso? A contratação de um Arquiteto Consultor indicado pelo IAB, portanto, ele é remunerado e tem uma dedicação muito grande durante o período de organização do mesmo; uma parte administrativa da estrutura do IAB que é despendida para a organização, para a recepção dos trabalhos, encaminhamento de editais, dúvidas, materiais complementares e montagem da exposição; e tem a remuneração dos membros jurados. Todo jurado, é obrigatoriamente contratado e recebe remuneração para participar. Existem duas últimas verbas, as despesas de materiais impressos, correio e também a verba destinada ao prêmio. Este é, basicamente, um resumo das verbas necessárias para a realização de um concurso. Evidentemente, de acordo com a necessidade do cliente, e acordo com a verba disponível, a participação do IAB pode ser menor ou maior. Quer dizer, a mínima participação do IAB é a entrega ao cliente-promotor o resultado com o projeto vencedor. Mas nós temos experiências, como o concurso da UNIFESP, recentemente realizado, quando o IAB acompanhou até a licitação da obra, todo o processo licitatório foi acompanhado pelo arquiteto consultor. Da mesma maneira, já tivemos o IAB participando de processos durante a obra. Agora, isso não impede, que independente do nível de contratação, que acompanhe em função de solicitação, tanto do arquiteto contratado, como do cliente-promotor, para dirimir dúvidas, qualquer problema existente

durante o processo. O IAB frequentemente, após o resultado, é chamado para resolver problemas, tanto de contratação, participação, organização; ele participa, colabora, dando toda a sua experiência. Isso pode ou não estar colocado no escopo. O que nós temos hoje em dia, é que o cliente quando vai contratar um projeto, se ele fosse contratar diretamente um arquiteto, iria gastar um preço "X"; quando ele contrata, via processo de concurso, tem um gasto, cerca de, 30% superior do que ele gastaria fizesse a contratação direta. Mas, quando existe um concurso, existe uma intenção clara desta seleção. Então, é importante ter em mente, que nem sempre conseguimos viabilizar o processo, em função destes gastos adicionais, gerados pelo concurso.

Arq. Jorge Wilhelm

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Jorge - Olha, os concursos permitem descobrir talentos. Na prática profissional, muitas vezes, existem dificuldades de talentos começarem a ter clientes e, portanto, ter trabalhos. É muito comum que agente comece a carreira profissional entrando em concursos, do ponto de vista do profissional, do jovem profissional, o desafio é importante e a aprendizagem também. Porque geralmente os temas de concursos são complicados, são prédios de edifícios públicos, de grande importância, de grande tamanho, ou são projetos urbanos, igualmente complexos, muito ligados ao interesse público. Para quem participa é sempre um desafio e uma grande aprendizagem. Eu me lembro, todo o meu início de carreira profissional estava muito baseado na participação de concursos. Nos quais, às vezes ganhava, só tive um ou dois de quais fui vencedor, nos outros me classificava no 2º ou 3º lugar, na verdade são muito poucos que não me classifiquei. Mas em todos eles, ou através de todos, eu aprendi muito. Para você fazer um projeto em concurso de uma assembleia legislativa, por exemplo, que é um dos projetos mais complicados pela duplicidade de circulação, público de um lado e reservado do outro. Ou hospitais, que são projetos muito complicados. Você não teria a chance de fazer, se não através do desafio de um concurso. Então, para a formação profissional, participar de um concurso é sempre uma coisa muito sadia, um grande aprendizado, e do ponto de vista social, geral, você descobre através do projeto vencedor, arquitetos que têm, ou tiveram, uma excelente idéia; por vezes não são tão jovens, e que resolveram muito bem o projeto, ou são jovens, e você nem os conhecia, de repente têm uma oportunidade de aparecer e de começar uma carreira profissional importante.

Concurso, não é a única forma de um país ou uma cidade desenvolver a sua arquitetura, ou resolver os seus problemas, mas é uma das formas interessantes. A contrapartida, o aspecto negativo dos concursos, também existe. Quando você faz uma avaliação, em cada concurso, de quantas equipes trabalharam de graça, você tem um investimento de homens hora, de um projeto que poderia ser contratado diretamente. E isso, faz pensar realmente num certo desperdício de horas e de capacidade, que às vezes é desproporcional com a importância do tema. Às vezes o concurso é feito para um tema que não precisaria ter um concurso público. É claro, que existem formas menos onerosas, que são os concursos privados, são concursos que não estão abertos a qualquer arquiteto, mas na qual o interessado, o cliente que pode ser público ou privado, convida 3 ou 5 ou 6 profissionais, e paga um honorário de um anteprojeto para selecionar um deles. O Hospital Albert Einstein, o primeiro prédio, foi desenvolvido desta maneira, foram convidados 4 escritórios, e o Rino Levi ganhou este concurso fechado. As vezes se faz concursos fechados. Órgãos públicos não têm possibilidade legal de fazer concursos fechados, pela lei 8266, por causa de uma série de legislações de sobre aquisição de projetos, que é imperfeita, que dificulta muito a contratação por parte do setor público de bons projetos. A única forma de apelar é para um concurso público, que é sempre uma empreitada muito maior, leva mais tempo, e que, como disse, faz surgir um novo talento eventualmente, mas é sempre um desperdício de homens/hora dos profissionais.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Jorge - Sim, é a forma mais democrática, existe aquele desperdício que eu mencionei antes, de maneira que seria importante desenvolver, principalmente no setor público, uma forma legal de fazer concursos fechados. Existindo uma primeira seleção, que seria possivelmente por currículos; com uma comissão isenta que possam escolher um grupo de 3 ou 4 escritórios de arquitetura que, para o tema em questão, têm suficiente experiência; ter uma forma legal de pagar a cada um deles um valor de estudo preliminar ou anteprojeto. Isso seria mais eficiente e socialmente menos oneroso. Mas, para temas grandes, é claro que o um concurso público é uma forma democrática de escolha de um profissional. Geralmente, editais de concurso isentam a entidade que está promovendo de qualquer responsabilidade pelo contrato; é esta a razão, pela qual, muitas vezes os projetos vencedores não se traduzem por obras, esta é uma cautela. Muitas vezes os projetos podem sair caro. Mudam os dirigentes políticos do órgão que os iam contratar, mudam as prioridades, e muitas vezes o concurso acaba, realmente, um concurso de idéias, e fica no papel. Neste sentido, existe um grande desperdício de capacidade criadora do profissional. Algum compromisso deveria existir, compromisso legal.

Isso não existe? Compromisso legal?

Arq. Jorge - Não, para que isso ocorra, é necessário fazer adequações na lei que regula a contratação e compra de serviços profissionais. Hoje a situação é muito defeituosa, não só por causa dos concursos, mas em geral, qualquer secretaria ou ministério não pode contratar um bom escritório diretamente, mesmo quando existem cartas convite, que são apenas para valores menores, ele é obrigado a colocar em diário oficial, mesmo que ele escolha 4 ou 5 escritórios, qualquer outro escritório pode participar desde que saiba que estas cartas convites foram expedidas. Acaba sendo uma coisa aberta também. O setor público tem muita dificuldade em selecionar pela qualidade, e se é pela quantidade, isto é pelo menor preço. Não há garantia da qualidade. Este é um defeito da legislação que deve ser corrigido.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Jorge - Uma parte já foi respondida. Eu vou trazer o exemplo do Anhangabaú. Que é um exemplo que foi finalmente implantado, mas o histórico desta implantação ilustra bastante as dificuldades existentes. Na ocasião do Anhangabaú, o prefeito era o Reinaldo de Barros; havia muitos atropelamentos no Anhangabaú; a Emurb que já existia, decidi contratar arquitetos para projetar passarelas de pedestres, portanto o conceito que regia esta estratégia da Emurb era obrigar o pedestre a transpor o vale de uma forma mais segura. Foi feito; o Artigas fez um projeto para Emurb de uma passarela. Acontece que houve muita oposição da opinião pública, porque se voltava a não resolver o problema. Um jornalista sugeriu ao prefeito, em sendo de tão difícil solução, porque não fazer um concurso e ver como se resolve. O Reinaldo de Barros, achou a idéia muito boa, fez um concurso. Teve 150 inscritos e 95 entregues; que é uma quantidade enorme de projetos.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Jorge - Sim, é a forma mais democrática, existe aquele desperdício que eu mencionei antes, de maneira que seria importante desenvolver, principalmente no setor público, uma forma legal de fazer concursos fechados. Existindo uma primeira seleção, que seria possivelmente por currículos; com uma comissão isenta que possam escolher um grupo de 3 ou 4 escritórios de arquitetura que, para o tema em questão, têm suficiente experiência; ter uma forma legal de pagar a cada um deles um valor de estudo preliminar ou anteprojeto. Isso seria mais eficiente e socialmente menos oneroso. Mas, para temas grandes, é claro que o um concurso público é uma forma democrática de escolha de um profissional. Geralmente, editais de concurso isentam a entidade que está promovendo de qualquer responsabilidade pelo contrato; é esta a razão, pela qual, muitas vezes os projetos vencedores não se traduzem por obras, esta é uma cautela. Muitas vezes os projetos podem sair caro. Mudam os dirigentes políticos do órgão que os iam contratar, mudam as prioridades, e muitas vezes o concurso acaba, realmente, um concurso de idéias, e fica no papel. Neste sentido, existe um grande desperdício de capacidade criadora do profissional. Algum compromisso deveria existir, compromisso legal.

Isso não existe? Compromisso legal?

Arq. Jorge - Não, para que isso ocorra, é necessário fazer adequações na lei que regula a contratação e compra de serviços profissionais. Hoje a situação é muito defeituosa, não só por causa dos concursos, mas em geral, qualquer secretaria ou ministério não pode contratar um bom escritório diretamente, mesmo quando existem cartas convite, que são apenas para valores menores, ele é obrigado a colocar em diário oficial, mesmo que ele escolha 4 ou 5 escritórios, qualquer outro escritório pode participar desde que saiba que estas cartas convites foram expedidas. Acaba sendo uma coisa aberta também. O setor público tem muita dificuldade em selecionar pela qualidade, e se é pela quantidade, isto é pelo menor preço. Não há garantia da qualidade. Este é um defeito da legislação que deve ser corrigido.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Jorge - Uma parte já foi respondida. Eu vou trazer o exemplo do Anhangabaú. Que é um exemplo que foi finalmente implantado, mas o histórico desta implantação ilustra bastante as dificuldades existentes. Na ocasião do Anhangabaú, o prefeito era o Reinaldo de Barros; havia muitos atropelamentos no Anhangabaú; a Emurb que já existia, decidiu contratar arquitetos para projetar passarelas de pedestres, portanto o conceito que regia esta estratégia da Emurb era obrigar o pedestre a transpor o vale de uma forma mais segura. Foi feito; o Artigas fez um projeto para Emurb de uma passarela. Acontece que houve muita oposição da opinião pública, porque se voltava a não resolver o problema. Um jornalista sugeriu ao prefeito, em sendo de tão difícil solução, porque não fazer um concurso e ver como se resolve. O Reinaldo de Barros, achou a idéia muito boa, fez um concurso. Teve 150 inscritos e 95 entregues; que é uma quantidade enorme de projetos.

De que forma foi desenvolvido o Projeto do Concurso?

Arq. Jorge - Como agente faz com projetos em geral. É uma leitura da cidade e saber qual é o problema. Se você não sabe qual é a pergunta a ser formulada, você não sabe qual é a resposta. Enquanto você não tem clareza do que se trata, qual é o problema, não equaciona direito, você não tem partido, isso é verdade para qualquer projeto. E a nossa leitura, que fizemos para este pedaço da cidade, era que, aquilo que era antigamente, um espaço público, um parque, desenhado pelo Agache, era muito representativo, entre a cidade histórica que estava de um lado, e do outro o Teatro Municipal, e aquilo que historicamente se tinha chamado a nova cidade, que era a Itapetininga, Praça da República, esta ponte entre um lado e outro, que é o vale do Anhangabaú, tinha se transformado, pouco a pouco, em um rio intransponível de veículos. Estes veículos, inclusive, não demandavam o centro, era tráfego de passagem; um grande eixo norte-sul da cidade; era importante do ponto de vista de tráfego como ligação viária. O problema é que tinha se transformado em uma barreira intransponível. Por outro lado, quando fizemos análise do centro, de um lado e do outro do vale, vimos que as linhas de desejos dos pedestres era extremamente variada. Todos eles seriam violentados para atravessar a única ponte, que era o viaduto do chá, ou um pouco mais além, viaduto Sta Cecília. Mas o desejo deles fazia com que eles tivessem que passar por lá. Se houvesse uma passagem mais direta, eles iriam. Tanto que os rapazes que corriam e arriscavam suas vidas; porque a linha de desejo deles não passava pelo viaduto do chá. Então percebemos que se tinha perdido esta liberdade do pedestre. Era uma quantidade grande: 1 milhão diariamente; não são poucas as pessoas que vão de um lado para o outro. Então não fazia sentido, deixar que este rio de automóveis passasse, sendo que nem mesmo eles vinham ao centro. E o pedestre que estava no centro que tinha que atravessar de um lado para o outro, era violentado na sua vida cotidiana. Então reconquistar o espaço passou a ser o partido. O resto foi resolver problemas, tópicos locais, e nós resolvemos todos problemas, não haviam mais conflitos, de trânsito, tráfego, de ligações viárias, de capacidade viária, do túnel, do tamanho do túnel, mesmo problema de drenagem; estava resolvido. Não está funcionando porque não mantém as bombas, mas estava dimensionado. Depois nós tínhamos perto das estações do metrô, creches para que as jovens mães pudessem manter as crianças em lugar próximo para amamentá-las. Havia uma porção de coisas, algumas delas não foram executadas. Fomos resolvendo os problemas. Enfim, mas o essencial é que o partido estava correto. E quanto você adota um partido que está correto, as coisas se encaixam com muita facilidade, se você não tem o partido correto, não tem jeito como encaixar coisa alguma, isso é verdade para qualquer projeto de arquitetura.

Existem muitas diferenças entre o Projeto Vencedor do Concurso e o Projeto implantado posteriormente?

Arq. Jorge - Sim, é claro que existem, e é justo. Porque durante a época do projeto você não tem contato com o cliente. Você tem contato através do edital, que é uma maneira muito cristalizada. Mas depois existe o problema do orçamento, da estratégia de implantação, existe uma discussão com o cliente. Então do anteprojeto, passa-se ao projeto, que geralmente difere, mais ou menos, nos conceitos geralmente não, mas nos detalhes sim. Então houve, é claro que o nosso projeto executivo tem adequações, duas grandes, que eram importantes, no caso do Anhangabaú. Primeiro, que eles não queriam fazer toda a laje que cobria o terminal, por uma questão de economia, que eu acho uma grande burrice. Quero dizer, não

é assim que se pensa no setor público, fazer este tipo de economia, pode-se construir em etapas, pode distribuir, mas não diminuir a importância de um espaço em função do orçamento. Em segundo lugar, apesar de haver uma estratégia de diminuição de linhas de ônibus por integração por linhas de ônibus axiais, em certo momento, decidiu-se não se fazer a diminuição das linhas de ônibus, então havia de repente mais ônibus no terminal do que o edital. Nos pediram para fazer; dentro do túnel, no Anhangabaú, dois pontos de embarque; isso foi uma grande batalha, porque um ponto de embarque de ônibus, que poluem que tem exaustão do motor, em um túnel, obviamente, não é uma solução correta, por mais que tenhamos colocado, porque eles insistiam, fizemos isso, foram colocados de forma que tivessem uma ventilação rápida; bloqueando, a medida do possível, a poluição dos carros que passavam livremente, mas não é uma solução correta. Finalmente implantou-se, voltou-se a implantar a estratégia da diminuição do número de veículos e com isso estes terminais não existem, tem lugar de parada, mas não funcionam.

Como se encaminhou o processo de contratação, depois da Premiação? Houve algum tipo de dificuldade nesta transição do Processo do Concurso para a Contratação?

Arq. Jorge - Normalmente quando o concurso é organizado pelo IAB, existe uma minuta de contrato anexa. E, portanto, as condições contratuais já estão estabelecidas, isto é muito importante. O que não se estabelece, porque o cliente não deixa que isso se fixe, o prazo dentro do qual será assinado o contrato, a validade ou mesmo a obrigatoriedade, e não é garantido que haja contrato. No nosso caso demorou muito porque não houve boa vontade da diretoria da Emurb, em assinar um contrato. Finalmente havia prazos para isso, para o contrato, porque existe um prazo legal. Prazo de dois anos, se não me engano. Eu me lembro de um concurso anterior, foi feito ainda na década de 60, se não me engano, que nós ganhamos, Sede Social do Jockey Club, no largo do ouvidor, que eu fiz junto com o Carlos Milan. E nós ganhamos, e o tempo passava, e o Jockey Club mudou a diretoria e o novo presidente não queria fazer a obra. Mas tinha um prazo, quando o tempo estava para se esgotar. Tive, com o advogado, que entrar com uma ação contra o Jockey Club, porque tinham se recusado a assinar o contrato, ou pagar uma multa. Isso foi todo um problema legal. Então, muitas vezes a minuta existe, mas não existe uma obrigatoriedade em assiná-lo.

Dentre diversos concursos realizados na Cidade de São Paulo, o Anhangabaú foi o único que passou do Concurso para a execução. Na sua opinião, existiu alguma razão específica para a viabilização deste Projeto?

Arq. Jorge - A implantação do resultado de um projeto vencedor de concurso depende muito da vontade política de quem é governante. Esta vontade política muitas vezes não existe. No caso do Anhangabaú só voltou a existir com o Jânio e com a Luisa Erundina. Se não fosse a decisão estratégica deles em implantar, não teria existido. Por mais que a mídia tivesse noticiado, por mais que fosse um concurso público, a verdade é que a mídia não acompanha muito estas coisas, não faz pressão, não exige. Passa a contar das coisas do cotidiano e também não tem memória. Com isso se perde, realmente; no caso da Prefeitura de São Paulo, há inúmeros projetos que não foram implantados, e são importantes. No caso do

Anhangabaú, é difícil de esquecer, é uma coisa tão central, no entanto estava esquecido. O Jânio e a Erundina lembraram. Então depende muito disso. Veja o caso do "Bairro Novo"; é uma coisa que ainda não é esquecimento. Mas a negligência em implantá-lo é escandalosa, São Paulo não voltará a ter um milhão de metros quadrados, em uma região central, com apenas 12 proprietários, livre para ser implantado; com Metrô existente, ônibus existente e com toda infra-estrutura. Alguém deverá responder por isso. Isto é um crime contra São Paulo. É uma covarde entrega à voracidade dos empreendimentos imobiliários. Quero dizer, o que está atrás disso, é deixar que aconteça o que sempre aconteceu; isto é, um bairro que se perde por causa do excesso de voracidade e de densidade por empreendedores imobiliários.

Anhangabaú, é difícil de esquecer, é uma coisa tão central, no entanto estava esquecido. O Jânio lembrou e a Erundina lembrou. Então depende muito disso. Você vê o caso do Bairro Novo, é uma coisa que o esquecimento, não é esquecimento ainda. Mas a negligência de implantá-lo é escandalosa, São Paulo não voltará a ter um milhão de metros quadrados em uma região central, com apenas 12 proprietários, livre para ser implantada, com metro existente, ônibus existente, com toda infra-estrutura. Alguém ira ter que responder por isso. Isto é um crime contra São Paulo, não implantar. É uma covarde entrega à voracidade dos empreendimentos imobiliários. Quer dizer, o que está atrás disso, é deixar que aconteça o que sempre aconteceu. Isto é um bairro que se perde por causa do excesso de voracidade e de densidade por empreendedores imobiliários.

É um desrespeito ao planejamento?

Arq. Jorge - Um desrespeito ao planejamento, mas também um desrespeito à São Paulo. Desrespeito a todos os cidadãos de São Paulo. Descobriu-se, pelo plano diretor, este grande vazão de oportunidades, que é a diagonal sul e a diagonal norte; que atravessa a cidade de São Paulo. E dentro delas, na barra funda, que por razões históricas e acidentais, ficou disponível; ficou sem moradores e quase sem prédios. Jogar fora esta oportunidade. Não entendo como a mídia não esteja cobrando isto. Porque, realmente, acho criminoso a negligência com que está sendo tratada, em função de uma política partidária das menores possíveis. Não está a altura daquilo que sejam as grandes soluções para São Paulo. E era um concurso bonito, concurso ganho por um bonito projeto. E era a primeira vez que a Prefeitura propõe um bairro; isso nunca aconteceu na história, A Prefeitura está a reboque do crescimento espontâneo. Este sempre foi muito violento, muito sério, mas à reboque. Pela primeira vez, propõem-se uma maneira de viver, se faz um concurso, bem resolvido, e se está desperdiçando esta oportunidade. Mas isso depende de vontade política, basicamente, no setor público é muito difícil fazer as coisas acontecerem. Requer muito esforço, muita garra.

Arq. Paulo Sofia

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Paulo: Toda ação, desenvolvida por nós no período da gestão, que diga respeito ao Bairro Novo ou qualquer atitude que fosse relacionada à defesa de interesses dos colegas arquitetos ou até mesmo da prefeitura, é uma ação do IAB. Portanto, institucional, um presidente o IAB defendendo o interesse dos seus associados; da cidade; da própria arquitetura enquanto tema importante da cultura brasileira.

Imaginando a questão da importância dos concursos, devo dizer que é um tema fundamental para o desenvolvimento da arquitetura porque é, neste momento em que você tem o máximo de liberdade para aprofundar temas de difícil acesso para todos os arquitetos. A encomenda convencional, que seja de um planejamento de área urbana; de um planejamento de uma gleba; de um planejamento de um edifício; ou do design são temas convencionados e tratados em forma de contratação. O concurso propõe que seja feito de maneira mais aberta, controlada e referendada por um instituto, no caso o IAB que segue recomendações da UIA e se pauta por essas recomendações; uma forma que eu entendo como democrática. Pode-se dizer que deveríamos avançar, tentando estudar concursos um pouco mais fechados, um pouco mais restritos, inclusive em um ritmo crescente de dificuldades; por exemplo: arquitetos com mais experiência, já tratando de questões mais habituais; de acordo com a sua bagagem, com sua história; e concursos de menor dificuldade, abertos para os mais jovens. Isso talvez seja uma questão a ser tratada futuramente, que deva ser pauta inclusive do próprio IAB.

Existe um problema sério que vejo: o do entendimento do júri, daquilo que é a necessidade do cliente, do promotor do concurso, daquele que vai o usuário final, que enxerga aquilo com uma objetividade maior, sem perder as qualidades do próprio concurso. Concurso é um momento para a máxima liberdade e criatividade; então o indivíduo (a empresa, a instituição, o órgão público) que se predispõe a contratar por meio de um concurso, ele entende: Tenho um tema importante; relevante e a forma de contratação que abra as portas para a criatividade e receber o máximo de contribuições é a do concurso. Transformar essas contribuições e aperfeiçoar, no tempo, como uma produção intelectual; acho também, que deva ser discutido. De que forma o segundo, o terceiro (lugares), as menções honrosas seriam documentadas para se constituírem um banco de dados sobre o que é a mentalidade dos arquitetos naquele momento, do que é a própria cabeça dos arquitetos; do que é o próprio estado dessa arte naquele momento. Sempre defendi: teríamos que publicar na nossa gestão; fizemos um esforço muito grande para transformar o boletim em um documento do que é o Concurso. Todos os concursos, todas as premiações da nossa gestão estão documentadas, no boletim do IAB.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Paulo: Acho que de certa forma a gente discursou sobre isso e muito pode ser feito. O exemplo internacional, aprofundando um pouquinho, ele é um exemplo, ele é uma forma. Mas veja que tempo de formado ou a bagagem já adquirida não é o melhor elemento para criar esta compartimentação, porque muitos jovens têm mostrado, oferecido contribuições para temas importantes que muitas vezes imaginamos "Ah! Vamos restaurar o hospital ou a Faculdade de Medicina", "Não, quem tem que fazer isso é um "Bambambam"; um notório saber... Bom se for assim, os jovens nunca vão ter espaço. E lá (no Concurso da Faculdade de Medicina), dois jovens que tem se consagrado, venceram! São jovens. Acho até que o concurso deveria chegar em um entendimento para remuneração dos participantes, existir uma pré-seleção. Como num concurso internacional ocorrido, em que houve uma pré-seleção de arquitetos, para depois serem remunerados. A primeira fase era a seleção: os currículos; na segunda fase entrar no tema, já recebendo. Não oferecer trabalho gratuito porque, de qualquer forma, sustentar um escritório, as instalações, tecnologia, livros, colaboradores, demanda um custo altíssimo.

Participo pouco de concursos; participei de dois concursos na minha vida toda. Não tenho esse sonho de vencer concursos, de me dedicar a isso como um tema; mas acho que é importante. Determinados colegas têm se saído bem, oferecendo isso como alternativa de sobrevivência, inclusive porque ganham tantos concursos que dá para pagar as contas do escritório; enfim, tenho me concentrado no fazer arquitetura, na coordenação da obra, naquilo que está contratado e no que vem naturalmente ao escritório. É difícil também; porque, por outro lado, o concurso exige uma cabeça de "concurseiro", não é? Existe... o Bruno (Padovano) é um: voraz. Há determinados jovens que têm se consolidado. A época que eu estava saindo da faculdade, tinha um tal de Oba; era um grande ganhador de concursos; ganhava todos. Então, pode-se dizer que tem um jeito de fazer concursos para ganhar, o que também não é bom, porque não é este o sentido do concurso.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Paulo: Vamos responder como um ex-presidente do IAB e vamos defender o concurso na visão que eu pude adquirir conduzindo o IAB. Temos que separar realmente aquilo que, tem que saber analisar o concurso; quando ele está sendo discutido, quando ele está sendo negociado; tratado. O Promotor está pesquisando, pensando se vai ou não fazer, porque muitas vezes o concurso acaba sendo uma ferramenta política. Veja só, porque que as escolas da D. Marta (Suplicy), os CEU's não foram objeto de concurso? Eu falei para ela. Eu estive com ela em uma reunião e falei: Prefeita; temos que fazer concurso. E ela disse que não tinha tempo. Então, o político quando tem tempo, ele faz concurso, e ele enxerga o concurso como uma bandeira política, que todo mundo vai, todo mundo discute. Quando ele não tem solução das coisas, ele arruma um concurso, porque aí ele coloca todo mundo para pensar e meio que "sossega o facho" de todo mundo. "Ah! Estão lá pensando. Deixa os meninos pensarem! Enquanto eu faço as coisas que interessam, eu mesmo aqui.". Isso é a minha

opinião, eu acho que muitas vezes o concurso se transforma numa ferramenta política. Não é uma ferramenta política do IAB. O IAB tem o concurso como uma ação para a promoção da arquitetura. O concurso pode ser também uma ferramenta para o IAB, em fazer renda, finanças. Então, porque o IAB é contratado e isso ajuda a pagar as contas? Também não é bom. O concurso só vai ser uma coisa boa, efetiva e de grande aproveitamento público, quando ele for colocado como uma norma de contratação em prática. É prevista na lei de licitações nº 8.666, onde está previsto o concurso como forma de contratação de um tema de arquitetura; porque não para preço? Diz que o preço é a tabela, a tabela do IAB ou alguma coisa do gênero ou é a tabela da própria empresa do próprio interessado, do promotor. Acho que nós temos esses momentos estanques, concurso, ele não sai do papel porque ele era só uma ferramenta política para fazer "oba-oba", por isso ele não sai do papel. É difícil para o IAB saber quando é "oba-oba" e quando não. No caso do Bairro Novo eu achava que não era "oba-oba"; tinha convicção de que não era porque, inclusive, eu achava que era um projeto político para o planejamento urbano de uma área importante que estava lá, largada, no meio da cidade, um grande vazão urbano, e não era possível que ficasse sem uma ação, uma diretriz da Prefeitura. Esta era uma leitura que eu fazia daquele espaço. Tem que fazer um concurso, colocar o pessoal para pensar sobre o tema, discutir, e a prefeita, na época, e os seus departamentos, EMURB, o próprio Jorge Wilhelm, todos eles estavam articulados entendendo aquilo como um item de planejamento da cidade. Inclusive com visões muito pragmáticas, vai colocar uma organização de IPTU, fluxo de caixa para esta área, destinações, usos, ligações urbanas, que estão carentes ali, que poderiam passar por aquela área e que resolveriam. Ligações intermunicipais, sair um metrô ou um trem de velocidade até Guarulhos, veja que isso, de repente, fomentaria a desativação de Congonhas, ou até a diminuição do fluxo aéreo, isso nenhum arquiteto lembrou de colocar isso de público. E veja só, os arquitetos ficaram pensando, a prefeitura propôs, um secretário de planejamento vestiu essa camisa, assumiu esta proposta e de repente isso não é feito e a cidade sofre com isso, gente morre por conta disso. Então Planejamento Urbano mal feito, mata. Não sai do papel porque é político e são politiquês. Agora sai do papel quando o IAB briga para sair do papel. Porque o Largo da Batata foi contratado; porque eu fiz para que o contrato do Tito (Livio Frascino) saísse. Pelo menos o contrato foi feito. E o colega foi contatado para desenvolver o projeto e a EMURB entende aquele projeto como sendo algo estratégico. O projeto do Euclides, eu batalhei, eu briguei para que fosse entendido como projeto estratégico, dentro de uma coerência de visão minha, naquele momento. E fiz várias reuniões dentro da EMURB. E trocou de Presidente da EMURB cinco vezes. E você toca a contar a história cinco vezes. O Euclides fez o trabalho dele e foi penalizado por uma mudança de gestão. Muda o Prefeito e o Prefeito que assumiu já assumiu com vistas ao governo do estado. Quer dizer, para ele a cidade era só um trampolim. Não é? E concurso acaba sendo trampolim. Era o trampolim da D Marta e não é o trampolim do Sr. Serra. E se a Marta ganhasse a prefeitura, a reeleição, talvez o Bairro Novo tivesse outro direcionamento, talvez, não sei. Político não continua projeto de outro político.

Como foi concebido o concurso do Bairro Novo? A proposta inicial do concurso partiu de quem?

Arq. Paulo: A proposta inicial foi da Secretaria de Planejamento. Dr. Jorge Wilhelm marcou uma reunião, nos chamou e colocou o tema: "Estamos querendo fazer um concurso, assim, assim, assado. Você pode começar a levantar contratos, levantar propostas, levantar um corpo técnico para este concurso". Então nós começamos a articular esse processo. Foi a

prefeitura.

De que forma foi organizado o concurso?

Arq. Paulo: O IAB, ele se coloca da seguinte forma no tema, havendo a demanda de um concurso, ele imediatamente procura um coordenador para o tema. Uma pessoa que possa gerir aquilo e que tenha experiência em organizar vários concursos, desta forma vá desempenhar a função que aquele tema demanda. Esse coordenador é responsável pelo levantamento do material, pela construção do edital, pela sistematização do concurso. O promotor é responsável por oferecer os seus dados (banco de dados), numa relação de cliente-prestador de serviços convencionados. Então, desta forma, que é organizado o concurso. Assim que seguiu, o Caldana foi convocado, assumiu com disposição de fazer; montou; e fez uma sugestão de corpo de jurados. Negociamos, para construir um júri, o mais independente possível. E que tivesse experiência no tema. A Prefeitura fez uma recomendação de um membro de júri internacional, que acolhemos imediatamente; não consigo me recordar o nome do colega agora, um argentino, excelente, que veio, inclusive deu uma palestra no IAB, foi muito importante a contribuição dele. Participou da gestão do Puerto Madero e de projetos muito importantes em Buenos Aires. É assim que é feito.

Como se deu o envolvimento do IAB em todo o processo? A participação foi ativa?

Arq. Paulo: A participação do IAB é sempre muito ativa. O presidente neste momento se afasta. Uma pessoa que assume como "IAB". E é feito todo um trabalho de secretaria, todo trabalho de arte gráfica e divulgação; enfim, há uma sistematização do trabalho para que isso ganhe uma leitura nacional, não seja um concurso com características regionais, seja um concurso que o pessoal do Rio Grande do Sul saiba, pessoal de Minas, do Rio, Manaus, isso é, a gente distribui a informação para todo o país. Para que haja contribuição, e nós tivemos realmente um conjunto muito grande de projetos, foram mais de uma centena de projetos entregues. Não vou saber precisar o número, mas o IAB tem tudo isso registrado.

Como se sabe, o projeto vencedor foi contratado, mas houveram problemas de relacionamento entre o cliente e o arquiteto. O IAB tomou alguma medida ou se pronunciou sobre a situação?

Arq. Paulo: Sim, o IAB, através do seu presidente, a minha pessoa na época. Articulamos para que o contrato fosse efetivado; que o contrato fosse cumprido e que o bom relacionamento profissional, cliente-arquiteto, fosse estabelecido. Quero dizer, a partir do contrato concluído, o IAB se retira da relação, mas isso é uma coisa que eu acho importante, que o IAB não permaneça como interlocutor na relação com o cliente. Durante a gestão da Marta (Suplicy), coincidente com a minha gestão, período que eu fui presidente, nos quatro anos anteriores; peguei toda a gestão da Marta; tinha trânsito livre; conseguia saber quem era quem, em que cargos, secretaria, enfim. Não só no Bairro Novo, mas também em um concurso

de habitação que foi lançado na gestão do Beleza, e foram concluídos na minha gestão, Briguei muito para que o contrato fosse assinado e que levado a cabo o cumprimento deste contrato.

Eu acho que o IAB é uma peça fundamental neste processo, é o organismo a instituição correta para a condução deste tema. É o fórum correto. Enfim, nós estamos todos trabalhando para conseguirmos o nosso conselho profissional e quem sabe com este conselho, a gente venha a ter um fórum adequado para defesa da nossa atividade. Eu acho que concurso é uma das ferramentas, vários foram feitos e inclusive se consolidaram como obra. Mas é uma pena que tínhamos de passar por isso, de concurso como uma ferramenta política. Onde só interessa ao político para fazer "auê". O marketing político. É isso aí.

Arq. Roberto Aflalo Filho

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Aflalo: *Considero no âmbito público, um processo democrático, de se abrir possibilidade de diversificar idéias; com a sua divulgação, oportunizar a sociedade a se familiarizar com o que se propõe para a cidade. Isso evitaria situações como a que está ocorrendo com a AV. Água Espaiada, com a ponte estaiada de dimensões colossais, sem ter passado pelo conhecimento da comunidade por não ter sido um processo transparente e hoje, um fato consumado. Em uma cidade como São Paulo, carente de pontos de referência, com grandes obras pela dimensão que possui, necessitaria de investimento maior em obras significativas. Assim, a importância dos Concursos está basicamente, na democratização das idéias e das propostas.*

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Aflalo: *Não participo de muitos concursos e desconheço todas as formas que estão apresentadas, mas proporia alteração na questão de honorários, porque quando se ganha o Concurso, é por mérito e para isso há um prêmio. E este deveria ter uma remuneração condizente, diferenciada dos demais projetos nas concorrências do mercado da arquitetura. Remuneração que possibilite desenvolver os projetos agregando valor para a cidade, para o bem público. Há ainda outras formas perversas para concurso que são as concorrências fazendo parte do projeto: muitas vezes, as empresas públicas contratam o chamado anteprojecto que, quem desenvolve esta etapa não pode concorrer ao desenvolvimento do executivo, porque teria vantagem sobre os outros. No caso de projeto de arquitetura há preocupações a considerar, como autoria, continuidade e está na nossa Legislação Federal nº 8666, que mistura concurso com concorrência e desvaloriza o trabalho de arquitetura que é direcionado para outro plano; subjetivo, cultural, artístico, que não se pode ser avaliado simplesmente em um processo de números.*

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Aflalo: *A meu ver, muitos concursos são formas de promoção política de algum setor ou de pessoa. Muitas vezes é feito de forma pouco consistente, sem uma seqüência pré-determinada de contratações, de verba disponível para execução,*

isto é, a intenção da execução não está de fato consolidada, assim como a previsão de todas as etapas. Às vezes, pode se atribuir ao júri a irresponsabilidade na escolha, que ao esperar por uma contribuição fantástica, acaba premiando projetos inviáveis por ter custo muito elevado e incompatível com a situação.

Quais as razões que o levaram a se inscrever no Concurso do Carandiru? Como foi toda a repercussão na época do lançamento do Concurso?

Arq. Aflalo: *Foi muito curioso. Havia um cliente ligado à área de Santana que propunha um Concurso, participando da montagem de seu Edital. Contatou-nos para uma sondagem se teríamos interesse em participar do júri ou do próprio Concurso. Descartamos a participação no júri e nos inscrevemos como concorrente, induzidos por ele. Fomos fazer uma visita ao local em questão e desenvolvemos as idéias, sem um planejamento muito definido ou um levantamento de dados muito complexo.*

De que forma foi desenvolvido o Projeto do Concurso?

Arq. Aflalo: *Para esse Concurso, montamos uma pequena equipe, com o meu irmão Marcelo, que atua na área de gráfica e design; convidamos a Rosa Kliass, paisagista e na fase das idéias, compunha a equipe o pessoal do escritório. Todos os sócios davam sugestões e fomos desenvolvendo um conjunto de idéias e evoluindo. A Rosa, na época da elaboração do trabalho, só pôde participar de uma reunião, por motivo de viagem, mas nós desenvolvemos.*

Qual o ponto forte do Projeto? O Senhor poderia me explicar como foi pensado o projeto?

Arq. Aflalo: *Penso que foi a simplicidade e a clareza. O objeto era transformar o local em um grande parque, preservando o patrimônio arquitetônico significativo como sugerido no Edital, com a manutenção de parte desse patrimônio, no caso do Concurso, envolvendo a quadra toda, com permanência de alguns edifícios. A nossa proposta era bastante simples, com manutenção de dois grandes núcleos construídos ligados por um sistema de circulação de pedestres dentro de um parque. Em um destes núcleos, projetamos uma área institucional, com um programa desenvolvido com SESC e SENAC, por serem entidades com maior sucesso no desenvolvimento das questões educacionais, de promoção cultural e são reais referências. Pensamos nessas instituições para desenvolver programas e parcerias para ocupação imediata do espaço, com ações contínuas para não ser um edifício sem utilização, ou seja, nós quisemos criar hardware e software já no Concurso. Assim, tivemos essa parceria, eles nos forneceram os programas de requisitos e está na prancha no Concurso. No outro*

pólo construído, o da Penitenciária do Estado, prédios mais longos, propusemos Centro de Exposições. São programas que combinam com o parque: com uma área pública, para usos institucionais, com acesso ao metrô; e essa clareza e simplicidade venceram o Concurso.

Como se encaminhou o processo de contratação, depois da Premiação? Houve algum tipo de dificuldade nesta transição do Processo do Concurso para a Contratação?

Arq. Aflalo: *Muitos anos. O Arq. Paulo Bastos, o segundo colocado no Concurso, inconformado com o resultado, passou anos fazendo campanha do seu projeto, produzindo pelas gráficas, e sistematicamente apresentando o seu trabalho. Quando nós éramos convidados pela câmara dos Vereadores ou outra instituição para apresentar os projetos, ele também o fazia como se o Concurso não tivesse sido realizado. Era como se houvesse a possibilidade de integrar os três projetos premiados ou estivesse colocando-os para uma reavaliação. Havia uma certa pressão ou uma intenção de grupos políticos com os quais ele tinha afinidade, propondo um projeto conjunto. Um dia, na Câmara dos Vereadores, surgiu um impasse, como encaminhar o projeto, quando uma vereadora indagou os arquitetos e o terceiro classificado, o Arq. Mário Biselli, manifestou-se em favor do primeiro colocado. Foram alguns anos e a Secretaria da Administração Penitenciária, promotora do Concurso, ao longo do processo mudou de preocupação: problema de superlotação. As penitenciárias construídas para desativar o Carandiru já estavam com lotação esgotada e o Secretário da época, havia saído de cena. Não havia mais interesse, a Secretaria não se pronunciava. As comunidades da Zona Norte faziam manifestos querendo o projeto implantado. Ocorreu uma série de rebeliões no Carandiru, complicando, principalmente, a Casa de Detenção. Politicamente, o Governador Geraldo Alckmin (o concurso começou na gestão Mário Covas, mas quem o propôs foi o seu vice, na época) que tem todo o mérito do processo do Concurso do Carandiru, resolveu dar uma solução para o impasse. Curiosamente, no próprio governo, as Secretarias que assumiram o Carandiru e seus problemas analisavam alternativas do que fazer, desconsiderando o Concurso realizado e o processo de licitação pública ocorrido. Após muita expectativa e incertezas, fomos convocados para uma reunião no Palácio do Governo, na presença de pessoas influentes, para avaliação e aconselhamentos e concluíram que deveríamos executar o projeto. Foi feita a contratação. Houve muita dúvida com relação a preservar ou não os edifícios da Casa de Detenção. Para alguns a reforma era inviável, por onerar mais do que uma nova construção e o argumento de custo foi mais forte. Para nós, a frequência do local para usos institucionais seriam importantes complementos para o programa que pela proximidade da estação do metrô, criaria uma sinergia com todo o conjunto. Assim, definiu-se uma faixa no lugar dos edifícios onde seria a área de construções institucionais, futuramente. Planejou-se contratar no primeiro momento, somente o projeto do parque. Foi o que ocorreu. Nem toda a área foi disponibilizada: a da Penitenciária do Estado foi separada e a da Penitenciária Feminina foi reduzida. Houve também diferentes fases para disponibilização dessas áreas; assim, o projeto foi segmentado em três etapas ou setores, preservando o original, mas ajustando-o em função da nova situação. O primeiro setor concentrava área esportiva, quadras, jogos e foi o mais reduzido por ser próximo a edificações mantidas. O segundo, com algumas construções a serem demolidas. O terceiro, com os prédios da Casa de Detenção, ainda parcialmente ocupados, mas com previsão de demolição. O projeto, em três etapas-setores: esportivo,*

cultural central e institucional foi contratado para execução. Em princípio, a idéia era a demolição de todos os prédios do último setor para construção de novos. Ao apresentar essa idéia a público, o Governador demonstrou contrariedade, talvez devido a manifestações de Associações de Bairros ou Promotoria Pública em defesa da preservação de bens públicos e apoio à reforma. Assim, retomou-se a idéia de reformar os edifícios, com modificações no contrato: em duas etapas, com redução de edificações, com área e apoio e administração, áreas de vestiários e lanchonetes no setor esportivo; proposta de andar nos passadiços das muralhas. Fixada a idéia em manter os edifícios, fechamos o contrato para desenvolver o projeto de reforma dos quatro deles, sendo um para Cultura, outro FATEC, Saúde. Terminamos esse projeto e balizados pela CPOS, Companhia de Projetos e Obras, o Governador pediu o orçamento. Sugeriu um valor muito expressivo e estranho. Não vou entrar no mérito desta questão que é muito complicada. Anteriormente a isso a Secretaria da Cultura que detinha um edifício do conjunto, solicitou um teatro de dimensões médias para pequenas produções em que foi atendida. Assim, o programa do setor institucional ficou: quatro edifícios, um núcleo de serviço entre cada dois e o teatro. Este sempre ficou fora do orçamento, visto que a intenção era buscar uma parceria público-privada para sua execução. Após essa fase, chegou-se à conclusão de que necessitaria demolir dois edifícios. Começamos a simular quais seriam demolidos e optamos pela manutenção dos dois juntos ao bairro. Do contrário, teríamos as altas tensões fazendo parte da paisagem do parque. Ao retirarmos os dois edifícios que faziam o outro lado, a praça perderia os seus limites. Propusemos para o Governador um edifício mais baixo e menor para exposições, na proporção de 4 ou 5 mil metros, comparados aos anteriores com 18 mil metros. A nova proposta não comprometeria o orçamento e definiria a praça. Firmamos o acordo. Com o processo em atividade, discussão de honorários, mudança de Governo, ou seja, seu segundo mandato, mudança na equipe que quis apertar os valores orçamentários. Honorários colocados em questão, propusemos para a CPOS a possibilidade de eles ficarem com a parte dos projetos complementares e o escritório, com os mais especializados. A citada Companhia é uma empresa de construções rudimentares. Houve concordância. E o resultado desastroso. Dois prédios grandes. No pavilhão menor, o de exposições, foi feito com uma equipe nova, sem CPOS, só com as instalações hidráulicas para integração com a praça. A obra está praticamente pronta, mas ainda inativa; os outros reformados, já em uso pela FATEC, responsável por esse espaço que ofereceu à Secretaria da Cultura que desejava em setor de dança. Sugeriram esse pavilhão, todo de vidro, com espaços abertos, mas para as atividades de dança, fechariam algumas paredes. Isso acarretaria em prejuízo visto ser um programa de natureza muito diferente, descaracterizando o espaço. Sugerimos que se eles quisessem fazer uma caixa preta, que fizessem o palco com apoio fora e usassem o edifício para eventos; salas de aula com divisória, mas com a caixa cênica fora. Enviamos essa proposta e estamos aguardando. O processo todo é muito lento, sempre na dependência de outros, sejam eles Governo, Secretarias, grupos, equipes ou Instituições. Esta é a breve história do Carandiru.

Que desdobramentos ocorreram em função de sua vitória no concurso?

Arq. Aflalo: Aconteceu. Quer dizer, quando nós fomos procurar o Senac para fazer parceria nos prédios, houve um contato para desenvolvimento do concurso. Mas houve ali uma intenção que nunca saiu do papel de fato, porque o governo acabou assumindo os edifícios com as FATECs, mas algum tempo depois eles no chamaram para desenvolver o projeto da

Universidade deles aqui no Jurubatuba, em Santo Amaro. Foi um projeto grande, foi exatamente um subproduto do processo com o contato inicial com o Senac. Tem muito mais coisas que nem ficamos sabendo. Agrega um valor institucional para o escritório para ter uma gama muito mais ampla de projetos, estar lidando com áreas diferentes do que alguém que vem e fala que viu um determinado projeto e quer contratar um igual.

Arq. Tito Lívio Frascino

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Tito Lívio: De maneira geral? Acho que concurso é uma tomada de opinião no meio dos arquitetos sobre um determinado tema, em um determinado momento. Evidentemente a parte da realização da competição é muito bacana, depois o fato de ter que escolher um é muito chato, porque... (risos). De todo jeito, a prática de fazer aquele tema foi realizada. O que eu acho que falta nos concursos é uma divulgação melhor, eu tomo como exemplo a divulgação que foi feita no Concurso do Teatro de Londrina, que foi feito um book bem bacana com todos os projetos, ilustração, perspectiva e isso é muito bom, porque você acaba tomando contato com todas as idéias. Tem gente que acha injusto concurso, realmente é uma carga de trabalho enorme para um monte de arquitetos, mas eu acho que vale a pena, é uma prática que já está aqui a quase um século no Brasil. Outro dado que é significativo, é o pequeno numero de concursos premiados que foram realizados. Isso é o maior agravante na minha opinião, é a não realização das obras premiadas.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Tito Lívio: Bom, não sei se você sabe a norma de concursos que temos hoje fui eu quem elaborei. Sabia disso? Foi aprovada em um Congresso em Curitiba, é a norma vigente. Naquela ocasião fiz um levantamento muito grande das modalidades de concurso e lá, se você tiver curiosidade de abrir as normas, vai ver que tem várias modalidades: concurso fechado, este concurso tradicional praticado pelo IAB que está sendo feito por ai, tem um outro concurso que eu já sugeria, que é por recomendação inclusive da UIA, onde é feita uma prova de títulos em uma primeira etapa, em função do tema do concurso, então são selecionados dois ou três escritórios participantes, a partir da prova de títulos, na segunda etapa é feito um anteprojeto remunerado, remunera-se os três que estão fazendo e depois escolhe-se um para desenvolvimento. Este é um tipo de concurso que não sei porque aqui no Brasil ninguém se anima a fazer mas eu acho interessante também. Existem duas vertentes, a primeira é a modalidade que é mais coerente para um determinado tipo de concurso. Outra é a questão de ser democrático ou não, eu acho que é. É uma forma super democrática, principalmente porque não deixa de ser uma licitação. É uma licitação muito mais bacana, do que uma licitação pura e simples baseada na lei de licitações, escapando da parte mais cruel da lei, que é o concurso por preço. Então o Concurso de arquitetura na modalidade do IAB é uma forma de licitação técnica, que eu acho muito mais interessante. Eu acho bom neste aspecto.

4. Entrevista concedida pelo Arq. Tito Lívio Frascino, no seu escritório, no dia 31.10.2007.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Tito Lívio: Olha, eu acho o seguinte, em geral os concursos, falando de obras públicas, são vinculados às administrações e estas administrações tem um prazo. E entra em uma questão política. Em um determinado momento para aquele administrador ou para aquele órgão é muito importante, mas em um momento seguinte pode deixar de ser importante. Isso é muito perverso, eu me reporto à Europa porque as obras públicas de importância são independente das administrações. Se uma obra, ou uma ação pública é considerada importante, é formado um comitê gestor desta obra, então é feito concurso ou não e é feito um projeto e esta obra vai ser realizada independentemente da gestão daquele presidente ou prefeito ou governador ou etc, então é uma garantia de que a obra será feita em benefício público. Como é que uma coisa em benefício público uma hora é considerada importante e outra hora não é? Ou então é uma leviandade. Faz um concurso, mobiliza um esforço, depois não tem mais importância? Como é que é isso? Nós fomos vítimas na pele na questão do Largo da Batata, que dentro de uma administração e prefeitos que entraram e saíram rapidamente e que evidentemente não tocam a coisa pra frente. Agora parece que sai. Este prefeito ai (Kassab) parece que está a fim de fazer. Mas eu acho que uma forma seria realmente desvincular a obra pública das administrações, dos períodos administrativos, dos períodos políticos. Esta é uma ação conjunta muito complicada. Você tem que mexer na estrutura, é uma questão institucional. Faltam instituições para que estas obras públicas sejam feitas por causa do real interesse público. Já na iniciativa privada como são feitos concursos fechados, há muito mais viabilidade de sair. É muito mais raro de não acontecer. Ou quando são empresas públicas por exemplo Petrobrás, ai tem muito mais chance de sair a obra do que quando o concurso está ligado a uma determinada administração.

Quais as razões que o levaram a se inscrever no Concurso de Reconversão Urbana do Largo da Batata? Como foi toda a repercussão na época do lançamento do Concurso?

Tito Lívio: Olha, eu me inscrevi porque eu achei que eu tinha a ver com este tema. Quer dizer, é um tema que eu gosto de trabalhar e achei que seria interessante participar. No lançamento eu acho que a repercussão foi menor do que eu imaginava, não sei se foi a época que foi lançado ou foi a divulgação, mas basicamente o pessoal se assustou um pouco com o tema. Eu conversei com algumas pessoas e elas falavam "eu achei um pouco complicado, os dados não são suficientes, etc". Naturalmente o tema seria para uma participação maior. Eu creio. Porque também foi um concurso meio único na época, não tinha havido anteriormente, tirando o concurso do Anhangabaú ou algum outro que talvez eu não me lembre, um concurso de renovação, reestruturação de um setor da cidade, é muito importante este tipo de abordagem. Eu achei também bom porque envolvia não só a questão da estrutura urbana, mas envolvia também arquitetura, quando eles solicitavam uma parte de edificação para um pólo cultural, um terminal de ônibus, então eu achei que o envolvimento da arquitetura é sempre muito importante quando fazemos uma proposta urbanística. A participação da arquitetura na

estruturação do espaço, das atividades no local. Eu achei bacana como tema.

De que forma foi desenvolvido o Projeto do Concurso?

Tito Lívio: Desenvolvido ou o próprio concurso? O próprio concurso? Eu diria que primeiro nós tivemos que fazer uma avaliação profunda dos dados, ou seja, das condições existentes. Paralelamente uma boa leitura dos termos de referência para saber quais são os reais objetivos do local, pra você não fazer nem mais nem menos. Fazer aquilo que era realmente solicitado. No momento seguinte é o partido que você imagina, quais são as ações principais que você adota ou no caso a questão viária, a questão dos transportes, a reestruturação física do local, a localização preferencial dos edifícios, quais as áreas disponíveis e mais suscetíveis de receber intervenção. Depois um conceito de espaço público. Eu acho que um ponto forte do nosso concurso foi o conceito de espaço público. De repente você poder ampliar e você poder ter naquele entroncamento um espaço público agregador, um local de permanência, com a presença de metrô e vários outros aspectos. Depois é o ataque propriamente dito das soluções, é o desenho urbanístico e o desenho das edificações. É mais ou menos esta metodologia de abordagem do concurso. Neste momento que você começa o desenho, você faz uma primeira avaliação. Você tem que dar uma parada e ver se realmente está atendendo, você volta para trás, faz um feedback, olha os dados de novo, relê os termos de referência, o edital para ver se as coisas estão indo bem. Eu acho que foi mais ou menos esta a metodologia de desenvolvimento do concurso, depois tem a parte basicamente de produção, e nesta produção você tem que determinar um limite para ela. Senão você não pára nunca, não tem um limite. Chega uma hora que você tem que definir o escopo desta produção, para ver se a equipe pode ou não pode produzir aqueles elementos. E por fim você tem que ver se todos elementos produzidos estão equilibrados e homogêneos, eu como júri gosto de ver um projeto que tenha harmonia entre as diversas propostas, haja um equilíbrio, não adianta o sujeito colocar o foco em um elemento só e esquecer do resto. Então todos os elementos abordados tem que ter um determinado equilíbrio. A proposta tem que ter uma homogeneidade para que elas se entrelacem.

Qual o ponto forte do Projeto? O Senhor poderia me explicar como foi pensado o projeto?

Tito Lívio: O ponto forte do projeto? Não sei, eu acho que é um conjunto, este projeto aí, é um conjunto de elementos e propostas, que chegamos a lista-los, são várias intervenções muito claras, havia um texto para cada uma delas. Eu acho que é realmente um conjunto das propostas que faz dele uma coisa consistente. Evidentemente, nós projetamos um edifício muito bonito que era do tema, e este edifício é um marco. Realmente ele é muito importante na proposta. Marca um ponto determinado de intervenção na área foco. Acho que isso jogou a favor do projeto. Não vejo um elemento substancial.

Como se encaminhou o processo de contratação, depois da Premiação? Houve algum tipo de dificuldade nesta transição do Processo do Concurso para a Contratação?

Tito Lívio: É sempre muito difícil, não é? Houve uma intenção real de contratação pelo órgão público. Isso é inegável. Houve a intenção de contratar. Entre a intenção de contratar e contratar foi percorrido um longo caminho no sentido de determinar quais os produtos exigidos, o termo de referência do desenvolvimento do projeto, houveram muitas idas e vindas neste sentido, nós formamos a primeira lista de desenhos, esta lista de desenhos foi ao órgão, no caso a Emurb, então voltou... foi muito difícil acertar finalmente um escopo, praticamente foram descritas pranchas por pranchas, aí então, por sorte, no ponto de vista dos honorários, havia uma posição muito firme do IAB, que já estava pré definido, então quanto a isso não houve muita discussão. Em geral há muita discussão quanto a honorários. E depois a coisa transcorreu muito bem. Foram bem uns 3 meses de negociação até o início real dos trabalhos.

Após a contratação do projeto, como se encaminho o desenvolvimento dos projetos. Como foi o relacionamento com o "cliente"?

Tito Lívio: Foi muito bom enquanto foi com a equipe de planejamento e projetos da Emurb, houve muita sintonia, quando isso passou para o pessoal de obras, aí complicou. Complicou porque não havia um entendimento perfeito com relação ao produto, estávamos desenvolvendo um projeto básico e muita coisa que agente desenvolveu, para nós, o nosso escopo já era de projeto executivo. Chegamos inclusive a detalhar certos elementos para poder ter um orçamento mais preciso, então o pessoal de obras, na minha opinião, em termos de rigor, foi além do que normalmente constitui um projeto básico de arquitetura, por isso fez o projeto atrasar, houve um atraso na entrega dos projetos por conta de idas e vindas, a nível de exigência e determinadas definições dentro do projeto básico.

Que desdobramentos ocorreram em função de sua vitória no concurso?

Tito Lívio: Olha, eu acho que a repercussão foi boa, do ponto de vista do público geral, o interesse do público, da imprensa, associação comercial de bairro, associação de moradores, associação de comerciantes, na minha opinião foi muito boa. O projeto foi muito assimilado e publicado em imprensa, houve muita entrevista. Do ponto de vista dos arquitetos eu acho que não foi boa, eu acho que não houve um debate, não houve uma boa publicação em revistas de arquitetura, uma publicação completa. Não sei se houve desinteresse por parte das revistas em termos de arquitetura ou do IAB promover debate, na minha opinião foi falho neste sentido, inclusive eu participei de uma reunião no IAB em que houve uma reclamação formal de alguns arquitetos, que reclamaram a falta de divulgação deste concurso, não conheciam corretamente o projeto. Nas

escolas no entanto, ele foi muito bem. Nas faculdades eu fui convidado para várias, para dar palestras, entrevistas sobre o concurso, houve um interesse grande. Na minha opinião houve uma coisa meio contraditória, quer dizer, muito interesse do público e de órgãos públicos, etc. da população e pouco interesse dentro da classe dos arquitetos. Que inclusive eu ressaltai muito na época que era importante dar continuidade neste concurso, ele era de alguma maneira um parâmetro de projeto urbanístico para várias regiões semelhantes na cidade de São Paulo. Vários centros de bairro desagregados, que merecem um projeto de reestruturação e que evidentemente estas ações poderiam ser pautadas na ação pública de promover o concurso mas também no tipo de resultado que ocorreu, defeitos ou virtudes, servindo de referência para outras regiões de São Paulo, eu acho que neste ponto foi muito falho. Eu acho que as pessoas não acordaram para esta realidade. Tanto centro de bairro que merece este tipo de intervenção. Todo mundo sabe que uma metrópole deste tamanho precisa de centralidades de equilíbrio e vários sub-setores, estas centralidades são importantíssimas para equilíbrio da cidade.

Qual a atual situação do Projeto?

Tito Lívio: A situação hoje deste projeto é a seguinte: existe um projeto básico que nós fizemos, entregamos, bem desenvolvido. A obra foi licitada, existe um consorcio de empresas que ganhou esta licitação e que hoje tem a incumbência de fazer realizar o detalhamento deste projeto e iniciar as obras. E hoje ele está decomposto assim: o nosso escritório foi chamado para fazer o detalhamento deste projeto junto a empreiteira, é uma consequência da nossa lei 8666, que o arquiteto que tenha feito o projeto básico detalhe o projeto, que é uma aberração, que determina que a construtora detalhe este projeto e a construtora eu acho que até foi muito boa, que por recomendação da Emurb, nos chama para fazer este detalhamento, no entanto nós ainda não fomos contratados para fazer este detalhamento. O projeto hoje se divide em dois, se divide na área foco do Largo da Batata propriamente dito, são as soluções urbanísticas gerais, viárias, de transporte, etc. e o terminal de ônibus que hoje não é mais um terminal, hoje é uma estação intermodal, então eu refiz o projeto da estação intermodal em um projeto muito interessante, em um novo conceito de terminal de ônibus e uma integração real física com o metrô e com a CPTM. Então isto é um novo escopo e eu também fui chamado para detalhar este projeto pela empreiteira, também não fui contratado mas a coisa está para acontecer proximamente. Já existe uma ordem de serviço para execução das obras, na área foco elas vão sendo feitas na medida que as expropriações forem acontecendo, já existem uma série de demolições sendo feitas, tem tapumes ali locados. É necessário que o metrô cubra a estação para que se refaça o sistema viário em cima e o metrô está atrasado. Então as obras serão feitas no entorno e na periferia do metrô, quando o metrô cobrir será realizado o miolo desta área foco e a estação intermodal será realizada, já existem ordem de serviço e tem prazo para a obra ser realizada na medida que as expropriações também terminem. Eu acho importante dizer que pela primeira vez eu assisti uma sintonia plena entre prefeitura e estado com relação esta estação intermodal. Existe um conselho, que se chama Conselho de Desenvolvimento de Transporte que é uma reunião que se sentam órgãos estaduais e municipais conversam e decidem, e esta estação foi decidida neste conselho. Eu acho que isso é um marco, é a primeira vez que eu assisto isso. Serão cinco anos de processo.

Arq. Valter Caldana

O Arquiteto Valter Caldana é um dos consultores indicados pelo IAB-SP para a organização de Concurso. Já foi responsável por diversos processos, entre eles: Concurso de Idéias para a Estruturação Urbana e Paisagística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê e Concurso para um Projeto Urbano – Bairro Novo – São Paulo, que são objetos de estudo da dissertação de mestrado. A entrevista a seguir foi realizada no dia 23 de outubro de 2006.

A seguir, a série de perguntas, precedidas pelas perguntas gerais:

Qual a importância dos Concursos para a Arquitetura?

Arq. Valter - Há duas questões, o Concurso de Arquitetura teve uma importância histórica, no sentido da possibilidade de criar condições de visibilidade para a própria arquitetura, como instrumento da sociedade de construir os seus espaços. Foi uma fase heróica dos concursos, naquele momento, portanto os concursos tiveram uma importância institucional muito grande. À medida que auxiliaram a arquitetura a se tornar visível e se colocar diante da sociedade, e apresentar todas as suas possibilidades. Então, acho que foi uma grande contribuição histórica indiscutível. Outra visão, já mais contemporânea, aí eu sou mais crítico, hoje este aspecto dos concursos, que talvez tenha sido o mais importante, já não o é. Por vários motivos, primeiro porque você tem um volume de concursos muito maior, segundo porque você tem um volume de participantes, muito maior. E o que os concursos tinham de importante na sua fase inicial, ou no seu auge, era fundamentalmente o que se seguia ao concurso, as repercussões do concurso, não só do projeto vencedor, mas, como eu dizia à visibilidade que o concurso dava para a própria arquitetura, no sentido de mostrar as suas possibilidades. Então o debate que se seguia ao concurso tanto internamente à corporação, quanto externamente, é que era o mais importante, para atingir estes objetivos, de ampliação do campo de atuação da arquitetura e, portanto do arquiteto. Hoje isso não se dá. O concurso fica absolutamente restrito ao universo dos participantes e não há este debate posterior, não há a menor repercussão social dos concursos de arquitetura, portanto o que acontece, é que ele deixou de ser um instrumento institucional da arquitetura e passou a ser um instrumento comercial. Como ele passou a ser um instrumento comercial, o seu raio de ação está restrita ao universo comercial. E, enquanto instrumento de seleção comercial de um trabalho de arquitetura, acho que hoje o concurso apresenta falhas. Por quê? Porque nós temos um sistema de concurso que foi montado, bem montado, diga-se de passagem, para outra realidade, outros objetivos. Então, a importância dos concursos, naquele primeiro momento foi esta; permitir que a sociedade tomasse conhecimento das possibilidades da arquitetura. Agora tem todo um discurso que fala sobre a democratização do acesso dos arquitetos a projetos e obras que eles não fariam sem os concursos. Esta é a parte a qual julgo totalmente discutível, porque isso é uma questão comercial, não é mais uma questão conceitual.

Na sua opinião (do entrevistado), o Concurso é a forma mais democrática de escolha de projetos? Existe alguma modificação no processo que pode ser feita? Qual?

Arq. Valter - Existem muitas modificações no processo que deveriam ser feitas, eu não tenho uma opinião pronta e fechada. Mas eu não sou dos que acredita que o concurso seja a maneira mais democrática de acesso aos projetos por parte dos arquitetos, na medida em que, com a mudança da realidade, sobretudo a partir do fim da década de 80, década de 90 e atual, o nível de investimento que se faz para participar de um concurso com chances de vitória, é altíssimo. É "balela" dizer que o concurso é democrático. Médios e grandes escritórios, quando entram em concursos gastam muito dinheiro; isso faz diferença. Montam equipes grandes, interdisciplinares remuneradas, e isso faz toda diferença no resultado. Portanto, se entra dinheiro não há democracia, na medida em que, quem não tem o mesmo poder econômico não estará concorrendo com as mesmas condições. O fato de que qualquer um pode se inscrever, não quer dizer que é democrático, e apenas que qualquer um pode se inscrever. Isso soa inclusive demagógico, em primeiro lugar. Em segundo lugar, como eu dizia a nossa estrutura de concursos foi muito boa até o momento em que havia uma equiparação entre os participantes, porque nós vivíamos um outro contexto, o Brasil inteiro tinha 5 ou 6 mil arquitetos. Olha, na década de 60, o Brasil inteiro tinha três mil arquitetos. Hoje, são 90 mil arquitetos. Portanto, num universo de três mil arquitetos, as diferenças entre os poderes econômicos, as capacitações, etc., eram muito menores, você tinha uma horizontalidade muito maior da profissão. Hoje, não. Em um universo de 90 mil arquitetos as disparidades são grandes, inclusive de capacitação, de qualidade, de talento de poder econômico. Então, é natural que um concurso organizado em 2006 devesse ter uma estrutura diferente de um concurso realizado em 1965, 1966, em 1975. É natural. Inclusive, tenho discutido muito isso com Presidente do IAB, quer dizer, nós temos que encontrar outra fórmula. Se for continuar promovendo concursos, precisa encontrar. Um dos elementos necessários nesta nova formula é a real democratização, ou a redemocratização dos concursos, isso é extremamente importante. Verificamos, por exemplo, é possível fazer um concurso onde em um primeiro momento as pessoas não gastem dinheiro? Onde valha a sua visão e sua proposição. E todos os fatores "midiáticos" e todo o meio de representação, não sejam significativos. Talvez esta seja uma maneira de resgatar a chamada democracia do concurso, porque hoje ela não existe mais. É possível fazer um concurso em duas fases. Na primeira todas as pessoas, que se inscrevam, apresentem uma prancha A3, desenhada obrigatoriamente a mão. Onde haja a síntese da abordagem e da solução proposta. A partir dessa seleção inicial, partir para uma segunda fase que eu defendo em continuar sendo sigilosa; concurso tem de ser sigiloso até o fim; é imprescindível. Mas aí, nessa segunda fase, as pessoas que por ventura, venham a fazer investimentos e produções mais interessantes. De outra forma, não vejo como. A cada concurso que você vê o resultado, nós tivemos 2 agora no último mês, o de Hortolândia aqui em São Paulo, o do IPHAN, lá em Brasília, você vê o esforço e o dinheiro que as equipes gastam para produzir aqueles projetos, aquelas pranchas, e tudo mais; que você não pode dizer que seja democrático, não sob estes aspectos antigo; democrático sobre o aspecto de que qualquer um pode se inscrever. Mas isso resolve o caso? - Não resolve.

Muitos dos Concursos de Arquitetura realizados não saíram do papel. Por que isso acontece com tanta frequência? Existiria alguma solução viável para reverter este quadro?

Arq. Valter - Olhe: a pergunta já é uma resposta, e é equivocada. Muitos dos concursos de arquitetura não saíram do papel, como muito dos projetos de arquitetura que todo escritório é contrato para fazer, não saem do papel. Se você pegar, eu tenho 20 anos de formado, eu devo ter feito aproximadamente uns 150 a 200 projetos, eu devo ter 20 projetos construídos, 30... e não é concurso. Se você pegar o escritório do Alvar Aalto, uma vez eu li isso, fez mais de 900 projetos, e tem cento e poucos construídos. Na verdade, o que acontece, é que como o concurso tem visibilidade, quando ele não é construído, também tem maior visibilidade. Mas eu não sei se a proporção de número de concursos que não se executaram e número de projetos que um escritório atuante, como Carlos Bratke, Julio Neves, entre o número de projetos que eles fazem e que não são construídos, não sei se a proporção é tão diferente. A quantidade de projetos não edificadas que eu tenho no meu escritório é enorme. E sei de todos os meus colegas, também. Alias, há 15 anos ou 12 anos passados foi feita uma exposição no IAB, que se chamava "Non Edificandi", que pegaram alguns dos maiores escritórios de arquitetura do Brasil, ou de São Paulo, me lembro bem que o escritório Crocci, Aflalo e Gasperini foi um dos escritórios que mais mandou trabalhos. E foi feita uma exposição de projetos não edificadas. E projetos belíssimos, importantíssimos, interessantíssimos. Também, a alguns anos atrás, não sei precisar quando, o Jornal da Tarde fez uma reportagem, um caderno inteiro, A cidade que não tivemos ou os projetos que a cidade não viu, alguma coisa assim, e publicou uma série de projetos para a cidade, também importantíssimos, dos melhores arquitetos de São Paulo, que não foram edificadas. Esta é uma idéia equivocada. Ah, os concursos não são edificadas, há uma proporção muito grande. Há uma proporção real. Para você transformar um projeto em uma obra, depende de um sem número de fatores reais, inclusive orçamentários, políticos, econômicos. Mesmo quando o agente é privado. Quantas construtoras me encomendam projetos e por N motivos não incorporam. Não acho isso não, não é porque é concurso. Quando o projeto é para sair, ele sai. O Parque da Juventude está saindo, o Aeroporto de Florianópolis está construindo, Prefeitura de Hortolândia já contratou o projeto. Não sei se vai construir. Agora uma prefeitura construir o seu paço municipal é um processo que pode levar 20 anos, enfim, São Paulo não tem Paço Municipal até hoje, Preste Maia fez o projeto do Paço Municipal de São Paulo em na década de 30 e não foi construído até hoje. Não acho que seja por ai, é relativo.

Em que consiste o trabalho do Consultor no processo do Concurso?

Arq. Valter - O IAB está cometendo erro, em minha opinião, hoje, que ele está transformando a figura do consultor em um suposto coordenador do concurso, inclusive mudando o nome, eu acho um equivoco. Por quê? Porque a figura do consultor do concurso é estratégica, no seguinte aspecto: cabe ao consultor do concurso montar o regulamento do concurso, baseado no regulamento internacional, o Edital do Concurso e o Termo de Referencia do concurso. O termo de Referencia do concurso equivale a encomenda. Na verdade, se você quiser radicalizar, levar a ferro e a fogo o raciocínio, o consultor ele é quase que um co-autor do projeto vencedor, ou dos projetos participantes. Porque cabe ao consultor pegar os desejos do Promotor, daquele que tem a necessidade, e organizar para fazer a encomenda do projeto. E todos nós sabemos que não há um bom projeto, se não houver uma boa encomenda. Então, o grande papel do consultor é fazer a encomenda do

projeto. Se a encomenda for bem feita, isto é, se o termo de referencia e o edital, forem bem feitos, você fatalmente terá uma qualidade média de projetos apresentados melhor. Este é o primeiro grande papel do consultor e o mais importante. O segundo é organizar o julgamento. Os últimos concursos têm mostrado isso, um dos grandes problemas dos concursos e dos resultados, é que a qualidade do julgamento tem sido ruim. Um bom consultor disciplina o júri. Ele não influencia, não vota, mas ele disciplina. Disciplina o processo de trabalho do júri, para que o júri possa ter uma posição consistente, bem consubstanciada, justificável, objetiva, e não baseada em subjetividades momentâneas. Este é o segundo grande papel do consultor. O terceiro papel do consultor, também muito importante, é que ele é o que dá credibilidade ao processo. A única pessoa que pode fraudar um concurso é um consultor, ou o júri inteiro. Mas, enfim, se o júri inteiro estiver disposto a fraudar, ainda assim o consultor consegue impedir. Então, é obviamente a pessoa que dá credibilidade ao concurso, além do próprio Instituto de Arquitetos que, obviamente, a credibilidade é do próprio instituto, mas a partir do momento que o IAB indica o consultor, ele está transferindo esta credibilidade para o consultor. Estes são os três papéis do consultor. Por que eu acho um erro o que o IAB está fazendo em transformar o consultor em um coordenador? Porque essa troca traz a idéia de que se está transformando o consultor do concurso em um burocrata, em um administrador. Então contrata um funcionário, se for para fazer um coordenador administrativo do concurso. Paga 10% do que paga para um consultor e faz a coordenação. O consultor não é coordenador, ele é um elaborador. E faz estas três coisas que eu aponte.

Em qual momento a figura do Consultor entra no processo?

Arq. Valter - Desde o primeiro momento, a partir de que uma Empresa, seja publica ou privada, decide fazer um concurso de arquitetura, o consultor tem que estar envolvido. O concurso de arquitetura é um projeto e o consultor é o arquiteto. No momento que o seu cliente for comprar o terreno para fazer um projeto, você não tem que estar lá? O consultor é o arquiteto do concurso. Então ele deve estar desde o principio. Não dá para o consultor entrar no meio do caminho. O Concurso de Hortolândia, recente, o primeiro consultor foi o Gilberto Beleza, se elegeu Presidente do IAB nacional, então não pode continuar. Mas desde o principio eu era o coordenador, e era o consultor suplente, portanto eu acompanhei desde o principio com o Beleza, também. O consultor tem que estar desde o principio. Por quê? Como eu falei, ele faz a encomenda.

Durante o processo de julgamento, qual a influência do Consultor no resultado apontado pelo júri?

Arq. Valter - Existe influência do consultor sim. A influência se dá em dois aspectos; no primeiro aspecto, de que foi o consultor que fez a encomenda. Então, obviamente, ela influencia o resultado. Ela não influencia o resultado do vencedor. Ela influencia o resultado médio das propostas quem vem e dá qualidade, e nível de profundidade das propostas, de precisão das propostas. Isso se deve, fundamentalmente, ao trabalho do consultor. E influencia também, na medida em que o consultor disciplina o júri. Quando eu falo disciplina o júri, eu falo o seguinte, existem metodologias de julgamento. Cabe ao consultor propor ao júri uma metodologia de julgamento. É claro que a decisão do júri sobre a metodologia é

soberana. Se tiver cinco estrelas, que se recusa a conversar, discutir, e que acham que o seu gosto momentâneo, seu ímpeto momentâneo, que a sua fruição momentânea valem mais, o consultor no limite fica de mãos atadas. Mas o consultor ainda pode denunciar o júri, "melar" o julgamento se for o caso.

Mas a escolha dos jurados tem participação do consultor?

Arq. Valter - O consultor nem sempre participa, mas deve participar. Eu por exemplo, só aceito participar se eu tiver desde a primeira reunião, eu puder escolher o júri, não sozinho, naturalmente, ouço a diretoria do IAB, há regras para escolher o júri que tenho que sempre respeitar. Mas eu participo da escolha do júri. Eu indico para o júri uma metodologia de julgamento. Discuto esta metodologia com o júri, há um processo de troca de argumentação e convencimento, do júri para comigo e de mim para com o júri, para que você obtenha um bom resultado. O problema não é o julgamento ser justo, ele tem que ser sempre, e será, posto que as cinco pessoas do júri não estejam lá para cometer injustiças. Ele sempre será justo, bem intencionado. Mas ele tem que ser consistente. É mais do que justo. Ele tem que ser uma resposta ao que foi solicitado no edital e no termo de referencia, ele tem que estar dentro do regulamento. Você pode vê: a maior parte das vezes quando um concurso dá problema, é porque o júri não foi suficientemente rigoroso e consistente no julgamento; acaba premiando um projeto que esteja fora do regulamento, do edital. Isso se deve muitas vezes à fragilidade do processo de julgamento, a isso eu chamo de disciplinar o julgamento. Por isso, a figura do consultor é tão importante. A única pessoa que não é júri e a ele tem acesso é o consultor. Vou cometer uma inconfidência; já se passou; no processo de julgamento de Hortolândia, em que eu fui consultor. Fizemos uma reunião com o prefeito da cidade, quem encomendou o concurso, figura importantíssima, o cliente. Lá pelas tantas, o prefeito manifestou o desejo de ir até o local do julgamento. Houve um constrangimento geral; virei para o prefeito e falei: "- Prefeito desculpe-me, o senhor não pode"; em seguida, um segundo constrangimento, porque eu, um pobre arquiteto, tinha virado para um prefeito, como se falado: não, o senhor não vai. Então, o prefeito, uma pessoa sensível, este em particular, rapidamente, falou: "- Nossa, arquiteto, o senhor tem toda razão." Entendeu? São pequenas ações como esta do consultor, que fazem o que chamo de disciplina no processo de julgamento, não no sentido de dar o resultado para este ou para aquele, mas no sentido de tornar o resultado mais consistente.

Na sua opinião, como o processo de organização dos Concursos pode influenciar o resultado?

Arq. Valter - Completamente, se o concurso for mal organizado no sentido do regulamento, tiver essas bobagens de erros de regulamento, é o menor dos problemas. Se a encomenda for mal formulada, se o concurso foi mal formulado, se a solicitação não estiver clara, o resultado não vai ser bom. Se um cliente vai ao escritório e não sabe o que ele quer, dificilmente a resposta vai ser boa. Você está fazendo um mestrado, se você não tiver clareza dos objetivos do seu mestrado, não tiver clareza da encomenda, não vai ser boa, no concurso a mesma coisa. O processo de organização é praticamente o maior responsável pela qualidade dos projetos que vem. Eu parto do principio de que todos os projetos que são entregues têm um patamar mínimo de qualidade, sempre. Porque eles são feitos com muito zelo, qualidade e carinho, sempre com muita esperança. Então, não tem porque ser um mau projeto pode ser um projeto que eu não goste, mas não é um mau projeto. A organização do concurso é que gera esta qualidade, é muito importante.

Na proposição de Concursos de Idéias já existe a intenção de não executar o Projeto Vencedor? Durante a organização do processo dos Concursos já é clara esta posição sobre a execução? Já existiu algum caso de “Má Fé” do Órgão Promotor do Concurso com relação a esta questão?

Arq. Valter - Normalmente sim. Contratação do projeto é uma coisa, execução do projeto é outra coisa. Voltando à sua pergunta lá atrás. Os concursos aonde o projeto não foi contratado, são raríssimos. Até onde eu sei. O que é comum, ou é mais comum, mesmo com o projeto contratado, ele não ser executado. As pessoas confundem um pouco essas coisas. Porque fica uma conversa sobre, “ – Ah, o concurso não foi executado! Bom, não executaram; o concurso era para contratar o projeto. Contratou? Pagou? Então o concurso acabou. Se a pessoa vai fazer a obra ou não, isso é uma outra questão. Mas, voltando a questão do concurso de idéias, há um pressuposto de que ele é um concurso de idéias, pode sim, ser contratado para desenvolvimento, mas geralmente ele tem o pressuposto de que ele é um debate. O concurso de idéias é o concurso mais próximo dos concursos no seu caráter histórico, institucional, e talvez uma das modalidades de concurso mais importantes para a arquitetura. Por que? Porque ele é um concurso onde você está debatendo, a fundo, conceitos, posicionamentos ideológicos e arquitetura. Então, ele é o que mais se distancia do concurso travestido de caráter comercial. Então, esta é a idéia dele. O concurso de idéia é extremamente importante. Um dos concursos mais importantes que eu fui consultor junto com a arquiteta Rosa Kliass, foi o concurso das marginais. Ele era um concurso de idéias para as marginais Tietê e Pinheiros. Ele não era um concurso de anteprojetos. E devo lembrar que boa parte das idéias do primeiro, do segundo e do terceiro colocados foram implantadas nos últimos 10 anos. O projeto Pomar é fruto de uma idéia daquele concurso, o projeto de sinalização das marginais é uma derivação de idéias daquele concurso. Uma série de idéias contidas naqueles projetos foram aproveitadas, algumas pelos próprios autores. A professora Maria Elena Merege desenvolveu o trabalho de repovoamento vegetal de parte das marginais a partir daquele concurso, por exemplo. A idéia da floresta urbana, do Prof. Francisco Spadoni, não foi naturalmente implantada nos moldes da sugestão bastante radical e interessantíssima no concurso, mas o projeto pomar de certa maneira, é fruto de possibilidades que o Prof Spadoni levantou naquele momento. Várias das intervenções propostas pela equipe do Bruno com relação a sinalização, comunicação visual em vários níveis de velocidade, e que era brilhante como proposição, diga-se de passagem, estão implantadas, parcialmente implantadas no Campus da Universidade de São Paulo. Enfim, o concurso de idéias, pessoalmente eu acho, é a ultima modalidade de concursos, ainda ligada àquela motivação história, idealista, romântica dos concursos. Eu sou fã de concursos de idéias.

Em que momento o trabalho do Consultor termina no Concurso? E quem assume, a partir deste ponto?

Arq. Valter - No dia que entrega o prêmio.

Deste ponto o órgão promotor assume?

Arq. Valter - Aí, há uma relação direta entre o promotor e o vencedor do concurso. Vou até te responder a versão oficial, mas tenho pensado muito sobre isso nos últimos tempos. Por que o consultor e o júri saem do processo? Porque à medida que

foram eles que escolheram o vencedor, haveria um problema ético, ou o consultor ou o alguém do júri continuar na relação promotor x contratado. Porque o vencedor sai dessa condição e assume a como contratado. E seria muito estranho se a pessoa que ajudou a escolher o contratado, continuar, porque se foi contratado para ser um elemento externo, imparcial. Soa estranho. É um pouco como já aconteceu com uma eleição aqui no Brasil, o Presidente do Tribunal das Eleições, vencida a eleição por um candidato virando Ministro deste candidato. É estranho; a pessoa que deveria salvaguardar a imparcialidade, ser próximo ao vencedor? Isso é o que é; como sempre, se faz como sempre fez. No entanto, eu já percebi que em alguns casos, talvez pudesse ser interessante, a permanência do consultor no início do processo de elaboração do projeto. Por quê? - Porque o consultor tem um nível de intimidade com o promotor e com a encomenda, que ajudaria muito o arquiteto que está responsável pelo projeto. Mas a boa norma e ética, diz que não deve, e isso nunca é feito.

Bibliografia

BUENO, Eduardo (organizador) – **Os nascimentos de São Paulo** - 1ºed. Rio de Janeiro. Ed. Ediouro. 2004.

BUNDÓ, Josep Parcerisa e VENTÓS, Maria Rubert de – **La Ciudad no es una hoja em blanco** - 1ºed. Santiago de Chile. Ediciones Arquitectura. 2000.

DEL BIANCO, Alfredo. **"A linguagem dos concursos: Projetos de edificações em concursos públicos de arquitetura. São Paulo. 1990 – 2000."** Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie. 2002. São Paulo.

DEL RIO, Vicente – **Desenho Urbano no Processo de Planejamento** - 8ºed. São Paulo. Ed. Pini. 2004.

CAMPOS FILHO, Candido Malta – **Cidades Brasileiras: Seu controle ou o Caos** - 4ºed. São Paulo. Ed. Nobel. 2001.

CAMPOS FILHO, Candido Malta – **Reinvente seu bairro: Caminhos para você participar do planejamento da sua cidade** - 1ºed. São Paulo. Ed. 34. 2004.

FLYNN, Maria Helena de Moraes Barros. **"Anotações para um história dos concursos de arquitetura no Brasil 1857/1985"** – Dissertação de Mestrado – FAU USP. São Paulo. 1987.

FLYNN, Maria Helena de Moraes Barros. **"Concursos de Arquitetura no Brasil 1850 - 2000"** – Tese de Mestrado – FAU USP. São Paulo. 2000.

JACOBS, Jane – **Morte e Vida de Grandes Cidades** - 2ºed. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2001.

LAMAS, José M. Ressano Garcia – **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade** - 2ºed. Lisboa. Ed. FCG FCT. 2000.

LYNCH, Kevin – **A imagem da Cidade** - 2ºed. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1999.

MONTANER, Josep Maria Montaner – **Depois do movimento moderno – Arquitetura da segunda metade**

do século XX - Barcelona. Editorial Gustavo Gili. 2001.

MUMFORD, Lewis – **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas** - 3ªed. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1991.

ROGERS, Richard e GUMUCHDJIAN, Philip – **Cidades para um pequeno planeta** - Barcelona. Ed. Gustavo Gili. 2001.

ROSSI, Aldo – **A Arquitetura da Cidade** - 1ªed. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1995.

SANTOS, Milton – **A Urbanização Brasileira** – 3ªed. São Paulo. Ed. Hucitec. 1998.

SANTOS, Valéria Cássia dos – **Concursos de Arquitetura em São Paulo** (Dissertação de mestrado FAU; Or.: Paulo J. V. Bruna) – São Paulo. 2002.

SIMÕES JR, José Geraldo – **Polis nº19 – Revitalização de Centros Urbanos –Revista**. 1994.

TOLEDO, Benedito Lima de – **SÃO PAULO: três cidades em um século**. - 3ªed. São Paulo. Ed. COSACNAIFY. 2004.

VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luisa Howard de (organizadoras) – **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados**. - 1ªed. Barueri. Ed. Manoele. 2006.

WILHEIM, Jorge – **A obra pública de Jorge Wilhelm** - 1ªed. São Paulo. DBA Artes Gráficas. 2003..

Fontes Primárias:

- Edital do Concurso de Idéias para a Estruturação Urbana e Paisagística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê

- Termo de Referência do Concurso de Idéias para Estruturação Urbana e Paisagística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê

- Projetos das Equipes Vencedoras do Concurso de Idéias para Estruturação Urbana e Paisagística das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê (incluindo memoriais descritivos)
- Edital do Concurso Reurbanização da Área do Carandiru: Concurso Nacional de Plano Diretor
- Termo de Referência do Concurso Reurbanização da Área do Carandiru: Concurso Nacional de Plano Diretor
- Projetos das Equipes Vencedoras do Concurso Reurbanização da Área do Carandiru: Concurso Nacional de Plano Diretor (incluindo memoriais descritivos)
- Edital do Concurso Público Nacional – Reconversão Urbana Largo da Batata
- Termo de Referência do Concurso Público Nacional – Reconversão Urbana Largo da Batata
- Projetos das Equipes Vencedoras do Concurso Público Nacional – Reconversão Urbana Largo da Batata (incluindo memoriais descritivos)
- Edital do Concurso Bairro Novo
- Termo de Referência do Concurso Bairro Novo
- Projetos das Equipes Vencedoras do Concurso Bairro Novo (incluindo memoriais descritivos).
- Hemeroteca: EMURB e IAB-SP (reportagens contidas no Anexo)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)